

**Situacionistas, Surrealistas, Provos, Naturianos**



**A IDEIA**  
*revista de cultura libertária*



II.ª série ano XLVIII vol. XXV  
números 97/98/99 Outono de 2022

## ♦ A IDEIA

*revista de cultura libertária*

**fundador e proprietário:** *João Freire*

**director [por lei] e editor de texto:** *António Cândido Franco*

**editor gráfico:** *Luiz Pires dos Reis*

**assist. prod. gráfica:** *Xénia Pereira Reis*

**assist. prod. editorial:** *Mara Rosa*

**comissão editorial:** *João Freire, José Maria Carvalho Ferreira, Paulo Eduardo Guimarães*

**periodicidade:** *anual (número duplo, triplo ou quádruplo)*

**imagens:** *Almerinda Pereira, Ariana Vitorino, Carlos Dutra, Carlos Martins, Cruzeiro Seixas, Délio Vargas, Dominique Labaume, Luis Manuel Gaspar, Mara Rosa, Maria João Vasconcelos, Mário Cruz, Pierre Gilles de Gennes (desenho última página – fotografia de Dominique Labaume), Susana Wald*

**CAPA & CONTRACAPA:** *pintura de YVES ELLÉOUËT (1960)*

**agradecimentos para este volume:** *A Batalha; Archivo G. Pinelli (Itália); Barricada de Livros; CIRA (Centre Internationale de Recherches sur L'Anarchisme – Lausana); Joëlle Ghazarian; jornal Mapa; Luís de Moura Sobral; revista Le Monde Libertaire (França)*

**redacção e editor (endereço):** *rua dr. Celestino David n.º 13-C, 7005-389 Évora, Portugal*

**endereço electrónico:** *acvcf@uevora.pt*

**blogs:** *http://aideiablog.wordpress.com; http://colectivolibertarioevora.wordpress.com*

**depositários:** *Livraria Letra Livre: Calçada do Combro, n.º 139, 1200-113 Lisboa; Livraria Uni-Verso: rua do Concelho, 13, 2900 Setúbal; Livraria Miguel de Carvalho, Rua de O Figueirense, 14, 3080-059 Figueira da Foz; Livraria Utopia: Rua da Regeneração, n.º 22, 4000-410 Porto; Gato Vadio: Rua da Maternidade, n.º 124, 4050-369 Porto; Fonte de Letras: Rua Vasco da Gama, n.º 8, 7000-941 Évora*

**impressão:** *Manuel Barbosa & Filhos*

**morada do impressor:** *Zona Industrial de Salema, fracção A2, Tocadelos 2670-769 Lousa*

**tiragem:** *500 exemplares*

**depósito legal:** *365900/13*

**registo do título:** *104 197*

**ISSN:** *0870-6913*

### ♦ ESTATUTOS EDITORIAIS ♦

*A Ideia é uma revista que faz da cultura o seu campo de acção. Através da criação poética e plástica, da expressão filosófica, da pesquisa social, da investigação histórica, da abertura a uma ciência humanizada, desligada dos interesses lucrativos do dispositivo industrial/militar, a publicação visa criar e alargar as bases dum espírito livre, criativo, gratuito e solidário, contributo efectivo para a realização plena de todos os seres vivos. Tirando este princípio geral, suficiente para lhe dar um propósito, o libertário, e uma família de ideias, o *anarquismo cultural*, a revista não tem plataforma programática. As colaborações não solicitadas são desejáveis, embora sujeitas a validação; da sua edição ou não, a revista dará sempre nota ao autor. A responsabilidade dos textos assinados – incluindo traduções – cabe aos autores, respondendo o director pelos não assinados. Os trabalhos publicados, salvo indicação em contrário dos autores, não têm direitos reservados e, sem intuídos comerciais, com indicação de autor/fonte, podem ser reproduzidos livremente. Não se segue nenhuma norma ortográfica e várias grafias do português coexistem. A revista aceita ainda publicar textos em francês, castelhano, catalão, italiano e inglês.*

0880

**CONDIÇÕES DE EXPEDIÇÃO DA REVISTA NA ÚLTIMA PÁGINA**  
**DESEJA-SE PERMUTA – PIDESE CANJE – ON DEMANDE L'ÉCHANGE – CHIEDESI SCAMBIO**  
**WE ASK FOR EXCHANGE – MAN BITTET UM AUSTAUSCH**

## SUMÁRIO DE MATÉRIAS

	Limiar	7
<i>António Cândido Franco</i>	<b>Sobre o combate cultural do nosso tempo</b>	9
<i>Pedro Martins</i>	<b>Camões um marrano entre os labirintos</b>	28
	<i>Risoleta Pinto Pedro</i> <b>Camões marrano</b>	37
<i>Eugénio Lisboa</i>	<b>No centenário de José Saramago</b>	38
	<i>Beldiabo</i> <b>Um almoço muito original</b>	43
<i>Feliciano de Mira</i>	<b>Às 20,15 com António Gancho</b>	46
<i>Gianfranco Marelli</i>	<b>Para a história crítica do situacionismo</b>	48
<i>Pièces et Main d'Oeuvre</i>	<b>A crise sanitária e o reino da máquina</b>	59
<i>Henri Zisly &amp; Outros</i>	<b>Naturianos e civilização industrial</b>	65
<i>Thom Holterman</i>	<b>O movimento Provo na Holanda</b>	71
	<i>Boudewijn Chorus</i> <b>A revista holandesa ‘De AS’</b>	78
<i>Sylvie Kasdan</i>	<b>‘Fifth Estate’, 56 anos de oposição</b>	81
<i>Maria Antónia Lima</i>	<b>Paul Goodman, um Thoreau do séc. XX</b>	85
	<i>Paul Goodman</i> <b>Canção do saloio</b>	89
<i>Maria Estácio Marques</i>	<b>Face [a Pier Paolo Pasolini]</b>	90
	<i>Movimento Pacifista Ucrainiano</i> <b>Duas declarações</b>	91
	<i>Maurícia Teles</i> <b>Ode à paz</b>	93
	<i>José Pascoal</i> <b>Cinco poemas</b>	95
<i>António Valdemar</i>	<b>As últimas batalhas de António Sérgio</b>	97
<i>Jaime Brasil</i>	<b>Duas cartas inéditas a António Sérgio</b>	113
<i>Paulo Guimarães</i>	<b>Centenário da greve mineira de Aljustrel</b>	117
<i>Doris Accioly e Silva / Luciana Eliza dos Santos</i>	<b>João Penteadó, uma vida</b>	124
	<i>João Freire</i> <b>Esboço teatral em jeito de Farsa</b>	133
	<i>Fernando Guimarães</i> <b>Arte e Anarquia</b>	145
	<i>Francesco Codello</i> <b>‘Rivista Anarchica’</b>	152
<i>Grupo Surrealista de Paris</i>	<b>Quando o surrealismo tiver 100 anos</b>	155
	<i>Luís de Moura Sobral</i> – <b>Braga por um canudo</b>	159
	<i>Duarte Drumond Braga</i> <b>Dois Poemas</b>	161
	<i>Maria Estela Guedes</i> <b>Café Moderno</b>	163
<i>Teófilo Braga</i>	<b>A participação cívica e política de Natália Correia</b>	165
<i>Manuela Parreira da Silva / Manuela Sofia Silva</i>	<b>Fernando Pessoa</b>	
	<b>e Mariana Alcoforado</b>	173
<i>Helder Macedo</i>	<b>João Paulo Cotrim (1965-2021)</b>	181

<i>Manuel Simões</i>	<b>Carlos Loures (1937-2022)</b>	183
	<i>António Ferra</i>	<b>Dois poemas</b> 187
	<i>Ana Rita Fialho</i>	<b>O Sexo Ais</b> 191
<i>António Cândido Franco</i>	<b>Surrealismo e sexualidade</b>	193
<i>Paulo Jorge Brito e Abreu</i>	<b>A Sigmund Freud</b>	216
	<i>Paulo Jorge Brito e Abreu</i>	<b>Nota ao poema</b> 217

**LEITURAS & NOTAS 221**

[A. Cândido Franco,  
Gabriel Rui Silva, João Freire,  
José Carlos Costa Marques, José Dias,  
Levi Condinho, Mara Rosa, Maria Ramalho,  
Marianne Enckell, M. Ricardo de Sousa,  
Nicolau Saião, Nicola del Corno  
Patrick Schindler, Pierre Sommermeyer,  
Richard Walter]

**REGISTO BIBLIOGRÁFICO 265**

[A. Cândido Franco,  
João Freire, José Maria Carvalho Ferreira,  
Luís Chambel, Manuel Simões,  
Maria Antónia Lima,  
Paulo Guimarães]

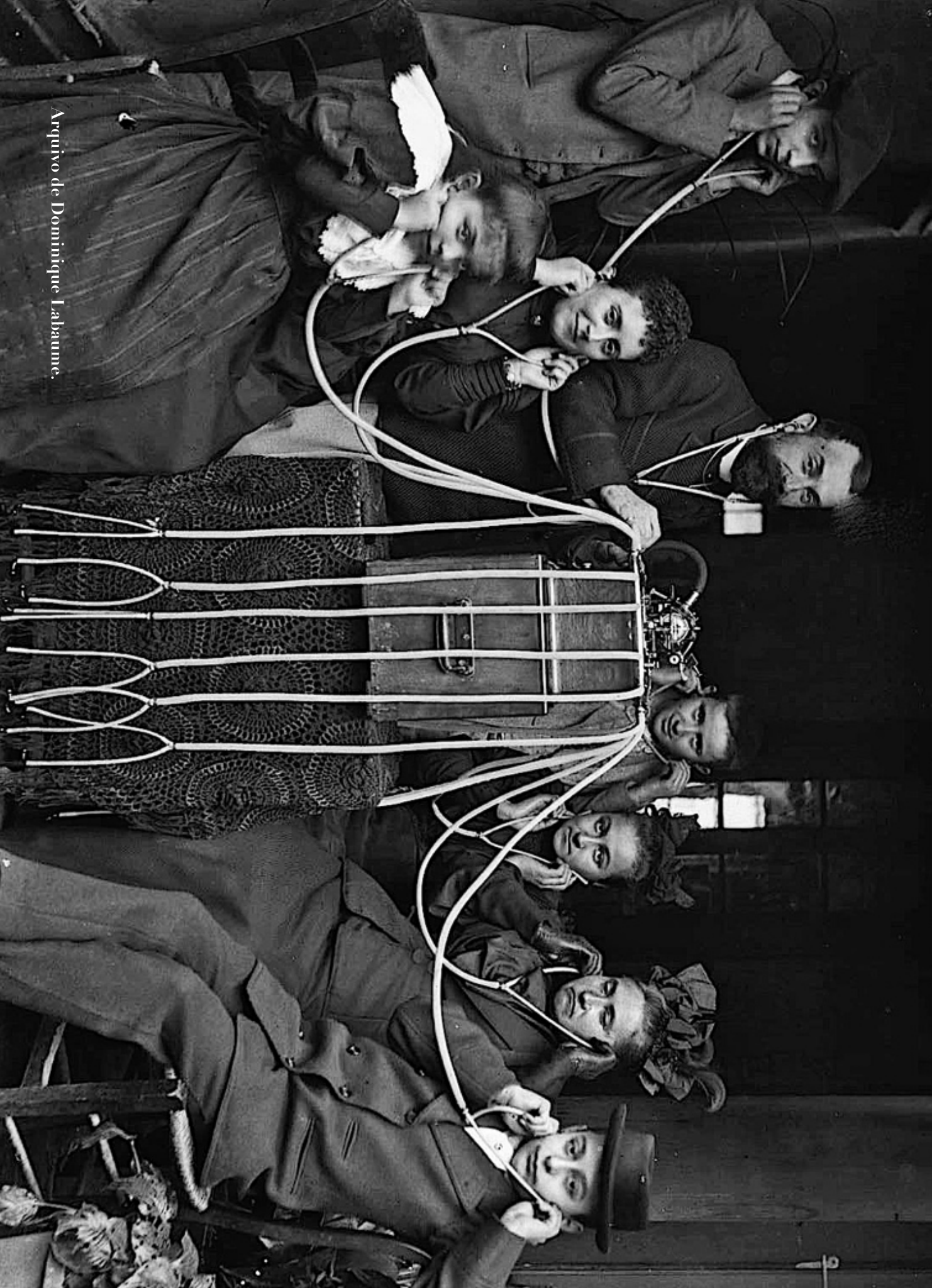
**ARQUIVO & REGISTO 307**

**Novos Colaboradores 317**

Pintura de Carlos Martins, 1993



A revista *A Ideia* é uma revista crítica do actual modo de vida, assente na especulação financeira, no sistema da tecnociência, na gestão elitista, na indústria massiva, na desagregação dos elos de solidariedade, na anulação das subjectividades e na destruição imparável da vida física do planeta. Mínimo que seja, e assim é com certeza, a revista pretende dar um contributo no domínio das ideias e das práticas sensíveis para um novo paradigma social, centrado nas necessidades sociais, subjectivas e ecológicas e que se possa apresentar como um modelo de vida duradouro para a Terra e digno para todos os seres. A revista não acredita que o actual sistema partidário, sujeito a outras pressões, vindas da indústria, do aparelho tecnocientífico e da corporação militar, tenha condições para cumprir este desafio. O dilema que vivemos hoje é pois claro: ou inventamos um novo modo de vida social, que terá necessariamente de ser maximamente democrático, já que qualquer gestão ditatorial do complexo sistema técnico de hoje só agravará os seus problemas, e assim se vê no modelo chinês, ou colapsamos. A revista afirma outrossim a concepção plural que tem na área de ideias onde se insere. O pensamento libertário não é um bloco monolítico e coerente. O melhor desta tradição de pensamento é o seu pluralismo, as suas correntes internas diversificadas, as suas tensões, os seus debates, as suas diferenças e até as suas contradições. Somos pois adversos a estabelecer um cânone rígido do pensamento libertário, uma doutrina que exclua tudo o que lhe seja distinto, e advogamos o diálogo aberto entre correntes, na procura prática de uma cultura cada vez mais rica, esclarecida e diversa. Não existe uma cultura libertária; existem várias e todas elas necessárias. Um facto ganha mais realidade e valor — o mesmo vale dizer para as ideias — quando é submetido à observação de vários indivíduos posicionados em lugares distintos e que cruzam depois entre si os seus pontos de vista.



Arquivo de Dominique Labamme.



## Breve nota sobre o combate cultural do nosso tempo

*António Cândido Franco*

A Internacional Situacionista teve o seu período de vida entre 1957 e 1972, num arco de 25 anos, legando uma intervenção reflexiva e prática que não mais deixou de interpelar as correntes críticas do actual modo de vida social — isto ao mesmo tempo que algumas das suas noções se banalizaram paradoxalmente no discurso jornalístico, perdendo por aí parte da sua solitária soberania. Júlio Henriques, que é desde a década de 70 do século passado, altura em que editou a revista *Subversão Internacional* (1977-79), um dos mais empenhados divulgadores das ideias situacionistas em português, além de tradutor experimentado da obra de Guy Debord e da de Raoul Vaneigem, acaba de traduzir uma antologia de sete textos da Internacional Situacionista, tocando três dos seus autores (Guy Debord, Gilles Ivain, Mustapha Khayati) e cobrindo o arco temporal que vai de 1957 até 1966, o período áureo da teorização situacionista, embora o célebre livro de Debord *A sociedade do espectáculo* só tivesse sido publicado, mas como convergência de muito labor anterior, em 1967.

A antologia traduzida por Júlio Henriques, intitulada *Relatório sobre a construção das situações e sobre as condições da organização e da acção da tendência situacionista internacional seguido de textos do boletim Internationale Situationniste* [trad., pref. e notas J. H., Lx., ed. Barco Bêbado, 2021, pp. 96 — ilustrações a cores (“desvios gráficos”): Francisco Rebolo, João Massano, Juliana Julieta, Massimo Nota, Miguel Ângelo Marques, Nunes da Rocha], e que não é a primeira, escolhe com precisão manual um conjunto significativo de textos, onde, num universo mínimo de sete peças, três tão-só com três páginas, encontramos as ideias mais representativas do movimento. Edição primorosa com grafismo pessoalizado e tiragem única de 300 exemplares, o volume surge-nos assim como a ocasião de revisitarmos esta corrente de ideias, naquilo que mais pode interessar esta revista, as relações que ela mantém com o surrealismo, embora sem menosprezar outros pontos que possam ajudar ao entendimento da natureza, condição, situação actual e possível destino futuro desta corrente de ideias.

Noutro lugar deste volume da revista *A Ideia* pode o leitor encontrar um informado texto sobre as conexões entre situacionistas e anarquistas franceses, relações que também de sobremaneira nos interessam, mas que têm, por escassas e de superfície, muito menos relevância histórica que o relacionamento com o surrealismo. A formação de Debord fez-se dentro da leitura de Marx e dos seus comentadores mais argutos e desalinados dos cursos dominantes da época, e se se fala da conexão entre situacionistas e anarquistas foi porque estes receberam com simpatia e logo à saída do primeiro número do boletim *I.S.* (Junho, 1958) a expressaram algumas das teses situacionistas, em que viram, numa época estéril e hostil, em quase tudo contrária à sensibilidade libertária, sinais afins. É sabido que esses promissores botões iniciais não chegaram a florir e menos ainda a frutificar e que as duas correntes deram entrada nos sucessos de 68 cada uma por si e sem vislumbre de junção mínima.

A questão do surrealismo é outra. A ligação entre as duas facções, situacionista e surrealista, é significativa, não se ficou em promessas iniciais e tem um demorado historial, por vezes entrançando as duas correntes em certos nós e cruzamentos. Dos três afluentes que estão na origem da Internacional Situacionista (letrismo, imaginismo, grupo COBRA) dois têm filiação no surrealismo ou numa dissidência deste, o surrealismo revolucionário de 1947, que reagrupava gente que vinha do grupo surrealista *La Main à Plume*, activo em Paris na ocupação nazi, à qual resistiu com brio, e do surrealismo belga, que reafirmava então perante o desagrado de André Breton a ligação do surrealismo ao marxismo-leninismo e ao partido comunista belga. Com dois manifestos e dois eixos, Paris e Bruxelas, foi do surrealismo revolucionário que saíram o grupo COBRA (1948-53) e os imaginistas da *Bahaus*, depois activos na fundação da Internacional Situacionista. Embora as duas correntes no momento da criação da nova internacional estivessem já fundidas, preferimos aqui por razões de compreensibilidade manter a distinção. Não menos tocante foi o legado *experimentalista* que o grupo COBRA fez questão de firmar o primeiro em arte a fazê-lo e que tão decisivo se mostrou para a teórica inicial situacionista, como aliás o foi depois para outras afirmações *experimentalistas* da arte e da poesia da segunda metade do século XX.

Demais as relações directas entre a Internacional Letrista (1952-57), de que Debord é um dos promotores, e o grupo de Breton tiveram vários episódios, chegando os dois grupos a assinar, por ocasião do centenário do nascimento de Arthur Rimbaud, em 1954, uma declaração comum. O surrealismo está presente em quase todos os escritos

iniciais de Debord, e os traduzidos por Júlio Henriques não fazem excepção, sendo por isso representativos duma sensibilidade geral, extensiva ao grupo que deu corpo à crítica situacionista. A título de exemplo lembre-se que o primeiro número do boletim *I.S.*, de Junho de 1958, que mostrou pela primeira vez ao público as ideias situacionistas, e do qual esta antologia extrai nada menos que três textos dos sete que antologiou [um de Debord, um de Gilles Ivain (pseudónimo de Ivan Chtcheglov, 1934-1998, *situacionista à distância*) e outro sem assinatura], abre com um texto não assinado, e por isso da autoria do director da publicação, G. Debord, em que o grupo se reconhece, intitulado “*Amère victoire du surréalisme*”, consagrado a um balanço crítico da situação do surrealismo. Tanto este movimento como o seu criador, André Breton, surgem assim como os grandes fantasmas do passado recente com que a crítica situacionista teve de se confrontar. Veremos como e com que sustentação.

Começamos pelo primeiro texto, “Relatório sobre a construção das situações e sobre as condições da organização e da acção da tendência situacionista internacional”, que a partir de agora designaremos apenas por “Relatório” e que é o texto mais longo (pp. 11-40) e mais significativo deste septenário antológico. Para bem dizer, o “Relatório” é o texto fundador da corrente situacionista, e por certo um dos mais importantes de Debord, onde se contém em explosiva concentração as linhas que depois foram exaustivamente percorridas. Anunciado no penúltimo número de *Potlatch* (22-5-1957), a revista da Internacional Letrista, impresso na Bélgica por Marcel Mariën e distribuído em Junho de 1957 num círculo restrito e escolhido de pessoas, o texto, que propunha num dos seus pontos a criação da Internacional Situacionista, destinava-se a servir de documento de reflexão aos membros da Internacional Letrista (o grupo de Débord), aos do Movimento Internacional para uma Bahauss Imaginista (de Asger Jorn) e aos do Comité Psicogeográfico de Londres (de Ralph Rumney), propondo a fusão destes grupos numa nova Internacional, que funcionasse como plataforma de oposição e de unidade de acção. No final de Julho, os seus membros encontraram-se na Ligúria, norte de Itália, unificando-se na Internacional Situacionista, que nascia como “frente revolucionária na cultura”. Uma tal frente começara já de resto a definir-se num encontro anterior, em Alba, Itália, em Setembro de 1956, em que várias tendências artísticas experimentais (letristas, imaginistas, experimentalistas e surrealistas revolucionários) estiveram presentes.

O texto de Debord, mais “agregador” que fundador, já que retoma

num todo contributos dispersos anteriores, aparece dividido em seis partes: “Revolução e contra-revolução na cultura moderna”, “A decomposição, estádio supremo do pensamento burguês”, “Papel das tendências minoritárias no período de refluxo”, “Plataforma de uma oposição provisória”, “Rumo a uma Internacional Situacionista”, “As nossas tarefas imediatas”. Trata-se no conjunto dum texto estratégico, que se posiciona com os tópicos clássicos dum movimento político revolucionário, embora o seu discurso resulte dum debate que assentava nos grupos que estavam na base da nova internacional, cujas questões primaciais se colocavam no campo da arte e no rumo que esta tomara no pós-guerra com a fundação do letrismo em 1945, do imaginismo de Malmö em 1946, do surrealismo revolucionário em 1947 e do movimento COBRA em 1948. Este último reunira já em si todas as tendências anteriores, em especial as que vinham do surrealismo revolucionário, ele mesmo ponto de convergência de cursos vários [surrealismo belga do manifesto *Le surréalisme en plein soleil* (1945), surrealismo francês do grupo La Main à Plume (1941-45), abstrait-surr de Copenhaga(1937-40)], só admitindo uma arte internacional sem fronteiras externas ou internas, já que tudo era experimentação. O nome do grupo, COBRA, resultava da junção das primeiras letras de três cidades europeias – Copenhaga, Bruxelas, Amesterdão, as três referências geográficas dos fundadores, Asger Jorn, Charles Dotremont, Apell e Constant, ligados todos ao surrealismo revolucionário, cuja última manifestação, em Novembro de 1948, foi a fundação do grupo COBRA. A diferença deste em relação ao surrealismo anterior, revolucionário ou não, foi aceitar para lá do *modelo mental* próprio a todo o surrealismo uma experimentação física e gestual que à época encontra correspondência involuntária na *action painting* e no *dripping* de Jackson Pollock, também eles em dívida para com o surrealismo por via de Max Ernst então nos Estados Unidos. Talvez a novidade de Debord, aquilo mesmo que faz a diferença do texto de 1957 como um todo em relação à soma das suas partes, seja a contextualização política e o enquadramento estratégico que ele lhe imprime. Esta novidade atravessa todo o texto e manifesta-se com cintilante presença logo nas páginas iniciais, se não mesmo na frase de abertura, “Pensamos antes de mais que é preciso mudar o mundo”. Tudo aquilo que fez depois a história da crítica situacionista está já em expansiva latência neste texto e nas suas teses – algumas só circunstanciais, outras muito mais substanciais. O texto surge como um viveiro de sementes, a partir do qual e sem grandes novidades, se definem mais de 20 anos de história das ideias; nas suas linhas lêem-se muitos dos sucessos

que tiveram lugar nesse período que teve por epicentro a tempestade estival de Maio de 68, mas tocou ao final acontecimentos tão vários como as mobilizações contestatárias na Europa de leste, a contracultura americana e europeia, o autonomismo italiano, a revolução portuguesa dos cravos e o fim do franquismo.

O primeiro tópico ou a primeira tese que paga a pena destacar, e que constitui porventura a marca mais inconculível do pensamento situacionista, um dos seus sentidos mais indeléveis, é a dívida de Debord, e não apenas dele, para com uma tradição do pensamento revolucionário europeu e ocidental, que tanto está presente na corrente libertária da primeira Internacional operária como na marxista, que via no desenvolvimento das forças produtivas trazidas pelo capitalismo a base material indispensável para alcançar a sociedade de abundância socialista e comunista. É isso que se afirma na abertura do “Relatório” quando se aponta para a “dominação racional das novas forças produtivas”, para a “base material indispensável da sociedade socialista”, para a “acção política revolucionária no desenvolvimento das possibilidades modernas de produção” e para outras sequências que vão no mesmo sentido. Este ponto de Debord e da crítica situacionista, alinhado com toda a tradição revolucionária operária anterior, fosse marxista ou comunista libertária, embora Debord o tenha recebido por aquela e menos por esta, e que será desenvolvido em força até pelo menos 1967, mantendo-se até ao momento da dissolução da Internacional Situacionista, cujo imaginário gira sempre ao redor da “automatização geral da produção” para pôr fim ao trabalho, é hoje um dos tópicos que a nosso ver mais fragilizam esta corrente de ideias, tornando-a irremediavelmente uma etapa arrumada no passado, que no essencial pouco nos pode ajudar a entender o presente e a perspectivar um projecto mobilizador de futuro.

Leia-se nesse sentido a aproximação crítica de Gianfranco Marelli ao situacionismo que damos a conhecer neste volume d’ *A Ideia*. A importância estratégica deste ponto, a crença nas possibilidades modernas de produção, no plano geral da crítica situacionista, a sua centralidade nas propostas avançadas por Debord, pelo menos do Debord que mais influenciou nos sucessos sociais do seu tempo, não nos permitem encarar o situacionismo e os seus teóricos no mesmo plano de outras correntes dissidentes que tiveram como ponto de partida a crítica da base material e técnica do capitalismo e do desenvolvimento das suas forças produtivas. Um pensador de raiz cristã como Jacques Ellul, que se viu por isso impedido de aderir à Internacional Situacionista, e isto para não apontar os exemplos muito mais radicais de

Gandhi ou Lanza del Vasto, percebeu com mais acuidade, na época em que Debord escrevia o “Relatório” e a Internacional Situacionista pela mão de Asger Jorn e de Constant se preparava para o desenvolver, que a base técnica do desenvolvimento do capitalismo não podia servir um projecto que queria mudar de vida e transformar o mundo. Enquanto tal base existisse, mundo e vida teriam de ser iguais, condicionados que ficavam pelos mesmos objectos. O que importava era impugnar essa estrutura material técnica, descobrindo uma distinta que, sendo outra, tivesse em si uma nova potencialidade de relacionamento com o mundo e com a vida. Depois de Ellul ficámos cientes que para criar uma nova maneira de viver, mais justa, mais equilibrada, mais humana, menos infamante, não basta dar nova orientação ao que hoje existe e uma tal proposta foi a característica do pensamento revolucionário e até reformista desde a primeira Internacional operária até à Internacional Situacionista. Para criar um novo modo de viver é necessário desfazer-nos da estrutura material técnica que criou e desenvolveu o capitalismo e que está hoje, seja em países orientados para o “comunismo” como a China, seja em países que defendem em várias modalidades o capitalismo, a destruir a Terra e a vida. O que unifica todos esses modelos na aparência distintos é o facto de todos assentarem em idênticos meios de produção. Não obstante as diferenças, pode pensar-se que esta base material os vai pouco a pouco uniformizando, sendo previsível num ponto do futuro não muito distante a sua indistinção num híbrido único com poucas e insignificantes variantes.

O texto de Debord e a crítica situacionista que se lhe seguiu ao perceberem o inaudito desenvolvimento das forças de produção no início da segunda metade do século XX, sem termo de comparação anterior, perceberam também as modificações que estavam a nascer no plano da dominação e já não apenas no da exploração económica, até porque esta beneficiou no momento, fruto de acelerada produção e acumulação de riqueza, de lógicas distributivas e compensatórias até aí desconhecidas. Um novo conjunto de mecanismos ocultos, da publicidade ao urbanismo, do consumo ao lazer, todos intimamente ligados à mercantilização de novos aspectos da vida, os mais invioláveis até aí, invadiram o quotidiano nas sociedades desenvolvidas, resultado imediato do esforço técnico de guerra e do desenvolvimento acelerado dos meios de produção que aquele provocara, com o consequente aparecimento e acumulação de nova e desmedida riqueza. Foi nesses meios de produção, típicos da sociedade dita de consumo, capazes de gerar uma era de abundância nunca vista que Debord e os

situacionistas viram uma nova oportunidade para relançar a ideia duma revolução comunista, de tipo conselheira, que seria a finalização lógica do processo de crescimento a que se estava a assistir desde a segunda metade da década de 40 do século XX. Sabemos hoje o engano deste raciocínio e como ele representa o erro capital do situacionismo — a crença enganosa de que a base material do capitalismo, a sua tecnologia mais característica, pode servir, livre de condicionamentos congénitos, para construir um mundo novo.

Mas foi também essa mesma percepção do inesperado desenvolvimento dos meios de produção, com a sequente acumulação duma desmedida riqueza que tinha de ser rapidamente consumida, que levou Debord e os situacionistas a atentar na vida real, pondo em destaque as imensas, mas quase imperceptíveis, transformações que se estavam a dar no quotidiano. Instituíram desse modo uma crítica impiedosa das novas modalidades de dominação que em tudo se revelou inovadora, lúcida e corajosa e cujo legado é ainda hoje um dos legítimos motivos de vaidade do situacionismo. Numa intuição que vinha já dos grupos iniciais que fundaram em 1957 a nova internacional, foram assim os primeiros a fazer a leitura arrasadora do urbanismo funcional, que, embora criado em período anterior, só naquele momento procedia em extensão, arrasando o território e criando um género de vida atomizado e angustiante que não conhecia paralelo no passado. Foram também eles os primeiros a perceber em profundidade os mecanismos *espectaculares* da publicidade — e daí a noção de espectáculo como fetichismo da mercadoria — e o poder mítico que ela detinha como simulacro vazio de vida, mas também como sinal compensatório, junto de populações cada vez mais passivas e anestesiadas pelo consumo simbólico e pelo trabalho.

Debord e os situacionistas perceberam antes de ninguém como a era de abundância em que o capitalismo entrara estava a criar uma nova forma de “miséria” que substituíra para pior a miséria conhecida. Se esta era de tipo material, agora, com o inusitado desenvolvimento dos meios de produção, a acumulação de nova riqueza, os mecanismos distributivos e o tempo livre que a automatização criava, a nova miséria abandonava a esfera do ter para se instalar como seta fatal envenenada no coração mesmo do ser. Daí a sua superior perigosidade em relação a todas as formas de empobrecimento vividas no passado. Ao colocarem a crítica do capitalismo no fetichismo da mercadoria e nos modos de consumo, deixando cair a crítica dos salários, das horas de trabalho e de outros aspectos clássicos das reivindicações sindicais, o situacionismo pôde nascer como uma “frente revo-

lucionária na cultura” a expressão é de Debord deslocando o combate para o campo da cultura, entendida esta como o domínio das representações estéticas e os modos de vida e avaliando-a assim como a esfera decisiva da luta social no novo patamar em que o capitalismo de consumo entrara com a colonização dos comportamentos. Também aqui o legado situacionista é ineludível. Embora a violência simbólica da sua linguagem pareça estéril, sinal dum nervosismo desnecessário, foram eles os primeiros a entender no campo da dissidência do pós-guerra que só a cultura se tornou o terreno decisivo de qualquer acção revolucionária. Afastaram assim a tentação do vanguardismo armado contra pessoas, que foi o horror que depois tivemos de atravessar com as guerrilhas urbanas marxistas-leninistas, que tão frustrantemente desmobilizadoras foram para a dissidência em geral.

Algures, num texto da mesma época, Debord afirmava que se o capitalismo teve a argúcia de levar a sua lógica para a vida privada, mercantilizando o tempo de lazer e integrando de forma implacável a esfera do ser na lógica da expansão do capital, alienando assim os últimos redutos livres da vida, os da intimidade, cabia aos revolucionários deslocarem com mestria e superior ousadia o combate da esfera do trabalho e das condições materiais, esfera que podia ser abandonada sem nostalgia, daí a célebre consigna debordiana *ne travaillez jamais*, para o campo real das representações culturais e simbólicas onde as novas lógicas se jogavam. É aqui que o surrealismo se faz questão obrigatória, sem exoneração possível, para a crítica situacionista.

Movimento revolucionário que fez da arte e da cultura o seu domínio privilegiado de acção, o situacionismo foi obrigado desde o momento preparatório da sua fundação a confrontar-se com as várias representações artísticas então mais activas. O “Relatório” de Debord é também um balanço de todas as principais correntes artísticas e literárias que atravessaram a primeira metade do século XX e se estenderam depois para a segunda metade. Estão lá os movimentos de vanguarda, ou assim ditos, do início do século XX — futurismo, dadaísmo, surrealismo — e os que no seu rasto se desenharam depois de 1945, e que são aqueles que estão na origem da fundação da Internacional Situacionista — o letrismo, o grupo COBRA e o imaginismo do Movimento Internacional da Bahauss Imaginista. São estas as correntes que mais podiam interpelar um autor que se pretendia frontalmente contra as novas lógicas de apropriação mercantil que então se impunham. Mas outros movimentos daquela época passaram também pelo crivo crítico de Debord — o realismo socialista de Jadnov enquanto



restauracionismo dos valores artísticos oitocentistas; a literatura existencialista como caso publicitário; a nova literatura de massas (Françoise Sagan), fenómeno sociológico da indústria cultural e sintoma dos novos modos do capitalismo.

De todos estes pontos aquele que merece mais atenção no “Relatório” é o surrealismo. Compreende-se que assim seja. Duas das correntes que estiveram presentes em Julho de 1957 na fundação da Internacional Situacionista tinham origem naquele movimento. Mesmo o letrismo internacionalista, a corrente de Debord e Gil Wolman, sem descender do surrealismo ou de qualquer grupo seu, tinha contactos estreitos desde muito cedo com a corrente surrealista belga — a revista deste grupo, *Les Lèvres Nues* (1953-1972), era distribuída pelos letristas internacionalistas em Paris — que descendia do surrealismo revolucionário da década anterior. Mais: o “Relatório” foi impresso em Bruxelas ao cuidado de Marcel Mariën, um surrealista revolucionário belga, pouco mais velho que Debord e que foi até ao final director de *Les Lèvres Nues*. Só estas razões justificam a distinção que o “Relatório” se obriga a fazer entre duas correntes surrealistas: a belga, surrealista revolucionária, ressaltada numa frase do texto de Debord como uma daquelas correntes minoritárias experimentais da qual tudo há a esperar (p. 25), e a surrealista propriamente dita, cuja atenção que merece ao longo de várias partes do texto contrasta com o exíguo espaço dedicado ao futurismo (um parágrafo de 10 linhas) e ao dadaísmo (outro breve parágrafo). Embora concedendo que nos inícios teve papel de inegável valor, representando uma progressão sobre os movimentos anteriores, o surrealismo é condenado em dois pontos irremissíveis — a senilidade da sua situação presente, que se tornou manifesta no final da guerra e nas actividades ulteriores, mas cujos sinais se percebiam já na evolução da década anterior, e o seu erro capital, que ditou a sua ulterior decomposição e senilidade. Que erro foi este? A “ideia da riqueza infinita da imaginação inconsciente”, a ideia do inconsciente como a “grande força (...) da vida” (p. 16), que por sua vez permitia ao surrealismo posicionar-se como uma superior visão da totalidade da história humana.

Esta recusa de conceder à *imaginação inconsciente* um papel de primeiro plano na criação, esta negação do inconsciente como força vital e esta rejeição de que toda a história da poesia e da civilização pudesse ser revisitada em função dessa nova descoberta, nasce em Guy Debord não por uma qualquer leitura do facto psicanalítico em si, mas pelos resultados que tem. Fazer do inconsciente o horizonte infinito

da criação inesgotável, como o surrealismo queria, tinha por consequência reconduzir a imaginação (p. 16) “aos antípodas das condições modernas do imaginário: ao ocultismo tradicional.” É o que Debord chama o “estádio senil-ocultista” do “movimento surrealista ortodoxo” (p. 18). Mais à frente precisa o que entende por tal estádio, dizendo que à exceção da Bélgica “todas as tendências surrealistas dispersas pelo mundo se juntam ao campo do idealismo místico.” Fruto do seu ponto de partida, com o inconsciente tudo absorvendo, o imaginário surrealista está obrigado para Debord a reencontrar o ocultismo tradicional, desvinculando-se da situação moderna e inserindo-se nessa corrente de “idealismo místico” em que a alienação moderna é substituída por formas anteriores e arcaicas de alheamento. Para fugir às formas várias da alienação cristã que se impuseram na modernidade o surrealismo acabou por abraçar a expressão é de Debord (p. 17) “a alienação plenamente irracional das sociedades primitivas”. Daí que o surrealismo, no estado em que então estava, o do “ocultismo tradicional”, não podia ser para Debord uma alternativa válida de futuro. Como antídoto e resposta à alienação moderna, o autor do “Relatório” não aceitava o recurso à irracionalidade das sociedades primitivas; exigia antes “ir mais longe e racionalizar mais o mundo” (p. 17).

É curiosíssima e muito significativa esta exigência de *racionalizar mais o mundo*. É porventura o ponto nevrálgico do “Relatório”, onde se decide quer o destino crítico que ele dá ao surrealismo, vendo-o como alheado de tudo o que é o futuro, quer o que dá à crítica situacionista nascente, como movimento que nada deve ao *primitivo* e se posiciona na esfera da modernidade e da sua racionalidade, à qual exige mesmo novo avanço. É aqui que podemos cruzar a crítica do surrealismo tal como Debord a vê com aquele ponto que atrás observámos a base material técnica que o capitalismo de consumo cria é a própria base do comunismo que virá e que surge como constitutivo do novo movimento. A crítica situacionista nascia como consciência da necessidade de *racionalizar* o mundo racional moderno, orientando em sentido ainda *mais racional* o produto dessa primeira racionalização, enquanto o surrealismo com o erro que estava na sua raiz, a expansão do inconsciente e da sua irracionalidade, se divorciara de qualquer aspecto da racionalidade, por aí se condenando em termos de futuro. Para o Debord do “Relatório” a racionalização do mundo moderno era insuficiente, visto que a orientação que o capitalismo dava à sua base material era contraditoriamente irracional.



Máquinas animais (Abutre)  
desenho inédito de Luis Manuel Gaspar

Esta irracionalidade que subsistia na racionalidade moderna só a crítica situacionista, pela demissão surrealista, estava em condições de superar. A irracionalidade que fora o ponto de arranque do programa surrealista fazia com que este movimento pudesse ainda ser posto ao serviço da irracionalidade que subsistia no sistema social. A vitória do surrealismo, a sua progressiva aceitação nos circuitos críticos e mediáticos, a sua comercialização e a sua rápida internacionalização, explicavam-se destarte pela apropriação que a sociedade fazia do movimento, vendo nele um artefacto inofensivo, que podia até ser aproveitado a seu favor.

O “Relatório” de 1957 contém assim todos os grandes tópicos da crítica situacionista ao surrealismo. O número de estreia da revista da *I.S.* (Junho, 1958) confirma isto mesmo. Logo na nota de abertura, “*Amère victoire du surréalisme*”, retoma-se a matéria do “Relatório”, insistindo no envelhecimento do surrealismo e no desvio que a sociedade actual dele faz. Daí “a aparência surrealista do mundo moderno” e daí a *amarga vitória* do movimento. Mas porventura mais significativa que essa nota, seja a reflexão de Asger Jorn nesse mesmo número de estreia, “Os situacionistas e a automatização”. Não que Jorn pela prática que tinha do surrealismo, a partir do qual se formou e evoluiu, junte algo diferente ao que Debord dissera, mas porque explicita o já dito naquele tópico tão característico da crítica situacionista a necessidade de atender às potencialidades libertadoras da máquina e da base técnica criada pelo capitalismo. Mostrando uma ilimitada confiança na tecnologia, exigindo que se leve esta às últimas consequências, pedindo que o ser humano seja o “senhor” e não o “escravo” da automatização, Jorn vê neste tópico o ponto diferenciador da crítica situacionista em relação ao surrealismo. Enquanto este ficara prisioneiro duma dimensão *mágica* da arte, que lhe vedava a entrada no mundo moderno, e daí a sua obsolescência, a crítica situacionista, ao reconhecer a importância da técnica e da automatização na produção de bens, tinha ao invés consigo uma chave capaz de potenciar de forma superior o mundo moderno.

Constant, que colaborava com Jorn desde o final da guerra, criara o primeiro *grupo experimental* de arte (*Reflex*, 1948), seguira com interesse o surrealismo revolucionário, fora um dos fundadores do grupo COBRA e o primeiro a formular as concepções do urbanismo unitário, além de ter dado adesão à Bauhaus imaginista e ter estado presente no congresso de Alba no Verão de 1956, regressa no segundo número da revista (Dezembro, 1958) ao tópico da automatização para enfatizar que só a técnica permite uma relação nova com o mundo, só ela pode

ser a base material da nova sociedade, só ela pode satisfazer as necessidades humanas, só ela é experimental e só ela faculta ao artista os instrumentos nómadas que ele necessita. A arte, ou a sua superação, só se concretiza através da técnica. Cabe ao artista inventar as novas técnicas em todos os domínios possíveis, unindo-as depois numa actividade convergente, que por sua vez gera uma arte de viver tridimensional — o urbanismo unitário. Opondo-se ao funcionalismo urbano, no qual vê uma colonização arrasadora da vida, o urbanismo unitário de Constant, resultante duma síntese convergente de todas as artes, torna-se uma forma de vida e é para o seu autor distinto do *urbanismo novo* de Chhtcheglov, também chamado *psicogeografia*, avaliado por Constant como *quimérico*.

Depois de conhecermos os textos de Jorn e de Constant, e o segundo leva mais longe o primeiro, esclarecendo pontos que pareciam ter ficado retraídos, compreende-se porque motivo uma das correntes fundadoras da Internacional Situacionista, a da Bauhaus imaginista, a mais significativa, já que nela se inseriam as experiências da importante secção italiana (Giuseppe Pinot-Gallizio, Piero Simondo, Elena Verrone, Walter Olmo...) e o lastro do grupo COBRA, advogava uma arte industrial, que, ao lado das novas técnicas de criação, desenvolvesse novos modos de produção. De resto, o encontro de Alba em 1956, tão importante para a fundação no ano seguinte do plano situacionista, foi todo dedicado ao uso da tecnologia em arte, encarado por todos como o dado mais relevante e promissor do experimentalismo. Na sequência dos debates, Gallizio, farmacêutico, químico, homem de ciência, inventou a “pintura industrial”, que marcou as pesquisas do grupo italiano organizado em torno do Laboratório Experimental de Alba, e Walter Olmo, então a caminho dos 20 anos, iniciou experiências com instrumentos musicais baseados na tecnologia de ponta, que se tornaram uma das fontes da vanguarda musical electrónica e até da poesia visual cibernética.

Retomemos o ponto inicial de abordagem ao “Relatório”. A principal característica com que a crítica situacionista se apresenta é a crença de que a base material criada pelo capitalismo, os meios produtivos que nele se geram e desenvolvem, são o alicerce indispensável da nova sociedade comunista. Essa crítica não soube assim desprender-se do produtivismo — ao menos da sua base técnica. O interesse desmedido que o pensamento situacionista votou à tecnologia, dedicando-lhe tanto espaço de discussão, acabando até por ver nela a chave da solução do problema social, reside tão-só neste princípio de base, de resto um tópico tradicional do pensamento que vinha das

correntes operárias do século XIX, todas subsidiárias do voluntarismo humano em dominar a natureza e de que o situacionismo não se soube desfazer. É também por aí que se percebe a importância da técnica no nicho artístico experimentalista donde saiu a crítica situacionista, com recurso a uma pintura industrial e a instrumentos musicais que decorriam da tecnologia mais avançada. Mas é ainda por aí que se entende a crítica de Debord e dos situacionistas ao surrealismo pelo menos naquela parte, que é afinal ponto decisivo, em que estabelecem de forma crítica a proximidade do imaginário surrealista ao imaginário mágico primitivo. A ligação do imaginário surrealista ao do mundo mágico primitivo resulta da sua adesão à lógica fundadora do inconsciente, aparecendo por aí mesmo a sua desvinculação dos fundamentos da modernidade. O tópico da senilidade do surrealismo, que se encontra nesta época em Debord, Jorn e Constant, e que terá depois ainda algum fôlego para chegar ao livro de Vaneigem (em nome de Jules-François Dupuis), *Histoire désinvolte du surréalisme* (1977), só por aqui tem livre curso e só aqui encontra justificação. Quando Constant no n.º 2 do boletim *I.S.* tece as suas considerações sobre o lugar da técnica e o papel da automatização, sobre a insuficiência do urbanismo de Chitchevlov, não deixa de apontar o excessivo protagonismo que o número de estreia da nova publicação dedica ao surrealismo, dando-lhe honra de nota de abertura e deixando subentendido que o movimento criado por Breton se está a tornar no fantasma desnecessário da crítica situacionista. Debord responde que é preciso confrontar para diferenciar e volta a repetir o tópico da utopia idealista do surrealismo por oposição ao experimentalismo revolucionário da crítica situacionista. Na única alusão ao surrealismo no livro *A sociedade de espectáculo* (cap. VIII, ¶ 191), afirmando que ele *realizou a arte sem a suprimir*, não faz senão dizer de outro modo, mais enxuto, a mesma coisa. Com raízes no diferendo de 1954, a diferenciação que se fez no “Relatório” entre os dois movimentos foi depois repetida para não mais ser esquecida.

Só que aquilo que constituía a diferenciação real da crítica situacionista, a sua *modernidade*, por contraste com o *primitivismo* do imaginário surrealista, não abona hoje senão este último. A subordinação da arte à técnica, por muito moderna que seja, não é senão, ao menos no caso dos situacionistas, o sinal da sua incapacidade de perceber as características arrasadoras em termos humanos do sistema técnico. Bastam hoje as leituras dum Lewis Mumford, que nada têm de irracionalidade, para percebermos os embriões totalitários que se escondem nos meios e nos processos com que os grandes empreendimen-

tos técnicos históricos realizaram e continuam a realizar os seus fins. Tais embriões têm uma autonomia própria, não dependem do exterior e da vontade de qualquer ditador, mas apenas da eficácia interna do próprio sistema que os gera. Estes comportamentos agravaram-se muito, antes de mais pela sua multiplicação, na moderna sociedade industrial, toda ela arregimentada para viver exclusivamente em função da técnica e do seu sistema de mobilização total. Daí a impressão que temos que a maior parte das tarefas das nossas sociedades sobre-dimensionadas são perigosas e inúteis, não trazem qualquer bem-estar real, e não se destinam senão a perpetuar um sistema que já ganhou uma rotação interna imparável. Estão nesse caso os transportes automobilizados, a agroindústria, a produção de energia, a indústria farmacêutica e a de armamento, a construção urbana e tantos outros sectores vitais do nosso modo de vida que geraram um modelo social de vida que, trazendo cada vez menos benefícios e cada vez mais incómodos e prejuízos, além de não apresentar senão uma muito ténue esperança de futuro para a vida na Terra, não é capaz de se impor a si mesmo restrições. Trata-se duma eficácia cega, imparável, autofágica e que ainda assim não quer deixar qualquer outra alternativa de escolha. A presente substituição massiva de automóveis a combustível fóssil por uma nova e ainda maior frota de automóveis eléctricos é um exemplo da lógica fáustica do sistema técnico.

A melhor forma de assegurar um futuro seguro e duradouro na Terra, garantindo ao mesmo tempo a qualquer ser humano as suas necessidades essenciais (alimentação, saúde, educação, habitação), parece passar pela edificação duma sociedade camponesa, de abundância frugal, baseada numa agricultura ecológica, sem recurso aos agroquímicos, que favoreça a biodiversidade e a autonomia das comunidades locais, assente em pequenas unidades de produção que trabalhem com métodos duráveis e seja capaz de instituir uma solidariedade geral e uma organização social sem desigualdades. Embora teoricamente todos possamos aceitar que esta é a melhor forma de garantir a vida no planeta durante muitos milénios, assegurando ao mesmo tempo a cada humano um quinhão de felicidade, uma tal sociedade parece muito difícil de implementar não tanto pela ausência de reconhecimento dos seus benefícios e da sua superioridade em relação ao actual modelo, que tem escasso e difícil tempo de vida diante de si, mas porque o sistema técnico do presente nos paralisa os movimentos e nos deixa sem escolha, impondo-nos as suas opções e prendendo-nos na teia da sua lógica. Resume-se esta assim: para problemas técnicos, só são possíveis e admissíveis soluções ainda mais

técnicas. Assim se justifica, em nome dum problema real, a descarbonização, a produção massiva de mais automóveis, desta vez eléctricos, exigindo um desmedido gasto de recursos finitos e uma corrida demencial à energia, em lugar de pensarmos adaptar a nossa noção de mobilidade no espaço, a uma muito maior vulgarização da bicicleta e das deslocações pedestres. Não será com certeza substituindo a Mercedes pela Tesla, nem trocando a corrida aos combustíveis fósseis pela corrida ao lítio das gigantescas baterias eléctricas dos novos automóveis, que vamos resolver os problemas ambientais do planeta. Apenas os transferimos para um patamar superior, que em breve se revelará ainda mais grave e largo.

Ao invés do que se passou com a crítica situacionista, que foi não só incapaz de fazer a desmontagem da base material da produção mecânica como se acabou por render a ela, desenvolvendo por isso os subprodutos artísticos que atrás referimos (pintura industrial, música electrónica, poesia cibernética), o surrealismo percebeu, ou foi percebendo após 1945, na época mesma em que a crítica de Debord se preparava para o “liquidar”, que a base material do capitalismo, então já na sua nova e mais destrutiva fase, a nuclear, tinha de ser posta de lado e trocada por experiências mais modestas e menos espectaculares, que surgissem desvinculadas do horizonte fáustico para onde a sociedade industrial já então se precipitava, arrastando com ela o resto do mundo, e que fossem capazes de recuperar a memória de outro tempo humano mais limpo e sábio, em que o risco de destruição mútua e de aniquilamento natural deixassem de ser um perigo tão real e tão permanente.

Foi ele, o surrealismo, que se mostrou em condições de deixar cair a ideia que o papel do ser humano na Terra é o de dominar e explorar a natureza — noção que a crítica situacionista, ao conviver de forma tão acrítica com a tecnologia industrial, nunca se mostrou em condições de superar. Foi ele ainda que percebeu que a superação da arte — o mesmo é dizer o que há de crucial no combate cultural — nunca podia chegar por meio da técnica ou de qualquer tecnologia de ponta, já que isso é apenas e sempre o reforço do mundo mesmo que hoje existe.

Quando Constant defende que só a técnica pode ser a base material da nova sociedade, que só ela pode satisfazer as necessidades humanas, que só ela faculta ao artista o nomadismo que lhe é vital, ou quando Jorn defende que o ser humano deve ser o “senhor” da técnica e Debord fala da acção política revolucionária no desenvolvimento das possibilidades modernas de produção, eles não estão mais



do que a reforçar o suporte ideológico da sociedade actual. Isso ajuda a explicar o que no início apontámos — a facilidade com que parte da crítica situacionista, aquela que diz respeito ao espectáculo, pôde ser integrada no discurso dominante. Aceitando o princípio ordenador do presente, adaptando-se à sua orientação basilar, não pondo em causa a sua determinação essencial, qualquer crítica da mercadoria fetichista se torna inofensiva. O crescimento económico, e com ele toda a economia, não existe hoje senão como corrida cega ao crescimento técnico.

As análises de Constant, Jorn e Debord mostram pois como o modelo crítico situacionista é hoje uma velharia — chamar-lhe assim não é uma ofensa, mas apenas a constatação da sua inutilidade. O combate do nosso tempo está muito longe de poder conviver com qualquer acrítica idolatria pela técnica. O que hoje interessa é denunciar as determinações sufocantes do sistema que envolve essa mesma técnica e não nos deixam alternativa de escolha.

Cabe ao combate cultural mais decisivo dos dias de hoje procurar as vias que possam garantir duradouramente a vida na Terra e o bem-estar essencial para cada ser humano. Isso não passa por qualquer condescendência, menos ainda por qualquer reforço, dum meio estrangulador, com uma lógica interna autofágica, que se justifica a si mesmo fora de qualquer resultado prático. Ao invés, precisamos de aceitar que muitas das experiências pré-industriais e pré-mecânicas, essas para quem a crítica situacionista só teve palavras de menosprezo, relativas a um outro modo de produção e vida, podem ser retomadas sem qualquer vergonha. Nem sempre a evolução é linear e progressiva. Por vezes é preciso regressar ao passado para exumar segmentos que ficaram esquecidos, mas cujo interesse merece ser reavaliado, acabando alguns deles por se mostrar mais adequados ao futuro do que algumas ou mesmo muitas experiências do presente. Basta o exemplo da agricultura para percebermos como os saberes tradicionais podem ser muito superiores aos que foram e estão a ser desenvolvidos na modernidade pela técnica industrial.

Precisamos sempre de pensar que o modo de vida que hoje temos, e que evoluiu a partir dum ponto de partida que se situa no final do século XVIII e início do século XIX, com a primeira exploração dum combustível fóssil, o carvão de pedra, e o seu aproveitamento para formas mecânicas de produção de bens e transporte, representa só uma ínfima parte da história da nossa espécie sobre a Terra, qualquer coisa como 0,25 %. Não é pois de estranhar que muito do modo de vida que foi tentado nos últimos dois séculos, sobretudo aquele que

fez depender de forma quase sacralizada do sistema técnico a resolução de todos os males humanos e naturais, se mostre uma encruzilhada, ou mesmo um beco sem saída, que é necessário abandonar em função de experiências mais duradouras do passado pré-industrial e pré-mecânico, que provaram ser soluções muito mais sólidas e seguras para o futuro da vida na Terra.

Atento à dimensão abissal e intemporal do inconsciente, desvinculado do vazio do presente, no qual via uma existência abjecta que coartava aos seres humanos o voo livre, capaz de conviver no mesmo plano da presença com o passado e com o futuro, o surrealismo percebeu ainda que a realização da filosofia e a superação da arte, os dois desideratos situacionistas, só podiam chegar através dum imaginário descolonizado em que palavra, poema e desenho reassumissem a efemeridade, a permanência e a força do sentido da sua condição natural

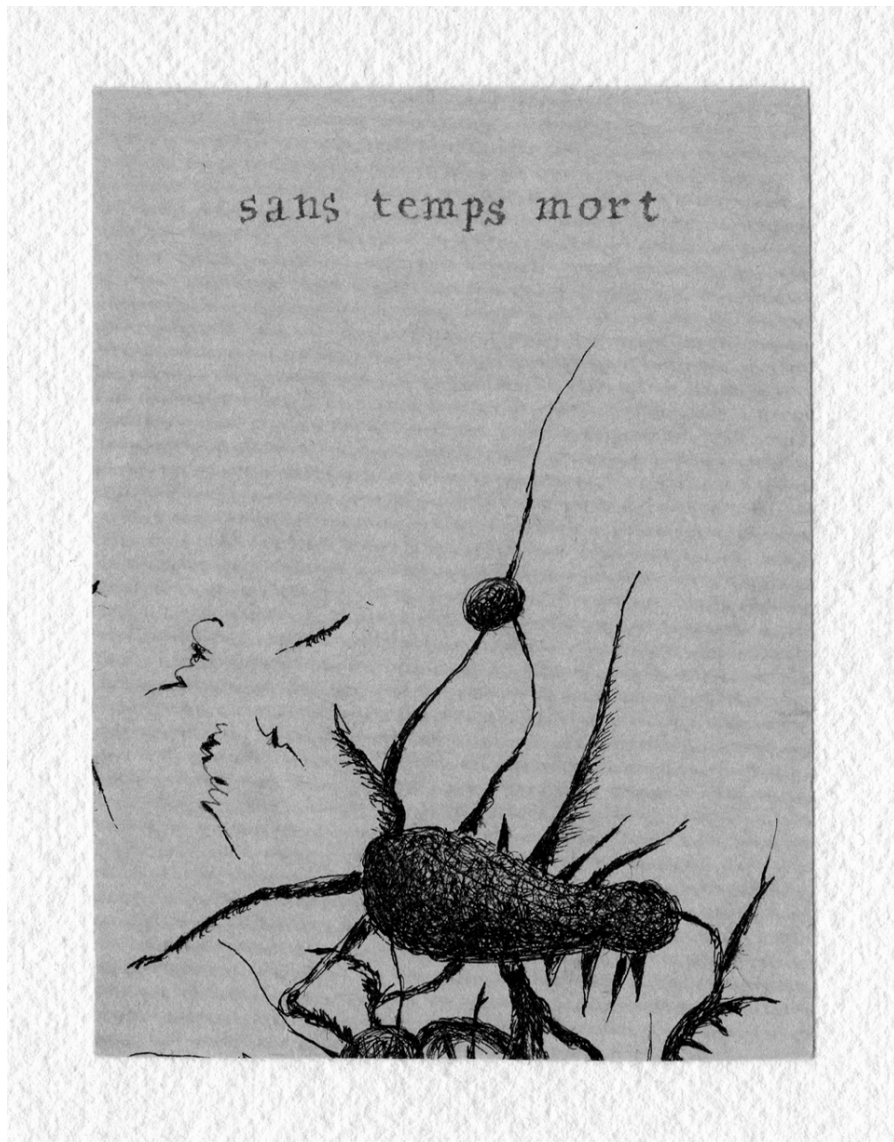
essas que o traço rupestre dum índio e o dum pré-histórico tinham, quando, no meio de forças sem sentido e até adversas, eram inscritos na areia e na pedra com o propósito simples, mas decisivo, de falar respeitosamente com a natureza.

Não poderá haver realização da filosofia e superação da arte sem desvinculação do sistema técnico, já que este é a fonte mesma da filosofia e da arte tal como nasceram e tal como hoje as entendemos. A noção de *arte mágica* formulada pelo surrealismo na época em que Debord publicava o “Relatório” — data de 1957 o livro *L’Art Magique* de André Breton — parece dar assim uma resposta muito mais adequada e promissora aos problemas do combate cultural da nossa época do que a crítica situacionista, já que esta ficou paralisada na teia tecnológica dum presente cego e no contributo involuntário que deu à “arte contemporânea”, que dominada pelos *aparelhos* técnicos, pela reprodução mecânica exacerbada e pela produção em massa não podia ter outro destino senão servir de referencial ao mercado financeiro mundial.

O espectáculo parece não deixar outra saída a todos os que têm a inteligência de o desmontar senão o próprio espectáculo. Superar a arte através da sua mercantilização absoluta e realizar o pensamento através da sua circulação mediática parece ter sido assim a pouca fortuna que coube àqueles que, conquanto exigentes, não quiseram ou souberam perceber as potencialidades emancipadoras de certas experiências do passado, remetendo-as acriticamente para o domínio da alienação primitiva. Como se isso não fosse já bastante, carreando uma crítica que se mostra hoje datada, ainda recusaram encarar os malefícios do sistema técnico do seu tempo, vendo nele uma virtuali-

dade libertadora onde afinal só existia uma das mais danosas e sinistras prisões de sempre.

**Nota Final:** antes desta antologia que aqui comentamos e acabada de surgir em 2021, Júlio Henriques traduziu sobre a crítica situacionista o seguinte volume (onde se encontra o texto de Asger Jorn sobre a automatização da produção de bens publicado no n.º 1 do boletim da IS): *Internacional Situacionista – Antologia*, Lisboa, Antígona, 1997, pp. 328. A colectânea de G. Debord editada em 2021 pela chancela Barco Bêbado foi organizada pelo seu editor, Emanuel Cameira.



*sans temps mort*  
desenho (inédito)  
de Luis Manuel Gaspar

# Camões

## um marrano entre os labirintos

*Pedro Martins*

Passam 450 anos sobre a publicação d’*Os Lusíadas* de Luís de Camões. Em geral a imprensa e os comentadores que lembraram o assunto não saíram dos estafados lugares-comuns – “poema do império e da cristandade”. Há porém outras leituras do poema, como a de Fiama Hasse Pais Brandão, que o leu à luz do criptojudáismo da época. Espanta-nos que tantos e tão divergentes leitores, de Eduardo Lourenço a Vasco Graça Moura, de Hernâni Cidade a António José Saraiva, de Vítor Manuel de Aguiar e Silva a José Carlos Seabra Pereira, silenciem tais leituras, bem apoiadas aliás por uma erudição e uma inteligência hermenêutica que há muito deviam servir de aviso para o seu interesse. Um Camões com uma identidade religiosa heterodoxa, bem diferente daquela que o camonismo oficial de Estado nos tem apresentado, merece da nossa parte a maior simpatia e atenção.

1. Sob pena de se sofrer um desmentido da História, não se poderá hoje continuar a afirmar, como Eduardo Lourenço o fez numa das suas obras mais celebradas, ser Portugal um país que «não teve nunca, nem tem, propriamente, *problemas de identidade*» (1988: 19); ou que tais problemas, se alguma vez os portugueses, «herdeiros de um passado e de uma vida duramente vividos mas sem fracturas ou conflitos particularmente dolorosos ou trágicos» (*idem*: *ibidem*), os tinham tido, haviam sido de *superidentidade*.

Não se julgue, porém, que o pensador se limitou a proclamar aquela inteireza de ordem histórico-política que permite distinguir Portugal, «excessivamente uno», de uma Espanha «‘múltipla’ na sua relação consigo mesma» (*ibidem*). Não. Em sua irrestrita afirmação, essa *excessiva unidade* irá bem mais além. Num autêntico passe de mágica, assevera Lourenço, agora no seu *opus magnum*, sermos «um povo sem problemas de identificação étnica e histórica, mas perturbado em profundidade pela questão da sua *identidade* e da sua *vocação* num mundo em acelerada e imprevista metamorfose» (1992: 120).

*Sem problemas de identificação étnica e histórica.* É espantoso o modo como Eduardo Lourenço ilude, entre nós, a crucial questão marrana. Disso se colhe bom exemplo nas laudas inaugurais de *O Labirinto da Saudade*, ali onde o filósofo pôde escrever (1992: 14): «A única diáspora da nossa história foi aquela que por pressão da catolicíssima Espanha impusemos em tempos aos nossos judeus, diáspora atroz e relativamente benigna para que séculos mais tarde os herdeiros das

vítimas se orgulhem diante de Voltaire da sua antiga condição de portugueses. Diáspora miraculosa também, pois deu ao mundo *Beneditus Espinosa...*»

Impressiona o irrealismo impenitente de quem, no “Breve Esclarecimento” em que acaba de ser citado, houvera, linhas antes, apresentado aos seus leitores a «ausência de tragédia» como «a mais refinada e incomunicável das tragédias» que os portugueses teriam, a cada geração, ressentido (*idem*: 13). Nem tragédias, nem mesmo, aliás, diásporas: «Nenhum Tito incendiou jamais o Templo-Portugal obrigando-nos à força a dispersar-nos pelos quatro cantos do universo» (*idem*: *ibidem*). Excepto, como se viu, a diáspora que, com efeito, melhor se dirá *dispersão* internamente imposta, mas *por pressão da catolicíssima Espanha*, aos *nossos judeus*, restando, porém, saber se a Isabel e a Fernando, também romanos, mas catolicíssimos, por Titos os haveremos de ter.

Por ligeiro, o filósofo torna-se penoso. Três séculos de uma perseguição tenebrosa, tenazmente movida a centenas de milhares de cristãos-novos portugueses pelas garras tentaculares do Santo Ofício, parecem resumir-se, a seus olhos, a uma injunção com que, *em tempos*, a contragosto, urgimos os *nossos judeus*. E daí que, no fundo, uma década depois, pudesse Lourenço reafirmar «a estrutura da hiperidentidade que desde pelo menos o século XVI nos caracteriza» (1988: 22).

Não parece nunca o pensador ter percebido o facto de, logo no final do século XV, mau grado o espectro minaz do Édito de Expulsão, a esmagadora maioria dos cristãos-novos portugueses não ter deixado o país, até porque tal, na prática, lhes fora prontamente vedado. *Baptizados em pé*, forçaram-nos a ficar. E, nas primeiras décadas do século XVI, o seu número oscilava entre os 12% e os 19% da população global da Metrópole. Todavia, nos meios urbanos, onde se concentravam o dinheiro, o poder, a política, a erudição e o comércio, a sua percentagem era ainda muito mais expressiva, podendo atingir um quarto, ou até mesmo um terço, da população. Convirá por outro lado lembrar que «(...) a maioria dos marranos portugueses eram os judeus espanhóis mais tenazes, que Portugal converteu à força mas que autorizou praticamente a judaizar durante cinquenta anos sem verdadeira Inquisição. O marranismo saiu disto mais forte, mais profundamente enraizado, mais bem organizado do que tinha sido em Espanha, e muito mais presente também na população urbana.» (Yovel, 2011: 362)

Ao invés do que sucedera nos reinos vizinhos de 1391 a 1492, a assimilação dos conversos portugueses nas tessituras da cristandade na-

cional constituiu, quase sempre, um fenómeno superficial. Antes de mais, por mor da acção dos judeus crípticos, desses *judaizantes* historicamente invocados como justificação para o estabelecimento da Inquisição que, vivendo «um exílio dentro do próprio exílio, começaram a formar involuntariamente uma entidade própria, nem judaica nem cristã, que se afastava dos judeus em direcção aos cristãos sem verdadeiramente os alcançar» (Yovel, *op. cit.*: 343). Mas havia ainda os não-judaizantes, de quem Yovel nos oferece impressionante retrato: «Fugindo da sua origem e da sua antiga identidade judaica para se assimilarem e emanciparem no Portugal cristão, perderam a sua primeira identidade sem adquirirem plenamente a identidade cristã. Eram etiquetados, estigmatizados, facilmente perseguidos e por vezes mesmo queimados por uma pertença com a qual não se identificavam já nos seus corações — mesmo se a situação objectiva lhes impunha reconhecerem que era essa a sua sorte. A ruptura entre o seu ser e a sua consciência não era pois menor que a dos verdadeiros *anoussim* (convertidos à força).» (*idem*: 362)

Mesmo que o credo enfraqueça, se empobreça ou seja até abandonado, sempre a cultura tenderá a persistir como condição ontológica, signo de vinculação e pertença. Na verdade, a conversão não liberta da judeidade. Ninguém se desprende de uma identidade milenarmente atávica como quem mudasse de camisa. E a percepção de uma tal realidade resulta transversal a todas as partes correspondentemente envolvidas no problema, em Portugal como alhures: «A ironia (para grande consternação dos cristãos-velhos) estava em que o termo “português” era frequentemente compreendido, fora de Portugal, como sinónimo de “judeu”: supunha-se com efeito que os Portugueses do estrangeiro eram necessariamente comerciantes e que os comerciantes eram geralmente cristãos-novos (que os estrangeiros continuavam, eles também, a chamar de “judeus”). Isto implicava também que Portugal regurgitava de marranos e tinha-se tornado uma nação “judaizada”.» (*idem*: 364)

Entre os séculos XVI e XVIII, o tecido étnico-religioso português estará longe de constituir a cristianíssima túnica inconsútil divisada pela fantasia de Eduardo Lourenço. Ao invés, caracteriza-o uma dilaceradíssima cisão identitária que a sanha inquisitorial e o escrutínio da limpeza de sangue, incidindo sobre dezenas e dezenas de milhares de conversos e seus descendentes, mais e mais irão acentuar. Muito simplesmente, uma e outra dividiram «Portugal em duas sociedades distintas e praticamente, de facto, em duas “nações” diferentes» (*idem*: 379).

2. Entre as acusações que Eduardo Lourenço, n’*O Labirinto da Saudade*, endossa aos autores da Filosofia Portuguesa encontra-se a de cultivarem um *estilo peremptório*. Não obstante, será o próprio, num dos ensaios desse livro, a exarar: «Mas seja qual for a interpretação ideológica de Camões, não é possível para ninguém, separar o seu canto épico da apologia histórica de um povo enquanto vanguarda de uma Fé ameaçada na Europa do tempo e de um Império igualmente guarda-avançada da expressão comercial e guerreira do Ocidente. É essa «a matéria» textual e moral do Poema. Não tem outra e é absurdo fingir que possa tê-la.» (1992: 122)

Tão terminante asserto seria assaz de estranhar em autor que mal sofre de terceiros os seus juízos categóricos, se outras passagens daquela obra nos não oferecessem novos exemplos da sua própria conclusão. Como quer que seja, parece o pensador ter sido bastante claro na rejeição liminar de quaisquer leituras que se distanciem do Camões arauto de uma cristandade que na Fé e no Império encontra a sua essencial vinculação cultural, cultural e civilizacional. Fá-lo em 1977, num texto sobre as comemorações do 10 de Junho desse ano, em que, pelas vozes de Jorge de Sena e de Vergílio Ferreira, haviam estado em foco a emigração e as comunidades portuguesas, e em que escreve ainda: «A “emigração” simbólica de que Camões seria agora o exemplar e mítico patrono, não muda de conteúdo com o novo carisma. Ela foi expansão, conquista, descoberta, gesta desmedida de pequeno povo convertido em ferro de lança da burguesia empreendedora e mundialista do Ocidente. Foi um fenómeno imperialista, ao mesmo tempo religioso e cultural, de absoluta boa consciência, como os tempos pediam e pedem sempre aos que têm meios para os levar a cabo, exemplo ímpar de energia vital e histórica. É desta «emigração» planetária que Camões foi o cantor patético e violento, o cruzado intelectual e moral consciente de sê-lo, mesmo se nela não foi humanamente mais, como a poetas pode suceder, que um marginal e génio, codilhado e mal pago.» (1992: 124-125) Confrange a visão trivial: a cauta sensaboria do *camonismo de Estado* revela já, num filósofo que o regime emergente tenderá a entronizar, a devoção irrefragável de um catecismo putativamente laico.

Logo em 1979, um ano após o surgimento de *O Labirinto da Saudade*, Fíama Hasse Pais Brandão inicia a publicação na imprensa de uma série de estudos sobre Camões com que intenta revelar um perfil cripto-judaico e cabalístico do poeta. Serão depois reunidos em *O Labirinto Camoniano e Outros Labirintos*, de 1985. Perscrutando com assombrosa e arguta erudição as minúcias indiciárias que formam

multidão no *corpus* textual camonino (mas também na sua biografia ou na sua iconografia), considera Fiama ser *a iniciação esotérica e mística* o motivo central da obra do poeta, numa encruzilhada em que confluem a *kabbalah*, a alquimia e a gnose templária e em que se descobrem teses tão estimulantes (e escoradas em sólidos argumentos) como essa de os dez cantos de *Os Lusíadas* corresponderem às dez *sephiroth* da Árvore da Vida; ou essa outra de os *varões assinalados* serem, na circunstância da epopeia, os portadores do *sinhal*, sinhal duplo, o do povo judeu e o dos Cavaleiros de Cristo, a data de 1497 assinalando dois factos capitais no reinado de D. Manuel I: o termo do prazo de conversão dos Judeus e subsequente expulsão e a partida para a viagem à Índia de Vasco da Gama e estes serão, segundo Fiama, os dois sentidos exotéricos que irão entrelaçar-se ao longo do poema, sem prejuízo dos sentidos esotéricos, ou ocultos, para os quais os primeiros se irão abrir.

Igualmente surpreendente se revela o estudo sobre o significado de alguns nomes proeminentes de *Os Lusíadas*, tais como os de Veloso, Leonardo ou Gama, em que a autora, com funda sabedoria, pode descerrar significados judaicos e cabalistas; ou a leitura percuciente da Carta III, que mostra como Camões nela terá plausivelmente cifrado a sua judeidade, aludida, por exemplo, na adopção do termo *matador*.

Bosquejo tão breve como o que vem de ser feito não chega sequer a dar uma pálida imagem do labor exegético e hermenêutico que Fiama consagrou a Camões. Trata-se, na verdade, da perquirição apaixonada e prodigiosa de um espírito de superior inteligência e inesgotável ciência, em que cada hipótese se desenvolve até ao limite das possibilidades de uma investigação sempre em diálogo com os vislumbres do seu desenvolvimento poliédrico, e que tanto engloba os progressos da autora como os contributos doutrem, sejam os de um Faria e Sousa no século XVII, sejam as asserções coevas de uma Maria Antonieta Soares de Azevedo, de um António Telmo ou de um Helder Macedo.

Por si só, o contínuo desvelamento, pela autora, deste Camões judeu, marrano e cabalista, esteado na razoada desocultação probativa de uma linguagem dúplice, deveria, em princípio, sustentar a legitimidade da sua própria afirmação. Não foi isso, todavia, que sucedeu. Mas, bem vistas as coisas, seria ingénuo esperar que algo diferente ocorresse. Na sua magistral demonstração da correspondência dos dez cantos da epopeia com as dez esferas da árvore cabalística, que saiu primeiro a lume nas edições de 22 e 29 de Fevereiro de 1980 d'*O Jornal*, escreve, a dado passo, Fiama, procurando explicar o Canto X



pela sefira *Malcuth*, o Reino, morada da *Schekinah*: «O rio, do conhecimento ou inteligibilidade de Deus, que é, numa das suas faces, a História, e que começou a correr no terceiro Sefirah, como já vimos, deve agora, no décimo Canto, desaguar no grande mar; assim se compreendem as referências do poeta ao “imenso lago” (X, 79) *onde a Ninfa recolheu o vaticínio*. Mar da Cabala é expressão consagrada entre os cabalistas e exprime o conhecimento de Deus até à margem do possível. (O mar do Texto de Deus, que a nau colocada no rosto da Bíblia hebraica de Ferrara, figura. A questão fundamental da Fé (*Emouna*) está, aí, simbolizada pelo golfinho, símbolo da fidelidade).» (1985: 67)

Neste parágrafo se revela um profundo conhecimento da *kabbalah*, das estruturas e do dinamismo do intermundo sefirótico e da própria tradição hebraica na imensidão da sua globalidade. Da maior importância vem a ser a nota, com o número 21, que, a final, lhe surge associada: «A expressão *Fé e o Império* de *Os Lusíadas*, terá de perder definitivamente as conotações com que tem estado confundida e ligar-se, de facto, ao ideário desse Poema.» (1985: 72)

Como, porém, convencer da plausibilidade de uma tal interpretação quem, como Eduardo Lourenço, proclamara já estritamente cristianíssimos, dois anos antes, a Fé e o Império que definem o horizonte da epopeia camonina? Como levar o mestre-escola do novel regime, em sua tibieza, afinal tão provinciana, a largar a cartilha redutora do camonismo de Estado? Essa mesma cartilha que tudo mede pela ignorância com que compassa a ausência do próprio espanto, e que levava já um Hernâni Cidade, ainda em 1972, segundo revela Fiamas, a fazer vista grossa, em nota de rodapé, ao primeiríssimo dos sinónimos que Bluteau, em seu proverbial *Vocabulário*, consigna de *mata-deu*?<sup>9</sup>

A bravata d’*O Jornal* pode bem ter sido a gota de água que fez transbordar a taça da paciência de Lourenço, sempre tão cioso da pureza política e teológica do seu *cruzado*. Mês e meio depois, na edição de 17 de Abril de 1980, sob o título “Camões e a religião”, noticia *A Capital*: «Eduardo Lourenço e António José Saraiva tomarão parte num debate sobre “A religião de Camões”, a partir das 21 e 30 de hoje, no Centro Nacional de Cultura. Estarão em causa, segundo se prevê, as relações do poeta com a cabala, mas muitas outras questões deverão surgir num colóquio que promete ser animado.»

Nessa noite, o jornalista e escritor António Carlos Carvalho esteve lá; e não gostou do que presenciou. A carta que, logo no dia seguinte,

escreveu a Fiama, e de que aqui se dará longo excerto, encerra um extraordinário testemunho do que então se passou:

« (...) Este seu amigo, de vez em quando, gosta de se armar em cavaleiro andante e tomar a defesa dos fracos e dos oprimidos. Neste caso, não se tratava de «fraqueza» sua, mas de ausência — e na sua ausência houve uns senhores que se permitiram dizer mal de si, desdenhando do trabalho que anda a fazer. Fui obrigado a intervir... Eu lhe conto: o AJS e o EL invocaram o seu nome e os seus artigos como representantes de uma certa tendência para fazer a leitura cabalística dos “Lusíadas”. Artigos que consideraram “fantasistas”. (O AJS confessou mesmo que não tinha conseguido acabar de ler um deles devido aos argumentos apresentados...) e “cabala”, a que se referiram em termos desdenhosos.

Perante tanto disparate fui obrigado a fazer duas lamentações: 1) lamentei que a Fiama não estivesse presente e que estivesse a ser queimada em effigie — mas talvez fosse a sua sorte, porque de outro modo sairia dali condenada, de «sambenito» e vela na mão, talvez devido à proximidade do antigo Palácio da Inquisição; 2) lamentei que a Cabala fosse tratada daquela maneira, demonstrando que nada se sabia do assunto ...

De facto, perdi a cabeça. E ainda bem, porque obriguei o EL a deixar bem claro que não se tratava de queimar a Fiama, que até considerava o seu trabalho muito válido, etc., etc.; simplesmente não conseguia acompanhar o seu vôo. Quanto ao AJS, ficou mudo e quedo.

Enfim, nada de novo na frente ocidental.

Foi, de facto, pena que a Fiama não quisesse ou não pudesse estar presente para esclarecer muita coisa. Mas presumo que decidiu ficar no silêncio criativo dos seus livros. Devo reconhecer que nada se aprende nestes monólogos em público. Mas também só lá fui porque «pressenti» que iam atacá-la e eu, o cavaleiro andante, devia estar presente para defender a sua «honra» ...

Não se incomode com este ladrar dos cães. O seu trabalho é vital — tem o dever de o prosseguir. Ao menos eu, e todos os judeus de religião, ou de coração, estamos consigo.»

De António José Saraiva é sabido que, na esteira de Benzion Netanyahu, sustentou tese revisionista pela qual negava, entre nós, a existência, pelo menos significativa, de judaizantes, propugnando assim a efectiva assimilação dos marranos portugueses na sociedade cristã,

posição claramente minoritária que lhe valerá arrostar uma polémica com I. S. Révah. Como quer que seja, não admira, a esta luz, que Saraiva, enfileirando com Lourenço, procurasse impugnar a existência de um Camões marrano...

3. Alçada ao clamor das parangonas, a morte de Eduardo Lourenço levou ao extremar de todos os panegíricos. Chegou-se, aliás, ao ponto de se afirmar o bastante para envergonhar uma nação ancestral: *fora ele que nos ensinara a pensar*. Deste prisma, do *Dicionário de Luís de Camões*, publicado em 2011 e coordenado por Vítor Aguiar e Silva, dir-se-á ter sido uma lição bem estudada. Embalde nele se buscarão verbetes sobre Telmo, Fíama ou Maria Antonieta Soares de Azevedo, pese embora a relevância inexorável destes nomes de camonistas. Tão pouco temas como o judaísmo ou o esoterismo ali receberam a menor atenção. Pior será o facto de Telmo não chegar sequer a existir para o *Dicionário* e Fíama somente aí ser referida uma vez, pela menção ocasional, envolta em prudente assepsia, da sua «controversa interpretação judaizante» das cartas camoninas (Silva, 2011: 245). Já Lourenço e Saraiva (este último, também como camonista) se topam reiteradamente, inamovíveis na sua ciência, nos índices do final do volume.

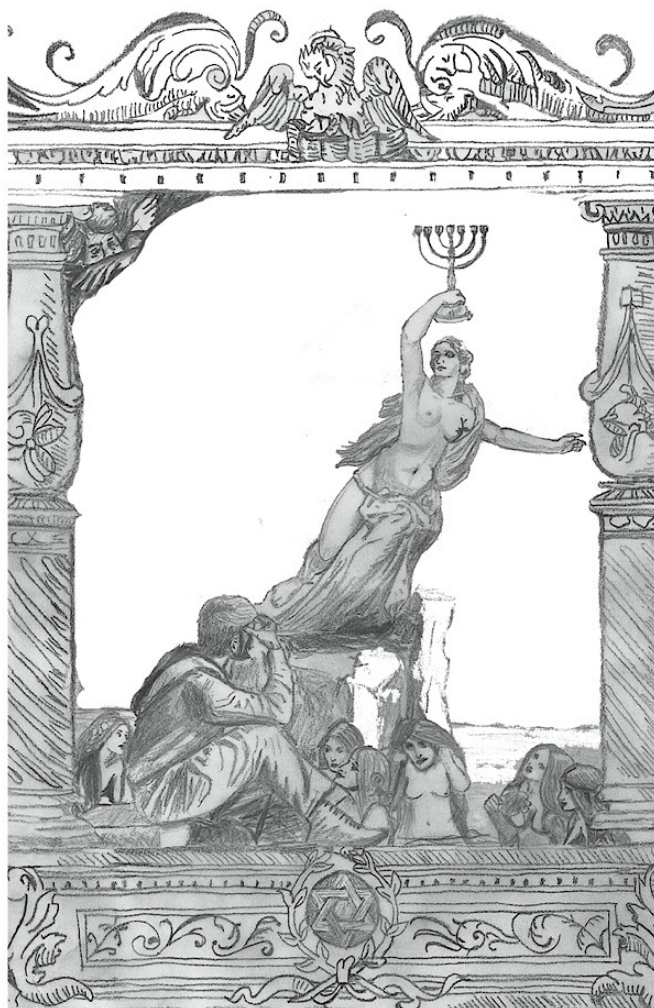
Já n' *O Labirinto Camoniano* lembrara Fíama ser «sempre mais fecundo, em relação ao passado, compreender do que corrigir» (1985: 49). Excepto quando de algo ainda nada se sabe, caso em que tudo estará já em esconder. Assim se evidencia o péssimo serviço que o *Dicionário de Camões*, seja por desconhecimento ou por deliberação, veio prestar à cultura portuguesa, sonhando aos seus leitores, com laivos reaccionários de insofrido conservantismo, a consideração exaltante de alguns dos veios mais perigosos e, por isso mesmo, mais vivificantes da obra e do pensamento camoninos.

4. No início deste ano, o *JL* deu primaz destaque de capa à comemoração dos 450 anos de *Os Lusíadas*. Bem pôde José Carlos Seabra Pereira, no início do ensaio com que ali abriu o dossier do tema, evocar, promissor, os nomes de Dalila Pereira da Costa e Helder Macedo, que o Camões iniciático continuou, porém, prudentemente encerrado na câmara-escura do obliúvio. Conhecerá, ao menos, Seabra Pereira a aproximação que António Telmo, na sua conferência na Sala dos Espelhos do Palácio Foz, em 1980, logrou estabelecer entre a viagem iniciática de *Os Lusíadas* e a experiência mística de Dalila tal como esta a relatara em *A Força do Mundo?* Por muito que o professor católico de Coimbra comece por proclamar o *alvorço* e o *início* que sempre Camões suscitará, não há nele o menor assombro, o mais leve

sobressalto, sequer uma suspeita de arrojo. Somente falsete, posto que envolto, aqui e ali, numa profusão modernaça de diálogos com a contemporaneidade. E nem mesmo a menção, a final, das camoninas cartas, teve o condão de exumar, por breves instantes, a «*controversa interpretação judaizante*» de Fiamá. Tudo velho e relho.

ALMOINHA, SESIMBRA  
Pentecostes de 2022

**Obras Citadas:** Brandão, Fiamá Hasse Pais (1985). *O Labirinto Camoniano e Outros Labirintos*. Lx: Teorema; Lourenço, Eduardo (1988). *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lx: INCM; (1992); *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*. Lx: Dom Quixote; Silva, Vítor Aguiar e (coord.) (2011). *Dicionário de Luís de Camões*. Lx: Caminho; Yovel, Yirmiyahu (2011) *L'Aventure Marrane*. Paris: Seuil.



Camões Marrano  
desenho de Mara Rosa

Sendo somente Amor senha do santo,  
Está Ele para a sanha como um manto.  
E a Pérsia que sempre te inspirou  
Foi a cifra que o verbo iluminou.

Acordas em nós o mistério vivo  
E fazes do Amor tal entendimento,  
Que escondido seja ele, é activo  
Hermeneuta do sol, seu fundamento.

O sentido por trás da Academia  
Revela o que queres tu despertar.  
Gama ou Camões, mestre sem templo,

Remando sobre tábuas, nada via,  
Olhos vendados no infinito mar  
E em Adão Astral, seu duplo e exemplo.

# O centenário de José Saramago (1922-2010)

*Eugénio Lisboa*

*a festa antes de tempo (malhas que o provincianismo teve)*

No dia 16 de Novembro de 2022 cumprem-se cem anos sobre o nascimento de José Saramago, perdão, do “nosso único Nobel”, como a nossa comunicação social tanto se derrete a dizer. Sim, convém roer bem este osso raro e apetecível, que tanto afaga a nossa autoestima e nos leva de novo para a grandeza dos descobrimentos! Seja como for, seria normal que as celebrações desse aniversário começassem em 16 de Novembro de 2022 e se prolongassem por um ano, até Novembro de 2023. É como se costuma fazer. Mas, desta vez, a impaciência lusíada foi tão grande, o desejo de se agitar freneticamente o milagre Nobel, em nada inferior ao outro de Fátima, foi tão impulsivo, que aí estamos nós, avançando dum ano a efeméride, e a tocar, com acintosa paixão, o tambor da glória. Tudo se vai fazer, em grande, para que lá fora se não esqueça que em Portugal também há um Nobel da Literatura! Com Saramago, nas letras, e Ronaldo, na bola, não há desculpa para depressões nem para vendas escandalosas de ansiolíticos. Os portugueses, quando celebram, não têm mãos a medir. Aperte-se o cinto, poupe-se no pão e nas ligaduras, mas faça-se um arraial de encher o olho. Uma festarola destas, em grande, é tão indispensável à imagem do país, como a construção dum novo estádio de futebol! Os estrangeiros vão ver como é! Camões, em 1980 não teve nada de parecido com isto, mas também é bom de ver que o nosso Luís Vaz é muito bom, é muito bom, mas não teve nunca o Nobel. Essa é que é essa. Pode dizer-se que, no tempo em que Camões comeu o pão que o diabo amassou, não havia Prémio Nobel. Pois sim, mas a julgar por aqueles que os suecos têm desprezado, está muito longe de ser líquido que o nosso Luís Vaz o abichasse. Além do mais, o facto de ter sido castigado com um exílio para a Índia, de ter estado desempregado na Ilha de Moçambique um ror de tempo a coçar os tomates (e a defecar para cima do Índico, v. Jorge de Sena) e de ter andado por Lisboa, numa situação social mais do que duvidosa, a viver duma tença e de esmolos, decerto incomodaria o olfacto fastidioso dos académicos de Estocolmo. Saramago, não! Saramago chegou e sobrou para o Prémio e os portugueses não cabem em si, de contentes. Daí,

a festança que se aproxima. O Parlamento vai andar num afogadilho a produzir legislação punitiva para quem se atrever a não gostar de Saramago. Mais: vai, parece, produzir legislação para OBRIGAR todos os portugueses a gostarem ostensivamente do autor de *Memorial do Convento*. Sob pena dum severo castigo. De resto, esta ideia de castigar os dissidentes começou logo por altura em que o galardão foi atribuído a Saramago. Lembro-me duma sessão qualquer em que o muito lido Eduardo Prado Coelho, num acesso de entusiasmo patriótico, apontou um dedo ameaçador à audiência que o escutava e disse: “Agora, sempre quero ver se alguém se atreve a criticar Saramago!” A ameaça já era bastante grotesca e indigna dum académico, mas o pior foi a estrondosa salva de palmas que ela desencadeou. Eu fiquei muito quieto, no meu lugar e não aplaudi. Intrigado, um meu vizinho perguntou-me: “Não gosta do Saramago?” Respondi-lhe: “Do que não gosto é de ser ameaçado de punição, caso não goste.” Espantosa descoberta, a de Prado Coelho: um escritor, ao receber o Prémio Nobel fica automaticamente imune à crítica! EPC disse, ao longo da sua vida, muitas coisas singulares, mas esta foi a cereja em cima do bolo. Saramago, os demónios que tu acordas! Estávamos a voltar ao tempo das ditaduras, as quais não só nos impediam de gostarmos de certas coisas, como nos obrigavam a gostar de outras. O Eduardo PC, afogado em erotismo patriótico, já não distinguia alhos de bugalhos. Sem dar por isso, escorregara para o protocolo salazarento. Acontecia-lhe muito, porque lia tanta coisa, que, como, com muita graça, disse a Sophia, o Eduardo sabia mais do que aquilo que percebia. Enfim, o Nobel outorgado a Saramago tem o condão de produzir, entre nós, estas coisas excessivas.

Falemos agora um bocadinho mais a sério. Não vou aqui discutir se Saramago é um bom escritor, um escritor razoável ou um escritor medíocre promovido por uma máquina bem oleada. Não interessa agora, até porque os juízos literários são muito subjectivos e escorregadios. Já um dia, quando mostrava sincera perplexidade pela promoção obscena que se andava a fazer dum jovem escritor e dum livro seu, de que se não aproveitava um único verso, alguém me observou: “Mas Você é um em um milhão, ao não admirar este escritor...” A este tipo de argumentação, que a mais rudimentar lógica rejeita, já Bertrand Russell respondera nestes termos luminosos: “O facto duma opinião ser amplamente compartilhada não é nenhuma evidência de que não seja completamente absurda; de facto, tendo em vista a maioria da humanidade, é mais provável que uma opinião muito difundida seja tola do que sensata.” Basta lembrarmo-nos de que, durante

muitos séculos, a esmagadora maioria dos homens tinha a certeza de que a Terra era plana, que o Sol girava em torno da Terra e que os antípodas andavam de cabeça para baixo e, no entanto, essa esmagadora maioria estava errada. Foi por os académicos do Brasil nunca terem deparado com estas palavras do grande lógico matemático, que Paulo Coelho foi parar à Academia Brasileira de Letras: eram tantos a comprá-lo e a lê-lo e a dizerem que era muito bom! Que haviam de fazer os académicos brasileiros se não estender-lhe o tapete? Quem se atreve a dispensar uma estrela mediática? Um homem traduzido em dezenas de línguas? Coragem, sim, mas devagar! Além disso os homens de letras, a quem falta, deploravelmente, um mínimo de formação científica, são normalmente muito assertivos, até porque acham que as chamadas ciências exactas são mesmo exactas, do género dois e dois serem quatro. Só que isso está longe de ser assim e, voltando ao grande lógico matemático, recomendo este aforismo dele, para uso dos dogmáticos das letras: “Todas as ciências exactas são dominadas pela ideia de aproximação.”

Voltemos então ao Nobel de Saramago e aos orgasmos de admiração parola que desencadeou no nosso país, não excluindo nem as elites intelectuais nem o próprio Presidente da República, Jorge Sampaio (um homem por quem sempre tive a maior estima, admiração e gratidão). Mas a verdade é que, em toda a história do Prémio Nobel, não me consta que o Presidente dos Estados Unidos tenha corrido para Estocolmo, por ocasião do Nobel ganho por O’Neill, Faulkner ou Hemingway, nem a Rainha de Inglaterra, tenha arrastado as suas vestes reais, desde o Palácio de Buckingham até aos frios nórdicos, para assistir à coroação nobélica do seu taciturno súbito, T. S. Eliot (que ela achava chato, soturno e incompreensível). Mas como tudo é diferente em Portugal! Não só o amor, celebrado pelos cardeais de Júlio Dantas, mas também a admiração, celebrada de cardeal para baixo! Somos diferentes, eis a questão. Quando admiramos, admiramos aos gritos e detestamos vespamente quem ponha uma tímida reserva. Dizer-se que não se gosta lá muito deste ou daquele romance do miraculado escritor é crime de lesa idolatria. Porque é a idolatria que, nestas alturas, entra em vigor e a idolatria odeia a reserva cautelosa. Em 1998, ano do milagre, quem não idolatrasse Saramago era inimigo da pátria. Quem, em colóquio ou viagem de turismo cultural, não metesse Saramago era tido por odioso sabotador do êxtase nacional. Prado Coelho, promovido a inquisidor-mor, estava severamente vigilante. Nada de críticas! Nada de relaxações! O momento era de adoração e de justificada histeria.



A mim, que lera alguma coisa e que vivera quase duas décadas em Londres, onde a recepção dum Nobel de Literatura ou outro era um acontecimento extremamente sóbrio e discreto, durante o qual a comunicação social noticiava mas não se extasiava provincianamente, o espalhafato lusíada confesso que me incomodou. Mais do que um bocadinho. Que diabo, toda a intelectualidade adulta sabe que as decisões dum júri são apenas as decisões de homens falíveis. É sempre agradável receber um prémio, mas um escritor consciente das fragilidades humanas, deve sempre fazê-lo, *with a pinch of salt*, como dizem os britânicos. Os dezoito suecos que presidem ao Nobel de Literatura, não possuem especiais poderes de avaliação. São homens e, como homens, são sujeitos a lobbies, interesses, limites de conhecimento, preconceitos e ocasionais lapsos de juízo crítico. Não é pecado de maior. É só um facto da vida. Compreende-se que o prémio seja apetecível pelo seu avultado valor monetário. Já o seu prestígio intrínseco é muito mais difícil de compreender e justificar: *errare humanum est*, mas errar à escala a que os júris do Nobel têm errado é digno de mais que algum espanto. E não só pelo que diz respeito ao prémio de Literatura. Muita gente não sabe, mas o júri do Nobel da Física não se atreveu a dar o Prémio a Einstein, pela teoria da Relatividade, que o tornou famoso e revolucionou a Física pós-Newton: atribuíram-no aos seus trabalhos sobre o efeito fotoelétrico, provavelmente por se não sentirem muito à vontade com a teoria da relatividade (a restrita e a generalizada), à qual não chegavam. Em Literatura, a Academia Sueca consagrou, é certo, alguns grandes escritores como Shaw, O'Neill, Pirandello, Anatole France, Thomas Mann, Herman Hesse, André Gide, Roger Martin du Gard, Bertrand Russell, Hemingway, Faulkner, Camus e não muitos mais. Em compensação, por motivos os mais variados mas que nada tiveram a ver com mérito literário, galardoaram um enormíssimo número de escritores francamente menores, a maioria dos quais está hoje esquecida, deixando de fora escritores notabilíssimos (alguns, verdadeiros gigantes), como Henry James, Mark Twain, Robert Frost, Robert Lowell, Emily Dickinson, Truman Capote, Arthur Miller, Tennessee Williams, Edward Albee, John dos Passos, Virginia Woolf, Aldous Huxley, W. H. Auden, Ortega y Gasset, Unamuno, García Lorca, Pio Baroja, Karen Blixen, Stindberg, Alberto Moravia, Ibsen, Zola, Jorge Luis Borges, Graham Greene, Joseph Conrad, Lawrence Durrell, Philip Roth, Proust, Claudel, Valéry, Malraux, Saint-Exupéry, Jean Anouilh, Rilke, Kavafis, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Clarice Lispector,

Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Régio, Torga, Sena, Sophia, Herberto Helder. Deixo de fora ainda alguns, mas não quero alongar demais a lista.

Tudo isto nos deve conduzir a aceitar sempre com alguma sobriedade os juízos valorativos que nos chegam da Escandinávia, não nos deixando cair em tentação de idolatria. Lembrem-se da cáustica advertência do irlandês George Bernard Shaw (que aceitou o diploma e a medalha do Nobel, mas recusou galhardamente o dinheiro): “O selvagem adora ídolos de madeira e pedra, o homem civilizado, ídolos de carne e osso.” Eu prefiro não adorar nem uns nem outros. Admirá-los, sim; adorá-los, nunca.

[17.II.2021]



José Saramago  
desenho de Almerinda Pereira

Assisti, em finais de Outubro de 2021, a um almoço deveras original, cujo relato resumido não resisto, meus amigos, a partilhar convosco.

Disfarçado de empregado de mesa (com máscara e tudo), tive a suprema honra de receber à porta e servir um conjunto de seis convivas (alguns ficaram na rua, por questões sanitárias...), todos eles reputados políticos do arco da rua Augusta da governação (passe a metáfora) e todos eles, excepcionalmente, mascarados de si próprios.

Eu sei que é comum dizer-se (citando o inominado ditador) que, em política, o que parece é. Ora eu acho que neste nosso país de Carnaval, dá-se também o contrário: em política, o que parece NÃO é (ou, dito de outro modo, tudo o que é NÃO parece). Assim, foi sem qualquer espanto, que vi chegar os ilustres comensais. Primeiro, muito apressado, e conferindo ainda as notas sacadas da caixa multibanco, pois é bem certo que não há almoços grátis, chegou o CR2, isto é, o Comentarior da República, versão 2 (vulgo Presidente da República em 2.º mandato). A seguir, muito prazenteiros, António Costa Júnior, em representação do P.S.D. (vulgo P.S.) e Rui Passos Rangel, representando o P.P.D., Partido Popular da Direita (vulgo P.S.D.); mais carrancudo, Jerónimo Martins, do P.S.1 (vulgo P.C.P.); e *plutôt* airosos, Catarina Mortágua, do P.S.2 (vulgo B.E.) e Francisco Rodrigues Melo, em nome do P.P., Partido Póstumo (vulgo C.D.S.).

Mal veio para a mesa, a entrada uns jaquinzinhos com um ar bem apetitoso mereceu logo um comentário irritado do jovem Chico Melo:

Jaquinzinhos? Está-se mesmo a ver o estado de pobreza em que se encontra o nosso país, entregue há décadas ao desgoverno dos sociais-democratas (ainda eu não tinha nascido, já eles estavam no poder, acho). Daqui a pouco estamos na mesma miséria dos suecos e dinamarqueses...

Agastado, António Costa Júnior não se conteve:

Francamente, ó Chico, como pode dizer tal coisa? Nós temo-nos empenhado em criar e proteger os ricos. Neste domínio, Portugal é uma referência na Europa, um paraíso...

A bela Catarina, num aparte, apressou-se a concluir:

Paraíso fiscal...

Eu cá gosto muito de jaquinzinhos, um petisco que, portanto, o nosso povo tanto aprecia. Mas também ia nuns caracóis - asseverou Jerónimo Martins.

Pois eu antes ia em caviar... - ironizou a dita bela Catarina. Neste momento, todos repararam no silêncio inusitado de CR2. Agora sorridente, Costa Júnior, atreveu-se a desfazer o enleio:

O Senhor Comentador da República ainda não opinou... O interpelado, ajeitando o colarinho e a gravata, sossegou toda a gente:

Peço desculpa. Creio ter passado momentaneamente pelas brasas, depois de tantas semanas sem dormir, de tão preocupado que estive em tentar evitar a crise que sempre quis provocar. Mas não percamos tempo, avancemos para o prato principal.

Estendendo a travessa de cozido à portuguesa, para Rui Passos Rangel:

Sirva-se, sirva-se, que pode esfriar.

Obrigado, obrigado, senhor Comentador, eu pelo-me por cozido...

[Convém, neste ponto, fazer um parêntese, com o qual pretendo demonstrar a minha craveira intelectual, para lembrar um artigo do *Jornal de Letras*, onde o meu colega Boaventura Sousa Santos expõe lapidarmente o que entende por poder cru e poder cozido...]

Veja lá se deixa alguma bocadinho para mim - atalhou o sempre bonacheirão Costa Júnior -, se bem que da última vez que comi cozido tenha tido uma indigestão...

Então - recomendou Catarina - é melhor não abusar. Eu não quero cozido, guardo-me para a sobremesa.

Vá lá, desta vez estamos de acordo. Eu sou muito guloso, guardo-me também para a sobremesa. O nosso povo, portanto, gosta muito de farófias... - exclamou Jerónimo.

Mas hoje, não vai haver farófias para ninguém - ripostou,

autoritário, CR2. Já é tempo de este restaurante (perdão, o nosso país), que conseguiu uma estrela Michelin, apresentar uma sobremesa mais sofisticada. Proponho umas eleiçãozinhas caramelizadas com gelado de limão.

Aí, meus amigos, eu que adoro eleições de todas as maneiras, ou não fosse um incorrigível chifrudo, não me contive, excedi-me, confesso, e corri a beijar a face direita do senhor Comentador da República, perante o ar escandalizado, *ma non troppo*, dos restantes comensais.



desenho de Ariana Vitorino



## **Às 20,15 com António Gancho**

*Feliciano de Mira*

Eu estou amarelo?

Isto faz-te mal!

Era, uma vez uma pombinha

Era muito bonitinha

E ao depois havia um barquinho

Uma rosinha no mar

E a telenovela

Era uma vez um cravo

Havia uma palavra de letras

Era muito giro.

Depois o Alfredo Marceneiro

Canta um fado.

9/1/1980



fotografia de Maria João Vasconcelos

# Para uma história crítica do situacionismo

*Gianfranco Marelli*

*Um operário de Esperance-Longdoz resumia assim o seu desacordo com os patrões dos sindicatos e outros cães de guarda do futuro: “Desde 1936 que lutei por aumentos salariais; o meu pai, antes de mim, bateu-se pelo mesmo. Hoje tenho televisão, frigorífico e um Volkswagen. Em suma, continuei a ter uma vida imbecil.”*

RAOUL VANEIGEM

Vma vida imbecil. Para resumir ao máximo, podemos considerar que a teoria crítica elaborada pelos situacionistas no arco de 15 anos (1957-1972) se teceu paulatinamente a partir deste conceito elementar e banal: o ser humano de hoje está sujeito pelo sistema actual de dominação e de exploração a viver uma “vida idiota”.

Aquilo que torna o ser humano tão profundamente, tão desesperadamente infeliz não é nada mais do que dar-se conta de que a sua vida está doravante desprovida de qualquer paixão, de qualquer sentimento humano, já que ele sobrevive num mundo em que o único valor, a única *razão de ser*, ousaremos nós dizer, é a necessidade imperiosa de produzir mercadoria e de a consumir, reduzindo-se assim ele mesmo a mercadoria produzida e consumida. O “espectáculo” conceito chave na formulação da teoria situacionista é a ocupação total do mundo pela mercadoria e a tal ponto o é que o mundo se torna em exclusivo “o mundo da mercadoria”.

Assim, a análise teórica realizada pelos situacionistas desde o início da década de 60 parecia ter sido bem sucedida a captar a transformação inelutável da dominação capitalista sobre a sociedade e sobre os homens, tornada já não e não só uma *dominação formal*, organizada nos limites da esfera do controle/exploração da produção dos meios de produção mas alargada agora a todo e qualquer momento do quotidiano vivido no mais secreto de cada indivíduo, de modo a tornar-se uma *dominação real*. Isto levou a uma alienação humana total; se antes a alienação capitalista podia estar concentrada unicamente na “fase produtiva” da vida quotidiana de um trabalhador tinha este assim a possibilidade de salvaguardar uma identidade própria e “outra”, além da que era determinada pelas



relações de produção , no presente o trabalhador aparece desprovido de qualquer outra identidade, já que no lugar onde se encontra não há qualquer possibilidade de dispor da sua existência, tornada doravante lugar total de produção/consumo capitalista.

Com a tomada de posse por inteiro da realidade, o capitalismo transformou a realidade ao ponto de a negar totalmente e de a substituir por uma visão do mundo em que a mercadoria não é apenas o *produto* do trabalho mas se torna a *produção* única da própria vida, constringendo assim os indivíduos a se produzirem e reproduzirem como a mercadoria mais valiosa do sistema econômico. O crescimento incessante da produção e do consumo, graças ao desenvolvimento tecnológico obtido no pós-guerra, caracterizou assim, segundo os situacionistas, esse “bem-estar social” elogiado por todos e que, tendo posto termo a um estado de penúria e de miséria, pelo menos no que aos países industriais avançados diz respeito, de modo a garantir a sobrevivência de cada um, criou as condições de vida para o futuro desprovidas de qualquer paixão humana e onde ter deixado de morrer de fome não implica deixar de morrer de aborrecimento.

A massificação da mercadoria que surgiu criou na realidade as condições de uma “proletarização do mundo”. Graças a esta, o capitalismo pôde alargar e desenvolver o seu próprio controle e a sua dominação real sobre cada aspecto particular do vivido quotidiano que, subtraído do seu valor eminentemente humano e natural, acabou por se tornar nada mais que uma representação vazia da mercadoria e do seu mundo: o *espectáculo*. Uma tal análise da sociedade burguesa permitiu sem dúvida à teoria crítica elaborada pelos situacionistas plenamente compreender o processo de transformação e reestruturação da dominação capitalista, a qual, muito longe de abolir a sociedade de classes em matéria de condições de vida, a concretiza através de um processo de colaboração de classes em que as diferenças parecem não existir, no sentido em que a qualidade de vida aparece reduzida para todos à simples sobrevivência.

Com o conceito de “espectáculo”, a teoria crítica situacionista colocou assim em evidência que a alienação humana se tornou um privilégio comum a todos os indivíduos e não mais diz respeito apenas ao proletariado, já que a alienação não se circunscreve mais à impossibilidade de “ter” dito doutro modo, à privação do seu

produto pelos produtores – mas à impossibilidade de “ser” – o que quer dizer a negação de tudo o que pode ser vivido tanto para cá como para lá do sistema económico de produção e consumo da mercadoria. Se a sociedade do bem-estar tornou possível um alongamento da esperança de vida, um tal aumento tornou-se cada vez mais insuportável, dado que não se fez acompanhar por um crescimento da qualidade de vida, traduzindo-se apenas num aumento quantitativo das mercadorias na vida quotidiana que criaram as condições de uma “nova miséria” para cada indivíduo. Isto porque o enriquecimento de cada um de coisas pobres e banais acabou por se identificar a esta mesma pobreza, desprovida ela de qualquer sentido e de qualquer valor, fora, bem entendido, da relação produção/consumo de mercadorias.

No presente, este processo, separando o indivíduo do seu vivido para o representar como mercadoria, tornou a sobrevivência neste sistema de dominação capitalista ainda mais insuportável, já que, esvaziando a vida de toda a paixão humana e natural, desvalorizou-a de todo e tornou-a insignificante. “Uma vida imbecil”, como foi dito no início deste texto.

A falta de sentido atribuída por cada um à sua vida generalizou um estado em que tudo desespera e angustia, a ponto de desembocar numa alternativa armadilhada: ou o suicídio (e a sobrevivência nada mais é do que uma morte lenta) ou a revolução. Eis porque já não chega *explicar* o porquê da vida quotidiana ser uma alienação, passando agora a ser necessário estar de posse de uma teoria crítica capaz de a *desenvolver*.

Uma das primeiras tarefas que os aderentes da Internacional Situacionista (IS) tomaram em mãos foi um emprego unificador de todas as artes e técnicas afim de construir “situações” capazes de traduzirem na prática a crítica do espaço e do tempo do vivido quotidiano, de modo a colocarem em evidência que a arquitectura e o urbanismo eram instrumentos susceptíveis de isolar e de atomizar os indivíduos, facilitando assim o controle e a exploração pelo capital. Só assim a arte, confrontando-se aos limites impostos pelo poder, podia expressar toda a sua carga revolucionária não mais fictícia e teórica, mas prática e construtiva. Informando os cidadãos da finalidade da construção das suas cidades e do método “policiesco” com que as realizações arquitecturais e urbanísticas eram adoptadas, a intervenção prática da arte na realidade quoti-

diana transformar-se-ia na realização de novas “situações passionais” — espaços de vida e tempos de vida, relegados até aí pela burguesia ao rancor e à monotonia de uma luta pela sobrevivência consagrada ao consumo e à produção capitalista.

A realização total da arte, a sua superação enquanto mercadoria, representou a primeira intervenção, a primeira acção prática concretizada pelos situacionistas para transformar radicalmente a realidade produzida por uma cultura burguesa ao serviço do sistema de exploração e de alienação dos indivíduos e das suas capacidades criativas. Esta visão tendente à ultrapassagem da experiência artística como simples “obra de arte”, teve com certeza o mérito de pôr em evidência a profunda decomposição dos valores artísticos e culturais da sociedade burguesa — já que soube perceber o aspecto doravante puramente objectual da arte, aparecendo hoje como mero objecto de luxo — mas mostrou também não estar à altura de superar de forma total e radical a condição subjectiva desta mesma experiência, a ponto de fazer da revolução uma obra de arte, da qual a realização seria da sua exclusiva competência, isto atendendo a que qualquer outra acção política revolucionária se caracterizaria pelo atraso em entender as potencialidades oferecidas pelo actual desenvolvimento tecnológico exigido por uma organização *superior* do mundo — e não, bem entendido, a *mesma* proposição ideológica de um mundo organizado segundo os modelos que reproduziriam a separação entre dirigentes e executantes.

Uma tal crítica visando ultrapassar a arte, realizando-a na vida do dia a dia, não teve outra incidência senão a capacidade de desenvolver uma nova consciência das condições de alienação na sociedade capitalista e sobretudo de favorecer um modo original de compreender conceitos como “revolução”, “luta de classes”, “organização revolucionária”. Para os situacionistas a revolução fazia-se cada dia contra os “revolucionários profissionais”, uma revolução sem nome, que não tem necessidade de declarações, de sacrifícios, de ordens, porque é a consciência prática que muda o mundo mudando a vida de cada um. Nenhuma organização revolucionária se pode arrogar o direito de dar lições ao proletariado sobre o modo de conduzir a luta de classes, já que a única teoria radical é a consciência da classe proletária — pelo facto de se fazer “classe da consciência revolucionária”. A revolução encontra assim na subjectividade consciente de cada indivíduo a sua única reali-

zação prática. Sustentando que a revolução será total ou não será, os situacionistas puderam deste modo denunciar as falsas ilusões dos ditos “revolucionários profissionais”, que crêem poder mudar o mundo e o modo de entender o mundo e de viver a vida apenas lutando contra a política, a cultura, a moral do poder capitalista, ficando imobilizados na sua especialização a ponto de perderem a capacidade de combater de forma real o poder capitalista.

Com efeito, como seria possível combater o capitalismo sob um único aspecto, seja político, económico, ou cultural, se a dominação real do capitalismo se exprime agora para lá de qualquer fragmentação do poder? A sociedade burguesa não pode ser transformada senão por um processo revolucionário que seja total e se desenvolva a cada momento e sob cada aspecto da vida quotidiana. Cada acção que fragmente a luta contra o capitalismo demonstra ao invés a sua incapacidade em fazer a revolução, mantendo assim o seu estatuto. Isto, porque graças ao estado aparente das coisas o espectáculo — ela encontra a sua legitimação e o seu próprio “poder representativo”. Neste sentido, reflectindo no *porquê* da revolução, os situacionista perceberam o aspecto “corporal” da mudança radical da vida de cada um, nascido sobretudo de um desejo, de um prazer, da nossa consciência, fortalecida não por esquemas ideológicos, nem mesmo por visões deterministas capazes de descobrir “fórmulas”, “leis científicas” para as interpretar e transformar o mundo, mas fortalecida por uma prática quotidiana do vivido que, negada pelo capital e desconhecida pelos revolucionários, saberá por esta mesma razão negar o capital e desprezar os revolucionários.

Bem entendido, como observámos já, a visão crítica da revolução expressa pelo pensamento situacionista é uma visão subjectiva e hiper-futurista. Isto obrigou os situacionistas a ficarem num espaço estreito, deparando com sérias dificuldades para se exprimir numa dimensão colectiva e social. Cremos, porém, que a necessidade de “reinventar a revolução” e de a realizar no imediato abriu horizontes críticos de análise e de reflexão, sobretudo quanto ao processo de transformação/restruturação do capitalismo e dos métodos que ele é capaz de usar para recuperar as instâncias mais revolucionárias tendentes à mudança mais radical de sociedade. Infelizmente aquilo que o sistema burguês acabou por *tolerar* do corpo teórico situacionista é exactamente aquilo que o corpo teó-

rico situacionista não conseguiu superar do sistema burguês. Em primeiro lugar a fé cega e abstrusa nas “magníficas e progressivas capacidades” do desenvolvimento capitalista.

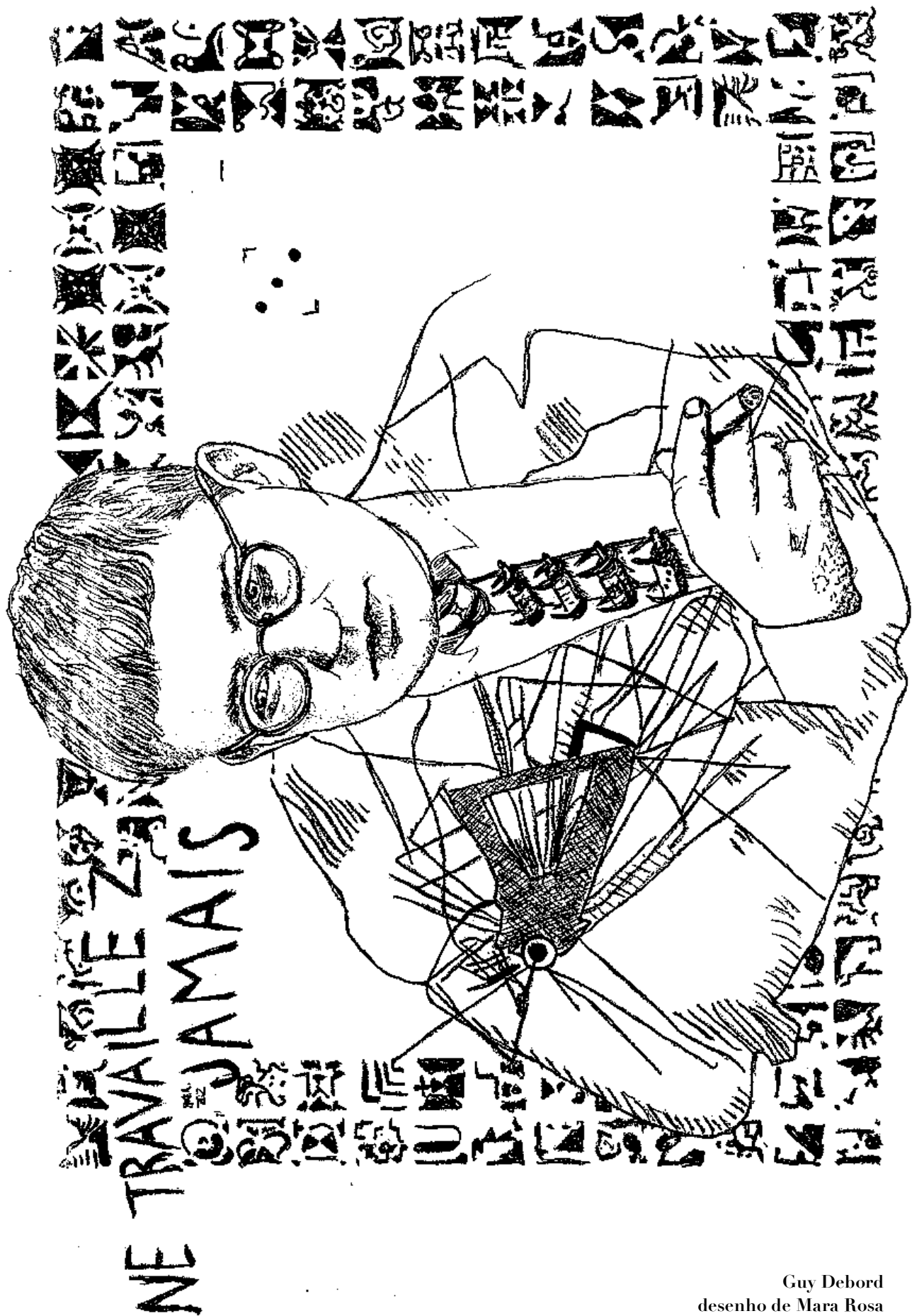
Um ponto fundamental da teoria situacionista é a certeza de que o desenvolvimento da técnica e da ciência no sistema capitalista actual permite já hoje superar a divisão da sociedade em classes e finalizar a história humana por meio do comunismo. Com efeito, a incapacidade da burguesia em gerir plenamente o desenvolvimento económico e social — e dizem os situacionistas que foi esta incapacidade que criou o estado actual de decomposição da sociedade — é a condição mesma que assegura que o desenvolvimento histórico do movimento revolucionário do proletariado poderá re-apropriar-se do progresso social, orientando-o no sentido do comunismo. Assim, na teoria crítica formulada pelos situacionistas, a actual situação em que se encontra a sociedade é a garantia de que falta apenas ao proletariado tomar consciência de si e da sua própria situação de total alienação para poder finalmente ser o sujeito histórico da sua própria superação e da sua libertação numa sociedade livre e sem classes.

Dito assim, parece-nos que o pensamento situacionista entende ainda o proletariado como um reflexo condicionado do capitalismo e não uma força “outra”, distinta do capitalismo. O proletariado aparece assim e ainda mais uma vez como “a” classe do capital que se desenvolve e atinge a sua própria superação com a condição de que o sistema se desenvolva e se transforme enquanto tal. O híper futurismo dos situacionistas parece pois por esta razão ser o elo que liga a teoria crítica do vivido no dia-a-dia e a do desenvolvimento da luta de classes e da organização revolucionária do proletariado, já que ambas são sustentadas pela mesma tese segundo a qual o progresso social transforma e condiciona a vida quotidiana de cada indivíduo, do mesmo que condiciona o desenvolvimento da luta de classes e da sua organização. Deste modo, e embora não exista nenhuma continuidade teórica interna entre a crítica da vida quotidiana e a luta de classes do proletariado, existe porém um fio condutor que permite aos situacionistas teorizar a chegada futura do poder dos conselhos operários como a expressão prática mais coerente da teoria crítica da vida quotidiana. É este fio condutor é representado pelo *progresso social* que impõe à organização prática do proletariado a gestão total do desenvolvimento inerente ao capi-

talismo, sob pena de perda completa e irreparável do poder sobre o seu próprio dia-a-dia.

Uma tal interpretação da realidade não nos parece, porém, revolucionária, já que ela sustém e afirma a hipótese segundo a qual o progresso social ele mesmo, inerente ao sistema de dominação capitalista, cria a condição *sina qua non* da sua possível superação. A revolução encarada pelos situacionistas não seria outra que uma aceleração do progresso social e a apropriação deste por uma parte do proletariado, tornado assim “sujeito da história humana”. Mas como poderia o proletariado, que é ainda uma classe determinada pelo capital, através do progresso mesmo do capitalismo, constituir-se como sujeito revolucionário com capacidade de transformar radicalmente a sua própria existência como classe do capital? Se o proletariado não se apresenta já como uma *oposição* à burguesia, mas apenas como seu *concorrente*, é ainda possível acreditar num projecto revolucionário do proletariado absolutamente diferenciado do progresso e do desenvolvimento capitalista?

A dúvida é legítima: embora movida por tentativas revolucionárias sérias, a teoria crítica situacionista acabou por ser uma teoria da transformação social e produtiva do “novo capitalismo”. Isto porque, sopesada toda a questão, a luta entre o proletariado e o capital não é mais um confronto aberto entre a conservação do estado actual de coisas e a sua possível e necessária ultrapassagem, mas antes a disputa entre dois projectos distintos de mudança e renovação da sociedade capitalista. Os situacionistas, com efeito, não souberam colocar a questão, presente noutras correntes de pensamento, de uma revolução só possível quando o proletariado tiver adquirido uma consciência de si, não como “consciência de classe”, nem mesmo tornando-se como a “classe da consciência”, mas quando souber desenvolver de forma radical a sua própria consciência *para lá da classe*. Dito de outro modo, quando souber conceber-se como sujeito revolucionário tendo o seu próprio projecto, um devir seu, interior, não condicionado pelo progresso capitalista ou pelo seu limite. Conceber-se como sujeito revolucionário quer dizer não reconhecer nenhuma missão histórica necessária no desenvolvimento e na finalidade do progresso capitalista, mas colocar-se fora desse mesmo progresso para assim afirmar a possibilidade de construir uma nova sociedade que não mais esteja fundada em torno da ideia de “progresso” tal como ela é compre-



NE TRAVAILLEZ JAMAIS

Guy Debord  
desenho de Mara Rosa

endida e interpretada nesta sociedade burguesa.

O erro de fundo da teoria situacionista reside no facto de, encarando embora o “desvio de perspectiva” de todos os valores da sociedade de espectáculo, não ter sabido aplicar esse mesmo desvio de modo coerente e radical no que diz respeito ao conceito de progresso, conceito que representa a noção de ponta dos valores burgueses. Ao invés, a teoria situacionista integrou-o sem desvio, fazendo mesmo dele a chave da abóboda do seu projecto político. Nestas condições, o limite do pensamento situacionista é o limite mesmo do pensamento burguês esclarecido, positivista, já que um tal pensamento fundou a sua visão utópica do mundo sobre as condições mesmas do progresso económico e do desenvolvimento técnico e científico ingénito à sociedade burguesa e congénita à burguesia como “classe no poder”. Deste modo, o situacionismo não fez mais do que fazer sua a mistificação imposta pelo capitalismo, segundo a qual o desenvolvimento da realidade económica e o progresso científico são a totalidade obrigatória do devir humano no seu conjunto. Trata-se tão-só de os saber orientar.

É, no entanto, verdade que os situacionistas, graças a esta mesma visão totalizante do progresso burguês, souberam apontar as contradições flagrantes entre a “positividade da transformação da natureza” e a sua “recuperação mesquinha por parte do poder hierárquico”. Como quer que seja, o facto de perceberem esta contradição no sistema económico e social do capitalismo como uma *crise de crescimento* não implica de modo nenhum uma superação revolucionária do sistema, mas muito mais modestamente uma renovação da procura da sua significação — um sentido novo para uma realidade que mostra não possuir nenhum. O situacionismo não percebeu que é justamente essa *falta de sentido humano* que permite ao capitalismo exercer uma dominação total e não apenas parcial da sociedade humana.

Podemos sem problema estar de acordo com os situacionistas no facto da “questão social” não se colocar mais em termos de justa repartição do “ter” para se apresentar antes como exigência de procura de um *sentido*, uma significação à sobrevivência de cada um num mundo doravante alienado e alienante no qual a abundância de mercadorias criou uma miséria ainda mais insuportável. Acreditamos, porém, que a revolução projectada pelos situacionis-



tas no sentido de “fazer recuar em todo o lado a infelicidade” supera em muito a tentativa de tomar o controle do progresso económico e do desenvolvimento técnico e científico capitalista. O vero sentido, o sentido humano a atribuir à vida de modo a que ela não mais seja uma “vida de cretino”, encontra-se bem para lá do crescimento perverso e desmesurado do sistema social que hoje conhecemos.

**Nota Final:** Gianfranco Marelli é um libertário italiano, que se tem consagrado ao estudo das ideias da Internacional Situacionista. Publicou vários livros e antologias italiano e francês sobre a matéria. O texto que aqui apresentamos, originalmente intitulado “Critique du Situationnisme”, é uma súpula das suas investigações e ideias e foi publicado em *Le Monde Libertaire* (n.º 1795, Maio, 2018, pp. 35-38). O título da tradução portuguesa retoma o subtítulo de um dos seus livros, *L’amara vittoria del situazionismo. Per una storia critica dell’Internazionale Situazionista* (2017), cujo título retoma por sua vez um texto de Debord não assinado, sobre o surrealismo, “L’ amère victoire du surréalisme” (revista *I.S.*, n.º 1, Junho, 1958).



desenho de Délio Vargas

*Devotei-me a uma demorada análise histórica das hipóteses de base e dos objectivos perseguidos pela tecnologia, desde a construção das Pirâmides há cerca de cinco mil anos. Desde as primeiras etapas da civilização, os progressos da técnica foram sempre fruto de organizações centralizadas, estendendo por vontade e necessidade própria o seu poder em todos os campos: mecânico, político, militar, financeiro, científico. Com o domínio científico da análise e a possibilidade de estabelecer previsões exactas, essas organizações governam hoje a natureza e a comunidade humana. O surpreendente sucesso mecânico deste todo-poderoso sistema tecnológico vem de destruir sistematicamente as complexidades ecológicas e eliminar o factor humano recalcitrante. Existe um antagonismo fundamental entre uma economia mecânica, centrada sobre a dominação, e uma economia mais antiga, baseada na vida. Esta procura a continuidade, a variedade, a ordenação. Tem uma escala humana. Um organismo, uma comunidade, um ser humano encontrarão aí a variedade de bens e de experiências necessárias ao seu próprio crescimento, do nascimento à morte. Uma economia baseada na vida respeita os limites orgânicos; não procura nunca a máxima quantidade possível de um bem, mas aferir a quantidade, a qualidade, o lugar e o momento desejáveis. Para os organismos vivos *muito* é tão fatal como *muito pouco*. A sobreprodução de automóveis não arruinou apenas o nosso sistema de transportes transformou também as nossas grandes cidades em conchas ocas e envenenou perigosamente o ar e a comida. No seu esforço para vender o máximo, a indústria química, com o DDT e outros compostos tóxicos, atacou os nossos solos e os nossos alimentos, ao mesmo tempo que devastou irresponsavelmente as nossas provisões de água com os detergentes. E digo o mesmo para a indústria farmacêutica, os foguetões, a televisão, a pornografia, os narcóticos: todos empreendimentos em expansão, muito lucrativos. Desprezam porém a saúde, a segurança, o bem-estar, suprimindo a variedade orgânica e a possibilidade de escolha humana. Sem reflexão, aceitámos como um soberbo progresso técnico aquilo que não passa muitas vezes de mera regressão biológica e social.*

## A crise sanitária e o reino da máquina

O grupo Pièces et Main d’Oeuvre, com origem em Grenoble, que se apresenta como “oficina de bricolage para a construção de um espírito crítico”, existe desde 2000 e tem feito incidir o seu trabalho no sistema técnico, avaliado pelo grupo como o facto mais marcante da evolução do capitalismo contemporâneo. Se a guerra é a continuação da política, a tecnociência é hoje, se bem que por meios menos imediatamente chocantes, a continuação da guerra. O grupo dedica-se a recolher um vasto número de inquéritos sobre as tecnologias do presente – nanotecnologia, biometria, RFID, telefone portátil, neuro-tecnologias –, pondo a nu os malefícios que elas trazem em termos de saúde pública e de convívio social. Publicados de forma anónima, em nome do grupo, e expondo de modo imparcial e objectivo os dados recolhidos, alguns desses inquéritos são arrasadores para o sistema técnico, tanto nos seus objectos mais em voga como nos seus valores. Está nesse capítulo o livro publicado em 2008, ‘Le téléphone portable, gadget de destruction massive’, que mostrou a agressividade desumana com que o marketing tecnológico impõe as suas metas. Tendo por legenda a seguinte inscrição “É PRECISO VIVER CONTRA O SEU TEMPO”, o grupo aceita o combate cultural no campo das ideias como a esfera onde se decidem todas as transformações sociais. O seu livro mais recente, *Le règne machinale. La crise sanitaire et au-delà* (2021), é uma lúcida reflexão sobre a presente situação. Publica-se de seguida uma entrevista dada pelo grupo a propósito deste livro ao jornal ‘Décroissance’ (n.º 182, Setembro, 2021). Agradece-se a cortesia da adaptação, que elimina para o leitor português a matéria sobre a situação política em França – e que é uma apresentação sucinta das ideias do grupo.

### a tecnocracia

Não só a tecnocracia que reina e os seus campeões que nos governam, em nome do seu saber e competência sempre reivindicados, falharam redondamente desde Janeiro de 2020 em tratar e proteger o seu rebanho humano, como aproveitaram o seu falhanço para o tornar um sucesso, desviando a “urgência” sanitária para os seus próprios fins fundamentais: “a aceleração digital”, a mutação para uma sociedade de coacção automatizada.

A palavra “tecnocracia” parece-nos caracterizar bem este impulso da nossa tecnocracia dirigente para uma “ciberpolícia” essa “polícia das populações” na era tecnológica que descrevemos desde a publicação do livro *Terreur et possession* (2008) e dos inquéritos que se lhe seguiram. Por “polícia” nós entendemos, como diz o dicionário, “a organização racional da ordem pública” (a polis), da qual a “gestão” não constitui senão a execução, do mesmo modo que a digestão não é senão uma função do organismo humano. Não apenas a tecnologia é política, como é

mesmo a política. A ciberpolícia não é apenas a vigilância digital, mas a organização mesma cibernética da sociedade. A verdadeira organização dum polis, cidade e sociedade, sejam quais forem as suas convicções políticas ou as suas crenças religiosas, e ainda o seu regime de propriedade, reside sempre no seu aparelho técnico e material. Isto é assim, porque os condicionalismos técnicos, quer dizer, os factos materiais e a racionalização de peritagem, se sobrepõem a qualquer outra consideração em sociedades sujeitas ao princípio da realidade, ao primado da eficiência e por fim à sua vontade mesma de domínio.

Todas as sociedades actuais, todas as tecnocracias dirigentes tendem para este objectivo de domínio, de força toda poderosa, todas procuram “o único caminho” para lá chegar. No máximo podemos conceder em manter a distinção entre um tecno-despotismo “esclarecido” (americano, europeu e ocidental) e um tecno-despotismo “absoluto” (chinês e oriental), mesmo que eles interajam entre si e cada um apresente traços do outro, aguardando decerto a sua fusão amanhã num tecno-totalitarismo mundializado.

Esta conquista da força toda poderosa tem porém um custo destrutivo para a natureza e para os humanos, sobretudo depois da revolução industrial que arrasou em dois séculos grande parte daquilo que havia escapado às destruições das anteriores sociedades camponesas, artesanais e primitivas (caçadores e recolectores). A sociedade industrial, como as sociedades anteriores, não obstante a sua fé prometaica no génio dos seus fundadores, estava enraizada no mundo natural e dele dependente para as suas matérias e os seus combustíveis. Ela não se desenvolvia não podia desenvolver-se a partir do nada. Nada é o que parece ter sobrado dela salvo se ainda se puserem a saque os espaços até aqui inexplorados (oceanos, pólos, Sibéria, Amazonas, Lua, etc.) e se se acelerar a fuga em frente da tecnologia, de modo a produzir novas matérias e novas fontes de energia, nomeadamente por meio de nanotecnologia.

Aquilo que chamamos a Crise depois de 1973 e do “primeiro choque petrolífero”, do qual não mais saímos desde há meio século, não é senão consequência desta acumulação de destruições a entropia mesma da sociedade industrial. Enquanto a Crise não cessa de se metamorfosear em inumeráveis pequenas crises que se engendram umas às outras, combinando-se entre si e convergindo no progressivo afundamento ecológico e social.

Para controlar as convulsões que resultam da sua conquista de mais domínio, prosseguindo com ela até ao infinito, a tecnocracia deve então fazer crescer sem fim os meios do seu domínio sobre o mundo e os humanos, de onde resulta um perpétuo acréscimo de crises e de convulsões. É a derradeira razão de ser do digital, do seu projecto de fixação do homem-máquina (ciborgue) num mundo visto como máquina (cibernética) e pilotado pela “Máquina de governar” (v. Dominique Dubarle, *Le Monde*, 1948). Cibernética vem da raiz grega *kubernan*, governar, a que se liga *kubernêtés*, piloto, e *kubernétiké tckhné*, a arte de pilotar, governar ou governação. Só uma revolução ecológica ou em alternativa um naufrágio civilizacional poderão impor à tecnocracia a renúncia ao seu desejo de domínio.

### **crecimento e tecnocracia**

Bernard Charbonneau disse o seguinte (*Feu vert*, 1980): “Serão os próprios responsáveis da ruína da Terra que organizarão o salvamento do pouco que sobrar e que depois da abundância gerirão a penúria e a sobrevivência. Esses não têm qualquer preconceito e não crêem muito mais no desenvolvimento do que na ecologia. Eles não acreditam senão no poder, que é aquilo mesmo que não pode ser feito segundo eles de outro modo.”

Como se começa agora a perceber, qualquer “bio-ditadura” é a partir de agora uma “tecno-ditadura” que se exerce sobre natureza e o vivente — e por este entendemos o que nasce, cresce por si, vive e tem autonomia reprodutiva, por oposição ao artificial que é fabricado, não vive, mas funciona. Conceito económico, o crescimento não tem sentido senão na economia. É um meio que visa um fim — exactamente como sucede com o capital e o Estado. Esse fim é a ambição de domínio em todas as suas modalidades: dominação imediata, mas também preeminência, prestígio, prazer, poder, saúde, longevidade, imortalidade, etc.

Sejam quais forem os retornos do investimento que o capital e o Estado retirem do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial em termos de lucro e de relações de forças com o povo e com os seus rivais e concorrentes, sejam ainda quais forem os desperdícios de crédito em investigações sem saída ou em produtos invendáveis e inúteis, é sempre em derradeira instância a tecnocracia que sujeita o Estado e o capital à sua vontade de dominação, e nunca o capital e o Estado que submetem a tecnocracia às suas necessidades de lucros e de poder. A longo prazo,

a racionalidade técnica — o primado da eficácia e da dominação do mundo — ganha sempre à racionalidade do capital, que se traduz em vender sempre mais mercadorias para acumular cada vez mais dinheiro, e à racionalidade estatal, que se preocupa com a defesa da estabilidade e da ordem estabelecida.

Mais uma vez esta vontade de domínio é de ordem metafísica. Ela visa o poder ilimitado sobre o mundo material, a aquisição de forças “sobrenaturais” como nos contos e nos mitos, o assalto ao céu e a transformação dos assaltantes — titãs (Prometeu), transgressores (Gilgamesh, Adão e Eva), engenheiros (Dédalo) — em tantos novos deuses maquinais e auto-regulados, capazes de tomarem o lugar dos antigos. Na era tecnológica, esta vontade de domínio encarna-se na tecnocracia, quer dizer, no pessoal do Estado e da indústria, saídos ambos dos mesmos “nichos de excelência” e partilhando a mesma cultura, visão, modo de vida, interesses, objectivos, laços familiares e de amizade, muitas vezes permutáveis, entre o “público” e o “privado”. A questão não é então “pôr em causa a ideologia do crescimento”, mas de renunciar à desmedida. O que supõe o retorno a sociedades cíclicas e estáticas. As pessoas felizes não têm história.

### **o papel das representações do mundo**

Os médias no seu conjunto, seja qual for a sua cor política ostentada, a sua bandeira social ou o seu marketing, veiculam as mesmas representações do mundo. É hoje uma banalidade dizê-lo — uma banalidade que a “crise sanitária” tornou evidente mesmo aos olhos dos mais distraídos. Limitaram-se a martelar o discurso oficial sobre a gestão da epidemia como “verificadores de factos” — embora se tivessem ridicularizado na questão da origem do vírus. Jogam pois o seu papel no “combate” pelas representações. E com efeito o combate pelas ideias é o combate principal. As pessoas em geral actuam de acordo com a ideia que têm do mundo — é o que se designa por teoria (*theoria*), uma visão ordenada. As ideias têm asas e consequências. Uma ideia que voa de cérebro em cérebro torna-se uma força irresistível e transforma a relação de forças. É nesta esfera que actuam aqueles que praticam o inquérito crítico e que sobre a base destes inquéritos produzem outras ideias, quer dizer, concebem-nas e dão-nas a público. Isto é distinto da crítica dos médias que tem aliás a sua legitimidade e a sua utilidade — ao modo por exemplo de Karl Krauss. A imunidade de que goza hoje um jornal como

*Le Monde* é a este título absolutamente escandalosa.

Nós optámos sempre por combater a inovação nociva (nanotecnologias, telemóvel, RFID, biologia de síntese, reprodução artificial do humano, etc.) e não tanto os seus promotores (jornalistas, cientistas e economistas), com o fim de não cedermos à armadilha mediática e de nos concentrarmos nas questões essenciais. Os médias não são os únicos veículos das ideologias. A vida quotidiana cada vez mais dependente de objectos tecnológicos modela as mentalidades de maneira muito mais eficaz do que poderíamos suspeitar. A tecnologia modifica a nossa maneira de pensar e as nossas representações. Ela continua a ser a frente principal do nosso combate pela autonomia de pensar e pela liberdade. Uma vez as inovações “entranhadas nos costumes”, do automóvel à internet e ao telemóvel, elas educam os seus utilizadores e transformam a sua relação com o mundo, os outros, o tempo, o espaço e até consigo mesmo — em suma, elas transformam a sua própria maneira de pensar. Para que as pessoas aceitem uma aplicação digital sobre um vírus e a sua etiquetagem num código é necessário que estejam já rendidas ao uso de “aplicativos” e à sua conexão permanente à Máquina.



A Aloyse  
Desenho de Susana Wald  
1970



Máquinas animais (Zebra)  
Desenho inédito de Luis Manuel Gaspar



## Naturianos e civilização industrial

O anarquismo naturiano é uma corrente surgida no movimento anarquista francês na última década do século XIX – a sua primeira manifestação pública surge em 1894 com a publicação em Paris do periódico ‘L’État Naturel’ (1894-98) – e durou pelo menos até à segunda metade da década de 20 do século XX, altura em que se continua a publicar em Paris um jornal naturiano (1907-1927). Os fundadores destas duas publicações, o pintor e desenhador Émile Gravelle (1855-1920) e o jornalista operário e autodidacta Henri Zisly (1872-1945), a que se deve juntar o nome de Félix Beaulieu (pseudónimo de Henri Beyle), que chegou a assinar em conjunto com Zisly um manifesto do movimento, são as figuras mais representativas desta corrente, não obstante as inúmeras publicações que criou em Paris e na província e os muitos nomes que a elas se associam. O movimento nasceu formalmente num encontro que teve lugar num armazém de vinhos em Montmartre em 16 de Abril de 1895 e passou a reunir regularmente todas as semanas, organizando ainda conferências mensais, saraus e jantares, que reuniam mais de cem pessoas (em geral operários de ofício) e onde se discutiam as ideias e os projectos do anarquismo naturiano, que fundou ainda várias comunidades rurais para dar exemplos práticos dos seus ideais e reformar os modos de vida. Críticos da república parlamentar e do capitalismo liberal, e alinhando neste ponto com outras correntes socialistas da época, individualizavam-se porém por fazerem uma crítica sem concessões à ciência, à técnica, à civilização e à máquina, propondo o regresso da vida social ao estado natural e o abandono da indústria. Foram porventura os primeiros a fazer uma crítica do eurocentrismo e a reavaliar as sociedades pré-históricas então ainda vivas, criticando como criminosa a sua destruição. Embora beneficiando de algum espaço dentro dos principais órgãos do movimento anarquista francês da época, foram apreciados negativamente pelas correntes maioritárias do movimento, a sindicalista e a socialista/comunista, que, como quase todas as restantes componentes operárias da época, defendiam que a base material e técnica do capitalismo, tal como existia, com o seu desenvolvimento mecânico-científico, devia ser conservada e posta ao serviço da nova sociedade. Só recentemente o anarquismo naturiano foi revisitado com interesse, dando lugar a estudos atentos e à republicação dos seus manifestos, declarações e análises, muito mais lúcidas, abertas e fundamentadas do que se esperaria, o que justifica a importância que teve e as marcas que acabou por deixar no sindicalismo operário da época (nudismo, naturismo, vegetarianismo, anti-alcoolismo, neomalthusianismo). Não sendo no seu tempo um alienígena, já que outros pensadores do final do século XIX, como Thoreau, John Ruskin, William Morris e Leão Tolstoi, formularam na mesma época, ou até antes, idênticas dúvidas sobre as aporias do progresso e da técnica, o anarquismo naturiano não é hoje uma mera extravagância curiosa, uma espécie social fossilizada dum passado revoluto. É considerado em França um antecedente da ecologia social e política e da corrente do decrescimento, que lhe tem dedicado atenção, reabilitando-o como uma antevisão lúcida das dificuldades da nossa época. Algumas das formulações sobre o maquinismo dos naturianos têm ainda pontos de contacto com os trabalhos dum pensador tão vasto e abrangente como Lewis Mumford. Sobre a sua influência em Portugal, veja-se um publicista libertário como Ângelo Jorge (1883-1922), que parece ter sido largamente influenciado pelo anarquismo naturiano, embora estejam

**por fazer os estudos que o comprovem. Refira-se ainda o importante trabalho de José Tavares (2007), já recenseado nesta revista (2017) – talvez o primeiro e único estudo que se publicou entre nós sobre esta corrente libertária. No quadro deste volume, parece-nos oportuno dar a conhecer o primeiro manifesto deste movimento (1895), reproduzido depois em muitas das suas publicações, e uma breve sùmula da sua doutrina, esta já do século XX (1901) e que corresponde a uma segunda e mais madura etapa do movimento. Inéditos em português, o primeiro é de E. Gravelle e o segundo (de que só apresentamos alguns breves trechos, numerados por nós) de H. Zisly e H. Beaulieu (in ‘La Conception libertaire naturienne. Exposé du naturianisme’).**

### **ANOSSA BASE**

No estado natural, todas as regiões férteis da Terra possuíam uma flora e uma fauna originária, abundante e variada; tendo a estatística estabelecido o número da superfície e da população dos países conhecidos, afirmamos:

que a miséria não é uma fatalidade;

que basta a produção natural do solo para se estabelecer a abundância;

que a saúde é a condição da vida;

que os males físicos (epidemias, enfermidades e disformidades) são obra da civilização;

que os flagelos ditos naturais (avalanchas, desmoronamentos, inundações, secas) são a consequência dos atentados que o homem tem feito à natureza;

que não há intempéries, mas apenas movimentos atmosféricos, todos eles favoráveis à vida;

que a ciência tantas vezes não é senão presunção;

que a criação do artificial determinou o nascimento do sentimento de propriedade;

que o comércio e a especulação sobre o artificial engendrou o interesse, depravou o indivíduo e iniciou a guerra;

que o progresso material tem na base a escravatura;

que as instituições e as condições sociais estão em contradição com as leis da fisiologia humana;

que a prostituição não existia no estado natural;

que não há bons nem maus instintos no ser humano, mas simplesmente satisfação ou contrariedade dos instintos;

que a humanidade procura a felicidade, quer dizer, a harmonia e que a harmonia para a humanidade reside na natureza.

OS NATURIANOS (Propagandistas): E. Gravelle, H. Beaulieu, H. Zisly, J. Moris, H. Bigot, A. Marné, Bertell, L. Rapelin, E. Bisson, E. Trubert, P. Paillette, Spirus-Gay, L. Martin, L. Letellier, A. Solel, G. Loize, E. Legentil, C. Guyot

## A CONCEPÇÃO LIBERTÁRIA NATURIANA

**I.** Àqueles que sofrem com a situação de vida actual, seja qual for a sua situação social, nós dizemos: estamos profundamente desinteressados, desgostosos, cansados e enervados com a vida artificial e por conseguinte antinatural que somos obrigados a viver e desejamos rapidamente regressar a um regime melhor e anticivilizador, ao estado natural. Já chega de dar aos nossos pulmões um ar viciado e insalubre. Os nossos cérebros vazios, dos quais qualquer bela e generosa ideia está excluída, decompõem-se cada vez mais. Em suma, a vida em Civilização é a Nulidade enquanto a existência num estado natural é a Beleza, a Arte e a Harmonia, é a extensão do ser humano com o regular funcionamento de todas as faculdades do indivíduo. Se a civilização faz tantas vítimas, é porque estamos afastados da natureza; em lugar de nos aproximarmos cada vez mais dela, afastamo-nos sempre mais e mais. Conscientes, sonhamos com a nova humanidade, bela, jovem, contente, saudável e activa, onde a livre expressão do pensamento se poderá por fim estabelecer. Nesse dia uma aurora social nova surgirá maravilhosa no horizonte.

Somos antes de mais revolucionários e não procuramos nenhum outro benefício a não ser a felicidade do indivíduo. A nossa propaganda não é a do burguês reformado, desejando a vida do campo — é uma teoria essencialmente libertária, onde todos os meios de propaganda são por nós aceites. Combatemos à luz do dia todas as instituições estabelecidas pela sociedade que nos rege e queremos destruir a sua engrenagem, não deixando pedra sobre pedra. Detestamos tudo o que faz o sofrimento do homem, tudo o que lhe rouba uma parcela da sua liberdade. Exército, polícia, magistratura, clero, família, pátria, governo são para nós ilusões que queremos abandonar. Acrescentamos a ciência, o progresso, nova religião, que substituirá para os povos o Paraíso do além. Entendemos por progresso e ciência tudo aquilo que envolve hoje o ser humano dum luxo fictício e dum maquinismo nocivo à sua saúde, à sua felicidade e que destrói a vida natural.

Alguns dirão: é impossível. Nós respondemos: esta concepção parece-nos a melhor. Combatemos pela sua realização e se o resultado for insignificante — o que hoje não cremos — procuraremos um outro sistema até que o universo encontre o prazer da verdadeira natureza.

**II.** Entre os erros mais grosseiros estabelecidos em relação à natureza, conta-se aquele que tende a demonstrar que a civilização melhorou as condições da terra e que antes dela os seres humanos e os animais

apenas tinham à sua disposição uns miseráveis vegetais. Basta porém ler algumas obras tratando da formação do húmus natural, ou de o observarmos por nós próprios, para reconhecermos que a camada de terra apropriada à vegetação foi formada pelos primeiros vegetais gigantes que surgiram no planeta. Estes vegetais deixavam todos os anos cair escórias e revestimento, que, decompondo-se, formavam um húmus que dava nascença a mais vegetais gigantes, que desenvolveram um rudimento de tronco revestido por ramos com folhas. Estes novos vegetais deram lugar posteriormente às árvores tal como as conhecemos e estas árvores continuaram a função dos seus antepassados, renovando e aumentando a camada do húmus, que acabou por dar lugar à vegetação arbustiva, de raízes e sementes comestíveis pelos seres humanos e pelos animais.

Calcule-se a riqueza desta camada formada durante milhões de anos e como as raízes entrelaçadas formavam um feltro protector da terra alimentícia. As chuvas, as tempestades e as neves derretidas podiam correr assim sobre o solo sem levar com elas uma única parcela. Ao invés, vede hoje os actos de vandalismo causado pelos nossos agricultores enriquecidos e os nossos químicos patenteados. Remexido por potentes charruas, o solo perde a teia das raízes e a camada protectora. A terra exposta a nu, debaixo da acção dissolvente do vento e da água, ajudados estes pela inclinação natural dos terrenos, acaba por escorrer para os rios e daqui para o mar. Desde há 3000 anos e mais, que a agricultura civilizada tem estas práticas. O terreno naturalmente fértil formado pelas florestas desapareceu e estamos a chegar à crosta dura da terra. É óbvio que uma semente agora deitada à terra e abandonada ao seu destino não pode dar hoje mais, num terreno com tais características, que um magro produto. A culpa é porém dos sábios charlatões e dos homens civilizados.

O homem não está ainda satisfeito. Devasta a floresta, cava valas, rompe diques, abre lagos, edifica estradas, vilas e cidades. A água arrasta o melhor da terra e nada fecunda. Produz inundações pelo seu brusco afluxo e logo que chega o Verão fontes e poços secam. No Inverno a inundação e no Verão a seca fatal: o homem está satisfeito. Mais uns séculos assim e a terra, lavada, devastada, seca e infértil será impotente para alimentar os seus habitantes. A natureza ficará então vingada.

A primeira consequência da agricultura foi o sentimento de propriedade da terra. O homem fez-se proprietário dum campo e acreditou com isso trabalhar para a sua felicidade. Exposto às invejas de outros, a guerra começou aí. Enfraquecidos por acidentes, ou já degradados

por uma vida anti-natural, os seres humanos deixaram-se comandar por outros, mais fortes e mais espertos. A natureza tinha-os feito livres, mas eles esqueceram-no. Senhores de todos os meios, os poderosos inventaram as religiões, e depois a instrução oficial, que muito contribuiram para a submissão do indivíduo. As guerras tornaram-se permanentes. Criminosos patenteados como médicos e sábios inventaram as ciências, cujo objectivo é desnaturar tudo o que é natural. Sempre à custa de outros, tiraram da natureza produtos e engenhos monstruosos que permitiram aos seres humanos exterminarem-se, de se matar à distância, de falsificar alimentos e de envenenar o ar e as águas. Todos estes sábios ignaros, que desconhecem o que mais importa da natureza, tornaram-se os aliados mais fortes dos poderosos. Fizeram-se leis que mataram a iniciativa individual e a liberdade. E se na multidão um ser humano se levanta para propor o retorno às leis simples e naturais, é logo tratado de revolucionário e de anarquista, sendo-lhe mostrada a guilhotina — essa apoteose da sociedade corrompida, esse símbolo da ciência.

III. Os nossos adversários tiveram sempre a singular mania de nos acusar de querer abolir todo o progresso intelectual e de querer regressar ao estado animalesco. Nunca porém nos nossos escritos nós afirmámos que queremos abandonar a cultura do intelecto. Não vemos em que é que respirar ar puro, saciar todos os dias a fome, vestir vestes quentes feitas de pele de animais e habitar choupanas enfeitadas pode impedir os homens de serem inteligentes, de pensar e de agir, tão bem, ou até melhor do que no presente, e que para ser músico, poeta, escultor seja necessário viver nas nossas cidades, em habitações insalubres, comer alimentos falsificados e trabalhar a vida toda para enriquecer parasitas. O progresso intelectual pode perfeitamente desenvolver-se no seio da natureza e já que a faculdade, a força e a destreza de cantar, declamar, pintar, esculpir se encontram em todos é fácil perceber que, sob o impulso duma boa constituição física, cada um de nós se entregará livre e amorosamente ao seu desejo criativo mais caro.

IV. O maquinismo é a grande obstinação, o obstáculo no qual os nossos adversários mais se inquietam. Se estamos de acordo sobre muitos pontos com os restantes anarquistas, o deus máquina encontra em nós adversários ferozes. Declaramos alto e bom som que o maquinismo não trará felicidade ao ser humano. Cremos assim a nossa concepção mais harmoniosa, mais verdadeira e mais em atenta às necessidades do indivíduo. Os puristas científicos baseiam todas as suas teorias sobre o *sentimento*. Tudo fazem, dizem, para o prazer e

para o bem-estar da humanidade. Mas não vejo eu como é possível falar de prazer a propósito de indivíduos fazendo trabalhos sujos, repugnantes, aborrecidos, perigosos e sem alternativa de escolha. Mesmo com os aparelhos mecânicos que tantos elogiam como maravilhosos, e que não me parecem passar de sonho, serão necessários sempre indivíduos que ao menos durante uma hora façam esses trabalhos malsãos. *Cada um para si* e como penso que todos procurarão as sensações mais agradáveis, concluo que obrigatoriamente se abandonará mais tarde ou mais cedo os trabalhos do maquinismo gigantesco como: caminhos-de-ferro, navios, fornos, construções em ferro e automóveis de locomoção rápida. É o erro de muitos companheiros sinceros não verem neste maquinismo senão a salvação e a realização de gozos que na realidade ele está longe de poder oferecer. V. Dizem-nos: “Vocês querem regressar ao estado primitivo.” Quem de nós disse tal coisa? É impossível regressar ao estado primitivo. Aquilo que queremos é ser livres, observar as leis naturais, tão desconhecidas no dia de hoje. Não podemos rejeitar do nosso intelecto tudo aquilo que nele se acumulou e por conseguinte nós refazemos o estado natural com todo o peso intelectual que hoje temos e todos os conhecimentos já adquiridos. Não é regressar atrás que queremos é antes avançar para diante, evolução constante. Somos a linha da frente da vanguarda. Assim sendo, repetimos: nada de retorno ao estado primitivo, mas simplesmente ao estado natural



O Estado Natural  
desenho de Mara Rosa

# O movimento Provo na Holanda e a renovação social do anarquismo

*Thom Holterman*

Como em outros pontos da Europa, o movimento anarquista nos Países-Baixos esteve outrora entrancado no movimento operário. Elementos diferenciados, como o anti-militarismo, eram igualmente proeminentes entre os anarquistas neerlandeses. Outra característica singular deste movimento era o facto dalguns prestigiados anarquistas holandeses terem iniciado a sua experiência de vida como pastores protestantes (Ferdinand Domela Nieuwenhuis, Bartholomeus de Ligt). Isto ajuda porventura a compreender o desenvolvimento ulterior do anarquismo holandês por vias originais, que se mostraram operativas na renovação deste movimento. O “provotariado” nasceu como conceito social no seio do desenvolvimento tardio do anarquismo neerlandês, mostrando-se hoje, *mutatis mutandi*, uma noção que merece a maior atenção do activismo social libertário.

Nos meados da década de 60 do século XX, um movimento holandês libertário irrompeu, elevando a provocação ao estatuto de verdadeira “arte” e usando a palavra “provo”. É a isto que faz referência o título do meu livro, *L’anarchisme au pays des provos* (Atelier de Création Libertaire, Lyon, 2015), que indica que o movimento Provo tem um alcance mais vasto e que muitas outras coisas o precederam. Neste texto vamos centrar-nos apenas sobre duas questões: quem eram os provos e o que queriam eles?

## **origem, desenvolvimento e fim**

Provo não surgiu do nada. Nasceu da resistência anti-militarista, do movimento dos objectores de consciência das décadas de 50 e 60 e da resistência ao armamento pró-nuclear. Para os dois primeiros fenómenos, anti-militarismo e objecção de consciência, encontramos uma tradição que remonta nos Países-Baixos ao activismo do início do século XX (congressos internacionais anti-militaristas e criação do Secretariado Internacional Anti-militarista, 1921). Muitos dos aderentes ao combate anti-militarista eram igualmente activos no movimento anarco-sindicalista. A subversão era em filigrana a sua motivação. Tendo alguns sobrevivido à Segunda Guerra Mundial, prosseguiram estas acções, como sucedeu com Albert de Jong, que, com o

seu filho Rudolf (historiador e militante libertário), publicou depois de 1961 o magazine *Buiten der perken* — que à letra quer dizer “do lado de fora dos relvados” — durante alguns anos. No início da década de 60, grupos intitulados “Ban de Bom” (Bani a Bomba) foram criados em várias grandes cidades da Holanda, principalmente por jovens interessados em fomentar acções contra o armamento nuclear. Em Roterdão havia um grupo “Ban de Bom” no qual participei. De 1962 a 1964, na minha qualidade de objector de consciência, efectuei serviço civil num hospital psiquiátrico de Eindhoven, fazendo o percurso entre esta cidade e a minha habitação em Roterdão. Foi nestas actividades que encontrei Wim de Lobel (1927-2013), que sozinho editava uma revista anarquista *De Vrije (O Libertado)*. Em Haia havia também um grupo “Ban de Bom”. Um dos seus membros, Roel van Duijn, que foi também um dos fundadores do movimento Provo, escreveu em 1964 um interessante artigo para *Buiten de perken* sobre a história deste grupo — isto de acordo com Rudolf de Jong no testemunho editado na colectânea *Provo*. De quando em vez o “Ban de Bomgroep” de Roterdão participava nas acções organizadas pelo grupo de Haia nesta cidade. Os activistas destes grupos não eram estranhos uns aos outros. Atendendo ao contexto anarquista, não se deve menosprezar que tanto eu como Roel van Duijn entrámos em contacto com o anarquismo pela primeira vez junto de Wim de Lobel em Roterdão.

No final do curso dos liceus, jovens activistas dos grupos “Ban de Bom” partiram para Amesterdão em parte para continuar os estudos. Cansados de acções letárgicas, viram-se de repente no meio de uma cidade em plena efervescência. Entraram então em contacto com artistas, com inconformados e com outras pessoas activas em muitos outros domínios da sociedade. Foi nessa altura que Wim de Lobel recebeu uma carta, datada de 25-5-1965, na qual Roel van Duijn anunciava que *Provo*, uma revista de jovens que visava a renovação do anarquismo, seria publicada em Amesterdão a partir de Julho de 1965

essa carta está hoje em meu poder. “A nova revista opor-se-á radicalmente — assim dizia a carta — à sociedade, já que ela é capitalista, burocrática e militarista.” De que se trata afinal: de resistência desesperada ou de desinteresse? A carta contém um apelo à “resistência onde esta puder acontecer”. Tem porém um sentido agudo da realidade: “Provo dá-se conta que poderá ser vítima de si mesmo, mas não quer perder a ocasião de provocar vigorosamente esta sociedade, pelo menos ainda uma vez”. Do pessimismo nascerá todavia a esperança. Em pouco tempo, o grupo fez de Amesterdão o seu “centro mágico”. Procurou criar contactos com o que já existia, de modo a desenvolver





Amsterdão (casamento real, 1666)  
Desenho de Mara Rosa, 2022

o lado lúdico. Havia por exemplo o “mágico anti-tabaco” (antirookmagiër) Robert Jasper Grootveld (1932-2008), conhecido pelas suas encenações em volta da estátua “Het Lieverdje”, numa praça central de Amesterdão – o Spui. Uma das primeiras manifestações do movimento Provo foi ritualizar estas acções.

O gráfico holandês Luud Schimmelpennink (1935) juntou-se igualmente ao movimento Provo e tornou-o até célebre com as suas bicicletas brancas e a sua alva carroça. O plano desta acção foi anunciado para 28-7-1965 pelo seu criador, Schimmelpennink, em conjunto com Roel van Duijn, Robert Jasper Grootveld, Thom Jaspers e outros que frequentavam o Lieverdje. A ideia das bicicletas brancas inspirou-se na luta contra o “terror do asfalto”. Schimmelpennink forneceu igualmente o material para a bomba de fumo usada no dia do casamento da princesa Beatriz e do príncipe Klaus, a 10-3-1966. As imagens desta manifestação de luta contra a autoridade e contra a monarquia correram mundo inteiro!

A designação de “provo” foi tomada como um “nome de guerra” e chegou da marginalidade social. A palavra apareceu pela primeira vez numa dissertação intitulada *O meio social dos blusões negros (Achtergronden van nozemgedrag, 1965)*. Como quer que seja, os jovens que tomaram para si o nome Provo não tinham nada a ver com “blusões negros”, mas antes com “provocação”. Provo desenvolveu todo um conjunto de acções muito diversas e em vários domínios: contra a poluição do meio natural; contra a bomba atómica (com a qual as autoridades ameaçavam o mundo); a favor de transportes públicos gratuitos; a favor da ocupação de casas como medida de combate à crise de habitação. Em 1966, o movimento participou nas eleições municipais em Amesterdão com a lista 12. Uma das palavras de ordem era “Vota provo e poderás rir” (*Stem provo kèjje lachen*). A lista ganhou um assento no Concelho Municipal. Muitas acções lúdicas do movimento tiveram como resposta a violência policial – esta estimulada por uma autoridade municipal arrogante e autoritária. O recurso desproporcionado à repressão conduziu numerosas pessoas exteriores – artistas e professores universitários – a mostrarem simpatia e a darem apoio ao movimento. Por outro lado, muitas pessoas juntaram-se a este, levando para ele a sua “agenda”. Provo ameaçava tornar-se uma “instituição”. Os fundadores estimaram então que as coisas não podiam continuar por essa via. Logo que o presidente da Câmara de Amesterdão foi obrigado a demitir-se – um inquérito parlamentar condenara a sua política camarária – Provo decidiu dissolver-se, o que aconteceu uma semana mais tarde, a 13-5-1967.

### as lições do movimento

Escreveu-se já muito sobre o movimento Provo. Vamos aqui concentrar-nos apenas sobre dois textos numa tentativa de síntese. O primeiro é uma antologia chamada *Provo* (Amesterdão, 1967). Esta colectânea contém um artigo de Rudolf de Jong, que de resto já citei mais atrás. Alguns anos depois de 1967, eu e ele tornámo-nos coeditores da revista anarquista *De As* fundada por Hans Ramaer (1941-2015) e Wim de Lobel. Conhecia-os a ambos, Ramaer e Lobel, dos grupos contra a guerra de Roterdão. Fundada em 1972 (o derradeiro número em papel surgiu em 2020), a revista *De As* publicava-se exclusivamente sob a forma de números temáticos. Roel van Duijn escrevia regularmente para *De As*. Vinte anos depois da dissolução de Provo, a redacção da revista decidiu perceber o que legara Provo em definitivo. O n.º 83 (Julho/Setembro, 1988) *De As* foi consagrado à questão e ao movimento (o volume está hoje digitalizado e pode ser descarregado na rede). É o segundo conjunto que me servirá de referência nesta resenha, citando sobretudo o texto de Hans Ramaer “Provo e a renovação do anarquismo” (“Provo en de vernieuwing van het anarchisme”).

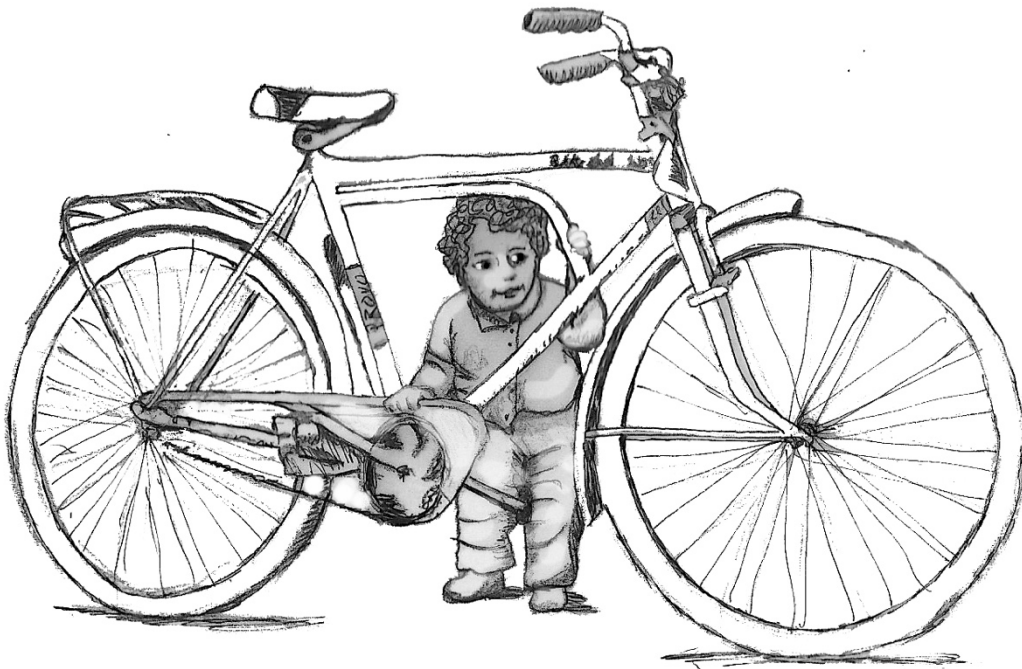
No seu contributo à colectânea *Provo* (1967), Rudolf de Jong inquire sobre a relação entre o movimento Provo e o anarquismo. Na época, ele perguntava-se se Provo podia ser considerada uma avançada decisiva da “silenciosa revolução anarquista”. Em 1988, nós ficámos a conhecer a sua resposta: Provo não o foi. Seja como for, diz ele, não deixa de ser surpreendente que a palavra Provo não tenha caído no esquecimento total e tenha sobrevivido. O modo como isso foi possível, é ilustrado em meu entender pelo artigo de Hans Ramaer publicado no n.º 83 da já citada revista *De As*. Segundo Ramaer, há um ponto preliminar a sublinhar. Provo representa uma ruptura com o passado a dois níveis: o movimento não era uma mobilização operária; era uma mobilização de jovens saídos de meios sociais muito diversificados e que tinham deixado cair o proletariado como aliado. Dito de outro modo: Provo foi o ponto final de um desenvolvimento que começara já na década de 30, quando o fluxo operário em direcção ao movimento libertário começara a estagnar. Nos Países-Baixos, na década de 30, o anarquista Piet Kooijman (1891-1975) desenvolveu a sua teoria da “desclasse”. Roel van Duijn conhecia-o muito bem. Usou a sua teoria para dar uma base social e teórica ao anarquismo Provo. Segundo ele, o “provotariado” — estudantes, artistas, prestidigitadores, poetas, vagabundos, toxicodependentes e outros marginais

que participavam nas manifestações do movimento Provo formava então, em 1965, uma nova “desclasse”. Como quer que seja, o entusiasmo de Ramaer não se aplica tanto à mensagem em si, mas ao modo como o movimento a soube transmitir. Neste sentido, os principais contributos de Provo são sobretudo dois: primeiro, certas formas de acção, happenings e provocações, e depois os planos brancos. O invólucro, escreve Hans Ramaer, era tão visível quanto eficaz, isto quando Provo optou por uma noção absurda do gesto que foi depois classificada como *lúdica*. Rudolf de Jong tinha já assinalado esta outra forma de acção em 1967 na colectânea *Provo*. Provocar é igual a desmascarar. Uma provocação inteligente é uma acção, ou um acontecimento (happening), que carrega um desmascaramento. Provo ofereceu um espelho à sociedade existente, à democracia holandesa e muitos ficaram impressionados com os rostos que aí surgiram, quando o movimento obrigou a polícia, a justiça e os tribunais a tirarem a máscara. Rudolfo disse-o de forma lapidar: *Uma boa provocação expõe o absurdo das situações existentes e obriga os adversários a enfrentarem o problema posto a nu pela provocação.*

Os planos brancos são tão dignos de nota quanto a provocação. Com os projectos ‘bicicletas brancas’ e ‘chaminés brancas’, o movimento Provo chamou a atenção para o reverso da prosperidade ocidental: urbanizações e indústrias sufocantes. Esta intuição abriu caminho, escreve Hans Ramaer, para aquilo que pouco depois da dissolução do movimento Provo, por via do movimento Kabouter (movimento social animado por Roel van Duijn e outros, que, dando continuidade às matrizes de Provo, se desenvolveu entre 1969-1974), foi designado “anarquismo ecológico” (v. colaboração de Lewis Herber e Murray Bookchin na revista inglesa *Anarchy*, 1967). Com estes planos, prossegue Ramaer, o movimento Provo oferecia uma alternativa libertária pragmática. Segundo ele, ao escrever em 1988, a melhor ideia do movimento foi o projecto das ‘bicicletas brancas’, que combinava uma solução prática para o problema da circulação e da poluição no centro da cidade com o princípio libertário da propriedade colectiva. O plano ‘chaminés brancas’, que como o anterior foi ideia de Luud Schimmelpennink, propunha um limite à liberdade individual, neste caso a de poluir, em função dos interesses sociais. Estes planos abordaram ainda a questão da “rua” na sociedade moderna. Provo reivindicou a rua como um espaço político de vida e de jogo aquilo mesmo que ela sempre fora até ao início do século XX. Julgo que no momento em que escrevo (2022), Hans Ramaer teria estendido esta ideia aos “coletes amarelos” e à sua “democracia das rotundas”. Nas ruas e

nas rotundas a democracia pode acontecer. Uma avaliação geral do poder inovador do movimento Provo pode ser encontrada no facto que o movimento anarquista nos Países-Baixos saiu remoçado e com uma reforçada consciência de si próprio. “Talvez escreve Ramaer esteja aí, nesse reforço da sua auto-consciência, o contributo mais precioso do movimento Provo à renovação do anarquismo.” O meu livro intitulado *L’anarchisme au pays des provos* faz referência à questão e aponta para as suas raízes. Elas remontam a vários séculos atrás.

**Nota Final:** Thom Holterman (1942), jurista e antigo professor da universidade Erasmus (Roterdão), é um anarquista holandês, que foi um dos responsáveis pela revista socialista libertária *De As* (1972-2020). Mantém uma publicação digital com a mesma orientação, “libertaireorde”. A sua reflexão tem incidido nas relações entre direito e anarquismo. A revista *A Ideia* já o traduziu (“Acerca do Estado e da ordem anarquista”, *A Ideia*, n.º 44/45, 1987). A presente publicação é uma versão livre do texto “Le Mouvement néerlandais Provo et ses liens avec avec l’anarchisme” (*Le Monde Libertaire*, n.º 1838, Abril, 2022, pp. 8-11).



Amesterdão, 1965  
Desenho de Mara Rosa, 2022

# a revista holandesa ‘de as’ [1972-2020]

*Boudewijn Chorus*

Em finais de 2020 surgiu o derradeiro número da revista anarquista holandesa *De AS* (*Anarcho-Socialist*), sob o título irónico “This is the beginning”. Este título faz evidentemente referência à célebre palavra de ordem de Maio de 1968: “Isto não é senão o princípio — continuemos o combate!” A imagem deste derradeiro número 208 mostra um activista pintando um grande A maiúsculo metido dentro duma circunferência no chão da Leidsestraat de Amesterdão, tendo por pano de fundo um pelotão do M.E. (“Mobile Eenheid” — a polícia antimotim holandesa). O regresso desta palavra de ordem significa ainda a esperança da redacção de *De As* que seja possível aos jovens activistas que militam hoje pelo clima retomarem mais adiante o seu testemunho. A falta de novos assinantes foi um facto importante para a decisão de acabar com a publicação. Nestes últimos anos, a revista em papel não era lida senão por um círculo fiel de cerca de 350 pessoas, todas elas tendo ainda vivido o período da acção dos provos na década de 60. A opção feita há alguns anos de disponibilizar gratuitamente na rede cada novo número da revista não chegou para reforçar a ligação com a nova geração de militantes de hoje. A redacção ainda assim tinha acautelado ao lado de números temáticos e mais teóricos sobre anarquistas do passado (n.º 188, Elisée Reclus) e do presente (n.º 190, Noam Chomsky) a publicação de temas mais largos e mais práticos, como “debate sobre o Islão” (n.º 184), “dar, tomar, partilhar” (n.º 193), “acesso, exclusão, migração” (n.º 194), “o veganismo” (n.º 196), “Anarca!” (n.º 199), “para lá do automóvel” (n.º 201), “os donos da paisagem” (n.º 203) e ainda “viver sobriamente” (n.º 205).

A revista *De As* foi fundada em 1972 por Hans Ramaer, falecido em 2015, e Wim de Lobel, falecido em 2013. Tendo antes participado na revista *De Vrije* (*O Livre*), que acabava de se fundir com o mensário editado pela Federação dos Socialistas Livres (Federatie van Vrije Socialisten), uma das duas organizações anarquistas de então dos Países Baixos, Hans e Wim tinham-se aí sentido frustrados pelas “eternas discussões”, pela falta de espírito de decisão e sobretudo pelos comportamentos autoritários de pessoas que definiam como “marxistas libertários”. A nova publicação inspirou-se em parte no jornal

britânico *Anarchy*. Desde o princípio, a revista tomou por hábito ter sempre um tema para cada número. Ficou igualmente estabelecido que os redactores da publicação nunca tivessem uma posição colectiva sobre o tema, sendo cada colaborador responsável pelo conteúdo do seu texto. A discussão e a polémica eram possíveis, mas sempre no número seguinte, numa rubrica chamada “Debate sobre Anarquismo”.

Ainda assim, em 1975, aproveitando o convite para uma conferência feito por estudantes em Ciências Políticas de Amesterdão, Hans Ramaer redigiu em nome da redacção uma espécie de declaração de princípios, em que afirmava o seguinte: “Enquanto libertários ou anarco-socialistas, aspiramos em simultâneo a uma socialização dos meios de produção e ao desaparecimento do Estado. Só uma produção descentralizada gerida pelos produtores (autogestão) pode ser uma base segura ao desenvolvimento do indivíduo. Rejeitamos qualquer partido ou organização que pretenda desempenhar um papel de vanguarda na luta pelo socialismo, pois isso significa a incapacidade de compreender e aceitar o papel que todos os grupos não capitalistas podem ter nesta luta, mesmo lutando de forma independente. É por isso que nós optamos também por um apoio eficaz a todas as organizações sociais que têm algum parentesco connosco [...] em lugar de nos isolarmos na nossa própria organização anarquista. Todas as acções, inclusive aquelas que são promovidas pelos partidos políticos e por organizações equivalentes, visando a autogestão socialista e o enfraquecimento do absolutismo de Estado, merecem em qualquer circunstância o nosso apoio.” A revolução social deixa de ser o objectivo primeiro e a ideia de promover a luta de classes é abandonada. Também a meta da abolição do Estado passará pouco a pouco a segundo plano. Certos redactores da revista, como Hans Ramaer e Thom Holterman, acabarão até por aderir a um partido político como os Verdes, ocupando lugares meio institucionais a nível local (freguesias).

Na transição para o século XXI, a maior parte dos restantes redactores da revista perderam também grande parte do seu entusiasmo no boicote às eleições nacionais e europeias. Ante um movimento de direita e de extrema-direita cada vez mais forte, ante um populismo que não cessava de crescer, mesmo anarquistas inveterados acabaram por olhar com alguma benevolência a democracia parlamentar — e isto embora a sua inspiração primeira e a sua fórmula preferida continuassem a ser as formas de auto-organização e de autogestão e continuassem a considerar a luta extraparlamentar e a democracia directa como mais importantes. *De AS* tendeu assim a tornar-se uma “inspi-

ração para a liberdade” como dela disse o seu redactor Anton Constandse em 1979, que utilizara já, dois anos antes, a designação de “anarquismo reformista”. Thom Holterman, por seu lado, apresentou em 1985 o seu novo anarquismo num longo ensaio sob a designação de “anarquismo pragmático”.

Felizmente resta ainda nos Países Baixos uma revista anarquista em papel e com difusão à escala nacional: *Buiten de Orde* (*Fora de Ordem*). Trata-se duma publicação do pequeno sindicato radical “A Livre Associação” (*De Vrije Bond*). Se bem que esta publicação também faça sair regularmente números teóricos com pastas temáticas, ela interessa-se muito mais do que *De AS* pelas lutas actuais que merecem a simpatia e a afinidade dos anarquistas nos Países Baixos e no estrangeiro. Investigações anteriores tinham mostrado que os leitores das duas publicações coincidiam em muito e foi por isso que a redacção de *De AS* nunca optou por uma fusão com *Buiten de Orde*.

Isto não quer dizer que os antigos redactores da revista criada em 1972 fiquem de braços cruzados. Desde há anos que Thom Holterman mantém o blogue “libertaireorde” em colaboração com *De AS*, no qual publica numerosos artigos e debates e vai prosseguir sem interrupção este trabalho. Por outro lado, os sítios digitais “anarchie!”, embora a uma escala ainda modesta, funcionam desde há um ano e meio em colaboração com os anarquistas flamengos (Gand). O objectivo é publicar e propor sob forma digital trabalhos em holandês sobre e para anarquistas. Uma grande parte dos documentos estão já digitalizados, mas a chave do trabalho consiste agora na descrição da peça proposta, na sua contextualização, na elaboração de listas sobre a sua recepção crítica e de biografias dos seus autores e autoras, fornecendo ainda se necessário informações complementares. Para assim fazer, apoiamo-nos no saber dos antigos membros de *De AS*, já que não se trata de colocar arbitrariamente e à toa trabalhos de anarquistas. *De AS* já não existe, mas o seu objectivo de preservar o pensamento anarquista continua.

[fonte: *Bulletin du CIRA*, n.º 77, Lausanne, Centre International de Recherches sur l’Anarchisme (CIRA), Primavera de 2021, pp. 17-20; tradução a partir da trad. francesa de *Thom Holterman*]





# **Fifth Estate**

## **cinquenta e seis anos de oposição**

*Sylvie Kasdan*

O jornal estadunidense *Fifth Estate (FE)* publica-se em papel desde 1965. A publicação nasceu num subúrbio de Detroit pela mão dum rapaz de 17 anos em ruptura com a escola e que contou com uma pequena ajuda dalguns amigos. Começou como periódico alternativo e contracultural, que ajudava a fazer circular as ideias que fermentavam na década de 60 do século passado. O jornal obtinha os seus proventos através de assinaturas, da venda mão a mão e ainda pela inserção de anúncios, cuja responsabilidade pertencia a grupos esquerdistas e contraculturais ou a pequenas marcas comerciais.

Em 1966, o jornal mudou-se para uma loja perto da universidade estatal Wayne de Detroit, uma vizinhança que atraía artistas, activistas políticos radicais e outros que estavam envolvidos no crescimento da contracultura. A publicação ofereceu a todo este grupo inspirado pelos anos 60 a oportunidade de exprimir nas suas páginas as desafiantes ideias políticas, poéticas e artísticas que eram suas. O conteúdo inicial do jornal era uma mistura de artigos sobre drogas psicadélicas, rock and roll, cultura alternativa, movimento contra a guerra no Vietname, incluindo resistência de militares, luta contra a polícia, pedidos de revisão das funções policiais, desobediência civil não-violenta, marxismo, anarquismo, militância e misticismo hippie orientalizante.

A redacção do *FE* tornou-se um local de encontro para artistas e para activistas radicais muito variados discutirem os seus interesses e os seus últimos projectos. Punha ainda à disposição uma copiadora que de formas barata e rápida podia reproduzir cópias múltiplas de informações, panfletos e algum outro material impresso. Isto foi valioso num tempo em que muitas gráficas se recusavam a imprimir material radical e de vanguarda que não era do seu agrado. A copiadora era ainda usada por estudantes de liceu, conciliábulos dissidentes, grupos pacifistas e pelos direitos civis.

Debates sobre os problemas sociais durante os anos 60 levaram a um crescimento da consciência da devastação causada pelo imperialismo dos Estados Unidos, como ainda da persistência do racismo, da violência policial contra os trabalhadores, as pessoas de cor e os mais pobres. A brutal repressão da rebelião de Detroit em 1967, os mortos e os feridos dos que protestavam contra a segregação racial na Universidade Estatal

da Carolina do Sul, a brutalidade policial na Convenção Democrática Nacional de Chicago em 1968, os mortos e os feridos pela Guarda Nacional do Ohio dos manifestantes das Universidade de Kent e os assassinios e as injúrias policiais contra os estudantes do Colégio Estatal de Jackson no Mississipi, ajudaram a criar um sentimento de que as transformações sociais eram urgentes. Centenas de publicações radicais foram criadas na década de 60, mas a maioria durou apenas poucos anos. Disputas internas, problemas financeiros e repressão governamental estiveram na origem do seu dobre de finados. Outras poucas ainda duraram um pouco mais, cessando publicação por volta de 1975.

O jornal não ficou imune a estes problemas. Por volta de 1975 era quase impossível ganhar o dinheiro bastante com os anúncios e as vendas para pagar as despesas e a dívida com as impressoras era cada vez maior. O jornal foi ainda afectado pela saída de algum pessoal devido a choques de personalidade. Os três que ficaram estavam resolvidos a parar a edição quando um pequeno grupo exterior se interessou pela publicação e a avaliou como digna de ser salva. Transformaram então o jornal num projecto não comercial, parando com a publicação de anúncios pagos e com o pagamento de salários. No número de Agosto de 1975, o novo grupo redactorial anunciou o seguinte: “O jornal que tens entre mãos é o último número de *Fifth Estate* o último número produzido por uma empresa capitalista em falência, o derradeiro número a surgir em quiosque, o último a depender de publicidade e a pagar salários aos trabalhadores pelo seu trabalho.” Desde então *FE* tornou-se uma cooperativa editorial não lucrativa, um jornal produzido por um colectivo voluntário de amigos e companheiros, tocando em cada número perspectivas variadas e partilhando um compromisso comum de acção não dogmática orientada para políticas radicais, como expressão de resistência a uma sociedade injusta e destrutiva. A publicação foi enriquecida ao longo dos anos pela participação directa de mulheres e de gente LGBTQ enquanto colaboradores e editores.

Desde os anos 70 que o círculo que girava em torno de *FE* descobrira e se dizia inspirado pelos anarquistas norte-americanos e estrangeiros, incluindo os debates que faziam para compreender as sublevações sociais do passado como a revolução espanhola dos anos 30. Começaram, pois, a explorar ideias que desafiavam a esquerda tradicional e os conceitos básicos do marxismo. Discutiram as ideias da Internacional Situacionista e dos comunistas conselhistas, críticos ambos da esquerda autoritária. Isto levou à publicação de muitos textos que se concentravam na crítica do marxismo, do capitalismo e da sociedade do espectáculo, do capitalismo de Estado dos chamados países socialistas, do nacionalismo e dos chamados movimentos de libertação nacional, dos sindicá-

tos institucionais, da educação moderna, da cultura de massas e do consumismo, mas também tiveram boa aceitação trabalhos bem estruturados sobre género e sexualidade. *FE* e colaboradores também exploraram o eco-anarquismo, tornando-se muito mais atentos para as dimensões e as implicações do capitalismo industrial como sistema tecnológico, como ideologia do trabalho e do progresso, e dos seus efeitos tóxicos nas redes globais dos ecossistemas. O nosso criticismo incidiu na noção de progresso, a desculpa vulgar para a expansão imperial e industrial. Muitos artigos deram cobertura ao movimento antinuclear na Europa e na América do Norte e aos debates políticos a que ele deu lugar. O jornal pretendeu e continua a pretender produzir uma publicação em papel que contenha artigos e reflexões que promovam acções e conversas que possam estimular e fomentar o enlace anarquista. É sempre com prazer que recebemos uma nota de alguém que encontrou um número antigo da publicação ou numa biblioteca local ou num café de ocasião.

Em 2014 iniciámos um site informático para poder partilhar textos com pessoas de todo o mundo, em especial aquelas que de outro modo não teriam acesso ao nosso jornal, quer aos números antigos quer aos recentes. Isto inclui também com limitações físicas, como dislexia, deficiências visuais, alergias ao papel e à tinta e que só podem aceder aos textos através de programas informáticos de leitura sonora de texto. Existem agora para cima de quatro milhares de artigos digitalizados extraídos de mais de 172 números do jornal e que podem ser descarregados no seguinte endereço: [fifthestate.org](http://fifthestate.org). Artigos dos números mais antigos podem ser encontrados a partir do número em que foram publicados. Podem ainda ser procurados pelo nome do autor ou pelo tópico em que se inscrevem. Todos os artigos mais recentes são colocados em linha logo a partir do momento em que um novo número sai. E continuamos a digitalizar textos dos números mais antigos. Para chegar a mais pessoas potencialmente interessadas nas ideias anarquistas, começámos em 2020 um podcast semanal, “Fifth Estate Live”, no qual os colaboradores do jornal discutem as suas ideias num programa aberto em forma de áudio e de vídeo. *FE* está agora no seu quinquagésimo ano, mas continua a ser capaz de agitar, de questionar os limites, de procurar novas perspectivas e novos entendimentos e de lutar e sonhar por um mundo novo.

[fonte: *Bulletin du CIRA*, n.º 77, Lausanne, Centre Internationale de Recherches sur l’Anarchisme [CIRA], Primavera de 2021, pp. 21-23; Sylvie Kashdan faz parte do colectivo que edita *Fifth Estate*]

*Boceto grande*  
Desenho de Susana Wald



## Paul Goodman um Thoreau do século XX

*Maria Antónia Lima*

Pacifista, anarquista, judeu, bissexual, projetista urbano, descentralista, escritor, dramaturgo, poeta, crítico social, cultural, literário e psicoterapeuta, uma pessoa difícil, mas também por muitos considerado como alguém maravilhoso e generoso, Paul Goodman foi um activo orientador intelectual para muita da contracultura emergente nos anos 60 dos Estados Unidos da América, tendo-se batido pelas liberdades civis e pela paz. Este perfil multifacetado justifica que a sua obra sempre tivesse abordado o tema do humanismo através de diferentes áreas disciplinares e tópicos sociopolíticos, incluindo as artes, os direitos civis, a educação, a ética, os media, a tecnologia e até a guerra. Relativamente a este último tópico, tão debatido actualmente, as suas ideias podem ainda hoje ser de grande utilidade. Como pacifista, que muito reflectiu sobre a condição humana, Goodman defendeu o direito à auto-expressão dos cidadãos acerca de tudo o que lhes dissesse respeito e que os interpelasse directamente, pela sua relevância e urgência, pois acreditava que todos os assuntos interessavam a todos, o que ficou bem expresso na sua obra *The Society I Live in is Mine* (1962).

Sendo céptico acerca do poder, acreditava que a falibilidade humana necessitava ser desconcentrada para reduzir o seu mal, pelo que defendia organizações de pequena escala, pois era contra os grandes planos e esquemas para reorganizar o mundo. Poderemos dizer que para si *less was more*, pelo que sempre valorizou as pequenas coisas da vida (pequenas propriedades, comida, sexo, etc.), enquanto que o deslumbre do poder, o planeamento central e as ideologias poderiam causar imensos perigos.

Autor lendário e filósofo anarquista, cujas experiências sociopolíticas em subcomunidades marginais e produção de pequenas publicações, durante o período da sua vida boémia em Nova Iorque nos anos 40, forneceram alicerces às políticas da *New Left* na década de 60, Goodman continua a influenciar muitos espíritos libertários do nosso tempo. Estes teimam em considerá-lo um génio

pelos seus ainda muito originais e actuais pensamentos, que sempre criticaram os elevados graus de desumanização da sociedade moderna. Importante será referir que os seus ensaios da era da Segunda Guerra Mundial, onde se podem encontrar esboços e projectos de métodos de resistência contra a violência, foram mais tarde adaptados para que os jovens os pudessem adequar à Guerra do Vietname.

Responsável por obras como *Gestalt Therapy* (1951), *Compulsory Miseducation* (1964) e *Growing Up Absurd* (1960), uma crítica social transformada numa bíblia para os estudantes universitários americanos dos anos 60, Goodman sempre defendeu uma profunda revisão dos métodos de ensino, tendo sido um reformista influenciado pelas teorias psicológicas de Wilhem Reich e Fritz Perls. Considerando-se um jeffersoniano, fiel ao princípio de democracia radical e de que a História ensinava os indivíduos a serem defensores vigilantes da liberdade, o seu racionalismo iluminista contribuiu para que considerasse a educação como um processo de estimular a imaginação e a verdade, mas nunca uma forma de os submeter a um código conformista de regras impostas. O seu espírito reformista fê-lo associar-se ao denominado *Free School Movement*, um movimento alternativo desenvolvido durante as décadas de 60 e 70, com o fim de mudar os objectivos do sistema escolar formal através da criação de comunidades de escolas independentes. Neste sentido, colocou frequentemente em causa as denominadas *public schools* americanas, onde o conceito de literacia era muitas vezes distorcido, pois para si o ensino da leitura não poderia ser forçado ou restrito à rigidez dos programas escolares, dado que considerava ser a leitura uma arte que não deveria ser usada com fins meramente utilitários.

A sua visão radical assumia particular expressão, quando defendia ser desnecessário o ensino universitário, excepto para cursos de Medicina, pois pensava serem os diplomas irrelevantes para a maior parte das profissões, que se aprendiam quase sempre pela experiência dos indivíduos, desenvolvida pela execução de certas actividades práticas, e não tanto pela assistência formal às aulas. Embora muitas das suas propostas revolucionárias não tenham podido ser implementadas pelo seu extremo radicalismo, estas muito contribuíram para a exigência de encontrar alternativas aos sistemas académicos, tornando-os mais permeáveis e abertos a novas

formas de actuação e aprendizagem, ainda tão necessárias e urgentes nos dias de hoje.

Através do documentário de Jonathan Lee, intitulado *Paul Goodman Changed My Life* (2011), entender-se-á melhor por que Goodman foi paradoxalmente um dos génios menos reconhecidos e um dos autores mais influentes, num tempo em que Nova Iorque estava em pleno pico de ascensão cultural e artística. Trata-se de um muito interessante arquivo multimédia com seleções de poesia (lida por Garrison Keillor e Edmund White); citações de Susan Sontag, Martin Luther King e Noam Chomsky; entrevistas com os seus pares, família e certos activistas, daqui resultando um retrato de um intelectual de referência, cujas ideias, há muito, necessitam ser redescobertas. Para prová-lo poderemos evocar as palavras elogiosas de Chomsky, que refere ser ainda possível encontrar o impacto deste pensador no mundo que nos rodeia, ou a observação de Hayden Carruth de que qualquer página escrita por Goodman nos poderá dar ideia da dimensão da sua originalidade e sabedoria, que nos obriga a pensar na sua relevância, podendo ter-se transformado num Thoreau do séc. XX, além de representar a quintessência da mente americana do nosso tempo. Tudo isto é reforçado pela convicção de Susan Sontag de que Goodman possuía uma voz que tocava tudo sobre o qual escrevia com intensidade, interesse e uma terrivelmente sedutora confiança, mantendo uma forma de expressão extremamente singular e genuína própria da cultura anglófona desde a época de D. H. Lawrence.

Pode-se concluir dizendo que muitas das práticas criativas, filosóficas e psico-sociais de Paul Goodman se exerceram para obter um consenso sobre a urgência de viver mais humanamente. Num tempo de crise onde epidemias e guerras marcam a actualidade, as suas ideias críticas e libertárias adquirem ainda maior pertinência, pois como bem testemunhou Noam Chomsky, no documentário atrás citado, “his impact is all around us”.





Paul Goodman  
desenho de Mara Rosa a lápis e caneta bic  
2022



## canção do saloio

*Paul Goodman*

Nunca escolhas um moço  
tua noite será desgraça  
um moço põe-se com ideias  
preocupa-se com o que passa.

Já um homem velho gosta de foda quente  
porque tem pé gelado  
e vai cuidar de ti, queridinho  
pode ser careca mas é arrojado.

Costumava escolher um moço  
que nunca se dava  
mas ai de mim com o meu velho  
era na muche que eu levava

porque quanto mais perto da cova  
melhor a sova. Ponto final.  
Há muita foda numa peça bem gasta  
antes que a morte venha e diga basta!

**hillbilly tune**

[trad. ANDRÉ TAVARES MARÇAL]



## **face**

*Maria Estácio Marques*

*a pier paolo pasolini*

**Crime de teres tocado fundo no consciente  
e no inconsciente das gentes. Deste a ver  
o que sabiam (ou não), faziam, desejavam**

**mas não deixado, nem enfrentado em si  
ou nos demais, cela va sans dire. Tolhidos  
na vida escondidos protegidos na tribo.**

**Ortodoxa ou não. Incapazes de em nome  
próprio face a face frente à monstruosa  
sombra de autenticidade totalidade e em**

**viva carne e espírito. Não te perdoaram!  
E na cara que nunca tiveram, fizeram  
questão impossivelmente de na tua**

**estraçalhar a magnífica luz.**

# Movimento Pacifista Ucrainiano

Das muitas análises que temos lido sobre a situação que se vive no Leste da Europa, as únicas que nos parecem merecer adesão incondicional são aquelas que emanam da Internacional dos Resistentes à Guerra (War Resister's International), organização fundada em 1921, que se bate pela objecção de consciência ao serviço militar. Tem como lema “a guerra é um crime contra a humanidade” e como princípio de acção “se cada um se recusar a matar, nenhuma guerra terá lugar no mundo”. Na necessidade de se opor a um invasor, ou de lutar por direitos civis negados, a IRG advoga a resistência civil não-violenta e a desobediência civil, conforme as provas dadas por Gandhi, Luther King e tantos mais que no mundo combateram pela não-violência. Este posicionamento é para nós o mais credível e um dos raros que não alimenta a histeria incendiária e irresponsável, de que o alargamento da OTAN, o rearmamento da Europa e o reaparecimento em força da guerra como continuação da política são sinais muito preocupantes. Ao pôr de lado sem qualquer concessão a resistência armada, esta posição é também aquela que com mais determinação se recusa a contribuir para o negócio do armamento e para o enriquecimento desta florescente e sinistra indústria. Sem querer pois fazer declarações bombásticas, aqui de todo inúteis, a revista A IDEIA limita-se a marcar esta posição de princípio – coerente aliás com muito do seu passado. O nosso empenho é limitado e cirúrgico, mas claro e capital: defendemos e estamos com todos aqueles que se recusam a pegar em armas e exigem, por razões religiosas, morais ou filosóficas, ser considerados objectores de consciência à guerra – direito que tanto lhes é negado pelo Estado ucraniano como pelo Estado russo. Os dois Estados negam assim um dos mais nobres direitos do ser humano – a recusa em matar o seu semelhante. Damos voz à secção ucraniana da IRG, com dois documentos – o primeiro, a declaração que essa secção emitiu logo depois da invasão russa e o segundo um dos muitos textos que o seu secretário executivo, Yuri Sheliashenko, tem escrito, denunciando as perseguições pelos governos ucraniano e russo e exigindo o pleno reconhecimento da objecção de consciência ao serviço militar.

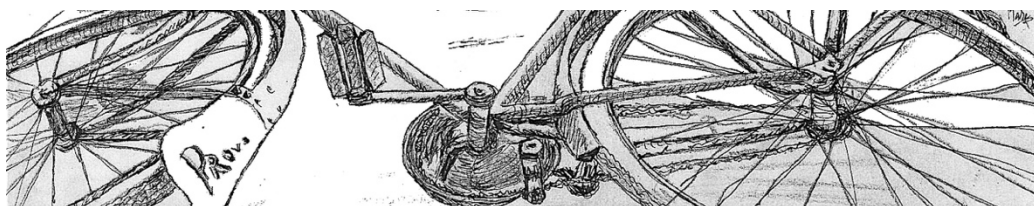
1

“O Movimento Pacifista Ucrainiano condena todas as acções militares providas dos lados russo e ucraniano no contexto do actual conflito. Lançamos um apelo aos líderes de ambos os Estados e suas forças militares para que retrocedam e se sentem à mesa de negociações. A paz na Ucrânia e no mundo inteiro só pode ser alcançada de forma não-violenta! A guerra é um crime contra a Humanidade. Estamos, por isso, determinados a não apoiar nenhum tipo de guerra e a lutar pela eliminação de todas as suas causas!” [25-2-2022]

2

“Há cerca de três meses todo o mundo celebrou o dia dos direitos humanos no momento da conferência organizada pela Academia de direito da universidade de Odessa. Falei então aí das violações ao direito

à objeção de consciência ao serviço militar na Ucrânia. Sublinhei a falta de acesso a um serviço alternativo, os obstáculos burocráticos, a corrupção, os pedidos discriminatórios de adesão a organizações religiosas aprovadas pelo governo, o desrespeito da Ucrânia pelas recomendações do comité dos direitos do homem das Nações Unidas. A minha intervenção foi bem recebida; outros participantes partilharam a sua experiência de luta contra a detenção arbitrária dos convocados ao serviço militar. Depois o professor Vasyl Kostysky, antigo deputado, fez notar que é opinião corrente que o serviço militar nas forças armadas ucranianas é um dever sagrado de qualquer homem. Eu sabia que este professor era um devotado cristão e por isso lhe respondi que não me lembrava que tal serviço constasse entre os Dez Mandamentos. Ao invés, estava lá escrito: “Não matarás!” Este diálogo veio-me agora ao espírito, no momento mesmo em que a minha casa em Kiev está a ser abalada pelas explosões dos obuses russos que caem nas proximidades e se ouvem as sirenes alertando para os raids aéreos — isto várias vezes durante o dia e a noite, lembrando-me que a morte está aqui muito perto. Depois da invasão russa da Ucrânia, a lei marcial foi proclamada e todos os homens com a idade compreendida entre os 18 e os 60 anos foram chamados a pegar em armas e proibidos de sair da Ucrânia. Para passar uma noite num hotel é necessário uma autorização do exército e a qualquer momento, num ponto de controle, há o risco de te arregimentarem. O governo ucraniano despreza o direito humano da recusa de matar, tal como acontece com o governo russo que envia conscritos para a morte e mente. Admiro os russos que protestaram massivamente contra as mentiras belicistas e contra a guerra e tenho vergonha que o povo ucraniano não tenha insistentemente pedido uma regulação não-violenta durante os oito anos que durou a guerra entre separatistas e governo. Mesmo agora está mais disposto a sustentar o esforço de guerra do que conversações reais para a paz. Acredito que toda a gente, incluindo os governos, não devem matar. A guerra é um crime contra a humanidade. Estou pois determinado a não apoiar qualquer guerra e a lutar pela eliminação de todas as suas causas. Se cada um se recusar a matar, nenhuma guerra terá jamais lugar.” [Abril, 2022]



## Ode à Paz *✧ Maurícia Teles*

A Paz é o lugar onde as sementes germinam  
e as flores revelam a magnitude do Sol.  
Cesse a violência dos homens  
envolvidos na mesquinhez da intriga  
pela ânsia do poder destruindo atrozmente a vida.  
Quem consente? Quem ignora?  
cumplicidade inerente obstrui o caminho  
em que a Paz seria o lugar para todos, sem fome,  
sem abandono, sem desespero.

- 10 Salvemos o que resta da Paz  
o silêncio cintilante, voz branda e frágil  
Pomba inspiradora em asas finalmente soltas  
erguendo o pensamento livre  
e alegre enquanto o dia avança  
na mão que pode acreditar  
noutra mão sincera e calma  
reino interior dos Seres  
respeitando-se mutuamente na dádiva,  
a Paz reina na criatividade das crianças  
20 em singelas brincadeiras imaginárias  
alheias à complexidade dos crimes adultos.  
A Paz é o céu que embala as oliveiras  
de infinita gratidão aos frutos transformados  
onde os homens terão lugar  
na recompensa do trabalho abençoado  
pela redentora Criação  
a Paz e a Poesia em cada verso  
inspirem o ser humano na acção  
alargada ao Universo.

- 30 Mas, falta cumprir-se...  
Quem humanamente age  
na própria dignidade  
pelo falar e crer  
instaure a fraternidade.

Basta de horror e guerra  
seja fíndo tormento  
de não ter casa nem terra.

Produza-se o sustento  
na terra fértil cuidada  
40 cresça a raiz do alento  
a preservar o mar  
que o fruto irá devolver.  
O avanço da Ciência  
possibilite outro aval  
com a Educação para o ser  
onde haja consciência  
trate o próximo por igual.

Não se apaga a História  
mas é clara a Razão  
50 que refaz a memória  
em dádiva e inspiração  
pela Paz Universal  
pelos Direitos Humanos  
contra o alheamento  
veio a Declaração proclamar  
no mundo o mais alto advento.  
Falta cumprir-se o Escrito.  
Falta cumprir-se o Humano.  
Seja o veredicto!

Yoko e Lennon em Amsterdão, 1969  
Desenho de Mara Rosa  
2022



### **ucrate**

Em Ucrata,  
A sombra duma oliveira  
Ilumina as nossas sombras  
Vindas de longe,  
Da selva dos crustáceos  
E dos bois de trabalho,  
E um sino chama para a missa  
Os mais incautos  
Dos mais desesperados,  
E uma alvéola brinca  
Num pátio de terra batida  
Pelo calor do céu,  
E duas cabras dão uma corrida  
A ver quem ganha a erva,  
E os canitos de pedra ladram  
Contra a secura que os atormenta,  
E eu recordo-me de um mar  
Maior do que uma ermida,  
E tudo me parece vago e vivo  
Como o rosto duma virgem de calcário.

### **a paz e o sossego**

Não me tirem  
A cafeína dos versos  
Nem a alegria  
Das primeiras impressões.

Houve um tempo  
Quente e frio,  
A nortada dos desejos,  
Revoada de estorninhos.

Houve um espaço  
Aberto à luz  
Da cal  
E da palha face à bruma.

Não me tirem  
O sono leve  
Das noites férteis  
Em sonhos meridianos.

### **aparelho auditivo**

Falamos muito do silêncio  
E não nos damos conta do ruído  
Das cidades em chamas.

Cantamos de cabeça descoberta  
Canções antigas como a terra  
Do fogo e do diabo.

Só ouvimos a música dos poços  
E dos pântanos secos na memória,  
Depósito de sombra.

Até que a Ceifeira nos segue a palavra.

### **a perder de vista**

O sol põe-se todos os dias  
Como se não houvesse dia seguinte.

### **à margem de “verbo escuro”**

Desde que me conheço  
Nenhuma graça me acontece:  
O silêncio é o meu ruído,  
O passado, futuro que anoitece.



## As últimas batalhas de António Sérgio

*António Valdemar*

Cinquenta anos depois do falecimento de António Sérgio continua a ser evocado com apreço, embora o esquecimento cresça à medida que desaparecem os que partilharam, direta ou indiretamente, o seu magistério cultural e cívico. Faleceu no início do consulado de Marcelo Caetano. Estava ausente da realidade política. A sua intervenção terminara há dez anos. Retirara-se com as eleições e o exílio de Humberto Delgado; a prisão pela PIDE, a morte quase simultânea da mulher, das irmãs e do cunhado, o medalhista João da Silva, acentuaram uma grave depressão que o arrasou, isolou e da qual nunca mais conseguiu recuperar.

Jaime Cortesão, líder da oposição, faleceu em Agosto de 1960. O *Programa da Democratização da República* (1) que Jaime Cortesão não acompanhou na totalidade só foi concluído e divulgado depois da sua morte. Já não se circunscrevia, apenas, aos princípios republicanos e ao ideário seareiro. Acrescentava objetivos definidos na *República Moderna*, de Mendès France, declarações programáticas de Willy Brand e de outros dirigentes da social-democracia europeia. Mas omitia o pomo de discórdia: a autodeterminação ou a independência das colónias, intensificadas pela questão da Índia e a irradiação dos nacionalismos africanos.

À exceção dos textos do Partido Comunista, publicados no *Avante*, no *Rumo à Vitória* de Álvaro Cunhal e nos manifestos de grupos da extrema-esquerda, o *Programa da Democratização da República* é o último documento da ação conjunta de 61 figuras tão diversas da oposição. Juntava sobreviventes do 5 de Outubro de 1910 (Mendes Cabeçadas e Helder Ribeiro); fundadores e colaboradores efetivos da *Seara Nova* (Mário de Azevedo Gomes, Santiago Prezado, Augusto Abelaira, Fernando Piteira Santos); nomes fundadores do futuro Partido Social Democrata (PSD/PPD; Nuno Rodrigues dos Santos, Artur Santos Silva e Olívio França); e fundadores do futuro Partido Socialista (Mário Soares, Ramos da Costa e Salgado Zenha). Mas não assinaram alguns subscritores habituais nestes documentos, tais como: Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro e Manuel Mendes.

A oposição já se confrontava com novos desafios: a emigração crescente de trabalhadores, o exílio de intelectuais, os protestos sindicais, o recrudescimento das manifestações nas universidades, envolvendo professores e alunos, a intervenção da polícia de choque, os gorilas, as prisões da PIDE a encher Caxias, o Aljube e Peniche. (2) O regime endureceu de costas voltadas para o mundo. Colaborou na destruição, pela extrema direita, a PIDE e a Legião Portuguesa, da sede da Sociedade Portuguesa de Escritores e o seu encerramento decretado pelo ministro Galvão Teles (3); Salazar orgulhava-se de Portugal estar «orgulhosamente só». A exaltação da guerra era um imperativo. A Pátria não se discute, era outra palavra de ordem. A autodeterminação ou a independência das colónias, a guerra em três frentes (Angola, Guiné e Moçambique), a reabertura do Tarrafal pelo ministro de Salazar, Adriano Moreira (4), serão mais outros, senão o principal problema do regime e da oposição. Estes temas dividiam a própria Maçonaria.

Mário de Azevedo Gomes vai assumir a liderança da oposição até falecer em Dezembro de 1965. O Diretório Democrata-Social admitiu a hipótese de entregar a presidência a Cunha Leal, antigo ministro da I<sup>a</sup> República, mas a primeira geração, formada na *Seara Nova*, por António Sérgio, Jaime Cortesão, Raúl Proença e Camara Reys constituída por Manuel Mendes, Fernando Abranches Ferrão, António Macedo, Carlos Cal Brandão e outros não aceitava Cunha Leal. Recordavam uma das mais contundentes polémicas desencadeadas por Raul Proença: o conflito entre os princípios e os interesses, o antagonismo entre as conveniências económicas, os valores morais e a ética política. (5) É neste contexto que Mário Soares, a 16 de Dezembro de 1965, no funeral de Mário de Azevedo Gomes, no cemitério dos Prazeres, proferiu um discurso que vai mudar o futuro da oposição. Estive lá como repórter do *Diário de Notícias* e como amigo e admirador de Azevedo Gomes, oriundo de famílias açorianas e, ele próprio, nascido na ilha Terceira. Recordo-me do que se passou e do que a Censura truncou e suprimiu. É um momento histórico do currículo de Mário Soares. Talvez existia um registo áudio no espólio de Igrejas Caeiro. Lembro-me que este fez uma gravação. (6) Ao usar da palavra, Mário Soares, num ambiente de extrema tensão política e apertada vigilância policial, declarou, categoricamente, que, falecido o líder indiscutível, não aceitaria outro líder que não fosse da geração do próprio

Soares. Afastava-se a hipótese de Cunha Leal. Era a oportunidade da nova geração dar testemunho. Estávamos em Dezembro de 1965. Dias antes, Mário Soares completara 41 anos. O discurso foi a afirmação e o anúncio público da sua liderança política. (7)

Sérgio continuava longe de tudo. Sem perder a lucidez, perdera o interesse de tudo aquilo que sempre o atraía e motivava. Um re-censeamento de Matilde de Sousa Franco, (familiar de António Sérgio) no *Dicionário da História de Lisboa* sobre a Casa de António Sérgio indica os nomes dos frequentadores daquele espaço cultural e político. Sem mencionar familiares e, neste momento, já são poucos. (8) Embora sujeito a retificações, restam: Fernando Castelo Branco, filho do ensaísta Castelo Branco Chaves; e eu próprio. E em que circunstâncias cheguei a António Sérgio? Mário de Castro, amigo de sempre de António Sérgio, devido a uma discordância enérgica, num exame com Martinho Nobre de Melo, professor da Faculdade de Direito de Lisboa decidiu acabar em Coimbra a licenciatura e integrou-se no curso jurídico de 1920-1925, de que meu pai fazia parte. Estabeleceram relações de amizade, a aproximação pessoal com António Sérgio e o universo dos *Ensaíolos*. Coube-me, depois, usufruir de perto e sem intermitências essa relação. Também contribuíram outros amigos de meu Pai: Vitorino Nemésio e outro colega de curso, Eduardo de Figueiredo, um dos mais intemeratos advogados dos Tribunais Plenários, que interpôs o recurso para o Supremo Tribunal Administrativo de Lisboa, em face da extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores. Os contactos ocasionais na Livraria Sá da Costa deram lugar ao convite de Sérgio para eu frequentar as célebres reuniões na Casa na Travessa do Moinho de Vento. Tive, então, o privilégio do convívio, no debate de ideias acerca da conjuntura política, social e cultural. A tertúlia que reunia na casa de Sérgio era um grupo plural com várias correntes da oposição, constituído por intelectuais e políticos com afinidades eletivas. Predominava o racionalismo de raiz humanista.

O projeto de Sérgio residia na sua teorização do *Terceiro Homem*, a formação do jovem e do cidadão, de modo a pensar e a intervir de forma ativa e responsável. Mas, na generalidade, insistia na liberdade de opinião, no exercício da crítica, na existência de partidos políticos, na cooperação e no diálogo com todos os povos do mundo. (9) Preconizava a urgência da modernização da agricultura,

o desenvolvimento da indústria, a formação de quadros especializados, a reorganização do sistema económico e do circuito produtivo, da política de saúde e da segurança social, no âmbito da reforma do Estado e da Administração Pública. Fazia, ainda, parte dos atributos do *Terceiro Homem* a oposição às *pedras mortas*, ao *Segundo Homem*, aos adeptos servis e oportunistas do Estado Novo, reduzido a obras públicas de fachada, ao jogo de conveniências, à teia de interesses instalados, aos rituais de oratória preopinante. Também se distanciava do *Primeiro Homem*, que implantou a República e se prodigalizou em conspirações intermináveis, revoluções sangrentas, exercícios de retórica dentro e fora do parlamento. O *Terceiro Homem* representava as *Pedras vivas do país real*, a consciência do presente e a determinação para o futuro. (10)

A década de 50 deu lugar a uma das fases de mais intensa produção intelectual de Sérgio. Todo o tempo era metodicamente distribuído. Completara 70 anos em 1953. Esgotava as energias numa atenção concentrada nas grandes questões culturais que sempre o mobilizaram; nos comentários aos temas políticos do dia a dia, nos cortes drásticos da censura, a mutilar-lhe os textos, a distorcer a análise, a esvaziar a crítica e a coragem da indignação. Na década de 50, Sérgio publicou mais dois tomos dos *Ensaio*s, o VII, em 1951, e o VIII, em 1958. Em ambos, inseriu prefácios para as obras completas de Oliveira Martins (*Teoria do Socialismo*, 1952, *Portugal e o Socialismo*, 1956, *O Caráter do Socialismo de Antero*, 1952); e uma interpretação da *História Trágico-Marítima*, para uma edição anotada e comentada. (11) Mas avultava outro ensaio sobre os primórdios da nacionalidade, a presença de lusitanos e romanos, a integrar num compêndio popular de uma *História de Portugal*, encomendada por Luís de Montalvor, poeta e editor do primeiro número do *Orpheu* que renovou as artes gráficas, fundou a editorial Ática, lançou *História do Regime Republicano* e, a partir de 1942, a obra ortónima e heterónima de Fernando Pessoa.

Travou António Sérgio a última polémica com António José Saraiva. Decorreu em 1952 quando, na revista *Vértice*, Saraiva recensou a reedição do primeiro tomo dos *Ensaio*s, formulou reparos acerca da tese de Sérgio sobre a tomada de Ceuta e o idealismo de Sérgio, no prefácio da tradução portuguesa de *Problemas da Filosofia*, de Bertrand Russel. (12) Sérgio considerava a polémica necessária e uma das componentes da sua conduta pessoal, intelectual e

cívica. Para espanto de todos que nos recordávamos de algumas controvérsias aguerridas, justificava esta atitude visceral ao salientar que apenas saía à estacada porque se limitava a explicar «as suas próprias ideias quando as vê desentendidas por leitores distraídos ou quando as crê deturpadas, nada mais. As outras criaturas é que polemicam comigo porque sempre se irritam quando lhes quero explicar». (13) «Foi reconhecendo este meu feitio» — prosseguia noutro passo — «que certo crítico observou algures que eu não sou, intelectualmente um esgrimista, senão que sim um *afinador de pianos intelectuais*. Em Portugal, profissão ingrata e de bem pouco préstimo». (14)

A polémica com António José Saraiva não assumiu as características que marcaram os diferendos com Jaime Cortesão e Teixeira de Pascoaes; nem a dimensão escaldante nos debates com Malheiro Dias (15) ou Manuel Múrias ou, ainda, ao enfrentar José Marinho e, em especial, Sant'Ana Dionísio, por causa do criacionismo de Leonardo Coimbra. (16) A polémica com Cabral Moncada tem sido classificada de exemplar. Com Bento Caraça, fixou desacordos ideológicos e políticos. Na polémica com António José Saraiva em cujos bastidores se movimentaram Fernando Piteira Santos e Jorge Borges de Macedo — voltou a demarcar-se do materialismo dialético e do marxismo.

Ficaram sempre por sarar as feridas causadas pela saída de Sérgio da *Seara Nova*, uma das suas tribunas doutrinárias, mas, o vigor das polémicas, não afetou, até ao fim da vida, os laços de amizade com Teixeira de Pascoaes e Jaime Cortesão. Do convívio com Jaime Cortesão, também existia o retrato a tinta da china de um Sérgio jovem, da autoria de Cortesão. (17) Os seus retratos prediletos eram a sanguínea de António Carneiro, o desenho de José Targarro e o bronze de Júlio Vaz. O cartunista Vasco (Vasco de Castro), autor de várias interpretações de Sérgio, acompanhou e organizou, nos anos 50, para o jornal *A Planície*, uma entrevista de Afonso Cautela, com uma fotografia de Walter Sampaio, um dos filhos do consagrado fotógrafo Sampaio. Julgo que não se pode classificar uma polémica — tal como as outras — a questão surgida com a reedição da *História de Portugal*, de António Sérgio, (coleção da Labor, de Barcelona que gozava de reputação universitária nos países hispânicos) e introduziu, sem consentimento do autor, pa-

rágrafos de elogio à política de Salazar. Sérgio limitou-se a denunciar a fraude e a instaurar um processo-crime (que ganhou). Ficou provado que não era uma atualização, mas uma afronta às suas ideias e à sua militância política.

Existem, na Torre do Tombo, no Arquivo de Salazar e da PIDE duas cartas do jornalista Jaime Brasil (1896-1966), na altura redator d' *O Primeiro de Janeiro*, no Porto, e coordenador do suplemento literário semanal das quartas-feiras. Encontram-se entre numerosa correspondência apreendida. (18) Uma carta tem apenas a indicação do ano de 1956 e a outra a data de 21 de outubro de 1959. Ambas endereçadas para a residência de Sérgio, na Travessa do Moinho do Vento, e o remetente Jaime Brasil, *O Primeiro de Janeiro*, Porto. Estas referências ao chegarem aos Correios — fortemente minados pela PIDE — alertaram para imediata apreensão.

Será melhor transcrever e pormenorizar alguns pontos da carta de Jaime Brasil a António Sérgio, sobre a reedição da *História de Portugal*, apesar da publicação integral em anexo do texto, com a ortografia da época. Tratando Sérgio por «querido amigo e mestre», Jaime Brasil começou por manifestar «protesto ao que todos os homens, ainda não arregimentados ao existente neste País, deveriam enviar à *Editorial Labor* pela patifaria de macular a sua admirável *História de Portugal* com sabujices aos régulos das duas infelizes nações hispânicas. Quantos conhecem a altitude do seu pensamento e a nobreza do seu carácter sabem que seria incapaz de dar o seu aplauso à política de opressão e à economia de miséria em que agonizamos». Insurgiu-se, com veemência, pelas abusivas alterações que levavam a admitir que «até António Sérgio, a despeito de ter recebido ainda há pouco a honra de ser encarcerado, também se juntava ao coro dos lacaios que entoam louvores aos césores de farsa. É isso o mais grave». Refere depois que, n' *O Primeiro de Janeiro*, na página literária «fez-se eco do seu indignado protesto; mas é preciso que esse eco seja retumbante». «Penso» afirma a concluir «na possibilidade da realização de uma «manifestação de desagravo. Se estivesse aí, lançaria a ideia de uma mensagem, uma sessão pública, qualquer coisa que traduza o nosso protesto. Dou a minha solidariedade a tudo e colaborarei seja no que for para esse fim». (19)

A atividade imparável de António Sérgio, ultrapassava os limites da resistência física e psicológica, de um homem com 70 anos com

uma vida bastante sóbria, embora desgastada por inúmeras provações. Assumiu protagonismo em duas campanhas presidenciais, a de Quintão Meireles e a de Humberto Delgado. A intervenção pontual ficou reunida em quatro publicações de grande impacto na opinião pública: *Cartas de Problemática* (1952-1955); *Cartas do Terceiro Homem* (1953, 1954 e 1957); *Antologia Sociológica* (1956 e 1957) e *Pátio das Comédias* (1958). Merecem descodificação, investigação e contextualização as referências dos visados diretos e explícitos — ou não — nos textos e que funções públicas desempenhavam na altura. Muitos textos, antes de editados em opúsculos, saíram nos jornais da oposição — *República* e *Diário de Lisboa*. A Censura prosseguiu implacável. Também a PIDE seguia os passos de António Sérgio e dos que iam a sua casa e compareciam nas tertúlias da Sá da Costa, na sede da Inquérito, da Bertrand, da Guimarães e da Europa-América que principiava a atividade num primeiro andar da Rua das Flores. Controlava a correspondência que António Sérgio enviava ou recebia. Também se encontra na Torre do Tombo, nos processos da PIDE e no Arquivo Salazar a outra carta de Jaime Brasil dirigida a António Sérgio, acerca das suas mais recentes e, afinal, últimas publicações.

Eduardo Salgueiro, editor de Sérgio, fundador e diretor da Inquérito, habituara-se às arbitrariedades da Censura e conhecia os métodos de atuação da PIDE. Daí utilizar os possíveis estratagemas para os contornar. Fui seu amigo muitos anos — escrevi sobre ele um artigo no *Diário de Notícias* — procurei recolher-lhe as *memórias de um editor*, nomeadamente, as consequências da publicação do livro *D. Carlos*, da autoria de Júlio de Sousa e Costa e, sobretudo, devido ao capítulo sobre o *Regicídio*. (20)

Um estudo exaustivo de Maria Manuela Poitout, na revista *Nova Augusta*, número 26, editada pela Câmara de Torres Novas e publicado em 2014, examinou o processo arquivado na Torre do Tombo. Uma denúncia de Alfredo Pimenta, monárquico e salazarista — antigo anarquista, que louvara, tal como Guerra Junqueiro e Aquilino Ribeiro, e nos termos mais encomiásticos a coragem física e moral do regicida Manuel Buíça — pediu a intervenção da PIDE e da Censura. O livro foi logo retirado. A Bertrand, com existência centenária, que escapara à Inquisição, à Intendência de Pina Manique e outras polícias, foi temporariamente encerrada. A administração e comissão de leitura foram logo substituídas por Pedro

de Moura e Sá, Vitorino Nemésio, Padre Moreira das Neves e Luís Forjaz Trigueiros. E presos os responsáveis pela edição: Eduardo Salgueiro e Casais Monteiro.

A experiência de Eduardo Salgueiro, a propósito das edições de António Sérgio, levava-o a distribuir os livros e opúsculos através dos pequenos núcleos de opositores, radicados através de todo o País, antes das obras serem postas à venda nas livrarias e, entretanto, apreendidas. É neste contexto que volta a surgir Jaime Brasil, colega e amigo de Salgueiro desde a redação de *O Século*, para o lançamento quase clandestino, no Porto da série da *Antologia Sociológica* e da série do *Pátio das Comédias*. Numa das cartas interceptadas, Jaime Brasil, relatava a coleta que efetuara no Porto, dentro d' *O Primeiro de Janeiro*, na redação e na administração. Tratando, de novo, António Sérgio por «prezado Mestre e Amigo», Jaime Brasil dava conta da «remessa dos Cadernos, da Inquérito»; da «colecta», que fizera e do envio da verba que conseguira, através de um vale do correio». A seguir, pormenorizou: «Foram apenas 150\$00 e ainda assim foi preciso o nosso amigo Manuel Caetano de Oliveira (21) que aliás já tinha recebido os Cadernos, contribuir com 50\$00. Os cinco exemplares de cada número, que recebi da “Inquérito”, foram distribuídos por quatro amigos cá do jornal, de que lhe mando os endereços em papel aparte, para serem considerados assinantes a partir do terceiro caderno. Esses pagaram os exemplares que lhes distribuí pelo dobro do seu preço de capa.» (22) «Fiz uma pequena notícia do aparecimento dos Cadernos» acrescenta Jaime Brasil «que deve sair na próxima quarta-feira, se a deixarem sair. Espero que sim, pois os censores não costumam atribuir importância ao que se diz em páginas de letras». «Com notícia ou sem notícia, os Cadernos farão a sua carreira, pois agora, com o mercado devidamente abastecido, consta-me que se vendem como canela. Bem merecem o êxito. Temos de agradecer o muito que contribuem para ele os estadistas e padres-mestres do corporativismo que, em orações de pouca sapiência, pretendem responder aos seus Cadernos.»

«O Cooperativismo, a despeito das suas admiráveis reafirmações» observa ainda Jaime Brasil «não bastará para resolver todos os problemas económicos; mas a verdade é que ninguém sabe se basta ou não, pois nunca foi posto em prática com amplitude bas-



tante para se poderem tirar quaisquer conclusões. Quanto ao corporativismo, já sabemos que não resolve traduzido aqui em calão quando já tinha falhado na Itália. Por mais remendos que lhe deitem, não conseguem pôr de pé o mostrengo. É como aqueles meninos que têm moleza de ossos. Nem com os carrinhos de rodas da carroça do Estado conseguem andar». E, por último, escreveu Jaime Brasil: «Parabéns, pois pelo êxito dos Cadernos e pela réplica do estadista. Acusou o toque como na esgrima, mas como não pode ripostar decentemente, oxalá não recorra ao meio costumeiro de chamar a polícia. Feliz ideia foi dar os sumários dos cadernos seguintes. Se eles não aparecerem, já o público saberá que houve motivo de força maior». (23)

Estas publicações fazem parte das últimas batalhas de Sérgio, num tempo de adversidades pessoais e guerrilhas políticas. O empenhamento de Sérgio na campanha de Humberto Delgado como candidato à Presidência da República aumentou-lhe a inquietação. Deixou-o em contínuo sobressalto. Contra ventos e marés, estimulou a indigitação de Humberto Delgado. Era Jaime Cortesão o candidato predileto, quase consensual, embora não se ignorassem as catilinárias de Ferro Alves, n' *Os Budas*, um dos panfletos ferozes de exilados portugueses na Espanha republicana. O nome de Cortesão, já se apontava, em 1952 num texto de Mário de Castro, na *Seara Nova*. Todavia, Sérgio e Henrique Galvão optaram por Delgado, a fim de «rebentar o regime por dentro». Iniciada a campanha, Sérgio rejubilou com o impacto da apresentação pública, do rastilho que se estendeu em todo o país, embora prevendo a falsificação das eleições. (24) A Conferência de Imprensa, no café Chave de Ouro, no Rossio, ficou célebre por um episódio de enorme repercussão nacional e internacional. Ao responder ao jornalista Pinto Basto, chefe da redação, em Lisboa, da France Presse, se mantinha Salazar, caso viesse a ser eleito, respondeu sem hesitações: «Obviamente, demito-o.» (25) Pela primeira vez, Salazar deixava de ser intangível.

O *Diário de Notícias*, com a colaboração da União Nacional e da Legião Portuguesa — e o chefe de redação Tomé Vieira com ligações à PIDE — desencadeou, na primeira página, um movimento de repúdio durante mais de um mês. Assinaram os intelectuais e políticos do regime. E padres de muitas paróquias. Até Júlio Dantas

não conseguiu escapar, mas, em 1960, a derradeira acrobacia, depois de mais de cinquenta anos de malabarismos políticos e literários também subscreveu, ao lado de representantes dos sectores da oposição, o apoio à candidatura de Aquilino Ribeiro ao Prémio Nobel da Literatura. (26)

Sérgio ficou, contudo, muito perturbado com as peripécias de Humberto Delgado durante o asilo político na embaixada do Brasil, em Lisboa, os ruidosos conflitos no Brasil e noutros países, envolvendo personalidades da oposição, num processo agitadíssimo que culminou numa emboscada e no assassinato por uma brigada da PIDE. Confirmou-me Álvaro Salema, numa tarde repleta de confidências, que Sérgio começou a ter graves «problemas de consciência» por se julgar «o principal responsável» pela escolha de Delgado, candidato à Presidência da República e, também, pelo incentivo à solução do asilo na embaixada do Brasil «o escândalo também faria estremecer o regime». Só que excedeu, e em muito, o previsível. Era, na altura, embaixador do Brasil Álvaro Lins, intelectual de prestígio. Já conhecia Portugal, lecionara na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e fora eleito, para a Academia das Ciências, sem nenhuma bola preta, em reunião prévia da seção de efetivos de Letras, presidida por Júlio Dantas, que admitiu Vitorino Nemésio (duas bolas pretas dos que se opunham à entrada de um maçom). Mas no livro de memórias, *Missão em Portugal*, Álvaro Lins registou situações insólitas do asilo político de Humberto Delgado; as impressões de monumentos históricos e de paisagens que o surpreenderam; e aludiu, em pormenor e citando nomes e fatos, as boas e as péssimas recordações que lhe deixaram intelectuais e políticos portugueses. (27)

Entretanto, em Novembro de 1958, António Sérgio era preso pela PIDE, interrogado na sede, na Rua António Maria Cardoso, e enviado para Caxias. Também foram interrogados e presos Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes e Vieira de Almeida. Preparavam a organização da vinda a Portugal de Aneurin Bevan, deputado trabalhista britânico e de Pierre Mendès France para fazerem conferências sobre Democracia. (28) Com pouco tempo de intervalo, verificavam-se a morte da mulher de Sérgio, Luísa Sérgio, companheira inseparável de mais de 50 anos de um casal fortemente unido e sem filhos, que também sofreu com as prisões e os exílios; e as mortes, quase seguidas, de uma das irmãs de Sérgio, Matilde,

e de seu cunhado, o escultor João da Silva. A seguir a outra irmã Pilar também morreu. Sérgio sentia-se só. Terrivelmente só.

A conjugação destas vicissitudes provocou uma depressão irrecuperável. Tinha antecedentes. A primeira depressão revelou-me David Ferreira — aconteceu horas depois da proclamação da República e ao assistir, no Vale do Zebro, ao suicídio de um dos seus mais íntimos amigos e colega na Marinha, Frederico Pinheiro Chagas; a segunda depressão no Brasil em consequência de um malogro editorial e perda de considerável parte da fortuna (que pertencia à esposa) e que obrigou ao internamento psiquiátrico em Petrópolis onde concluiu e datou o primeiro tomo dos *Ensaíos*. A crise de 1958, 1959 deu lugar a outro internamento. Barahona Fernandes, psiquiatra clássico, genro de Viana da Mota e visita assídua de casa, foi substituído por Miller Guerra. Pulido Valente julgou recomendável que o doente fosse observado e seguido por um médico que não pertencesse ao círculo de convívio. Sem ferir qualquer regra deontológica, anos mais tarde, Miller Guerra disse-me que Sérgio, nas depressões e euforias, tinha semelhanças com Antero. Sabia muito bem o que dizia. Estudara Antero e publicara trabalhos de investigação científica, ao desmontar várias teses, entre as quais a do lendário Sousa Martins, incluída no *In Memoriam*. (29)

A doença de Sérgio prolongou-se até à morte. Foram dez anos de muita angústia. Falta de dinheiro para despesas do internamento e honorários de médicos. Sérgio já recorrera ao crédito bancário para acudir a tratamentos indispensáveis a sua mulher. Aliás houve sempre dificuldades económicas e ocultadas sempre com elegância. Decidiu garantir a privacidade do casal, com algumas obras na casa concebida e realizada pelo arquiteto Raúl Lino na Travessa do Moinho de Vento. Um amigo de todas as horas, Carlos Estorninho, diretor da Biblioteca do Instituto Britânico, colaborava no aluguer de quartos a senhoras inglesas. Pagavam mais e estavam menos tempo em Portugal. E seria menos chocante ter hóspedes estrangeiros, recrutados entre pessoas com estatuto social distinto. A renda completava o escasso vencimento mensal que António Sérgio recebia, desde os anos 30, ao regressar do exílio, quando ingressou na redação da *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1935 a 1958). Outra precária fonte de receita resultava das pequenas verbas de colaborações em jornais e direitos de autor; do

pagamento das aulas que lecionara num colégio particular – salvo erro Pedro Nunes, dirigido por Adrião Castanheira – e das explicações, se as havia, a alunos que se deslocavam a sua casa. Correndo outra vez o risco de omissões involuntárias, direi que, além do apoio de vários familiares, contou com a solidariedade de um amigo, Fernando Rau. Discretamente, avançou com dinheiro e disponibilizou para a convalescença de Sérgio da crise que o atingiu, a histórica Quinta da Penha Verde, de que Sérgio tanto gostava e onde (ainda no tempo de vida da mulher), passava um mês de férias de verão.

António Sérgio faleceu, em Lisboa, a 24 de Janeiro de 1969, no Hospital da Cruz Vermelha. A primeira homenagem póstuma foram as “Obras Completas” de Sérgio pela Livraria Sá da Costa, sob a orientação de Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e organizadas por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira. O seu aparecimento prolongou-se, nos anos 70, entre o fim do marcelismo, o processo da implantação do 25 de Abril e a consolidação da Democracia. Sucederam-se outras homenagens – dois livros de A. Campos Matos – condensando para uma ampla divulgação o que é fundamental para conhecer Sérgio; o livro de Joaquim Montezuma de Carvalho *António Sérgio – a obra e o homem* (30); uma sessão, na Academia das Ciências – que havia rejeitado a admissão por motivos políticos, conforme denunciou Henrique Vilhena – com intervenções de Joel Serrão e David Mourão-Ferreira (31); numerosas manifestações em Lisboa e Coimbra para comemorar em Setembro de 1983 o centenário do nascimento; teses de mestrado e doutoramento nas principais universidades e até, em Roma, na Faculdade de Filosofia da Universidade Gregoriana (32); a inscrição na toponímia de Lisboa e de outros locais do País e o nome também como patrono de escolas perpetuaram a memória de Sérgio. (33)

Também houve contestação da obra ensaística, por Vasco Magalhães Vilhena (34), Eduardo Lourenço (35) e Jorge Borges de Macedo (36). Mas no colóquio *António Sérgio: Pensamento e Acção* realizado pelo Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, para grande espanto de muitos, António José de Brito, intelectual e político de extrema direita e fascista assumido preferiu a afirmação perentória de que ficamos a dever a António Sérgio: “páginas de grande agilidade mental e de estilo inimitável,

posto que não havia reparo que lhe não merecesse resposta e que o seu estilo polémico era da mais alta qualidade.” (37) Os adversários não ignoravam que António Sérgio elegera como norma de conduta — ele próprio o declarou — «soltar amarras, para singrar no oceano da procura livre, com o horizonte limpo a todos os rumos e aberto à audácia da investigação.” (38) A rejeição do pensamento único em todos os domínios. Defendia o pluralismo de opinião. Pronunciava-se com frontalidade. Tinha orgulho na sua independência. E não se fechou numa torre de marfim. Daí a influência que exerceu na sua geração, na geração anterior à sua e nas gerações que lhe sucederam.



António Sérgio  
óleos de Almerinda Pereira  
2022

Participantes das reuniões em casa de António Sérgio e muitos outros que beneficiaram o seu magistério consolidaram o regime democrático instaurado com o 25 de Abril. Integraram autarquias e estiveram representados na primeira Assembleia Constituinte, presidida por Henrique de Barros, um dos amigos mais próximos de António Sérgio. A Constituição Política da República de 1976 incluiu reivindicações de Sérgio, no capítulo dos Direitos, Liberdades e Garantias e no âmbito do setor cooperativo. A Casa de António Sérgio esteve, vários anos, sob o signo da fatalidade. O edifício, que permaneceu ao abandono e o recheio em caixotes, foi ocupado e incendiado. O fogo propagou-se ao telhado. Entretanto, o proprietário tentou a demolição, até que, e depois de insistente campanha na Imprensa, a casa foi adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa para o Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo criado no 1.º Governo Constitucional, presidido por Mário Soares, sendo Henrique de Barros Ministro de Estado. O decreto, subscrito por Mário Soares e por Henrique de Barros, foi por unanimidade aprovado na Assembleia da República. (39)

Apesar da grande estima e admiração que manteve com Sérgio, Henrique de Barros tinha uma divergência de fundo.(40) Para Henrique de Barros, Sérgio contemplara, apenas, o movimento cooperativo como organização de proteção dos consumidores. Não fazia parte da sua doutrinação o funcionamento das cooperativas de produção. Pode e deve concluir-se que foi Henrique de Barros que pensou as regras e estabeleceu as bases orgânicas das cooperativas de produção. A sede do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo ficou, em Lisboa, na Rua Carlos de Mascarenhas. Ainda não estavam concluídas as negociações para a posse da casa de residência e realizadas as obras de adaptação. Uma vez terminadas, a casa destinou-se ao Núcleo de Altos Estudos Cooperativos, para desenvolver a formação cooperativa do movimento e dos seus dirigentes e a promoção de estudos específicos. Nela ficaram o que sobrou da biblioteca de António Sérgio, assim como da biblioteca de Fernando Ferreira da Costa, outro dos discípulos de Sérgio, que presidiu à comissão instaladora do Instituto e foi seu primeiro presidente. Encerrou, em 2009, o Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo. Decorreu no XVII governo, presidido por José Sócrates e com Teixeira dos Santos como ministro das Finanças. (41) Foi o fim de uma ambição de António Sérgio, consagrada de-

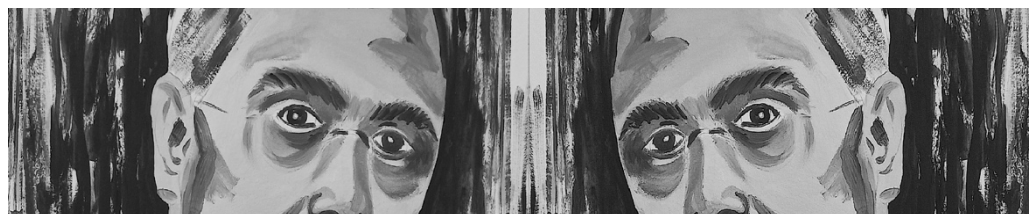
pois do 25 de Abril na Assembleia da República. As atribuições passaram a ser desempenhadas pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

António Sérgio que pagou com o exílio e a prisão – a última, com mais de 70 anos – elaborou propostas para concretizar uma educação cívica; empenhou-se no esclarecimento de problemas fundamentais da história de Portugal, da sua formação e expansão. Na análise crítica de figuras e acontecimentos da cultura portuguesa que se consideravam intocáveis. Muitas das polémicas que travou, sujeitas a diversos reparos, mas com a forte marca da sua personalidade, ainda não se encontram encerradas.

A vida e a obra de António Sérgio podem resumir-se em três verbos: *recusar*, *resistir*, *mobilizar*. Recusar a ditadura, resistir à prepotência e ao arbítrio; mobilizar vontades dispersas para ultrapassar o isolamento. A cultura e a educação representaram o caminho para a conquista da liberdade e a descoberta do homem e do mundo. Por tudo isto, as suas lutas – ao contrário de tantas outras lutas de alguns dos seus contemporâneos – ainda não se extinguíram.

**Notas:** 1) *Programa para a Democratização da República*, 1961, Porto Tipografia JPLoes. 2) Valdemar, António, *Vasco a Regra de Ouro*, 2019. 3) Valdemar, António, «Maio de 65 – o encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores», *Público*, 20 de Maio de 2015. 4) Valdemar, António, «Tarrafal no património da Resistência», *Público*, 8 de Novembro de 2013. 5) Valdemar, António, «Soares 65, o anúncio de um líder», *Público*, 7 de Janeiro de 2017. 6) *Ibidem*. 7) *Ibidem* e *idem*, «Soares, Tal e Qual», *Expresso*, 7 de Janeiro de 2019. 8) Franco, Matilde Sousa, «Casa de António Sérgio» in Santana, Francisco (coord.), *Dicionário de História de Lisboa*, Lisboa, 1992. 9) Sérgio, António, *Cartas ao Terceiro Homem. Porta-voz das “Pedras Vivas” do “País Real”*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1957. 10) *Ibidem*. 11) *Idem*, *Ensaio VII*, Lisboa, Europa América, 1954. *Idem*, *Ensaio VIII*, Lisboa, Guimarães Editora, 1958. 12) Saraiva, António José, *O Caprichismo Polémico do sr. António Sérgio*, Porto 1952. 13) Sérgio, António, *Cartas de problemática dirigidas a um grupo de jovens amigos, alunas e alunos da Faculdade de Ciências*, Lisboa, Inquérito, 1952-1955. 12 v. 14) *Idem*. 15) Valdemar, António, «correspondência inédita para Malheiro Dias», *Diário de Notícias*, 3 de Setembro de 1983; Matos, A. Campos de «Bibliografia de António Sérgio» In *Revista da História das Ideias*, tomo 1, vol. 5, Coimbra, 1983 e *Diálogo com António Sérgio*, Lisboa, Presença, 1989. 16) V. *Jornal O Diabo* (Lisboa, 1934-1940). 17) Valdemar, António, *Jaime Cortesão – poetas e escritores que retratou*, [estudo inédito, a publicar]. 18) ANTT, Pide, SC, SR 750, NT 2334. 19) ANTT, Pide, SC, SR 750, NT 2334. 20) Poitout, Maria Manuela, «Júlio de Sousa e Costa, a obra e o livro proibido pela censura», *Nova Augusta*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres

Novas, Gabinete de Estudos e Planeamento Editorial, n.º 26, 2014. 21) Republicano histórico do Porto, maçom, opositor ferrenho do salazarismo, como já fora do sidonismo, administrador de *O Primeiro de Janeiro*, sogro do arquiteto Octávio Lixa Filgueiras. Também é citado por Ferreira de Castro em *Emigrantes*. 22) Como exerci as funções de chefe da redação em Lisboa, de *O Primeiro de Janeiro* substituindo Jaime Brasil, de 1968 a 1980, até o jornal ser entregue ao CDS e pela irmã de Manuel Pinto de Azevedo após a sua morte, presumo tratar-se de Manuel Pinto de Azevedo, diretor de *O Primeiro de Janeiro* e bibliófilo; Mário de Vasconcelos e Sá secretário da direção do jornal; do poeta e bibliófilo Alberto de Serpa, outro secretário da direção de *O Primeiro de Janeiro*, que ajudava Jaime Brasil na página literária; e Viriato Gonçalves, redator de *O Primeiro de Janeiro* e chefe da seção do noticiário internacional. 23) ANTT, Pide, SC, SR 750, NT 2334. 24) Rosas, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. 1ª reimpressão. Lisboa: Tinta-da-China, 2015. E Rosas, Fernando; Brito, J. M. Brandão de (dir.) *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. 25) Múrias, Manuel, *Obviamente demito-o*, Lisboa, Intervoz. 26) Valdemar, António, *Cem anos de Dantas, Diário de Notícias*. 27) Lins, Álvaro, *Missão em Portugal*, Rio de Janeiro, edição Civilização Brasileira, 1960. 28) Vide os volumes da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. 29) Guerra, Miller, *Medicina e Sociedade*, Lisboa, Moraes Editora, 1961. 30) Carvalho, Joaquim Montezuma de, *António Sérgio – a obra e o homem*, edição Arcádia. 31) Mourão-Ferreira, David, «Situação de António Sérgio na História da Crítica Literária», in *Homenagem a António Sérgio*, Academia das Ciências de Lisboa, 1976. 32) Branco, J Oliveira, *O Humanismo Crítico de António Sérgio*. 33) Serrão, Joel, «O Lugar da História no Pensamento de António Sérgio», in *Homenagem a António Sérgio*. Academia das Ciências de Lisboa, 1976; Mourão-Ferreira, David, «Situação de António Sérgio na História da Crítica Literária», in *Homenagem a António Sérgio*, Academia das Ciências de Lisboa, 1976. 34) Villhena, Vasco Magalhães, *António Sérgio. O idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa*, Lisboa, Cosmos, 1975. 35) Lourenço, Eduardo, *Labirinto da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 2008. 36) Macedo, Jorge Borges de «Significado e evolução das polémicas de António Sérgio: A ideologia da Razão 1912-1930», *Revista das Ideias*, tomo 1, vol. 5, Coimbra. 37) *António Sérgio: Pensamento e Acção. Actas do Colóquio realizado pelo Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2004, 2 volumes. Brito, António José, «António Sérgio e o Idealismo», *António Sérgio: Pensamento e Acção. Actas do Colóquio realizado pelo Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2004 vol. I, pág. 259 38) Prefácio em Sérgio, António, *Ensaíos*, Lisboa, Seara Nova, 1929, tomo II. 39) Decreto Lei 902 76 de 31 de dezembro e Lei 35-77 de 8 de julho de 1977. 40) Barros, Henrique de *Os Grandes Sistemas da Organização da Economia Agrícola*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1975. Barros, Henrique de *A Cooperativa Agrícola*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979. Barros, Henrique de; Costa, Fernando Ferreira da, *António Sérgio: Uma nobre Utopia*, Cadernos de O Jornal, 1983. 41) Decreto Lei nº 282/2009 de 7 de Outubro.





## Duas cartas inéditas de Jaime Brasil a António Sérgio

Artur Jaime Brasil Luquet Neto (1896-1966), que assinou Jaime Brasil, nasceu em Angra do Heroísmo, Açores, e chegou a ser oficial do exército, profissão que logo trocou pela de jornalista e escritor. Fez parte da redacção de muitos jornais, com destaque para ‘A Batalha’ (1919-27), na sua fase de diário de grande expansão, e para ‘O Primeiro de Janeiro’, onde organizou um suplemento artístico e literário que teve grande impacto na vida cultural portuguesa, ‘Das Artes, das Letras’, sucedendo a António Pinto Quartim na chefia da redacção de Lisboa. Libertário desde muito cedo, alinhando numa corrente filosófica individualista, daí o interesse que manifestou pela sexualidade, publicando um livro inovador, ‘A Questão Sexual’ (1932), logo atacado pela Igreja, foi um dos fundadores em 1925 do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa, que se integrou na CGT. Nunca perdeu a ligação às ideias anarquistas, escolhendo para seu convívio o meio libertário que sobrevivera à chacina da década de 30 (Alexandre Vieira, Aurélio Quintanilha, Campos Lima, Pinto Quartim, Ferreira de Castro, Julião Quintinha, Mário Domingues, Emílio Costa e outros). Comprovadas por estas duas cartas aqui trazidas a lume pela mão do também jornalista e investigador António Valdemar, e que o destinatário nunca chegou a receber, pois foram apreendidas em trânsito pela polícia política (estão hoje na Torre do Tombo), as suas relações com António Sérgio não são surpresa se atendermos à presença em força de anarquistas no Ateneu Cooperativo, onde Sérgio era a figura tutelar na década de 50. Sérgio alinhava com as teses da demopaidéia de Proudhon, que volta a referir com agrado nos seus derradeiros escritos, e do self-government que desde a Renascença Portuguesa era uma das suas preocupações principais. Nos anos 30, no jornal ‘O Diabo’, a propósito da interpelação dum leitor do jornal sobre os seus textos de agrobiologia, afirma-se leitor de Kropotkine, accitando deste com entusiasmo e sem qualquer reticência, o que nele era raro, a ideia duma era geral de abundância. [AIDEIA]

I

[em papel timbrado d’ *O Primeiro de Janeiro*]

Porto, 21 de Outubro de 1956

Prezado Mestre e Amigo:

Desculpe-me não ter acusado, há mais tempo, o recebimento da sua estimadíssima de 9 e a remessa dos “Cadernos”, enviados pela “Inquérito”. Estive à espera de fazer a colecta, que, ontem, lhe enviei num vale do correio.

Foram apenas 150\$00 e ainda assim foi preciso o nosso Amigo Manuel Caetano de Oliveira, que aliás já tinha recebido os “Cadernos”, contribuir com 50\$00. Os cinco exemplares de cada número, que recebi da “Inquérito”, foram distribuídos por quatro amigos

cá do jornal, de que lhe mando os endereços em papel aparte, para serem considerados assinantes a partir do terceiro caderno. Esses pagaram os exemplares que lhes distribuí pelo dobro do seu preço de capa.

Fiz uma pequena notícia do aparecimento dos “Cadernos”, que deve sair na próxima quarta-feira, se a deixarem sair. Espero que sim, pois os censores não costumam atribuir importância ao que se diz em páginas de letras.

Com notícia ou sem notícia, os “Cadernos” farão a sua carreira, pois agora, com o mercado devidamente abastecido, consta-me que se vendem como canela. Bem merecem o êxito. Temos de agradecer o muito que contribuem para ele os estadistas e padres-mestres do corporativismo que em orações de pouca sapiência pretendem responder aos seus “Cadernos”.

O Cooperativismo, a despeito das suas admiráveis realizações, não bastará para resolver todos os problemas económicos; mas a verdade é que ninguém sabe se basta ou não, pois nunca foi posto em prática com amplitude bastante para se poderem tirar quaisquer conclusões. Quanto ao corporativismo já sabemos que não resolve. Traduzido aqui em calão quando já tinha falhado na Itália, por mais remendos que lhe deem não conseguem pôr de pé o mostrengo. É como aqueles meninos que têm moleza de ossos. Nem com os carrinhos de rodas da carroça do Estado conseguem andar.

Parabéns, pois pelo êxito dos “Cadernos” e pela réplica do estadista. Acusou o toque como na esgrima, mas como não pode ripostar decentemente, oxalá não recorra ao meio costumeiro de chamar a polícia.

Feliz ideia foi dar os sumários dos cadernos seguintes. Se eles não aparecerem, já o público saberá que houve motivo de “força maior”.

Renovo o pedido de desculpa pela demora na resposta e peço creia sempre na muita admiração e viva estima.

Do muito e devotado amigo Jaime Brasil

2

[em papel timbrado d’ *O Primeiro de Janeiro*]

Porto, 5-1-1959 [no carimbo de envio]

Querido Mestre e Amigo:

Junto o meu protesto ao que todos os homens, ainda não arregimentados ao existente neste País, deveriam enviar à Editorial Labor pela patifaria de macular a sua admirável “História de Portugal” com sabujices aos régulos das duas infelizes nações hispânicas.

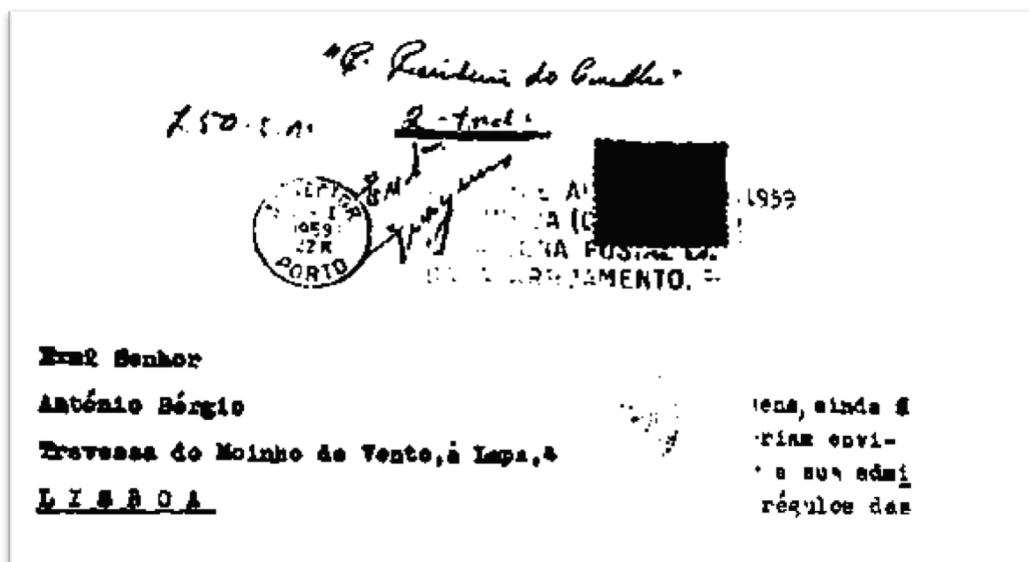
Quantos conhecem a altitude do seu pensamento e a nobreza do seu carácter sabem que seria incapaz de dar o seu aplauso à política de opressão e à economia de miséria em que agonizamos.

Os livros da Labor são lidos nos países de língua castelhana e nalguns, por deficiente informação acerca das suas atitudes de sempre e das suas últimas obras, poderá haver quem suponha que até António Sérgio, a despeito de ter recebido ainda há pouco a honra de ser encarcerado, também se juntava ao coro dos lacaios que entoam louvores aos césaes de farsa. É isso o mais grave.

O jornal fez-se eco do seu indignado protesto; mas é preciso que esse eco seja retumbante. Penso numa manifestação de desagravo. Se estivesse aí, lançaria a ideia duma mensagem, uma sessão pública, qualquer coisa que traduza o nosso protesto. Dou a minha solidariedade a tudo e colaborarei seja no que for para esse fim.

Abraço-o comovidamente e desejo que o ano que entra seja de menos atribulações para o meu Amigo e sua Exm<sup>a</sup> Esposa que muito terá sofrido no lance da sua prisão.

Seu do coração, muito admirador e amigo Jaime Brasil



carta de Jaime Brasil para António Sérgio (excerto)

**Anarquia quer dizer não-violência,  
não-dominação do homem sobre  
o homem, não-imposição pela força de  
um ou de vários sobre os restantes.**

**Apenas pela harmonização dos  
interesses, a cooperação voluntária,  
o amor, o respeito, a tolerância  
recíproca — apenas pela persuasão,  
o exemplo, o contágio e a vantagem  
mútua do benefício pode triunfar  
a anarquia, isto é, uma sociedade  
fraterna livremente solidária que  
assegure a todos a liberdade máxima,  
o desenvolvimento máximo e o  
máximo de bem estar possível. Aquilo  
que mais importa é que os seres  
humanos se libertem do instinto  
e dos hábitos gregários com que  
a escravidão milenária lhes modelou  
o interior e aprendam a pensar e a  
agir livremente. É a esta obra de libertação  
que os libertários se devem consagrar.**

**ERRICO MALATESTA**

# No centenário da greve mineira de Aljustrel (1922-2022)

*Paulo Guimarães*

a greve como Guerra Social: o papel da organização e da solidariedade

A greve que mobilizou toda a comunidade mineira de Aljustrel no Inverno de 1922 teve na sua origem directa o desejo dos trabalhadores e operários da *Société Anonyme Belge des Mines d' Aljustrel* (SABMA) melhorarem as suas condições de vida (1). O conflito decorreu num contexto marcado pela elevadíssima inflacção e pelo agravamento das condições de trabalho impostas pelo patronato. O problema da «carestia de vida» dava então centralidade às questões salariais na mobilização social e na organização do conflito. Ao mesmo tempo, a inflacção limitava o alcance de medidas de protecção laboral previstas com a instituição recente dos seguros sociais obrigatórios que visavam dar alguma protecção em caso de acidente e morte. Também a introdução de novos métodos de exploração penalizavam a saúde dos mineiros e agravavam o mal-estar existente. Surgiram então queixas por causa da deficiente ventilação das galerias provocada pela redução do número de poços activos. Outras medidas de 'economia', como a quase ausência de trabalhos de entivação nas galerias, alimentavam o sentimento de falta de segurança entre os trabalhadores. Os mineiros queixavam-se também do imenso pó que as "máquinas barreneiras" deitavam e que lhes prejudicava a saúde (a silicose não era então reconhecida como problema nas nossas minas). O agravamento das condições de trabalho no subsolo foi acompanhado pela dureza das novas imposições inscritas na disciplina e na modernização técnica: a impossibilidade de se afastar do local de trabalho quando se trabalhava em frentes com temperaturas acima dos 40° C. e a grande quantidade de pó em suspensão.

Por seu turno, a empresa iniciava um período de expansão que envolvia avultados investimentos na exploração das minas do Lou-sal (Grândola) e no porto de Sines. Para tal, a companhia contou

com os lucros obtidos com os negócios proporcionados pela instabilidade cambial, mas explorou sobretudo a erosão dos salários dos mineiros ao mesmo tempo que fazia tábua rasa de ‘direitos’ antes adquiridos pelos trabalhadores, prolongando a jornada de trabalho. A greve mineira do Inverno de 1922 insere-se, pois, no contexto da recuperação económica do pós-guerra. Porém, do ponto de vista da organização sindicalista, assinala um período de duras «greves de resistência» iniciado com as greves dos ferroviários do Sul e Sueste e dos operários da C.U.F, no Barreiro, em 1919, e que se prolonga até 1924 com a greve dos mineiros do carvão de São Pedro da Cova. Estes conflitos seguiram o «repertório» da acção anarco-sindicalista dominante nestes anos, que encontramos em outros contextos europeus e americanos.

Ao contrário das greves anteriores que ocorreram em Aljustrel, esta foi preparada com antecedência e teve o concurso da Confederação Geral do Trabalho (CGT) na sua fase de maior pujança. Houve visitas de militantes confederais à vila, nomeadamente, a de Manuel Joaquim de Sousa, em finais de Julho e em Agosto.

A 3 de Outubro de 1922, os mineiros declararam-se em greve por não verem satisfeitos os pedidos de aumentos de salário que atingiam os 100 por cento. Da empresa não houve qualquer reacção. Uma semana depois, os mineiros recebiam a oferta de ajuda dos comerciantes. O moral entre os grevistas era então excelente. Em contrapartida, da parte das autoridades logo surgiram sinais de hostilidade. O governador civil recusou-se a receber uma comissão de grevistas. Enquanto isso, o director afirmava esperar ainda uma resposta da Bélgica. O tempo jogava a favor empresa que evidentemente tentava quebrar a resistência pela fome. Decretada a greve no Outono, os trabalhadores não podiam recorrer aos trabalhos agrícolas como no Verão para colmatar a falta de rendimentos. Ao fim de quinze dias, havia já trabalhadores que se apresentavam ao serviço durante a noite, para não serem vistos pelos companheiros.

Então, a 15 de Outubro a associação dos caixeiros de Lisboa inicia um vasto movimento de solidariedade para com os grevistas, coordenada pela CGT. Assim, no dia 17, a companhia propõe um aumento de 1\$00 nos salários dos mineiros de fundo, proposta que foi rejeitada pelos trabalhadores na assembleia reunida para o efeito na associação de classe em Aljustrel. Esta posição contou

com a solidariedade da CGT. Com a visita de Jerónimo de Sousa, seu delegado, a greve recebia também o apoio oficial do órgão superior do operariado português, surgindo agora na primeira página d'*A Batalha*. O jornal apelava a todos os trabalhadores para a defesa dos filhos dos mineiros de Aljustrel «para que os pais não se rendam». As crianças eram descritas como tendo um «aspecto esquelético e nu», sinal do «martírio da fome que atravessam os lares de tão honrados proletários, aspecto esse só comparável ao dos famintos russos, retratados nas gravuras dos jornais de grande informação» (*A Batalha*, IV, 1189, 12-10-1922). Depressa surgiram manifestações de solidariedade a título individual ou em nome de sindicatos, um pouco por todo o país.

Nos fins de Outubro, chegaram crianças a Beja, a Lisboa e ao Porto para serem acolhidas em casas de outros trabalhadores sindicalizados de outras classes que se voluntariam para os receber graciosamente. No campo mineiro, os custos elevavam-se para a empresa. As galerias inundadas alimentavam a intransigência dos grevistas. Na primeira página d'*A Batalha*, a greve é dada como invencível. Enquanto isso, chegavam à vila mais 160 praças da Guarda Nacional Republicana (GNR). De todo o país e até de Newark (E.U.A.) chegava algum dinheiro ao sindicato, primeiro das minas do Lousal, depois de São Domingos. Tal como acontecera em 1912, o dinheiro foi aplicado na «cozinha comunista» que funcionava no sindicato. Os filhos dos mineiros de Aljustrel tornaram-se então motivo de atracção na festa realizada pel'*A Batalha* para angariar fundos.

Um mês e meio depois, a 19 de Novembro, mantinha-se o impasse. «É a greve do silêncio», escrevia *A Batalha*. A empresa ameaçava com o *lock-out* (despedimentos massivos) como fizera em 1912. O rebentamento de petardos nas minas e um «atentado» junto da casa do director (lançaram um cartucho de dinamite para o jardim) assinalaram os sinais de desespero e de endurecimento. Embora estes actos fossem logo condenados pelo sindicato, as autoridades mandaram-no encerrar e fazem prisões. De imediato, os trabalhadores e as mulheres que andavam na apanha da azeitona abandonaram os campos para reclamar a libertação dos seus companheiros. Estes foram libertados perante uma multidão compacta que não dispersou apesar das intimidações da GNR.

Com a sede da associação encerrada, a assembleia passou a fun-

cionar ao ar livre no largo em terra que ficava em frente. O administrador do concelho e o tenente da guarda abandonaram os seus cargos na esperança que a autoridade civil fosse entregue a um militar, tal como viria a acontecer. Só a instalação de uma ditadura no concelho permitira ultrapassar o impasse a que se tinha chegado.

A 1 de Dezembro uma comissão de trabalhadores reuniu com a direcção local, chegando-se a um acordo no dia seguinte: a SABMA comprometia-se a aumentar os salários para nível próximo do que inicialmente era exigido pelos grevistas, e a reintegrar todo o pessoal que anteriormente trabalhava na empresa, sem exercer represálias. Segundo o administrador do concelho, que serviu de mediador, tratou-se de uma solução de compromisso: «não houve vencedores nem vencidos».

Porém, depois de reiniciados os trabalhos, Charles Leroy recusou-se a aplicar o acordo celebrado. Ao mesmo tempo, corriam rumores na vila de que o director enviava para a sede em Antuérpia folhas de pagamento fraudulentas, ficando ele com a diferença entre o que realmente pagava e o que registava nos livros da empresa. Os trabalhadores e operários decidem então reiniciar a greve. Os estragos na contramina, provocados pela falta de manutenção, levaram o governo a enviar praças da marinha que, com o auxílio dos capatazes, tentaram minimizar os prejuízos. A chegada de mais forças da GNR conduziu a um controlo mais apertado da acção das comissões de trabalhadores. Entretanto, o correspondente d'*A Batalha* era barbaramente espancando no posto da GNR, o que levou ao protesto imediato dos trabalhadores junto da administração.

O ano de 1924 abria assim num impasse, com a GNR em desfiles vistosos pela vila. A 6 de Janeiro, Charles Leroy publicava a nova tabela salarial, de acordo com as instruções de Antuérpia. Os mineiros mantiveram-se intransigentes. Então, realizou-se no sindicato um comício que contou com a presença Santos Arranha que viera de Lisboa «para esclarecer o operariado». Assim, os operários decidiram aceitar esta tabela como base de negociação, mas o director das minas recusou-se a negociar. Perante esta situação, o administrador substituto do concelho demitiu-se e o presidente da câmara, irmão do conhecido político unionista Brito Camacho, recusou-se a aceitar o cargo, forçando a entrega da administração



civil à GNR.

Entretanto, Charles Leroy, apoiado no presidente do sindicato agrícola local, um «unionista», criou a Associação Comercial e Industrial de Aljustrel que teve por missão pressionar o governo a abandonar o terreno da neutralidade no conflito. Ao mesmo tempo, tentava convencer os lavradores e comerciantes a não dar trabalho nem crédito, nem pão aos grevistas. Assim, a 18 de Janeiro, ao fim de 3 meses e meio de greve, os trabalhadores mineiros, cansados e esgotados, capitulavam.

O saldo desta longa greve foi uma derrota humilhante para «a classe», apesar dos salários terem sido elevados. O sofrimento e as expectativas criadas pelo movimento tinham sido muito grandes. Os mineiros tinham contado com a orientação directa dos delegados da CGT e com o apoio de quase todos os sindicatos do país. Muitas crianças tinham sido enviadas para fora da vila, «fez-se tudo o que se podia ter feito». Os mineiros sentiram-se agora impotentes perante a força da coalizão entre o Estado e o patronato. O número daqueles que abandonavam o sindicato era cada vez maior, apesar dos apelos da CGT, enquanto outros seguiam uma linha crítica mais radical.

Idêntica estratégia sindicalista foi seguida depois pelos mineiros de São Pedro da Cova, com idênticos resultados. A 25 de Agosto de 1923, eles entravam em greve, exigindo aumentos salariais, melhores habitações e condições de trabalho. A greve durou cerca de dois meses e meio e a estratégia de solidariedade foi novamente coordenada por *A Batalha*. A 17 de Setembro, os operários do Porto recebiam 280 crianças, filhos dos grevistas, e era criada a sopa comunista. A resposta da autoridade foi semelhante: prisões de sindicalistas, espancamentos, atitudes intimidatórias, encerramento da associação de classe e, finalmente, a GNR decide ajudar o patronato a acabar com a sopa comunista. A greve terminou a 5 de Outubro (data notável!), com mais uma pesada derrota para os mineiros e para o sindicalismo.

Em contrapartida, na mina de São Domingos, a ameaça de greve em 1923 levou a empresa inglesa Mason & Barry a conceder aumentos salariais. Enquanto isso, o administrador Rich procurava impedir por todos os meios o funcionamento do sindicato. Sob este clima de tensão, registou-se o atentado contra a casa do Director residente (o «Palácio») e foi preso um elemento da Legião

Vermelha que viera de Lisboa. Com ele, foram feitas mais prisões, sendo libertados 18 trabalhadores dias depois, graças à intervenção do deputado socialista.

Apesar do sentimento de derrota (ou de amarga vitória), a tensão social em Aljustrel manteve-se elevada. Em Março de 1923, quando o administrador procedia ao visto nos livretes de distribuição de farinha, foi agredido por vários indivíduos. No mês seguinte, a notícia do fim do «pão político» levou os operários a abandonarem o trabalho mais uma vez, tendo-se registado desordens e assaltos aos celeiros e à fábrica de moagens da mina. Em Dezembro, realizou-se mais um comício no Largo da Associação sobre o problema do abastecimento dos cereais. Estes acontecimentos levaram a empresa a criar o seu próprio «pão político», fornecendo aos seus operários farinha abaixo dos preços correntes, aliviando de alguma forma a pressão sobre o custo de vida. A Mason & Barry teria também um comportamento idêntico relativamente a esta matéria. Mas o clima de tensão por causa do problema dos abastecimentos perduraria até meados do ano seguinte.

A partir de meados de 1923, a atitude das autoridades face à acção sindical endurece. O comício comemorativo do 1.º de Maio desse ano não foi autorizado e as acções culturais do grupo anarquista Os Vencedores foram sistematicamente proibidas. O espaço de manobra dos sindicalistas foi sendo progressivamente reduzido. As forças da ordem passaram a actuar preventivamente em colaboração com o patronato. O director das minas fornecia regularmente às autoridades uma relação de trabalhadores, com várias anotações sobre o seu comportamento individual. Tratava-se agora, e pela primeira vez, de eliminar de forma sistemática todo e qualquer indício de «bolchevismo». As acções intimidatórias e as prisões arbitrárias de dirigentes sindicais multiplicaram-se. A greve do Inverno de 1922 acentuou o isolamento social da «classe». A partir dessa altura, os mineiros não podiam contar já nem com a neutralidade das autoridades nem com as simpatias das classes intermédias locais. É provável que, aos olhos de alguns militantes sociais, atraídos pela propaganda do “partido bolchevique”, o sindicalismo revolucionário começasse a parecer ineficaz para realizar a almejada revolução social.

Em Outubro de 1985, Lígia de Oliveira visitou Aljustrel e escreveu n' *A Batalha* (n.º 112, Out-Dez., 1985) uma reportagem sobre a

memória destes acontecimentos. Falou com Manuel Patrício, irmão de Valentim Adolfo João, anarco-sindicalista de São Domingos, que lhe mostrou a *Crónica da Ordem Pública*, obra publicada pelo sindicato mineiro e escrita por nós sob pseudónimo, em jeito de divertimento historiográfico. Encontrou ainda vivos Manuel Peleja e Porfírio da Silva. Este tinha 14 anos quando foi recebido por um casal da Cova da Piedade.

PINHAL NOVO, 25 DE ABRIL DE 2022

**Nota:** 1) O leitor encontrará uma descrição mais detalhada deste conflito, bem como as nossas referências às fontes compulsadas, na secção do nosso livro *Indústria e Conflito no Meio Rural: os mineiros alentejanos (1858-1938)*, Lisboa, Colibri, 2001: “A greve do Inverno de 1922: a segunda derrota dos mineiros”. Estas páginas foram escritas com base na literatura sindical disponível, em especial n’*A Batalha*, e na documentação da administração do concelho, e seguidas posteriormente por outros autores.

Grupo de crianças recebidas pelos delegados (com os respectivos estandartes) das associações de classe em solidariedade com os mineiros de Aljustrel, Inverno de 1922/3. (fotógrafo d’ *A Batalha*, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira).



# João Penteado

## uma vida para a educação anarquista no Brasil

*Doris Accioly e Silva*  
*Luciana Eliza dos Santos*

O artigo resulta do processo de organização arquivística do Acervo institucional da Escola Moderna n.º 1 e do acervo pessoal do educador anarquista brasileiro João Penteado (1876-1965), ocorrida entre 2005 e 2013, no Centro de Memória da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. No decorrer do referido processo, constituiu-se um grupo de pesquisa abrangendo professores e estudantes de graduação e pós-graduação que investigaram as várias faces do arquivo, no plano histórico, literário e político como evidenciam os trabalhos produzidos e o livro *A educação libertária no Brasil* (1). Dentre os ângulos revelados ao longo da pesquisa, emerge a heterodoxia que a formação de João Penteado constituía: jornalista, espírita, professor, estudioso de múltiplas dimensões da vida social, cultural e subjetiva. A sociabilidade gerada no convívio e as reflexões teóricas surgidas nas pesquisas marcaram a formação e a prática docente e humana de todos os envolvidos. “O ideal de família, na Escola Moderna, merece como sempre a mais elevada consideração e respeito. E dizendo isto acrescento mais, que a minha existência, desde a infância, é o exemplo vivo desse amor que reputo o mais sagrado, o mais nobre, o mais dignificante, apesar das dificuldades que tenho precisado vencer para o cumprimento desse dever que assumi para comigo mesmo desde a idade de 14 anos, quando, órfão de pai, tomei a direção de meu lar que se compunha então de mãe e mais três irmãos menores. E minha condição de celibatário, até hoje, devo-a a esse mesmo amor de família pela qual sacrifiquei os prazeres da juventude e parte das ilusões dessa ridente quadra da vida.” (*in* João Penteado, *Habeas Corpus* – Acervo João Penteado).

### **primórdios da organização do acervo João Penteado**

Os antecedentes da organização do Acervo João Penteado estão conectados a uma série de relações afetivas e intelectuais. Entre estas, a pesquisa de mestrado de Tatiana da Silva Calsavara (2004), que a conduziu ao contato com os familiares do educador anarquista João Penteado (1877-1965), que até 2002 ainda dirigiam a escola Saldanha

Marinho, no bairro do Belenzinho, na qual se abrigava o acervo pessoal e institucional da Escola Moderna n.º 1. A partir desse episódio, a família de João Penteado doou a documentação da referida escola, desde sua fundação em 1912 até o seu encerramento em 2002, para o Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. O conjunto do acervo abarca não só a Escola Moderna, mas as demais escolas que João Penteado fundou e dirigiu ao longo de sua vida. Uma vez recolhido o acervo pelo CME-FEUSP, organizou-se um grupo de estudos e pesquisas intitulado Educação e Cultura Anarquistas no Brasil, coordenado pela professora doutora Carmen Sylvia Vidigal Moraes e com a colaboração das professoras doutoras Doris Accioly e Silva e Cecília Hanna Mate. Integravam o grupo mestrandos, doutorandos e alunos de graduação de diferentes unidades da USP. As reuniões do grupo eram periódicas, não só em torno das leituras e discussões teóricas sobre as concepções e práticas anarquistas, como também acompanhavam o processo de higienização e organização do volumoso acervo. O resultado desses anos de pesquisa encontra-se sistematizado no livro *A educação libertária no Brasil* (2), além dos inúmeros trabalhos acadêmicos, congressos internacionais e publicações em revistas indexadas. Parte da documentação, incluindo muitos livros, está sob o cuidado da Universidade Federal de São Carlos (CECH-UEIM), para onde foi levada nos anos 1980.

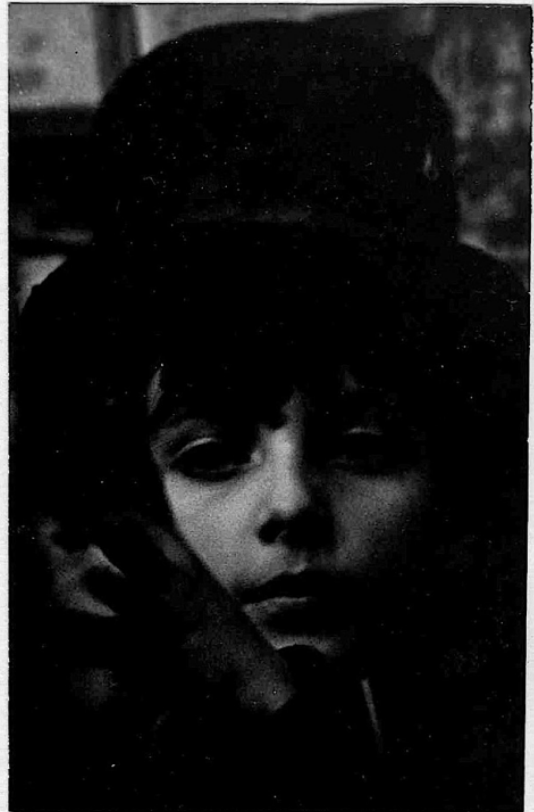
### **movimento anarquista no brasil e surgimento das escolas modernas**

Para compreender a relação entre o movimento libertário no Brasil, especialmente em São Paulo, e a fundação das duas Escolas Modernas nesta cidade, é importante acompanhar a trajetória do professor João Penteado.

João Penteado nasceu em Jaú, em 1877, onde estudou, tornou-se professor e estabeleceu seus primeiros contatos com o ideário anarquista. Conheceu as propostas da educação libertária através de uma conferência realizada pelo anarquista Oreste Ristori, em Jaú, na primeira década do século XX (Romani, 2002:184). Segundo jornais do movimento libertário, antes de residir em São Paulo, João Penteado já publicava artigos sobre educação, sociedade e política em jornais do movimento operário como *A Lanterna*, *A Terra Livre*, *A Vida*, *A Rebelião*, *Guerra Social*. Realizava conferências e participava de comícios. Uma das faces de João Penteado foi sua relação com a espiritualidade, expressa também por certa militância. Penteado foi diretor e redator do jornal espírita intitulado *A Nova Revelação* e publicou

artigos no jornal também espírita *O Natalício de Jesus*, ambos da década de 1910 e filiados à União Espírita do Estado de São Paulo. Não era incomum a vinculação de anarquistas a variadas tendências espiritualistas, todas marginais ao catolicismo hegemônico ou a religiões oficiais. Ser espírita naquele momento e naquele lugar constituía atitude de independência perante a adesão religiosa dominante. Penteado era leitor e divulgador de espiritualistas como o indiano Krishnamurti. Há livros do místico indiano em sua biblioteca pessoal que ficava alocada no interior da escola, juntamente com sua moradia. E relatos de ex-professores da escola (Santos, 2009) destacam que Krishnamurti era constantemente indicado por Penteado como leitura importante para as pessoas com quem convivia. Sr. Nelson, antigo professor da escola na década de 1950, lembra que sempre teve grande liberdade para utilizar a biblioteca de Penteado, mas o único livro que ganhou dele foi o de Krishnamurti.

A partir de suas devoções intelectuais e tendências espiritualistas, pode-se compreendê-lo como um anarquista tolstoiano: *Quando eclodia um movimento grevista qualquer, a primeira pessoa a ser presa era, inevitavelmente, o professor Penteado, que, na maior parte das vezes, ignorava completamente o fato. Suas ideias provêm do amor que dedica à humanidade, a quem deseja ver livre e feliz, sem amos nem opressores. Espírito boníssimo, incansável trabalhador, criou esse belo monumento educacional, instalado no antigo palacete do capitalista Guedes, que mandou construí-lo sob o modelo de um que vira na Europa, numa de suas viagens ao velho continente. Da pequenina Escola Moderna, o professor Penteado passou à Academia de Comércio Saldanha Marinho, e Ginásio, na rua de mesmo nome, e daí, para o atual e magnífico prédio, já pequeno para o enorme número de alunos que o procuram.* (Penteado, p. 285). Como exemplo da adesão de Penteado a Tolstoi, o seguinte trecho do texto “O Livro e a Árvore”, apólogo de João Penteado, é muito representativo. Desenvolve-se em bela dialogia natureza-cultura, harmonizando essas duas dimensões essenciais na figura do livro e da árvore, que em conversa esclarecem os benefícios permanentes que promovem para toda a humanidade: *Certo filósofo, por uma tarde primaveril, depois de ter passado algum tempo a reler uma das excelentes obras do admirável escritor russo conde Leão Tolstoi, sob o título “Maldita Civilização”, foi inesperadamente interrompido pelos persistentes latidos de seu estimado cão de estimação, ao qual dera o nome de Fiel, que exercia a elevada função de guarda da casa.* (A árvore e o livro, um apólogo – Acervo João Penteado).



Fotografias de Dominique Labaume

Já em São Paulo, como estudioso da pedagogia do catalão Francisco Ferrer e militante do movimento operário, João Penteado recebeu do Comitê Pró-Escola Moderna a direção da Escola Moderna n.º 1, que passou a funcionar em 13-5-1912, na Rua Saldanha Marinho, 66, no bairro paulistano do Belenzinho. A formação intelectual do educador esteve profundamente envolvida com sua militância política e participação na imprensa, sendo este um dos motivos de sua indicação para dirigir a Escola Moderna n.º 1, ou seja, Penteado era um educador que conhecia e professava a proposta educacional libertária, como evidenciam seus artigos publicados nos jornais operários. Quando assumiu a direção da Escola Moderna já trazia experiência pedagógica e anarquista em sua bagagem.

Publicou os livros: *Pioneiros do magistério primário*, *Digressão Histórica através da vida de Jaú* e *Esboço Histórico da epopeia do hidroavião Jaú*. Escreveu contos e peças teatrais. Conviveu com figuras importantes da história do anarquismo no Brasil como Edgard Leuenroth, Adelino de Pinho, Florentino de Carvalho, entre outros. O seu posicionamento político e intelectual com base no anarquismo e no espiritismo aparece transposto em suas ações educacionais uma vez que valorizavam certas condutas sociais como solidariedade, compaixão, cooperação.

Para o desenvolvimento das escolas, articulava-se uma rede cuja sociabilidade permitia a difusão de um projeto de sociedade. O jornal *A Lanterna*, através do Comitê, manteve a divulgação da Escola Moderna durante o seu funcionamento, possibilitando o entendimento da sua proposta. As propagandas da escola conclamavam às ideias força da educação libertária. A Escola Moderna propunha ao aluno o “conhecimento de tudo quanto nos rodeia, o sentimento do belo, do verdadeiro e do real, o desenvolvimento e compreensão sem esforço e por iniciativa própria” (3). As inovações pedagógicas abrangeram o plano concreto: coeducação sexual e social; utilização de material didático e livros próprios, voltados especificamente para o ensino racionalista; utilização da biblioteca e de um museu para fins didáticos. O conteúdo proposto foi orientado de acordo com as disposições e o acompanhamento do aluno, em matérias como leitura, caligrafia, gramática, aritmética, geometria, geografia, botânica, zoologia, mineralogia, física, química, fisiologia, história, desenho, etc. Outro fator fundamental para o projeto educacional escolar libertário foi a permanente integração da família e da escola que, como diziam, facilitaria a “obra” dos pais e dos professores. Isso era possível através de reuniões organizadas em torno de festivais nos quais se



assistiam a palestras, apresentações artísticas e conferências científicas. A escola oferecia aulas diurnas – ensino primário – e noturnas, voltadas para operários. *A Lanterna* de fevereiro de 1914 divulgou que a Escola Moderna n.º 1 registrou, nesse período, a frequência de 43 alunos (29 meninos e 14 meninas), todos filhos de trabalhadores. Divulgou também balancetes referindo mensalmente toda a receita e a despesa da escola, sob os auspícios da Sociedade Escola Moderna. A escola era autogerida, por meio das contribuições dos Comitês, de simpatizantes do movimento libertário e contribuições dos próprios alunos na medida de suas possibilidades.

Entre os anos 1912 e 1958, João Penteado dirigiu, além da Escola Moderna no Belenzinho, as seguintes instituições, que constituem a história de uma mesma instituição escolar, o Colégio Saldanha Marinho (1912-2002): Escola Nova (1920-1923), Academia de Comércio Saldanha Marinho (1924-1943) e Escola Técnica de Comércio Saldanha Marinho (1944-1961). Deixou de exercer a prática docente em 1958, mas manteve residência fixa dentro da própria instituição escolar. Faleceu em 1965.

### **sociabilidade libertária, formação de sensibilidades e inteligências**

João Penteado comprometeu-se com a emancipação das classes trabalhadoras por meio da educação e da cultura, em consonância com o ideal anarquista e as práticas de combate e resistência concretizadas nas escolas libertárias. A fecundidade da educação anarquista se expressa na intensa criação teatral e literária, na imprensa, na proliferação dos centros de cultura, vividos como modos de ser da educação, essenciais à formação dos trabalhadores e à antecipação da futura sociedade ácrata.

O anarquista Edgar Leuenroth (s/d, p.142) destaca que os libertários desenvolviam sua sociabilidade por todos os meios, promovendo “festivais litero-musicais, representações teatrais e reuniões campestres, assim como encontros familiares com refeições em conjunto realizados em ambientes domésticos”, com a preocupação de que os militantes deles participassem com suas famílias. É evidente que os militantes envolvidos com educação libertária faziam parte desse ambiente. Espaços como o Centro de Cultura Social (CCS) e a Nossa Chácara, ambos em São Paulo, representam a intensa valorização da convivência e do aprendizado mútuo pelos anarquistas. Jaime Cubero, importante anarquista e antigo secretário geral do CCS lembra o quanto estes espaços prolongaram-se através do tempo, conservando o convívio e a fecundidade anarquista: *Conheci João Penteado e*

*Adelino de Pinho quando o Centro de Cultura Social retomava suas atividades de 1945, após a queda da ditadura getulista. Eu, com 18 anos, e os dois com idade avançada, participando de reuniões, palestras, excursões e festas. Eles falavam abordando temas da educação, área na qual desenvolveram o melhor de seus esforços nos longos anos de militância libertária.* (Santos, 2009: 165)

Quanto à Nossa Chácara, espaço construído inteiramente pelos anarquistas em 1944, Edgar Rodrigues a identifica como um local onde funcionou clandestinamente o movimento anarquista brasileiro da época, em tempos mais difíceis. João Penteado, em uma correspondência remetida a Adelino de Pinho, em 1958, observa: *Os companheiros aqui (em São Paulo) realizam, de vez em quando, algum festival de propaganda que dá motivo para a gente estar em contato com os camaradas, além de divertir-se com o interessante espetáculo. O dia 1º de maio passou quase em branca nuvem. Pouca coisa se fez apenas uma comemoração na nossa sede do Centro de Cultural Social e na Nossa Chácara.* (Santos, 2009:165) Edgar Leuenroth, por sua vez, destaca que a Nossa Chácara foi criada com o “objetivo de ser o prolongamento do lar de cada militante libertário, de simpatizantes da causa ácrata e de amigos de militantes que desejam a sua convivência, constituindo-se assim um ambiente familiar mais amplo, para o convívio mais racional, humanístico, pelo qual lutam os anarquistas.” (idem, p. 142)

Integrando a história de Nossa Chácara, menciona Leuenroth ainda as dificuldades para se harmonizar os princípios abstratos e a conduta no cotidiano: *Para ser-se anarquista não basta ler os livros e a imprensa libertária, abeberando-se nas suas doutrinas, e frequentar atos promovidos pelo movimento. À assimilação ideológica deve aliar-se à conduta, o procedimento consequente com a doutrina e a moral do anarquismo. O militante anarquista vale mais pela coerência de suas atitudes, de seu modo de proceder no lar e a atuação pública, do que por sua capacidade de escrever ou discursar. Por isso, e essa é uma característica entre anarquistas, constitui preocupação constante do militante libertário procurar vencer os imperativos desvirtuadores do meio capitalista e libertar-se daqueles que dele haja recebido.*

Se essa conduta é exigida do militante libertário individualmente, com mais forte razão é observada nas iniciativas de conjunto, cuja responsabilidade, pela repercussão de seus atos, é muito maior. No movimento anarquista há um permanente esforço de autocontrole individual e coletivo, procurando-se prever, evitar e corrigir qualquer procedimento incompatível com a razão de ser do movimento libertário. Leuenroth lembra a importância da ética libertária em to-

das as atividades do movimento anarquista. As observações e estudos relativos à conduta humana acompanham sempre as iniciativas promovidas como expressão da doutrina social (idem, p. 148). As reflexões de Leuenroth são fundamentais para a compreensão das dificuldades concretas que as práticas libertárias sempre enfrentaram, desde as expressões contraditórias de seus próprios militantes no que tange aos temperamentos e às marcas que o próprio ambiente traça nas personalidades. No relato de Leuenroth, o convívio na Nossa Chácara propiciava o encontro de pessoas pertencentes aos mais variados meios sociais, não apenas profissionalmente, mas em relação às suas doutrinas e crenças. Lá conviviam em pé de igualdade com os participantes do movimento sem a necessidade de hipocrisia e simulação de sentimentos (idem, p. 148). É notável o modo como Leuenroth percebe e nomeia as diferenças presentes no mundo da militância anarquista, como os mais radicais, os místicos, os pragmáticos, os mais céticos e os ultra entusiastas. Essa ebulição de alteridades era encarada serenamente como condição de um convívio solidário. Buscando a união da conduta de cada um à conduta coletiva, o objetivo era corresponder à finalidade libertária comum. De modo que os conflitos não estavam ausentes do convívio e muitas vezes levavam à ausência de uns e ao retorno de outros “sem que ninguém indagasse os motivos da ausência ou do regresso” (idem, p. 150).

Um modo possível de se captar a unidade subjetiva/objetiva da obra-trajeto de João Penteado está na sua produção literária. Tanto no que diz respeito aos gêneros quanto no que tange à temática, a produção literária de João Penteado pode ser compreendida como integrante de uma visão de mundo na qual a reflexão crítica, a criação cultural, a leitura e a escrita eram exercícios cotidianos de apropriação da vida, articulando a transformação do presente e a libertação social futura. Tal concepção difere da que regia as práticas escolares convencionais da época, baseadas na heterogestão pedagógica, na memorização e na repetição dos autores, em detrimento da ousadia criativa. Diverge também de quaisquer ditames político-partidários no que diz respeito à produção estética. Vários estudiosos da literatura anarquista no Brasil e no exterior assinalam o valor específico da obra literária para o movimento ácrata (4). Esses estudos esclarecem que, para o escritor anarquista, a obra é fruto de uma experiência coletiva, mais do que decorrência de um trabalho profissional ou de uma construção estética.

Refletir sobre a sociabilidade libertária em suas dimensões mais generosas não significa limitar-se às narrativas individuais, pois o sub-

jetivo e o objetivo se fundem no conjunto das experiências históricas e nas criações artísticas. É dentro desta concepção prática que as escolas anarquistas nasceram, criaturas e criadoras da sociabilidade libertária. O seguinte trecho de João Penteadado finaliza este texto como demonstração de sua compreensão acerca do papel da Escola Moderna na sociedade: *Foi assim que se produziu a guerra europeia e será assim que se reproduzirão outras tantas hecatombes futuras — se nós, os que trabalhamos pelo bem da humanidade, não opusermos à influência nefasta dessas escolas de perversão e de morte a benéfica, a eficaz, a salutárrissima ação das nossas escolas racionalistas que excluem de seu programa todos os preconceitos patrióticos e religiosos, tendo sempre em mira, antes de tudo, a educação e a instrução da infância de acordo com a razão e com a verdade das cousas que constituem o objetivo principal de nossa vida e a razão de nossos atos, já fazendo despertar-lhes todas aptidões naturalmente manifestadas para o trabalho produtivo, para as ciências e para as artes, já encaminhando-a de modo humano e racional para a conquista de todas as felicidades, descortinando para suas vistas horizontes novos, fulgurantes, iluminados.* (João Penteadado, “A Guerra Europeia: Aniversário do Hediondo Crime da Burguesia”)

**Notas:** 1) Moraes, C.S.V. (org.) A educação libertária no Brasil. Edusp/ Unifesp/Fapesp: São Paulo, 2013 2) Moraes, C.S.V. (org.) A educação libertária no Brasil. Edusp/ Unifesp/Fapesp: São Paulo, 2013 3) Jornal da Escola Moderna n.º1 *O Início*. Acervo João Penteadado 4) Dentre eles, citamos: André Reszler, Lily Litvak, Fábio Lucas, Antonio Arnoni Prado e Francisco Foot Hardman.

**Referências:** Calsavara, T.S. *Práticas da educação libertária no brasil – a experiência da escola moderna em São Paulo*. Mestrado, Faculdade de Educação; Universidade São Paulo, 2004; Ferrer i Guardia, f. *La escuela moderna*. ed. zero, Espanha, 1970; Leuenroth, E. *Anarquismo: roteiro da libertação social*. Editora mundo livro, s/d.; Moraes, C. S. V. ; Silva, D. A. E. ; Calsavara, T. S. ; Santos, Luciana Eliza dos. *Reverberações de um arquivo escolar anarquista*. Revista ibero-americana do patrimônio histórico-educativo, v. i, p. 146, 2015; Moraes, C. S. V. ; Silva, D. A. E. ; Santos, Luciana Eliza dos ; Calsavara, T. S. *Educação libertária no brasil – acervo João Penteadado: inventário de fontes*. 1. ed. São Paulo: Edusp/Unifesp, 2013. 384 pp.; Romani, C. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo, Annablume, 2002; Rodrigues, E. *Os companheiros*. Florianópolis: Insular, 1998; Penteadado, J. *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*, Rio de Janeiro: Petrópolis, 1962; Santos, L. E. *A trajetória anarquista do educador João Penteadado: leituras sobre educação, cultura e sociedade*. Mestrado, Faculdade de Educação; Universidade São Paulo, 2009; Silva, D. A. Santos, L.E. *Caleidoscópio da memória: a educação anarquista redescoberta no arquivo João Penteadado*. Cadernos Ceru (USP), v. 20, p. 47-51, 2009.

# Esboço teatral

## sobre o homem e a Terra em jeito de farsa

*João Freire*

**Cenário:** o globo terrestre, criado em data incerta, com provisórias certidões de nascimento para diversas formas de vida biológica multicelular de mais de 600 milhões de anos. Os oceanos derivaram do arrefecimento da crosta terrestre e favoreceram o desenvolvimento de inúmeras formas de vida sendo a sua forma actual resultado dos movimentos das placas tectónicas. Os dinossauros terão sido a espécie animal dominante na Terra por mais de 100 milhões de anos. O *homo sapiens* saído de África estaria plenamente desenvolvido e expandido perto de 100 mil anos atrás. A expressão escrita dos humanos terá surgido no Próximo Oriente há coisa de 6 mil anos, o apogeu da civilização helénica cerca de 24 séculos antes de nós e a referência ocidental do Cristianismo há 2 mil anos. Em plena Idade Média, combate-se durante um século e milhares morrem empestados na Europa. Mas vem de Itália o Renascimento que vai abrir o mundo ao mundo. Podemos datar a emergência da Modernidade em que vivemos (ou da qual estamos a despedir-nos) de há apenas 200 anos, um tempo onde é possível encontrar os nomes dos nossos tri- ou tetra-avós. O resto, é dos nossos dias: a Era Atómica e o *Coronavirus*.

**Actores:** A Vida (ou quem a representa); A Autoridade (idem); A Submissão Racional (idem); O Aproveitador (idem); O Desafiador (idem); O Anarquista (idem); O Libertário (idem).

**Cenas:** 1: Europa ocidental, ano de 1348; 2: A Terra descobre-se, ano de 1500; 3: Napoleão, ano de 1812; 4: Tinian (Ilhas Marianas do Norte), ano de 1945; 5: Surpresa, ano de 2020.

[abre o pano]

### CENA 1

Destroços e mortos insepultos. A guerra dos 100 anos já ardia e não se imaginava que iria ser tão extensa, embora entrecortada por tréguas prolongadas e reacendimentos inesperados. A batalha de Crécy fora há dois anos atrás e, nela, os orgulhosos cavaleiros franceses, mais de duas vezes superiores em número, haviam mordido a lama que pisavam os infantes e arqueiros ingleses. Foi uma das grandes batalhas da Idade Média que, com a posterior Azincourt, serviram de lição para os séculos seguintes. Mas, logo após aquele drama, chega a tragédia da Peste Negra. Provinda do Oriente, veiculada pela Rota da Seda, toca a Crimeia em 1343 e logo a seguir espalha-se pela Europa a partir da navegação comercial do Mediterrâneo. Estima-se que tenha matado 30 a 60% da população europeia, mais de 100 milhões a nível global, apesar das compartimentações continentais. As guerras, as epidemias, as cruzadas contra os maometanos e os levantamentos camponeses contra os senhores feudais, eis as marcas que os homens da Idade Média mais profundamente deixaram para os vindouros, com ressalva para a magnífica espiritualidade transposta em pedra para as catedrais, o paciente trabalho dos copistas conventuais e o labor dos servos ou dos tonsurados para ordenar e fazer crescer o agro. Coisas semelhantes sucediam na China, mas disso quase nada se sabia. Idem com Maias, Incas e Astecas nas Américas.

### A Autoridade

Meus filhos, a hora é de combater os nossos inimigos, expulsar os invasores das nossas terras, castigar sem piedade os traidores, e rezar a Deus

pelos nossos pecados, esperando bem que ele nos venha a acolher nos seus domínios eternos para pacificação e glória das nossas almas!

### **O Aproveitador**

Façamos contas: trinta mil soldados em armas que é preciso abastecer; cotas de malha, elmos, escudos e guantes de ferro que devemos encomendar sem tardança aos melhores ferreiros (e mesmo aos menos hábeis); contratar duzentos carros de bois para o transporte de todo o trigo que for possível arrebanhar; mulas e ginetes para a cavalaria e o transporte; prometer pagamentos aos fornecedores, mas só para depois da vitória do nosso rei; do restante, que se ocupe o vague-mestre, que terá de falar com lojistas, artesãos e mercadores. Ah, e não esquecer de recomendar ao judeu “aquela margem” nos empréstimos concedidos à Coroa...

### **A Submissão Racional (de nível mais elevado)**

Senhor, mas como hei-de preparar o fogo sem os devidos ingredientes e os ajudantes necessários? E se não tendes catapulteiros adestrados ou sapadores capazes de irem colocar o explosivo de modo a abrir brecha na muralha inimiga, como poderei servir-vos?

### **Outra Submissão (do mesmo nível)**

Será feita a vossa vontade, Meu Amo, mas preciso de um Físico que mora para lá do Reno, e de tempo, sobretudo de tempo, para preparar os unguentos capazes de curar tal moléstia! Entretanto, sereis avisados se mandardes empilhar os cadáveres que por aí estão espalhados e os lançardes numa grande fogueira (onde também podereis deixar ir alguma bruxa, das que andam a propagar a doença).

### **Ainda outra (mas de estrato social muito inferior)**

Seja como Deus quiser. Ainda ontem escapei como por milagre de uma frecha que vinha direita a mim; felizmente, atravessou-se antes o vizinho de uma aldeia próxima, e foi ele que foi render mais cedo a alma ao Criador. A que horas servirão eles a ceia? (que mal deveria assim chamar-se àquele caldo com pouco feijão e nenhum chouriço)

### **A Vida (biológica)**

Por agora, não tenho de que me queixar. Os Homens não me impedem de nascer, crescer, viver à minha vontade, e morrer quando esta já falta. Eles estão lá para as suas pequenas cidades, para as aldeias e deixam-me à vontade nos campos, nas montanhas e nas águas. Por acaso até me têm prestado algum serviço disciplinando-me os arroubos de juventude, cuidando das minhas florestas, organizando muito bem as culturas agrárias. Isto dá para todos! E quando se nota um grande desequilíbrio, lá vem

uma tempestade, um tremor-de-terra ou uma epidemia que volta a pôr as coisas no devido lugar. Às vezes, o que dói, cura.

### **O Anarquista**

Eh pá, está na hora de aproveitarmos a oportunidade. Os Senhores só pensam nas guerras uns com os outros. Os Bispos e os Doutores da Igreja andam à rasca sobre como aplacar esta cólera divina que agora nos caiu em cima. Mas os impostos sobem cada vez mais e as corveias tornam-se mais pesadas e frequentes. Vamos é juntar-nos, trazer as nossas forquilhas e chuços, e avançarmos para os celeiros senhoriais que transbordam de cereais (enquanto nós morremos à fome quando não nos mandam para o combate). Temos na aldeia lameiros, cercados e fornos suficientes para criar animais e para cozer todo o pão e a carne necessários. Aquilo é de todos, saiu do nosso trabalho.

### **O Desafiador**

Calma lá, ó anarquista! É certo que somos nós que laboramos a terra, que pastoreamos os animais e vamos ao mar buscar algum peixe para as nossas famílias; que eles nos afundam com “décimas” e outras obrigações sem fazerem caso da nossa miséria. Mas se rebentarmos o celeiro e o povo for ao saque, tudo se acaba depressa, a repartição é para o mais voraz e ainda se faz algum desperdício. É preciso agir com preceito, com ordem, com alguém que nos guie. E já ouvi dizer que vêm aí umas Cortes onde poderemos apresentar as nossas reivindicações. É talvez a boa oportunidade.

### **O Libertário**

Eu ainda estou fora desta história. Dizem alguns ter aparecido gente como eu por aqui ou por ali, entre Gregos ou em reinos primitivos das Áfricas e Américas, mas eu não acredito. Mas esperem, que não vou deixar de querer meter a minha colherada na conversa. [corre o pano]

[abre o pano]

### **CENA 2**

O *mare liberum*, largos horizontes oceânicos. Portugueses navegam sabiamente pelo Atlântico, depois de assentarem algumas bases em Marrocos. A concorrência espanhola é viva, também com apadrinhamento papal. Comerciar lucrativamente, converter e integrar o ímpio na cristandade, garantir posições de força contra insubmissos e rivais, dominar (espaços e povos). O Renascimento italiano alarga-se ao pensamento e à criação, enfraquece a religião e os poderes nela fundados, abrindo a porta à ciência moderna.

### **A Autoridade**

Derrotámos Castela e corremos com os cúpidos reis anteriores. Fomos a Ceuta, deixámos Fernando a fenecer em Tânger; e os esforçados Eanes, Cão, Dias e Gama venceram cabos e tormentas, sob a boa orientação

de doutos cartógrafos e de bons pilotos. Agora, com os padrões e a nossa bandeira implantada em terras do pau-Brasil, podemos começar a organizar o empório comercial no hemisfério que os hábeis diplomatas conseguiram negociar para nós em Tordesilhas. Da bênção de Roma estamos garantidos, ainda que seja com a mão do navarro Javier, que irá fundar uma nova Companhia, a qual irá durar muito mais do que a das Índias Holandesas. O mundo está ao nosso dispor, como vai demonstrá-lo Magalhães, antecipando Copérnico e Galileu, ainda que o tenha feito traíndo e pondo-se ao serviço do rival ibérico. Mas com Albuquerque, Pacheco, Jorge Álvares, Horta e mesmo Pinto para nascente; Cabral, Sousa, Nóbrega ou Vieira para poente ; e por todos, Pedro Nunes na cátedra e Luís Vaz na pena Portugal vai firmar-se com nome grande para permanecer na história. Digo-vos eu, que sei.

### **O Anarquista**

Nada disso! A vossa empresa é a do saque dos desgraçados de além-mar, para lucro vosso (ou da Casa da Índia, o que vem a dar no mesmo) e também dos burgueses portuenses (e outros) que armam as vossas caravelas e naus para inundar a Europa com as especiarias que transportais. Entretanto, beneficiam os vossos fidalgotes com capitânias da treta mas onde se portam como rajás, impingem as vossas crenças religiosas aos “bons selvagens” e fazem promessas aos mareantes que não se concretizarão nunca. A Ilha dos Amores foi só uma ilusão com que o pobre Camões quis mobilar a sua existência. A história trágico-marítima é que foi a nossa verdadeira cartilha.

### **O Aproveitador (principal)**

Pimenta, ouro, marfim, noz-moscada, cravinho, canela, sândalo, sedas, porcelanas, pedras preciosas, prata, açúcar, escravos, pau-santo e outras mercadorias comerciáveis e com bons compradores na Europa. Contabilista! regista, calcula, factura, desconta, investe, avalia lucros, faz provisões, assegura a viagem e nada de desviar para o bolso!

### **Outro Aproveitador (secundário, homens do baixo clero)**

A Evangelização dos povos da Terra era um desígnio sagrado e estamos em vias de consegui-lo (apesar dos contratemplos da Reforma). Louvado seja!

### **O Libertário**

Eu, neste barco sou ainda um clandestino, o caçador furtivo que viola os direitos feudais para sobreviver, o pastor serrano que não se sente abandonado e goza serenamente da frescura dos campos e da placidez dos animais.



**O Desafiador (foram vários, dos maiores)**

A Terra é que gira mesmo à volta do Sol, não duvidem! *Universitas, veritatis sunt!* Com Lutero a pregar as suas 95 teses sobre a Reforma Protestante à porta da igreja do castelo de Wittemberg em 31 de Outubro de 1517. Michelangelo Buonarroti e muitos outros.

**A Submissão Racional**

Safemo-nos da ira dos Grandes! Agora há outros mais pobres do que nós onde Eles podem despejar o seu fel. E às migalhas, não devemos desprezá-las.

**A Vida (natural)**

Tirando umas queimadas, que me cheiram a esturro, não tenho que me queixar. Eles querem navegar e fechar o mundo? Muito bem, façam boa viagem e mostrem-se capazes de sobreviver às tempestades. Mas não me venham com promessas aos Deuses! Isso não é para mim. [corre o pano]

[abre o pano]

**CENA 3**

Napoleão agastado, na Moscovo fumegante e evacuada. Depois de tantas batalhas gloriosas, a Península fora para ele uma dor-de-cabeça, Portugal o cenário rústico da pertinaz resistência britânica que começara nas águas de Trafálgar. Sonharia ele que viria aí um Waterloo e um congresso de Viena que conteria as ambições estatais por um século e ordenaria o fim da desgraçada condição de escravo? E, no entanto, a aventura bonapartista fora o resultado degradado das Luzes e da Revolução. Ajudara a criar o Estado moderno, o poder democrático, a igualdade dos cidadãos e a liberdade de expressão – mas também o demónio do nacionalismo.

**O Libertário**

Ora, até que enfim, já tenho liberdade para falar! Assim já posso publicar jornais, convocar gente para um clube de discussão de temas de interesse geral, organizar uma escola ou fundar uma comunidade de vida e de trabalho.

**O Desafiador**

O Napoleão do Império foi um poltrão que só quis dominar o mundo, colocar os seus familiares nos vários tronos da Europa e dar algum lustro ao pobre soldado francês.

**A Vida (zoológica e botânica)**

Bem, tenho vindo a observar com alguma atenção os vossos maiores desmandos, oh Homens: esventrando as florestas, fazendo extensas plantações de uma só espécie arbórea ou arbustiva. Por isso, atenção ao caminho que levais! Tenho mais dúvidas quanto à secagem dos pântanos, à

regularização dos leitos dos rios para evitar as grandes cheias, porque, c'um raio!, vocês também precisam de viver num ambiente decente. E como procriam cada vez mais... (até parecem animais...) A propósito, com tantas Declarações de Direitos, como é que vocês ainda não aboliram a servidão e a escravatura?

### **A Autoridade (antiga)**

Uma desgraça nunca vem só! Começaram por discutir a Santa Religião e, depois de muito conversa, panfleto, teatro dissolvente e mesmo livros que tudo querem dizer, acabaram por decapitar a Monarquia! Ofendem assim a Deus, destroem toda a ordem social que havia sido criada, e hão-de acabar na miséria e na anarquia. Até já há uns renegados que falam livremente da família múltipla, da pederastia, da sodomia...

### **A Autoridade (a nova)**

A Revolução tem destas coisas mais desagradáveis, como o Terror e a invenção de Monsieur Guillotin. Mas ainda bem que executámos o Babeuf e outros radicais, que não sei para onde queriam levar a República.

### **A Submissão Racional**

Povo! Agora temos representantes nossos no poder! Podemos ajudar a eleger os nossos governantes. Fazer leis que nos agradem.

### **O Anarquista**

Que ilusão a vossa!... Continuareis escravos e orgulhosos de o ser... Versalhes, as Tulherias, talvez um dia sejam boas para museus. Por agora, fogo sobre elas! Nem Assembleia, nem Convenção, nem Directório, nem Consulado, nem República! Os *bras-nus* saberão governar-se em Comuna. Temos a ciência do nosso lado.

### **Outro Anarquista (revolucionário)**

Sois todos culpados! Tudo nos é permitido e está ao alcance das nossas mãos! *A las barricadas!*

### **Ainda outro Anarquista (menos excitado)**

A classe trabalhadora, a mais útil, sofredora e injustiçada, saberá, pela união e pela solidariedade mundial, encontrar o caminho da sua emancipação integral. E, com ela, do resto da sociedade.

### **O Aproveitador (novamente vários)**

*Import*: borracha, escravos, cacau, escravos, tabaco, escravos, café, escravos perdão, trabalhadores-a-contrato; *Export*: panos, bugigangas, álcool, armas.

**Outro Aproveitador (de espécie diferente)**

As nossas Missões, além da palavra divina, levam-lhes a enfermagem e a medicina, a escola e a aprendizagem de métodos de trabalho mais racionais e produtivos.

**Mais um Aproveitador (de natureza administrativa-colonial)**

Mas isso também nós somos capazes de fazer! E em mais larga escala do que vós!

**Ainda outro Aproveitador (de recursos e visões mais amplas)**

Sem falatórios, nós levamos-lhes urbes modernas, ferrovias que penetram nos seus mais recônditos territórios, portos com todos os dispositivos mecânicos que poupam o esforço muscular, carreiras de navegação regular que transportam mercadorias, colonos e o mais que for preciso (incluindo soldados). [corre o pano]

[abre o pano]

**CENA 4**

Fresca estava ainda a memória da hecatombe da I Guerra Mundial. Entre Washington DC e Los Álamos, no estado do Novo México, informa-se que o 'projecto Manhattan' chega ao fim, as últimas experiências deram resultados concludentes e o Estado-Maior decide avançar a preparação para a execução prática. Mas a última palavra caberá ao Presidente, agora Truman, desde Abril, que já assistira à derrota da Alemanha nazi (8 de Maio) e participara na conferência dos vencedores em Potsdam, no mês de Julho. Na ilha Tinian, nas Marianas do Norte, a 1300 milhas do Japão, aguardam-se ordens e realizam-se os últimos preparativos. Duas grandes operações militares estavam em estudo para um assalto final ao território japonês, uma para o Outono seguinte que deveria conquistar a ilha mais ao sul do arquipélago, Kyushu; a outra, prevista para a Primavera de 46, tinha por objectivo a ilha principal, Honshu, para lograr a rendição do imperador e das forças armadas do Mikado. Porém, à custa de quantos milhares de novas vítimas, a avaliar pelo espírito de resistência desesperado do soldado japonês em Iwo-Jima e em Okinawa nos meses antecedentes? Finalmente, a ordem veio e foi executada a 6 de Agosto de 1945 pelo avião bombardeiro *Enola Gay* do tenente-coronel Paul Tibbets sobre Hiroxima; e três dias depois, por outro aparelho sobre Nagasaki, provocando mais de uma centena de milhar de mortos em escassos instantes. A despeito do eventual rebate de consciência de Tibbets, tínhamos entrado na Era Atómica.

**A Vida (geológica, zoológica, botânica e social)**

Não há dúvida de que os Homens exageraram e mesmo perderam a cabeça. Não lhes bastava terem levado a indústria e o produtivismo a quase todo o globo, como agora, vinte séculos depois do Cristo que celebram, se metem a destruir-se mutuamente em matanças inimagináveis com armas poderosíssimas. Já não há descanso em parte nenhuma, salvo talvez entre as focas e os pinguins árticos, no mundo silencioso das baleias ou entre as belas cores da Amazónia. Mas, por quanto tempo mais?

### **A Autoridade (ocidental)**

O mundo livre ganhou esta difícil contenda de-vida-ou-de-morte! Fascismo, nunca mais! O militarismo nipónico, nunca mais! O nazismo, nunca mais! O Holocausto, nunca, nunca mais! A ONU será um garante da paz, uma ajuda ao progresso.

### **A Autoridade (a Leste)**

Ganhámos a guerra patriótica, mas o capitalismo continua de pé. “Proletários de todos os países, nações e povos oprimidos, Uni-vos!” Nós sabemos como conduzir-vos ao Socialismo. E já o demonstrámos.

### **O Desafiador**

É a altura de nos juntarmos, camaradas, companheiros e amigos! O Estado social já aí está! Mas falta o resto: destruir o poder dos monopólios, boicotar o imperialismo *yanquee*, fazer a descolonização, ir à conquista do Espaço...

### **O Aproveitador**

Como dizia o cínico de Lampedusa, “mudem-se as coisas, para que tudo fique na mesma”. A reconstrução é a próxima grande etapa; o consumo popular, a seguinte; certas técnicas aprendidas na guerra serão utilíssimas para o desenvolvimento fantástico de novos meios de produção, de comunicação, até de cálculo abstracto que abrirão uma nova Era de Progresso!

### **A Submissão Racional**

Sejamos razoáveis!... Agora temos habitação a preço acessível, seguro de doença e de desemprego, pensão para a velhice; temos automóvel, televisão, férias pagas anuais... Nunca os nossos avós teriam imaginado isto. Por favor, não façam disparates ou ponham em causa este milagre, que talvez não dure muito.

### **O Anarquista**

O consumismo, eis o novo ópio do povo! Nós mostrámos em Espanha como seria possível viver de outro modo. Nós já temos vindo a denunciar como o chamado mundo livre não é livre, e como o mundo comunista não é comunista, longe disso (é, sim, a ditadura brutal e mistificatória de um Partido). Os jovens, os estudantes, irão em breve contestar os falsos consensos ocidentais e o estúpido confronto da “guerra fria”. Talvez que do “Terceiro Mundo” nos venha alguma ideia mobilizadora para a nossa luta.

## O Libertário

Estou contente com os progressos alcançados, sobretudo no tocante à individualização e à emancipação das pessoas e das comunidades que ainda existem, aos mais fáceis contactos entre todos os povos. Mas há muito para fazer: minorias silenciosas oprimidas; mulheres acorrentadas a estatutos antigos; desperdícios e poluições que prejudicam uma qualidade de vida que poderia ser melhor e mais serena; demasiadas desigualdades na distribuição da riqueza e do poder dentro de uma mesma sociedade e entre as várias regiões do mundo. E há armas a mais no planeta, em mãos incertas, algumas de “destruição maciça”. [fecha o pano]

[abre o pano]

### CENA 5

O mundo andava preocupado com as alterações climáticas provocadas pelos excessos da industrialização e das megacidades, os problemas da globalização, da energia e da inteligência artificial. Mas no Inverno/Primavera de 2020 notícias da República Popular da China falam de uma epidemia séria na cidade de Wuhan, que depressa chega a Itália, à Europa e ao mundo, apesar dos controlos fronteiriços, encerramento de viagens e recurso a diversos meios drásticos de confinamento das populações e higienização dos locais urbanos. Parece atacar brônquios e coronárias, exigir intervenções médicas dolorosas e poder deixar sequelas graves nos pacientes. É sobretudo muito contagiosa e, à falta de conhecimentos sérios, lançam-se alertas e dão-lhe o nome de *coronavirus* (COVID-19). Mas consegue quase fazer parar a vida agitada do planeta.

### A Vida (ambiental, bio-humana)

Meus amigos. Agora vocês ultrapassaram os limites. Estou a sentir-me desequilibrada de várias maneiras e, pelo menos, uma parte da culpa é vossa, humanos. Lavram-me a superfície e o subsolo, perfuram-me as entranhas, povoam de artefactos metálicos a minha manta protectora gasosa, acimentam hermeticamente os espaços onde vivem, bufam calor de todos os vossos maquinismos, eu sei lá... Por outro lado, a minha bicharada já quase nem tem onde se refugiar, imensos primos desaparecem para sempre. Felizmente que eu ainda tenho energia e criatividade suficientes para criar novos, mais resistentes aos vossos produtos antibióticos: vírus, bactérias e o que mais vocês hão-de vir a descobrir. Lembra-se da Sida? Pois não se tivessem posto a fornicar de qualquer maneira! Agora dizem que o mundo é de todos e para todos?! Pois aviem lá um efeito-de-estufa superior, um clima alterado, um degelo dos polos, um oceano irrespirável e um vírus ainda vosso desconhecido!...

### A Submissão Racional

Credo, o melhor é fugirmos para a província, alistarmo-nos na nova milícia ditada por algum poder mais poderoso, ou então gozar enquanto podemos e deixar isto tudo ir por água abaixo... Parece que os nossos netos já terão a água pelos tornozelos quando forem celebrar a enésima

vitória do Benfica para a praça do Marquês!...

### **A Autoridade (de nível intermédio)**

Calma, temos de confiar na nossa ciência, no aprumo dos nossos funcionários, no patriotismo de todos! No próximo orçamento já está prevista uma primeira verba que se juntará à enorme transferência de fundos que, no próximo plano septenal, nos chegará dos nossos grandes estados vizinhos amigos.

### **O Desafiador**

Pois é sempre a mesma cantiga!... As ajudas de fora, que pagaremos com língua-de-palmo, vão mas é levar-lhes de volta mais uma data de milhões que nos roubam. Quando bem podíamos fazer valorizar os nossos recursos, escolher melhor os amigos certos, dar bem-estar, direitos e trabalho ao nosso povo e, claro está, tudo isto em proveito da nossa pátria.

### **O Anarquista**

Concordo em parte. Mas o vosso discurso é hipócrita: com capa de santo, escondem uma cabeça de diabo! Já se viu há muito o que vocês querem: serem vocês a mandar nisto tudo. Ou melhor: serem uns “palhaçotes” a fingir que mandam, com vocês por trás a puxar os cordelinhos...

### **O Desafiador**

Sempre foste o mesmo provocador. Não percebes que fazes uma vez mais o jogo dos poderosos?

### **O Aproveitador**

Enquanto esta gente discute, eu tenho de fazer contas. Esta história da pandemia baralhou-me os cálculos que se previam muito favoráveis para esta década. Estava investindo na transição do petróleo para o não-poluente, para os automóveis eléctricos, para as novas regras da OMC e a execução do Acordo de Paris. Já tinha diligenciado junto da Casa Branca, do Kremlin e do chefe de Pequim para que chegassem a um entendimento razoável, pois do apoio da Europa estava eu certo. E a Índia, o Brasil e a África do Sul viriam logo a correr. Agora, tudo desatou a só olhar para dentro da sua própria casa, com medo de perderem eleições (ou lá que é...), a tomarem medidas avulsas desconectados uns dos outros. Isto também me arruína o negócio. Eu até já estava disposto a reduzir as minhas margens...

### **A Autoridade (outra, diferente e muito maior)**

Nós já estamos no Espaço e bem implantados no Ciber-... Temos uma estratégia digna dos nossos mais antigos. O tempo, a demografia, a investigação, o nosso esperar paciente tudo trabalha a nosso favor. É só preciso não fazermos ondas e não darmos passos errados como, já velho,

o nosso Grande Líder do livro vermelho deu. Entusiasmou uns putos lá na Europa, mas atrasou-nos trinta anos no resto do mundo.

#### **A Autoridade (ainda outra, enorme mas ameaçada)**

Quem é? Quem é ele, o doido que nos quer desbancar? Nós ainda somos os melhores! O nosso *way of life* é indestrutível! Experimentem... Mas depois não se queixem!

#### **A Submissão Racional (diferente da que falara antes)**

Desculpem, mas tenho de intervir. A Ciência tem estado ausente disto tudo. Trabalha porfiadamente, ultrapassou a fase dos génios e aprendeu a trabalhar em equipa, aceitou o desafio da rivalidade e da concorrência, inova e produz montes de patentes, protótipos e conceitos indispensáveis para penetrar os mistérios da vida ou da organização do espaço sideral. E, quanto a decisões, nada. Ficou sempre excluída, em parte porque se autolimitou, em parte porque não lhe deixaram fazer mais.

#### **A Autoridade (qualquer delas)**

Pois, pois, mas quem é que te tem financiado tudo isso? Pago os milhões necessários para as escolas, laboratórios e institutos de investigação? Nós! Directamente ou pelos incentivos fiscais que damos às grandes empresas e pelos *out-puts* que lhes compramos a peso de ouro. E essa de não participarem nas grandes decisões, tem que se lhe diga... Olha o caso da bomba atómica!? Ou da utilização desta energia para centrais geradoras de electricidade!?

#### **A Submissão Racional (respondendo à crítica)**

Ora aí está um bom exemplo! Foram os homens e não a Ciência, a decidir: o Fermi e o Oppenheimer colaboraram (e depois os militares e os políticos tomaram o caso em suas mãos); o Einstein não, até avisou e denunciou. Mas foram escolhas individuais. Não foi a Ciência enquanto tal.

#### **O Libertário**

Ora, ora! O nuclear é um risco grave, mas como resolver as necessidades energéticas do mundo, ao mesmo tempo que a questão demográfica? Tenho alguma nostalgia de um tempo em que ainda nos podíamos reunir e discutir pessoalmente, em *Ágora*, não por um instrumento a que chamávamos fonóforo. Guardemo-nos de julgamentos definitivos e estejamos atentos e alerta. Mas tentarei fazer o máximo para que não saiamos desta a rastejar.

#### **A Submissão Racional (qualquer uma delas)**

*Parole, Parole, Parole...*

### **A Vida (bio-ecológica)**

Meus amigos. Eu não entendo o que vocês querem. Até se se vão dizimar uns aos outros por motivos estúpidos. Alguns de vós já falam em Marte... Mas uma coisa é certa. Eu sei que vou continuar, sobreviver, sofrendo alterações, é certo, mas vivendo nesta Terra, com Homens ou sem Homens. Sempre foi assim... Vocês, humanos, são uns exagerados e por vezes pioram as coisas, mais do que elas são. A ciência levanta-vos novos problemas mas também vos dá os meios para os resolver, desde que não fique a reboque das técnicas, não esteja sempre às ordens dos poderosos e não se esqueça de certos princípios éticos que vocês também criaram. Não é vossa a ideia de que as pessoas devem estar sempre à frente das coisas?

### **O Libertário**

Bem dito! Agora até falaste certo. [cai o pano]

artistas ao proscénio  
o público é dispensado de aplaudir mas pode fazê-lo





## ARTE E ANARQUIA

*Fernando Guimarães*

Qualquer atitude especulativa, como justificação, ante o fenómeno artístico parece viver dum equívoco. Ela só se torna possível considerando-a como expressão de lucidez e dignidade ética quando se dirige àquelas obras que, pelo seu próprio valor, se impõem. Assim poderíamos concluir, embora paradoxalmente, que são afinal essas obras que justificam tal atitude especulativa. O crítico limitar-se-ia a exprimir por ressonância íntima e, ao mesmo tempo, generalizadora aquilo que o artista, geralmente discreto, tinha realizado criando.

Mas o ponto de vista dum e outro diverge essencialmente. Enquanto o artista *vive*, no seu dinamismo, o acto de criação, o crítico ao contemplar uma obra de arte apenas pode assistir ao momento em que o *afã* criativo nela se “concretiza”. Mas, como nesse momento a obra de arte vive já independentemente do próprio artista que a criara, um e outro terão dela perspectivas diferentes. A situação em que se encontram é portanto distinta. O objectivo do crítico consistiria em ultrapassar as manifestações primárias da sensibilidade individual pela conquista duma base objectiva que lhe servisse de suporte à pretensa universalidade dos seus juízos. Estabelecia-se assim um certo número de normas ou categorias estéticas que, caso fossem observadas pelo artista, *justificariam* o valor das suas obras. Neste caso não seria absurdo falar em *universalidade* da obra de arte. Mas essa universalidade seria afinal o resultado dum processo de exclusão sistemático. Os artistas despeitados poderiam dizer que quem ganhava com ela era apenas o esteta.

O esquema abstracto que este tinha construído não apreendera a realidade do facto artístico como algo de concreto. A obra de arte tinha de ser considerada não só no momento de contemplação donde nasce a apreciação judicativa mas também no acto de criação. Deste modo opera-se uma mudança de perspectiva. Para o artista, se ele de facto tem poder inominado de criar, não há normas fixas que represem a manifestação da sua individualidade.

Quando o demónio ou a graça descem sobre ele, surge como um possesso: *Devant son chevalet* dizia Gauguin *le peintre n'est esclave ni du passé, ni du présent, ni de la nature, ni de son voisin*. E repetia incisivamente: *Lui, toujours lui...*

O poder de criação parece garantir-lhe o direito de denegar, ao sabor da sua sensibilidade e do seu humor, quaisquer princípios ou normas consagradas. Esta atitude esconde, no fundo, o terror ao academismo. Eles, os artistas, podem ser os criadores da Beleza... Por isso seria absurdo que a adorassem como um distante deus, procurando ao mesmo tempo no “caminho da perfeição” copiar-lhe os atributos e as qualidades. Perante este debate entre o esteta e o artista, o público mostra-se muitas vezes desorientado. Um elevando-se, através de construções sistemáticas, a um plano a que ele não está habituado a subir, o outro guiando-se pelo impulso, por vezes desconcertante, da sua personalidade parecem considerar a sua presença como prescindível, ou, pelo menos, de valor secundário. Todavia arte é espectáculo. Os próprios artistas que se comprazem num hermetismo intencional contam sempre com atitude contemplativa de alguns e, muitas vezes, com a surpresa e a reacção dos outros. O misantropo do *Subterrâneo*, uma das estranhas personagens de Dostoievski, ao falar consigo mesmo dirigia-se, diríamos por uma necessidade quase instintiva, ao leitor para quem, afinal, não escrevia. Toda a obra de arte implica comunicação tácita ou dramática, quer por repercussão extensiva, quer por privilégio... Por isso ela tem de ser encarada sob uma nova perspectiva a do público.

Ora dissemos que sobre o público pesa um sentimento de atordoamento e desorientação. Ele esforça-se por encontrar um ponto de apoio donde possa observar sem se sentir confundido. Mas como nem sempre o encontra, coloca-se muitas vezes no ponto de vista do esteta ou do crítico, que não é o seu, mas que aparenta sempre uma certa ubiquidade. Por esse compromisso ela passa a admitir as normas e os princípios estabelecidos, como critérios de apreciação. Toda a obra de arte a que faltem essas “qualidades” não poderá ser considerada como “boa”.

Mas debaixo desse esquema pelo qual ele pretende aferir a sua sensibilidade de espectador há sempre o fluir duma espontaneidade íntima. Por isso tal esquema nunca se apresenta completo e rígido na sua estrutura. Não é uma construção abstracta. A aceita-

ção ou oposição — o *sim* ou o *não* — perante uma obra de arte, perante um movimento artístico nunca assumem na sua boca um entono absoluto e categórico. Assim entre o artista e o público tende a estabelecer-se um jogo cujo antagonismo — porque se trata de dualidade necessária — irá culminar em uma *síntese*, como momento do Devir. À margem desta luta essencial vivem aqueles artistas, dum pacifismo conservador, que se submetem às fórmulas consagradas e tradicionais. Mas a sua obra não prepara o Devir. O público acabará por divorciar-se dela cansado pela sua monotonia.

Esta oposição colaboradora entre o artista e o público parece todavia ter chegado, nos nossos dias, a um momento crítico. Aquele, nas suas experiências, ou no seu delírio de criar, teria enveredado pela realização de formas verdadeiramente teratológicas, que careciam de sentido. Neste momento o espectador já não poderá dizer se elas *valem* ou não — porque não as compreende.

Entre a arte moderna e a arte tradicional, quanto à sua repercussão social, há uma nítida diferença. Se é certo que há um par de anos qualquer burguês nem sempre entendia as obras de arte que nasciam noutras civilizações e noutros ambientes — no mundo chinês, no mundo hindu, etc. — isso interessava-lhe pouco porque não estava lá. Mas ao menos compreendia a arte que se realizava à sua volta. Diante dum quadro ele podia conviver com as figuras representadas, mesmo que fossem deuses... Agora, porém, nem as criações daqueles artistas que vivem ao seu lado ele compreende. Dir-se-ia que os eleitos, entrando no reino da metáfora e do mito, tinham prescindido do convívio do público. Fala-se por isso muitas em vezes em divórcio e, até, em traição por parte do artista.

A nossa época é, sem dúvida, um daqueles momentos sibilinos da história que nos vem anunciar um futuro radicalmente diferente. Todos os compromissos de senectude caem a pouco e pouco ante esta época donde parece emergir uma sensibilidade nova. Para o artista que os nossos avós admiravam, a arte era nem mais nem menos que uma visão da realidade ou do universo “através dum temperamento”. Era, deste modo, uma imitação da natureza e uma linguagem do sentimento. Entre o artista e a realidade estabelecia-se um compromisso. Por isso um quadro, da mesma maneira que uma paisagem ou uma situação real, podia agradar ou não agradar. O objectivo do artista era “idealizar” o que via. Assim quando pintava, ou quando compunha música, ou quando escrevia

versos procurava sugerir sentimentos ou exprimir atitudes, *ainda que* tivesse de recorrer a elementos estranhos às formas plásticas, ou musicais, ou poéticas. A arte tornava-se transcendente. Para julga-la era preciso *compreendê-la*. Dentro deste ponto de vista não são os seus valores próprios que se consideram e se estimam. As críticas de que *Madame Bovary* de Flaubert ou *Le déjeuner sur l'herbe* de Manet foram alvo nasceram da sua... imoralidade.

A este “qui pro quo” responderam os artistas, conscientes da sua independência, com um puro objectivismo artístico. A música deixa de ser “drama” para ser música apenas. A pintura deixa de ser “literatura” para ser apenas pintura. Ora isto só se torna possível graças a uma viragem de perspectiva. O artista *vê* agora as coisas que o cercam duma maneira diferente. Olha para elas como artista... Assim um pintor diante da realidade só se pode preocupar com as possibilidades plásticas que ela lhe oferece. Tem que abstrair e isolar os seus elementos. Em vez de reconstituir qualquer facto anedótico ele pretende apenas, como nos adverte um pintor cubista dos nossos tempos, Braque, *constituer un fait pictural*.

A arte tradicional era uma arte geralmente extrovertida. Agora o artista tem que introverter o mundo para, como artista, o observar. Uma das características da pintura do passado era o respeito pela experiência tátil, pelo mundo que as nossas mãos tocam. As mãos apresentam-se, digamos assim, como um instrumento de extroversão quer social — com elas firmamos um signo de convivência —, quer espiritual. As mãos abrem-se. Ora o artista moderno desde Cézanne, em vez de se submeter a essa experiência tátil, procura interpretar as formas em função das imagens que o espírito abstrai. Pela imaginação ele chega a uma concepção mental da forma que lhe garanta valor plástico. É diante desse mundo novo que o público se sente desorientado. *Pretende “compreendê-lo” ainda em face duma transcendência que ele não possui.*

O divórcio que surge entre o artista e o público no nosso tempo não deve ser, talvez, considerado essencial (tal como conclui Ortega y Gasset), mas de índole meramente circunstancial. Resulta dum erro de visão. Todavia o público mantém-se desconfiado. Essa expressão da realidade, pelo seu subjectivismo, dir-se-ia que ficava para além da possibilidade receptiva de qualquer indivíduo e, portanto, só poderia estar ao alcance fruidor do próprio artista. Nesse caso não se trataria de mero solipsismo artístico? O grito que

Gauguin lançou: *Lui, toujours lui...*, e que parece estar ainda a bater nos nossos ouvidos, é como que um incitamento à anarquia. Ora na anarquia dirá um burguês dos nossos dias “ninguém se entende”. Ou então talvez se debruce melancolicamente sobre um pedaço de papel tentando alguns hieróglifos, na expectativa de que lhe venham dizer, como Mr. Jourdain, que aquilo *também* é arte. Dentro deste bom senso culmina um problema. O de saber se arte não é mais que capricho. Se ela pode viver ou não dentro dum subjectismo puro. Ora numa manifestação espectacular como é a arte, embora ela só se torne comunicável no recolhimento dum convívio religioso, tal atitude seria insustentável e, em si mesma, contraditória. Entre o público e o artista existe uma dualidade necessária. E se o equilíbrio se transforma em luta é porque dela irá nascer qualquer coisa de novo e de essencial.

São épocas de combate. Daí a confusão que por vezes surge em ambos os campos. Muitas vezes o contemplador duma obra de arte fica perplexo sem saber se está diante duma criação nova ou duma mistificação. *E porque não se sente seguro de si mesmo*, tenta então encontrar um fundo objectivo que lhe permita encontrar que lhe permita rectificar a sua apreciação. À margem da preferência e do gosto não haverá uma soma de qualidades que, como critério, garanta a universalidade dos juízos? A concordância valorativa que se estabelece em torno duma sinfonia de Beethoven ou dum quadro de Greco parece advertir a existência de algo de objectivo que justifique e imponha essa concordância. Nesse caso poderíamos chegar à concepção do Belo como aquele limite inatingível de que cada artista tenta aproximar-se progressivamente mas em vão. Sob o aspecto formal essas qualidades, como atributos ou expressões do Belo, constituiriam um cânone. E este seria como que um providencial amparo do artista na escalada impossível... O contemplador no acto de apreciação olhando ora para a obra daquele, ora para o cânone respectivo aferia.

Mas essa ideia em hipóstase, regendo e subordinando toda a estimativa e toda a criação, não teria nascido afinal dos próprios actos de criação e de estimativa, anquilosando-os, agora, como exigência? Como garantir universalidade a essas normas e princípios perguntaríamos ainda se elas se reduzem, no fundo, a juízos de gosto? Deste modo uma obra de arte poderíamos concluir está sempre ligada a um momento histórico e a um ambiente social. Só

nesse contorno é que ela pode ter qualquer significado. Admitir a existência dum princípio absoluto que presidisse à criação artística, só seria possível naquele momento em que a vida, negando-se, deixasse de ser história. *No plano da criação artística esta miragem é o resultado duma oscilação entre academismo e sensismo.* Uma e outra posição ignora, ou esquece, que o poder que vem animar o artista é o de criar. Daí as contradições em que ambas caem, o que, de resto, justifica que uma se oponha à outra, e ambas se mantenham.

Qualquer obra de arte pode ser vista de perspectivas diferentes. Por isso ela pode valer universalmente. Não porque se adira a uma fórmula única — nesse caso *unificava-se*, não se universalizava —, *mas por se admitir a pluralidade de direcções em que se realiza.* As mesmas qualidades objectivas não explicam uma repercussão subjectiva unânime. Pelo contrário. É pela admissão das regras e das normas que garantem essas pretensas qualidades que o artista esquece a sua voz e o público muitas vezes molda a sua sensibilidade, deformando-a. Só pela libertação desses pre-juízos o acto de contemplação se realiza na sua imediata autenticidade — como expressão de sensibilidade individual —, e ao mesmo tempo na extensão que a ausência desses limites convencionais assegura e requer. *O subjectivo objectiva-se.* Um poema, quer seja Apollinaire ou de Langston Hughes, um gazel de Hafiz, um hai-kai de Bashō, ou uma cantiga de amigo dos nossos Cancioneiros, um quadro de Greco, de Picasso, de Hokusai, ou de Bosh — revelam-se é certo como criações divergentes — no acto de realização, no ponto de partida —, mas indo sempre de encontro à nossa sensibilidade. Arte implica convenção. Mas o artista — porque toda a convenção pode ser infringida — não terá de sacrificar nem ao gosto da época, nem a qualquer princípio ou entidade que sobre ele paire. *A sua arte vive, portanto, na anarquia.*

Contemplar qualquer realização artística que tenha nascido fora do nosso contorno ou da nossa época não equivale pois a uma benevolente complacência arqueológica. Nela muitas vezes vive, se bem que para certos olhos rodeado de penumbra, o mesmo impulso anárquico e criador.

Esta verdade presentiu-a o movimento que se convencionou chamar modernista. Ele teve não só a intuição do carácter convencional da arte — o que justifica as suas realizações dentro de novas

formas de convenção, como se apercebeu também do valor latente de obras cujo convencionalismo exorbitava o da arte tradicional europeia. Daí a “descoberta” da arte negra, da arte japonesa, etc. *La barbarie est un rajeunissement*, dizia Gauguin. Arte moderna não surge pois como negação. As realizações que historicamente a precedem pelo recurso à perspectiva, à visão monocular, na pintura, a determinados conceitos harmónicos, na música, a determinadas normas poéticas, etc. vivem, como ela, ao lado de elementos convencionais. Não existe qualquer limite que justifique que caminhemos sempre na mesma direcção. Na arte não há progresso. Há transformação. Por isso ela tem uma história. É dessa história, como expressão sempre renovada de criações divergentes, que nós devemos ter consciência...

**Nota Final:** publicado originalmente na revista *Eros* (n.º 1, LX, Abril, 1951), “Arte e Anarquia” de Fernando Guimarães foi agora revisto para republicação, sem que se tenham alterado mais do que ligeiríssimas gralhas. No final deste volume, na secção “Arquivo & Registo”, pode o leitor encontrar uma carta de Fernando Guimarães que lhe contextualizará melhor o texto na época e nas circunstâncias em que surgiu.



Carlos Dutra  
Escultura em Pedra

# ***A Rivista Anarchica***

## **cinquenta anos de anarquismo**

### **(1971-2020)**

*Francesco Codello*

Com a morte voluntária de Paolo Finzi (1951-2020) chegou ao fim a publicação de *A Rivista Anarchica*. No Outono de 1970 um grupo de anarquistas italianos — Amedeo Bertolo, Luciano Lanza, Fausta Bizzozzero, Paolo Finzi, Nico Berti, Roberto Ambrosoli, a quem se juntará no ano seguinte Rossella Di Leo — projectou a saída duma nova publicação anarquista, cujo primeiro número viu a luz em Fevereiro de 1971. A revista mensal “A” — graficamente um A circulado —, titubeante de início, encontrou de imediato um espaço próprio na edição libertária italiana e uma difusão que não se ficava apenas pelo meio anarquista da época. Foram estes os anos que, a partir da onda de Maio de 68 e da tragédia da Praça Fontana em Milão, logo seguida pelo assassinato de Giuseppe Pinelli — respectivamente a 12 e a 15 de Dezembro — assistiram a um renovado interesse pelas ideias libertárias. Quando saiu o primeiro número da revista, a redacção não esperava o sucesso que pouco depois obteve — cerca de 80 000 exemplares por número editado — e por certo nenhum dos seus redactores ao tempo pensava que esta publicação pudesse vir a ter cinquenta anos de vida diante de si — o seu derradeiro número, o 445, saiu no Verão de 2020.

A aventura política e editorial de “A” assinala o início dum projecto mais articulado e complexo que tem por protagonistas principais os “Grupos Anárquicos Federados” (GAF) e um conjunto de referências internacionais que nos factos acabaram por constituir uma espécie de laboratório político permanente, visando estimular um renovamento do anarquismo. O objectivo é desenvolver uma reflexão comum que valorize as intuições clássicas do pensamento anarquista e que ao mesmo tempo esteja aberto a sugestões vindas de outras culturas e de outras experiências, embora compatíveis com uma visão libertária da vida social e da cultura. Em suma, tratava-se de ser um espelho das lutas então activas, uma reflexão crítica, um pensamento aberto e amplo, uma teorização inovadora e uma afirmação optimista da identidade anarquista. Em sintonia com os ventos da época, os primeiros



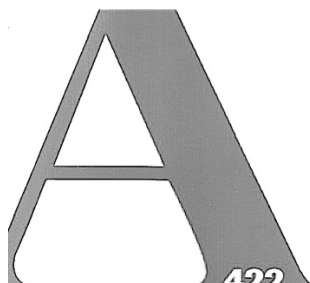
anos sancionaram uma passagem progressiva da militância política, já ela muito alterada pelas modalidades pós-68, para formas de intervenção mais atentas às inovações sociais e culturais libertárias daqueles tumultuosos anos de rápida expansão do anarquismo. Inicialmente a publicação foi de facto concebida como um instrumento de suporte à actividade militante, mas rapidamente ganhou uma singular função de agregação dum conjunto de grupos e de situações muito difusas e de carácter espontâneo. Depressa a revista se tornou o meio apropriado para debater e reflectir sobre actividades concretas, sobre experiências em curso, sobre mutações desejáveis e sobre a necessidade de agir. E daqui decorreram outras necessidades de aprofundamento que apelam a posteriores articulações do mesmo projecto cultural. Assim, no ano de 1974 foi fundada no seio deste largo grupo, em coordenação com Louis Mercier Vega, a revista internacional de estudos *Interrogations*; no ano seguinte foram criadas com o empenho especial de Pio Turrone as Edições Anti-Stato e em 1976 foi constituído o Centro de Estudos Libertários/Arquivo Giuseppe Pinelli em Milão. Em 1977 abriu na mesma cidade a livraria Utopia e em 1978/79 foi retomada a edição da histórica revista libertária italiana *Volontá* fundada por Malatesta no início da década de 20.

Com o passar dos anos naturalmente mudaram, ao menos em parte, os temas tratados na revista, ao mesmo tempo que também mudaram os membros do corpo redactorial. O núcleo inicial ficou, porém, sendo, mesmo alargando-se a novas energias, a referência essencial e o eixo organizativo em torno do qual se desenvolveram as outras iniciativas editoriais, culturais e experimentais. A revista caracteriza-se assim por ser também testemunha privilegiada duma extensa actividade, sobretudo de ordem cultural, que este grupo de companheiros e companheiras alimentaram com empenho. Pouco a pouco, Paolo Finzi acabará por ser o único a ficar na redacção propriamente dita da revista, sempre apoiado por Aurora Failla, sua companheira, e de quando em vez por outros companheiros que partilharam com ele o trabalho de redacção. No curso destas mudanças, a revista, mesmo mantendo algumas características iniciais, acabou por desenhar um modo novo de estar, em clave decisivamente pluralista e fazendo-se um continente de aproximações muito diversas e de experiências libertárias variadas. Esta mutação — a passagem duma revista de tendência para uma revista de síntese — é o resultado também de mudanças sociais e culturais em Itália, quer na sociedade quer dentro do movimento libertário. O esforço de Paolo Finzi foi o de publicar uma revista na qual fosse possível para muitos, embora não para todos, já

que uma identidade mínima foi sempre salvaguardada, encontrar um espaço de debate, de confronto e de pesquisa. Temas como o antimilitarismo, por exemplo, ganharam espaço. O mesmo para a ecologia social, que irrompeu no seguimento da influência que as ideias de Murray Bookchin exerceram e da sensibilidade ecológica que os mais jovens manifestavam. Muitos dos temas tratados vieram da actualidade recente, enquanto outros vinham do legado histórico do anarquismo clássico. Muitas das colaborações reflectem uma época em que na Itália cresceu a descrença numa qualquer revolução social. São os anos da luta armada e por conseguinte da inevitável discussão em torno do sentido da violência e da não-violência, tempos em que emergem novas exigências existenciais e se assiste a um refluxo pessoal e colectivo de numerosos militantes e grupos, mas também a novas formas de agregação relativas a temas e argumentos acabados de surgir na cena política, como o feminismo, o experimentalismo comunitário, a educação libertária, a vontade de procura nas formas artísticas e poéticas de novas perspectivas de mudança, a discussão em torno da dimensão classista do anarquismo e dos seus limites na procura da actualidade dum sindicalismo de base libertária.

Sobre todos estes temas aparecem vozes e opiniões diferentes, com um debate intenso e plural. Como quer que seja, a revista, onde Paolo Finzi jogou um papel cada vez mais crucial, tendeu a inclinar-se para subvalorizar as instâncias clássicas do anarquismo a favor duma dominante mais ética que política. O acento é sempre posto no meio em detrimento do fim, entendido aquele conscientemente como central na dimensão libertária do agir social. Nos últimos anos a revista tornou-se também um veículo de difusão de múltiplas pastas sobre questões específicas, de produção discográfica, de edição de livros como aquele dedicado ao canta autor Fabrizio De Andrè. A saída do último número precedeu de pouco o suicídio di Finzi. Sem ele a revista acabou. Mais tarde a história desta revista merecerá um aprofundamento mais articulado. É certo que outros o farão.

[fonte: *Bulletin du CIRA*, n.º 77, Lausanne, Centre Internationale de Recherches sur l'Anarchisme [CIRA], Primavera de 2021, pp. 13-16; Francesco Codello foi colaborador regularíssimo de *A Rivista Anarchica*; é estudioso atento do pensamento de Colin Ward, que conheceu e com quem conviveu]



4 marzo/la nostra astensione • migranti • baraccopoli in Occidente • reato di tortura • caso Cucchi • l'ultima ruota • ambiente/abitare i villaggi, il lago d'Aral • carcere/lettera da Treviso, lettera da New York, dieci minuti in cella a Milano • dibattito anarchismo/legalismo e illegalismo, la favola dell'anarchia • Reggio Emilia/geografie • Sardegna/nonviolenza e anarchia • ricordando Paola Mazzaroli e Antonio Cardella • guida Apache • dossier psichiatria/psicofarmaci e multinazionali, contro l'elettroshock • Chiapas/quella strana candidatura • buona stampa • Bosnia/la pace minata • 11 recensioni • "A" 90 • rete/piccola storia del suffisso "open" • musica/funzione politica e sesso, Pierangelo Bertoli, squilibri sociali, Luca Serrapiglio, radio libertaire, da Lecce a Milano • lettere/Calabria,

# A letra voadora

## quando o surrealismo tiver 100 anos

GRUPO SURREALISTA DE PARIS

**Recente declaração pública do Grupo Surrealista de Paris, de Janeiro de 2022, tem por tema as relações do surrealismo com a actual parafernália tecnológica – redes sociais, inteligência artificial, algoritmos, metaverso, cibernética. Assinada por 16 nomes, a declaração mostra a necessidade de defender a vida real sensível. A elaboração psíquica de segundo nível, como a que se produz no sonho onírico nocturno, depende sempre de conteúdos vividos e de traços mnésicos sensíveis, ainda quando arcaicos e filogenéticos. A declaração lembra ainda que foi no ano de 1922 que o surrealismo ganhou forma como movimento, três anos depois das primeiras experiências com a “escrita automática” e dois antes do primeiro manifesto, e que 100 anos depois nada há para celebrar a não ser a continuação duma exigência e o alargamento duma proposta.**

Dentro de alguns meses, o surrealismo terá cem anos. Como precisou André Breton nas suas *Entrevistas* [*Entretiens*], foi no final de 1922 que o movimento de emancipação do espírito humano mais enraizado na vida sensível que é possível conceber desde sempre ganhou forma – isto dois anos antes do seu nascimento selado pelo primeiro *Manifesto*. Entendamo-nos bem: não apelamos à celebração dum centenário, mas à manutenção e ao reforço duma exigência.

Hoje, quando a palavra surrealismo, corrompida e muitas vezes associada ao absurdo, remete, no campo da cultura dominante, para uma inofensiva imagética fantástica, não é de todo inútil lembrar quais são e permanecem os fins e os desafios do surrealismo: superar as antinomias fictícias e mortíferas entre o real e o imaginário, o sonho e o estado de vigília, a consciência e o inconsciente; mas também restituir todos os privilégios às paixões felizes, estender e aprofundar os poderes do espírito, libertar a razão das suas cadeias positivistas e da sua instrumentalização mercantil, acabar de vez com as alienações ideológicas e religiosas; e, condição suprema, pôr a Poesia acima de tudo. Tudo isto, claro, tem por consequência a recusa de qualquer compromisso com o mundo tal como ele se está a suicidar, com a sua linguagem, os seus instrumentos e as suas técnicas.

Ora o mundo de há cem anos e cuja queda revestia então carácter de urgência — urgência nunca desmentida desde então perdurou e intensificou mesmo os seus estragos ao ponto de obscurecer hoje o horizonte histórico com a massa fuliginosa dos seus excrementos. Ele transformou-se em sentido diametralmente oposto a todas as esperanças que haviam alimentado a tradição revolucionária: o reino da liberdade, da igualdade, e da justiça, a abolição da exploração e da dominação, o fim da maldição do trabalho, o acesso de todos ao luxo e à abundância emancipada da prática mercantil. Quanto à vida, temos de reconhecer que ela mudou, mas num sentido ainda mais calamitoso: perdeu toda a consistência, toda a coerência, todo o valor; colonizada nos seus interstícios mínimos pela ditadura dos écrans, ela resolve-se em imagens cada vez mais paupérrimas, cuja sórdida pobreza esteriliza em fogo brando o imaginário.

Eis porque o apelo à deserção que o surrealismo lançou desde o seu nascimento é mais do que nunca actual: deserção prática e intelectual, física e social, individual e colectiva. Daqui se tira que nenhuma concessão deve ser feita ao gosto estragado da nossa época, às suas inclinações suspeitas, às suas reflexões estruturantes. E diga-se aqui duma vez por todas que as diversas criações surrealistas, apresentem-se elas sob a forma de poemas, de narrativas de sonhos, de desenhos, de pinturas, de collages, de montagens, de esculturas, de fotografias ou de filmes não têm senão a aparência da obra de arte; elas são antes e depois de tudo a cristalização duma subversão permanente da sensibilidade, testemunhos sensíveis dum novo modo de usar o mundo.

O perigo que ameaça um movimento que mantém vivas as suas exigências durante um tão longo período é menos o esquecimento para onde o querem relegar as várias modas artísticas e literárias duma época fraudulenta que o reconhecimento tardio da sua consistência e da sua perseverança. Mais enfraquecedor ainda que a apropriação dos seus processos próprios pelos funcionários da arte contemporânea, é a existência aqui e ali duma tendência que leva à fabricação dum surrealismo sem consistência, em que muitos artistas, por força duma imagética vagamente onírica, se proclamam unanimemente surrealistas sem medirem o que esta denominação

implica, e como se apenas pertencessem a uma vulgar escola estética.

Muitos destes surrealistas de aviário não hesitam em entregar-se à tecnologia informática. Se é aceitável que a priori qualquer meio técnico pode ser desviado e posto ao serviço da imaginação, no caso do digital somos obrigados a constatar que na esmagadora maioria dos casos o técnico se sobrepõe ao criador. Resulta que as obrinhas produzidas por computador são insípidas, aborrecedoras e todas parecidas, delas se destacando uma suspeita consanguinidade, inoculada pela desesperante entropia que os algoritmos propagam.

Ao invés, a obra surrealista autêntica, apelando sempre à surpresa e ao encantamento, é portadora de utopia, grávida duma promessa emancipadora que a legitima e a supera. Esta promessa, nenhuma máquina e nenhuma informática a podem garantir, já que não têm nem corpo nem nervos para sentir, perceber, emocionar-se ou experimentar desejo. Não é com certeza com a inteligência artificial que construiremos uma utopia à escala humana. Com a bênção das redes sociais, mais um passo e caímos na armadilha do entretenimento. Destarte, e para esclarecer qualquer equívoco, lembre-se que o surrealismo nunca se poderá perder no campo minado da animação pedagógica nem se afundar na confusão das oficinas de escrita criativa e de collage, e outros idênticos concursos de poesia. Tais sessões de criação supostamente livres estão à partida viciadas pela instituição que as promove e não são senão mesquinhos sucedâneos da transformação das florestas selvagens do maravilhoso em indigentes jardins municipais.

Se o surrealismo nunca foi uma escola onde se pudesse entrar, uma academia para a qual se pudesse ser eleito, um espectáculo onde se pudesse desfilar, também não é um clube internacional disposto a fornecer emoções e debates, cujos membros se recrutem no facebook e promovam as suas produções no instagram. Conscientes de que não há meios neutros, os surrealistas desprezam com altivez as “redes sociais”, ou usam-nas com prudência extrema, preferindo-lhes a poesia imediata das redes “antisociais”, aquelas que ligam espontaneamente na rua, na viragem dum bosque, no favorecimento duma greve que escapa a qualquer controle burocrático, no

balcão dum café, numa tempestade de neve. Sabemos bem que os encontros decisivos se fazem por caminhos que atravessam a verdadeira vida, caminhos abertos às maravilhas do acaso objectivo e que não podem nunca ser premeditados por uma informatização na qual a noção mesmo de “amigo” aparece esvaziata do seu sentido.

Se hoje como nas suas origens, o surrealismo é uma comunidade subversiva permanentemente hostil ao Estado, ao capital e a todas as religiões, ele acrescenta agora à lista dos seus inimigos o mundo digitalizado dos écrans, que introduz cada vez mais distância física entre os seres humanos, *desrealizando* a vida sensível. Modo de sentir, de ver e de sonhar que se torna forma de ser, o surrealismo é uma procura teimosa e carnal de conhecimento, de liberdade e de amor. Uma vez que se passou por ele, ou uma vez que o surrealismo passou por nós, não podemos mais conceber nem perceber o mundo a não ser segundo as linhas de fuga que ele oferece às nossas errâncias e segundo os hieróglifos encantados que ele coloca na frente das coisas ao mesmo tempo que nos propõe uma chave para a sua interpretação. É nesta experiência do dia a dia, e não em qualquer reconhecimento mediático falacioso, que ele, o surrealismo, encontra a sua marca própria e continua, um século depois do seu nascimento, a aferir a validade da sua acção.

16 de Janeiro de 2022

*Élise Aru, Michèle Bachelet, Anny Bonnin-Zimbacca, Massimo Borghese, Claude-Lucien Cauët, Sylwia Chrostowska, Hervé Delabarre, Alfredo Fernandes, Joël Gayraud, Régis Gayraud, Guy Girard, Michael Löwy, Pierre-André Sauvageot, Bertrand Schmitt, Sylvain Tanquerel, Virginia Tentindo.*



*Com um aceno a Cruzeiro Seixas*

Vê-se a praia envergonhada  
E a mazurca escondida  
Vê-se um senhor sem tabaco  
E a chuva esclarecida

Vê-se a torre dos templários  
E o mais velho empregado  
Vê-se o carço ao contrário  
E a porta do mercado

Vê-se o riso e o lamento  
E o poço alevantado  
Vê-se por cima do vento  
E o estrategico coitado

Vê-se a ria vê-se o mar  
E o porto abandonado  
Vê-se o morcego a cantar  
E o presunto mal curado

Vê-se o flagrante escadote  
E a faca enfarinhada  
Vê-se a marca de comércio  
E a ponte mal parada

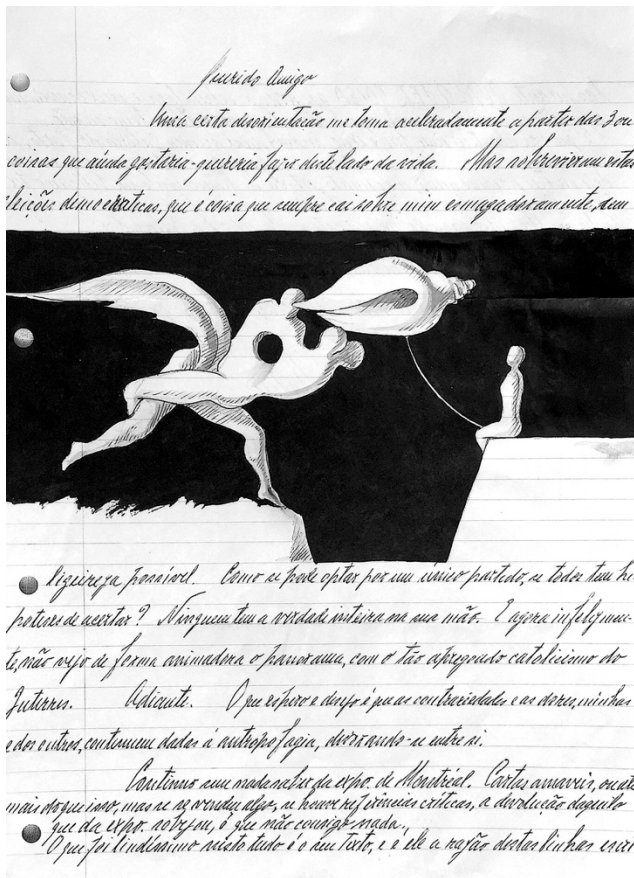
Vê-se a fimbria do passado  
E o marechal escondido  
Vê-se quem anda de lado  
E quem anda espavorido

Vê-se o pranto envenenado  
E o silêncio do mundo  
Vê-se o sarampo engraçado  
E o suspiro lá no fundo

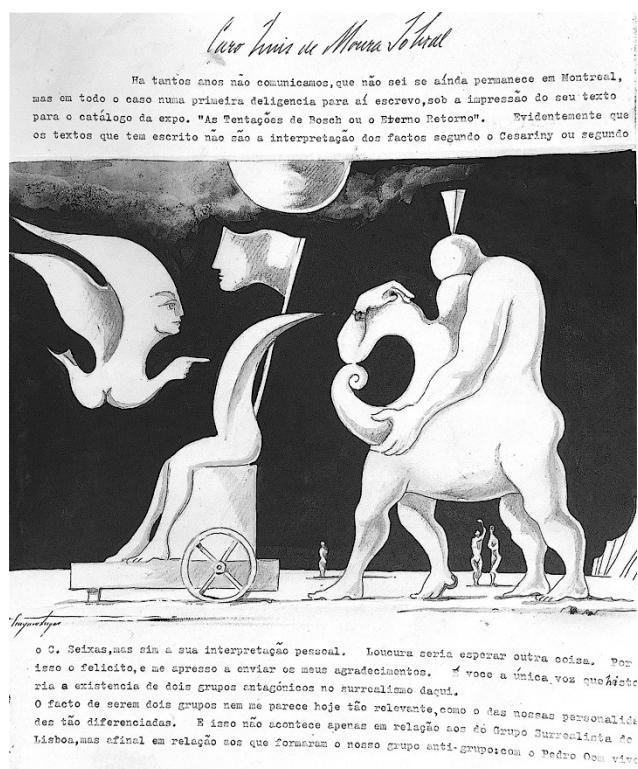
Vê-se o apito do comboio  
 Vê-se a sopa arrefecida  
 Vê-se o barão mal atado  
 Vê-se o fim da minha vida

MONTRÉAL

Agosto/Setembro de 2021



Carta de Cruzeiro Seixas a Luís de Moura Sobral (3-10-95)



Carta de Cruzeiro Seixas a Luís de Moura Sobral (31-5-95)



## Os primeiros dias de Adão e Eva fora do paraíso

De braços saímos no fio do horizonte  
 batido de cinza, rasgo semelhante  
 a uma parede de salitre. A água levanta fervura  
 na chaleira, a roupa roda no aparelho branco,  
 interrompido. Alguns animais aproximam-se,  
 pequenos leões febris, põem o queixo no  
 regaço como aos padres do deserto.  
 As árvores tonsuradas nunca deram fruto  
 nessa alameda enquanto esperamos  
 10 que a carne rasgue o sorriso, sinal  
 que remete para qualquer outra idade.

O ferro apresenta as suas marcas,  
 condoído. Mulheres atravessam a rua  
 segurando lâmpadas. Já se sabe que não  
 podemos reclinar a cabeça em parte alguma,  
 porque o nosso sinal sempre foi dado.  
 Amealha as rosas do paraíso, centuplicadas.  
 Todas são linguagens mortas, ervas,  
 20 e nenhum objeto será conhecido. Apressa  
 o teu passo, a tonsura vai abrindo  
 na cabeça. Já conheces o dia, este dia.

A santidade é o único exercício provável,  
 sente como lá fora as hostes se acotovelam  
 na geena de betume. O erro não mudou.  
 Entretanto, torce bem com os dois braços o  
 lençol encharcado, como a garganta de um cisne.

## Outro corpo amoroso

O corpo amoroso está gasto; não recobre  
 os ossos nada que o contemple. O peito seco  
 estala fundo como um prego cai no teto.  
 E contudo ainda pronto a amar está.  
 Por isso, coloquei no teu horizonte  
 uma réstia de sal e outros gestos que não  
 vão além de um lastro de casas vazias,  
 semelhante a um caminho à sua ausência,  
 para ser preciso. O outro diria que não há  
 10 caminho para lá do amor senão o próprio,  
 mas a distância freme como linha degolada.

A mão a minha, a mesma abrasada a um canto,  
encosta no tampo de sombra, laje fria.  
Em acordo com a sua natureza sombria,  
o amor nada tem que dizer, e decidi  
construir, não um corpo igual ao meu,  
mas um espaço entre mim e o vago amplexo  
que não consegue suster o ar, o peito  
dilatando um vazio ainda maior. Não há  
20 nenhum regresso, e ainda assim a mão  
explora o que ficou no canto da sala, onde  
uma figura varada de sombra esquece  
com a boca morta. A mão ainda súplice,  
o dia que não chega e o reconhecimento  
que sempre tarda até rasgar o negro da íris  
são os tendões da estrutura subtil que  
fecha o vértice mais escuro da sala-de-estar.  
A maçã-de-adão, o músculo inferior  
aos olhos que é a boca, o riso que  
30 encobre os dentes, o corte que dá entrada  
na carne onde o sangue rola, isto  
é uma planta faminta naquele canto.  
A voz menos doce teima em recorrer,  
pelo fundo sonoro de membros inferiores.  
Reconhece a mobília, o grito desenfaixa  
no espaço entre a cozinha e mais além.  
Tarde vieste, depois do lamento. Vês como  
o sufoco me embaça a face. As mãos  
não estão dispostas, mas a cara disponível.  
40 Algo de elástico na feitura deste outro corpo  
amoroso. Os dedos recobrem, os ossos já  
não estalam. Reveste-os, como uma lâmpada,  
um lancinante escorço de homem, que se  
apresenta luminoso frente à entrada do quarto.  
Os pés estão levantados, se caminha talvez  
nem seja um homem olhando um espelho  
que o não devolvesse ao olhar vestido.  
Escanhua a face, mas as mãos pode  
ser que estejam também nos bolsos.  
50 Se é limpo, algo nele começa para fora  
e o contém. As roupas enxutas, como disse.  
As mãos apreendem, desaparecem os objetos.  
Fendeu com a luz que não chegou  
a preencher toda a divisão seguinte.

## **café moderno**

*Maria Estela Guedes*

Foram chegando um a um os familiares  
Do Café Moderno,  
E agora, dez exatas horas da manhã  
No relógio de parede  
Está quase cheio  
Mesmo na esplanada corrida por uma aragem fria  
Vinda dos salgados lados da marina.

Lugar de tertúlias, ainda guarda essa memória  
Nas madeiras aconchegantes  
Nos marmóreos tampos das mesas  
Nos grandes quadros cujas cenas bucólicas  
Cobrem as citadinas paredes.

E eu sinto o teu cheiro, Federico.  
Usavas perfume discreto  
Fumavas cigarrilha elegante  
Os sapatos sempre engraxados  
Luzindo como a caneta de tinta  
Tão permanente.  
À tua frente  
O caderno de capa preta  
Fininho para o guardares no bolso  
Do colete  
Sem te estragar a silhueta.

Manuscreves  
Como eu que teço  
Agora  
Imaginando-te em ato de concentrada  
Redação.

Cheira a café, cheira a tabaco, cheira a poesia.

Escreveste aqui, na cadeira em que me sento

Embora sem tablet, Federico, embora  
Sem telemóvel  
E sem esse grande luxo para substituir bibliotecas  
Que é a Internet.

Apenas tinta, caneta e papel  
E apesar de tão pobre em ferramentas  
Ao alto céu subiste em que voa o flamingo.

Tão poucos meios  
Mas foi aqui  
Na Plaza San Jose  
Ainda não tinha sido postada  
Ao centro  
A tertúlia em bronze dos  
Intelectuais e artistas do teu tempo  
Foi aqui, no Café Moderno, aberto  
Em Pontevedra em 1903  
Que recordaste os tempos americanos  
No teu moderno “Poeta en Nueva York”.

Pontevedra, Café Moderno, 1-08-2019  
no livro *Conversas com Federico García Lorca* (em elaboração)

Desenho de Délio Vargas, 2022



# Sobre a participação cívica e política de Natália Correia

*Teófilo Braga*

Filha de Manuel de Medeiros Correia e de Maria José de Oliveira, Natália Correia nasceu na freguesia da Fajã de Baixo, concelho de Ponta Delgada, no dia 13-9-1923 e faleceu em Lisboa a 16-3-1993. Ao longo da sua vida, Natália Correia distinguiu-se como uma lutadora contra as ditaduras, tendo sido a mãe a introduzi-la nos meios da oposição ao Estado Novo. Se é verdade que recebeu o fim da ditadura com entusiasmo, também é verdade que seguiu com apreensão os acontecimentos ocorridos após o 25-4-1974, tendo manifestado alguma da sua desilusão na imprensa e no livro *Não Percas a Rosa*.

Não se subordinando a nada nem a ninguém, pode parecer contraditório com o seu pensamento a sua participação política após o 25-4-1974, nomeadamente a sua experiência como deputada na Assembleia da República, eleita em listas do PSD e do PRD. Sobre este assunto, Dacosta (2013) refere que “a passagem pela Assembleia da República depressa a desiludiria das formações políticas existentes entre nós. Interesses lobísticos, jogos pessoais, disciplina partidária, rigidez burocrática, não se coadunavam com as suas posturas de defesa da liberdade, da cultura, do bem comum” (p. 148). Também será estranha a sua ligação ao movimento independentista dos Açores, cujos dirigentes tinham sido apoiantes do Estado Novo que ela combateu.

Mulher inigualável, cidadã independente, que não se vergava perante os contratempos, Natália Correia não deixou ninguém indiferente, merecendo que a sua vida e obra sejam mais conhecidas do grande público. Neste texto, necessariamente incompleto, pretendemos dar a conhecer alguns aspetos da sua participação cívica e política antes e depois do 25-4-1974.

## **em ditadura**

Natália Correia chega a Lisboa em 1934, acompanhada da mãe e da irmã, um ano após ter sido aprovada a Nova Constituição que dava início ao Estado Novo, acabando com a Ditadura Militar instaurada com o golpe de 28-5-1926. Em Lisboa, frequenta o Liceu Filipa de Lencastre onde será expulsa ou retirada pela mãe, por se recusar a

fazer o “caderno diário” ou “porque a sua mãe não autorizou o ingresso na Mocidade Portuguesa Feminina”. (Magalhães, 2006, pp. 41 e 42) Em 1933, foi publicada legislação diversa que criava as bases da organização do regime, da qual destacamos a criação, a 29 de agosto, da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, a PVDE que, por várias vezes, atormentou a vida de Natália Correia.

Em 1945, de acordo com Mário Soares, citado por Ângela Almeida (1994, p.5) Natália Correia fez parte do Partido Trabalhista que teve uma vida muito curta, tendo em 1947 sido integrado no Partido Socialista Português, onde se distinguiu António Sérgio, com quem Natália Correia colaborou no âmbito do cooperativismo. Natália Correia terá sido, segundo Ângela Almeida, uma das subscritoras das listas de adesão ao MUD – Movimento de Unidade Democrática, nascido em 8-10-1945, organização de oposição ao regime fascista de Salazar, tendo integrado a sua Comissão dos Escritores, Jornalistas e Artistas Democráticos.

Depois de ter sido uma das 8 mulheres, ao lado de 200 homens, a assinar, em 1946, uma carta, iniciativa da comissão referida anteriormente, dirigida ao Presidente da República a exigir a democratização do país, Natália Correia passou a ser vigiada regularmente pela polícia política. A 10-4-1947 falhou mais uma tentativa de golpe militar por parte da Junta Militar de Libertação Nacional, em que estiveram envolvidos civis como João Soares e Castanheira Lobo, bem como as irmãs Natália e Cármen que iriam prestar serviço de locutoras do “Serviço de Libertação Nacional”. (Pimentel, 2013, pp. 249 e 252 e Magalhães, 2006, p. 52)

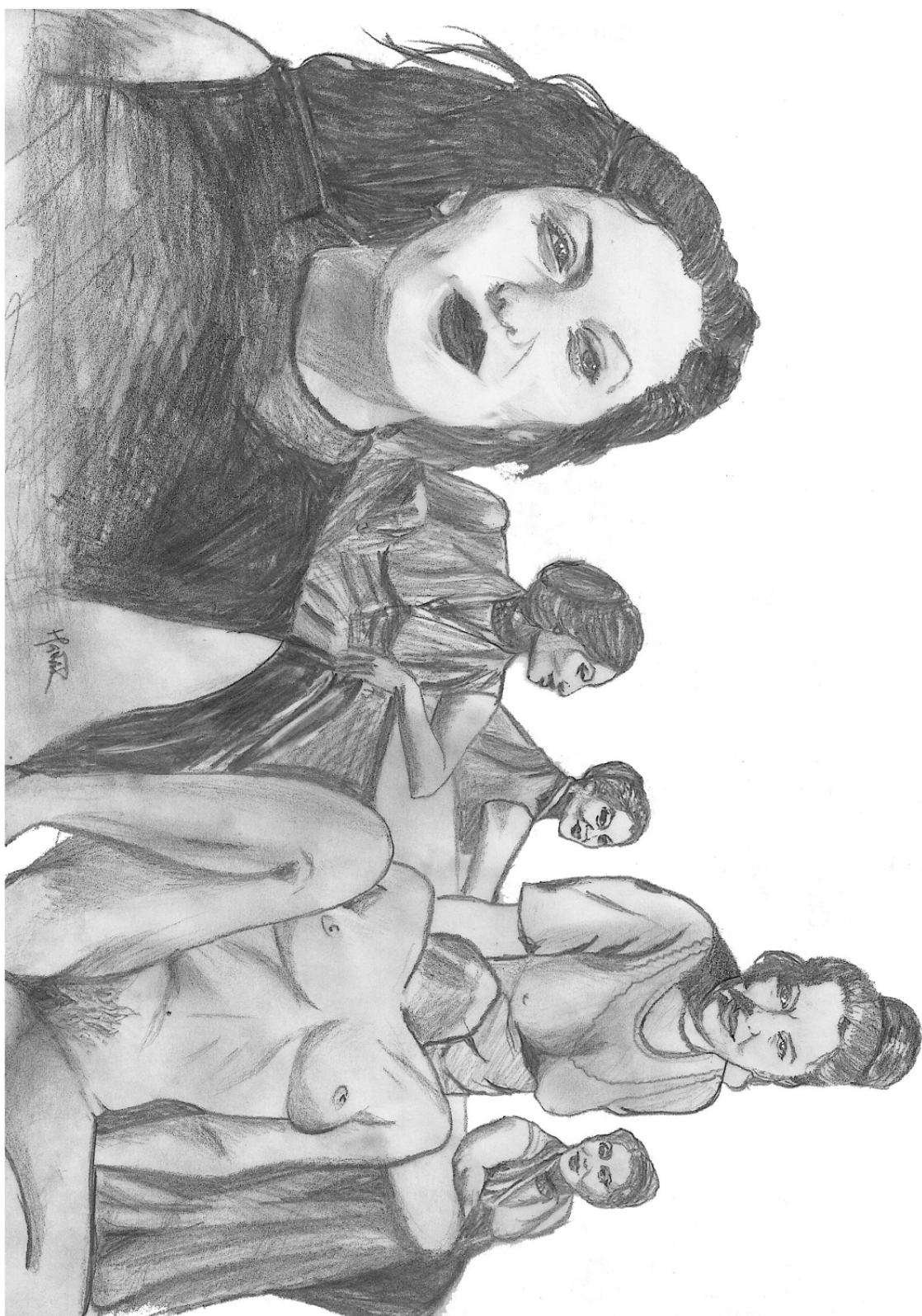
Depois de ter aderido, em 1947, Natália Correia foi vogal da direção da Cooperativa Fraternidade Operária, de Lisboa, tal como António Sérgio, sendo presidente da organização Amílcar Ramada Curto (1886-1961), advogado que pertenceu ao antigo Partido Socialista Português, fundado em 1875 (Magalhães, 2006, p. 53). No âmbito do movimento cooperativista, Natália Correia, em 1948, foi autora de dois textos: um intitulado “Cooperativismo”, publicado no jornal *Sol*, a 1 de maio, e outro com o título “Verdadeira Cooperação”, publicado, no mês de novembro”, no “Boletim Informativo das Cooperativas” (Correia, 2018, p. 15 e 19) Também em 1948, Natália Correia, foi interrogada pela PIDE/DGS em virtude de sua mãe Maria José de Oliveira, que pertenceu ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, a convite de Maria Lamas, ter sido acusada de fazer propaganda contra o Estado Novo.

Em 1949, Natália Correia apoia publicamente a candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República (Magalhães, 2006, p. 54), que acaba por não ir às urnas, tendo apesar disso obtido “bons resultados em partes do império onde a notícia da sua retirada não tinha chegado, acabando por ganhar na cidade angolana de Benguela (Meneses, 2014, p. 36).

No 1.º Congresso Republicano, realizado no dia 6-10-1957, no Teatro Aveirense, Natália Correia “denunciou o “malthusianismo intelectual” de elites muito restritas e ciosas do seu domínio sobre uma sociedade arcaica e maioritariamente iletrada” (Pimentel, 2013, p. 311). De acordo com Magalhães (2006), “Natália participa neste congresso com a comunicação intitulada *Política de espírito desnacionalizante*. Nesta comunicação a autora sublinha o facto de a acção da censura e a proibição de obras de carácter científico, por versarem determinados assuntos sensíveis aos olhos do regime, conduzirem a uma desnacionalização da formação académica, uma vez que era necessário procurar os livros nas suas línguas originais. Embora o tema da comunicação seja revestido de um carácter simples e quase inocente, traduziu-se num feroz ataque às instituições repressivas do Estado Novo.”

Em 1958, Natália Correia envolveu-se na candidatura de Humberto Delgado, tendo participado em jantares, onde era figura de destaque ao lado daquele general. Em novembro do ano seguinte, 1959, Natália Correia vê o seu livro *Comunicação* ser apreendido pela PIDE, depois de ter sido, no mês anterior, proibido pela Censura (Magalhães, 2006, p. 65). Depois deste, Natália Correia viu durante o Estado Novo outras obras suas serem apreendidas, como a *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica: dos cancioneiros medievais à actualidade*, em 1966, *A Pécora*, em 1967 e *O Encoberto*, em 1969.

A tomada do pacote Santa Maria, em 1961, por Henrique Galvão e seus companheiros do Diretório Ibérico de Libertação, foi seguida atentamente por Natália Correia que, em homenagem, escreveu um poema a que intitulou de *Cântico do País Emerso* (Magalhães, 2006, p. 67), editado pela Contraponto, de Luiz Pacheco. Em 1966, em resultado da publicação da *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica: dos cancioneiros medievais à actualidade*, Natália Correia, bem como o editor Fernando Ribeiro de Melo, e alguns dos poetas autores de textos incluídos na obra, são alvos de um processo que só terminaria em 27-6-1973. Natália Correia foi julgada em Tribunal Plenário, tendo sido condenada a três anos de cadeia com pena suspensa.



Natália Correia  
Desenho de Mara Rosa, 2022



Em 1969, realizaram-se em Portugal eleições legislativas. A oposição ao Estado Novo dividiu-se e, enquanto o PCP apoiou as CDE (Comissões Democráticas Eleitorais), a ASP (Ação Socialista Portuguesa) decidiu lançar a CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática). Natália Correia, esteve ao lado dos socialistas na CEUD e dos também escritores José Régio, Sophia de Mello Breyner Andresen e Ruy Belo.

Mulher de coragem, Natália Correia, sempre que podia, manifestava publicamente a sua opinião. Mesmo no enterro do pensador António Sérgio, em 1969, quando o seu caixão descia à terra, Natália Correia gritou: “É uma vergonha que este homem seja enterrado sem um morra ao fascismo” (Tomé, 2010, p. 179).

Em 1972, Natália Correia voltou a ter problemas com a justiça, na sequência da publicação do livro *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta e Isabel Barreno, considerado de “conteúdo insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública”, pois era, na altura, a diretora literária dos Estudos Cor. A situação foi ultrapassada, pois estando ela ainda a cumprir a pena de prisão suspensa, a responsabilidade pela edição foi assumida por inteiro por Romeu de Melo, administrador daquela editora.

### **em democracia**

Natália Correia, durante o Verão Quente, esteve na oposição “às tentativas de tomada de poder por forças do PCP”. De acordo com Dacosta (2001, p. 184): “*Não Percas a Rosa* diário que ela escreveu sobre esses meses de brasa, tornou-se uma premonição: do fim do 25 de Abril, da queda do bloco de Leste, da supremacia liberalista, da ditadura mercantilista, da perversão globalizadora.”

No que diz respeito ao modo como Natália Correia era vista no meio libertário, Dacosta (2013, p. 55) refere que, num colóquio sobre homossexualidade, ocorrido a seguir ao 25 de abril, no Centro Nacional de Cultura, o espaço foi esgotado pelas “correntes mais jovens e libertárias (anarquistas e independentes)”. O jornal *Voz Anarquista*, de 28-3-1975, que apresenta Natália Correia como “nossa camarada e digna escritora”, transcreve um texto publicado em primeira mão no jornal vespertino *A Capital* intitulado “Que democracia?”, onde ela critica algumas limitações à liberdade por medo do excesso de democratismo. No seu texto, entre outras chamadas de atenção, Natália Correia alerta para o seguinte: “Que o projecto de liberdade individual foi pervertido pelo liberalismo que lhe deu forma; que a esperança de liberdade colectiva foi gorada pelo socialismo que a hasteou; que a aspiração do homem total foi atraída pelas ideologias mar-

xistas que a encarceraram. Quaisquer destas ilusões fizeram cair nos ardis do poder as liberdades que prometeram.”

Durante o chamado PREC, e mesmo após o 25-11-1975, Natália Correia aliou-se ao movimento independentista açoriano que então tinha como principais dirigentes figuras que haviam sido apoiantes e dirigentes do Estado Novo, o que estava em contradição com o seu espírito, de algum modo, libertário, tendo participado em várias reuniões “conspirativas”, sobretudo na ilha de São Miguel. Margarida Victória, relata várias reuniões onde esteve presente Natália Correia na sua casa na Fajã de Baixo e no ilhéu de Vila Franca do Campo, onde a FLA, que reuniu à volta de um cozido cerca de meia centena de independentistas, convidou “Vitorino Nemésio a ser o Presidente da República se os Açores se tornassem independentes.” (Victória, 2004, p. 168)

Relativamente ao independentismo/separatismo, Fagundes Duarte, num texto intitulado “Quando se descobriu que Natália era açoriana”, relata um episódio caricato, que abaixo se transcreve: “Nemésio encontrava-se em Barcelona, sofria de..., e na noite de 30 para 31-3-1976 foi acordado por Margarida Vitória e por Natália Correia que, ao telefone, lhe pediam que regressasse de imediato a Lisboa, onde seriam recebidos os três pelo Gen. Ramalho Eanes, futuro candidato à Presidência da República, a quem iriam expor a situação que então se vivia no Arquipélago, e pedir apoio para a causa da independência dos Açores. (...) Em resposta ao pedido das duas amigas, o poeta regressou a Lisboa, de maca, e de maca terá sido levado ao Palácio da Cova da Moura, sede do Conselho da Revolução, onde, segundo consta, expôs as suas preocupações ao general e dele recebeu palavras de sossego.” (Duarte, 2010, p. 56)

A convite de Francisco Sá Carneiro, Natália Correia foi deputada, eleita nas listas do PSD, entre 1979 e 1983. Dacosta (2001, p. 204) escreveu que ela averbou “popularidades, irreverências, chistes, polémicas, ousadias, subversões, grandezas, como ninguém fez, por outro partido, na Assembleia da República”. Durante o período atrás referido há diversas posições tomadas por Natália Correia que chocaram com o pensamento oficial do partido por que foi eleita ou são contrárias ao conservadorismo da sociedade portuguesa. Assim, em 1982, Natália Correia defendeu a despenalização do aborto, tendo ficado famoso o poema “Truca-truca” que escreveu a propósito de uma intervenção do deputado do CDS, João Morgado, na Assembleia da República, onde este afirmou que “o acto sexual é para fazer filhos”.

A propósito da discussão da despenalização do aborto, Mário Tomé,

(2010, pp. 176-177) cita os seguintes “argumentos” apresentados por Natália Correia no parlamento: “os que não são capazes de mudar uma sociedade em que a asfixia económica é, quantas vezes, causa do recurso infortunado ao aborto, não têm qualquer espécie de autoridade para legalmente o penalizarem” e “a despenalização do aborto não o encoraja. Desencoraja sim os malefícios do aborto ilegal”.

Ainda em 1982, Natália Correia subscreveu o Projeto-Lei 319/II que visava amnistiar os crimes de fim exclusiva ou predominantemente político entre 25 de abril e 30-11-1981, não abrangidos por anteriores amnistias independentemente da conjuntura em que tivessem ocorrido. Na votação ocorrida a 21-5-1982, Natália Correia voltou a não seguir a orientação do seu partido. Assim, o projeto foi rejeitado com votos contra do PSD, CDS, PPM e a favor do PS, UEDS, PCP, ASDI, MDP/CDE, UDP e de Francisco de Sousa Tavares (PSD), Natália Correia (PSD) e Helena Roseta (PSD).

Ainda no que diz respeito aos presos do PRP, Natália Correia mostrou a sua visão humanista, tendo-se pronunciado, aquando da sua greve de fome, nos seguintes termos: “Mas o padre Max, o Torres com a rede bombista do Norte ou com aqueles que incendiaram as sedes do PCP, como o vejo excitado [Narana Coissoró] em relação a presos que estão em risco de perder a sua vida, quando os outros, os que praticaram os crimes que referi, andam por aí a flunar liberdade, isso não é humanismo, sr. Deputado. Gostaria de perguntar-lhe se acaso lhe repugna a memória de Aquilino Ribeiro, lembrando-lhe que ele foi terrorista, foi bombista. E teve que fugir para Paris porque participou nos preparativos do atentado que veio a matar D. Carlos, e tratava-se também de um regime estabilizado.” (Tomé, 2010, p.184)

Lutadora pela liberdade, Natália Correia, em 1984, subscreveu um protesto contra a Lei de Segurança Interna, que surgiu após o início da Operação Oríon que levou ao desmantelamento das FP-25. De acordo com Tomé (2010), aquela lei “propunha limitar as liberdades em nome da luta contra o terrorismo” (p.185). De 1987 a 1991, a sua presença na Assembleia da República deve-se à sua eleição como deputada nas listas do PRD. Natália Correia condenou a guerra contra o Iraque, na Assembleia da República e na comunicação social. Mário Tomé, menciona que Natália afirmou na Assembleia da República, no dia 26-2-1991, que a guerra “só poderá abrir abismos de ódios insanáveis entre civilizações” e que “a nós (ocidentais) cabem responsabilidades especiais de sermos os fundadores dos direitos humanos. Solidariedade num mundo onde há crianças que morrem de fome a cada minuto ou é universal ou não é!” (Tomé, 2010, p. 174).

Foi acusada de ser “amiga de Sadam”! Natália Correia apoiou Jorge Sampaio quando se candidatou à Câmara Municipal de Lisboa (Dacosta, 2001, p. 180), em 1989, na coligação com o PCP “Por Lisboa” que contou com a adesão do PEV, UDP, MDP/CDE e PSR.

**Bibliografia:** Almeida, A. (1994). *Retrato de Natália Correia*. Lisboa: Círculo de Leitores; Correia, N. (2018). *Entre a Raiz e a Utopia: Escritos sobre António Sérgio e o cooperativismo*. Lisboa: Ponto de Fuga; Dacosta, F. (2001). *Nascido no Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias; Dacosta, F. (2013). *O Botequim da Liberdade*. Alfragide: Casa das Letras; Duarte, L. (2010). *Quando se descobriu que Natália era açoriana*. In Abreu, M., Fernandes, M., Goulart, R., Mourão, J. (orgs.) (2010), *Natália Correia. A Festa da Escrita*. Lisboa: Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; Magalhães, M. (2006). *Natália Correia escritos autobiográficos*. Dissertação de Mestrado em Literaturas Modernas e Contemporâneas apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Meneses, F. (2014). *Salazar-Uma Biografia Política*. Vol. V. Alfragide: Dom Quixote; Pimentel, I. (2013). *História da Oposição à Ditadura 1926-1974*. Porto: Figueirinhas; Tomé, M. (2010). *Pela Mão de Natália*. In Abreu, M., Fernandes, M., Goulart, R., Mourão, J. (orgs.) (2010), *Natália Correia. A Festa da Escrita*. Lisboa: Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; Victória, M. (2004). *Amores da Cadela “Pura” II*. Lisboa: Bertrand Editora.

“Dos”  
Desenho de Susana Wald  
21 de Abril de 1984



# O improvável encontro de Fernando Pessoa com Mariana

*Manuela Parreira da Silva*

*Manuela Sofia Silva*

*Cortaram os trigos. Agora / A minha solidão vê-se melhor*  
Sophia de Mello Breyner

*Love is a mortal sample of immortality*  
Fernando Pessoa

A história de amor de Mariana Alcoforado, freira em Beja no século XVII, a quem se atribui a autoria das *Lettres Portugaises traduites em français*, publicadas em França, em 1669, pelo editor Barbin, apaixonou e continua a apaixonar leitores e autores nacionais e estrangeiros.

Em primeiro lugar, importa salientar que as *Lettres Portugaises* constituíram, à época, um sucesso livreiro. Por um lado, “o picante do escândalo, o encanto da novidade, o mistério da identidade desta Mariana, a especulação acerca do destinatário das cartas, do seu tradutor”, por outro, a acesa polémica que se instala acerca da “sua autenticidade/ficcionalidade” (1), vão permitir a continuidade da atenção do público sobre a obra durante um longo período de tempo. A partir daí multiplicaram-se as edições — destas *Lettres* e de outras, assim como de respostas (estas, manifestamente fictícias) — e traduções em várias línguas da primeira edição (2).

Estranhamente, apenas no século XIX, com a notícia de Boissonade (1810) indiciando uma Mariana Alcoforado, religiosa em Beja, no Convento da Conceição e um conde de Chamilly como destinatário das cartas é que se “reorientou a investigação portuguesa, e com o que se pôde levantar nos arquivos, conhecemos hoje um outro bloco de factos confirmados” (3), nomeadamente no que diz respeito à existência da freira, credibilizando, de certa forma — e até à descoberta de F. C. Green (1926) (4) —, a autoria portuguesa das cartas.

Importa, contudo, precisar que é o português Godofredo Fer-

reira (1886-1981), verdadeiro apaixonado pelo tema e pela figura de Mariana, quem, em 1923 (três anos, portanto, antes de Green), encontra um documento essencial para essa credibilização. Num opúsculo, com o título *Soror Mariana Alcoforado morreu há 200 anos: 1723-1923*, Ferreira transcreve a notícia bibliográfica por si publicada no *Diário de Lisboa*, de 28 de Julho de 1923. Nela, se cita o livro das Religiosas defuntas do Real Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, iniciado em 1692, o qual traz na folha 70 verso o registo de óbito de D. Mariana Alcanforada [sic], falecida com a idade de 87 anos, “todos gastos ao serviso de deus” (5). Salienta-se no mesmo registo que a referida freira, durante “trinta anos fez asperas penitencias” (6), facto, sem dúvida, bem consentâneo com os pecados que se lhe atribuem.

Só em 1819, surge a primeira edição portuguesa das Cartas pela mão de Filinto Elísio, e, a partir daí, multiplicam-se as traduções para português das cartas e a história de Mariana Alcoforado surge reescrita sob os mais variados géneros literários, desde o romance, ao teatro e poesia, em concreto ao longo do século XX e XXI.

Com efeito, tardiamente é que o nosso país reivindicou a autoria da freira de Beja, porém, não sem grande “fervor patriótico”, desenhando-se à volta da questão da misteriosa autoria diversas correntes, variadas teses: uma, defendendo a autoria feminina portuguesa (7), outra, a ficcionalidade da obra (da autoria de Guilleragues) (8), fossem ou não inspiradas no caso amoroso de Mariana, ou ainda, que a freira portuguesa teria escrito as cartas na língua do amado (9). O mito da freira amorosa começa, então, a esboçar-se nesta época, sobretudo com os trabalhos de reconstituição histórica de Luciano Cordeiro (1888; 1891), baseados nos registos do convento, combinando-os com os acontecimentos da vida de Chamilly e respetiva estadia em Beja, assim como com a biografia romanceada *Vida e morte de Madre Mariana Alcoforado (1640-1723)* de Manuel Ribeiro (1940).

A obra de Luciano Cordeiro marca o início de uma tradição literária e mítica inventada, isto é, a figura da freira Mariana constrói-se por colagem à personagem do texto das *Cartas* e a partir de uma “lógica inversa relativamente às demais personagens protagonistas de mitos portugueses”, em que a figura ficcional “pré-existe à figura histórica” (10). Pese embora este facto,

será o Estado Novo o momento configurador por excelência da memória mítica de Mariana como forma de promoção da consciência nacional e fervor nacionalista, a par da renovação dos principais mitos pátrios e/ou das tradições heróicas do povo português, cujo objetivo é projectar no exterior a imagem de grandeza nacional.

A personagem Mariana, ficcional e histórica, é objeto de um verdadeiro aproveitamento literário e cultural pelo regime, e a freira portuguesa torna-se parte da memória nacional e coletiva, que foi impondo “à Europa, o amor-Adoração à portuguesa”, para usar a expressão de Afonso Lopes Vieira (11), por isso, merece destaque na Exposição do Mundo Português, em 1940, como “grande amorosa” na galeria das heroínas portuguesas. Aliás, Mariana pode rivalizar em glória e grandeza com os demais heróis portugueses na medida em que “de forma não dissemelhante dos Descobridores *levou por todo o mundo o nome de Portugal*”, como nota Anna Klobucka (12).

Paralelamente a esta produção cultural e literária em torno da história de Mariana e Chamilly, frequentemente manipulada ou como testemunho de uma certa portugalidade, em favor de determinada ideologia política, gera-se um debate académico jamais esgotado, envolvendo as questões da autoria portuguesa (Mariana) ou francesa (Guilleragues) e, por conseguinte, a inclusão da obra numa ou noutra literatura nacional.

De facto, a questão da nacionalidade do autor ou da autora tem sido objeto de acesa celeuma desde a sua publicação, opondo os que defendem a nacionalidade portuguesa, aos que defendem que a obra é o resultado da criação literária francesa. Se as irregularidades de estilo associadas à *verdade* dos sentimentos expressos nas cartas, entendida como própria do génio português, comprovam, para os alcoforadistas, a autenticidade das cartas e, conseqüentemente, a autoria da freira portuguesa, a tese francesa, privilegiando o carácter ficcional, fundamenta-se no ardisso editor que soube antever o sucesso de uma obra e assenta em argumentos e factos apresentados por F. C. Green (1929), F. Deloffre e J. Rougeot (1972).

Ironicamente, é o enigma da autoria das *Lettres* e a história dos amores de Mariana e Chamilly que potenciam e continuam a potenciar novas traduções e outras reescritas literárias até aos dias

de hoje, pelo apelo universal que uma história de amor proibido desperta no público-leitor, e nos autores nacionais e estrangeiros, na medida em que, como observa Filipe Delfim Santos, “cada época precisou da sua Mariana, e cada época teve de a recriar” (13). Aliás, foi precisamente “devido ao prestígio e fama que alcançaram, [que] sofreram sucessivos processos de apropriação, com objetivos tangíveis e contextualizados, em cada época”, inserindo-se “no universo dos mitos da nação, e como tal vão-se replicando no imaginário popular e povoando a literatura e outras formas de expressão cultural”, para usar as palavras de Marta Páscoa (14).

Os amores de Mariana e Chamilly nunca deixaram, pois, de exercer um enorme fascínio, fascínio que perdura até hoje, tanto através da publicação de estudos académicos, edições críticas, como de obras literárias. Vejam-se, a título de exemplo, poemas recentes de Nuno Júdice ou Adília Lopes, a recriação da epistolografia alcoforodiana em *Mariana, Todas as Cartas*, de Cristina Silva (2002), o romance *Mariana, Meu Amor*, de Margarida Rebelo Pinto (2015), ou os estudos de Marta Páscoa, José António Falcão e Filipe Delfim Santos, responsável também este investigador pela última e excelente edição das Cartas, traduzidas em francês e retrovertidas para português por Vítor Amaral Oliveira. Refira-se igualmente a reedição das celebradas *Novas Cartas Portuguesas*, que à figura de Mariana Alcoforado tanto devem, numa altura em que passam 50 anos sobre a sua publicação e sobre a conseqüente condenação das suas três autoras, pelo antigo regime. E lembre-se o Congresso Internacional, realizado em Beja, no ano de 2019, comemorativo dos 350 anos da publicação francesa das *Lettres Portugaises*, durante o qual foi lançado a reedição póstuma de um livro do bejense Leonel Borrela, que faz uma importante compilação de todas as edições e obras inspiradas nas Cartas da freira sua conterrânea. Aí se salienta o contributo do já citado Godofredo Ferreira, cuja expressiva colecção de documentos relativos a Mariana Alcoforado pode ser consultada no arquivo do Museu Regional de Beja.

É este colecionador – funcionário superior dos Correios, Telégrafos e Telefones, autor de importantes trabalhos, entre outros, sobre a mala-posta e a filatelia – quem, já no opúsculo acima referido, faz uma listagem significativa dos poetas “a quem o as-



sunto tem tentado: Afonso Lopes Vieira, Branca da Gonta Colaço, Júlio Brandão, Beatriz Delgado, Fernandes Costa, Noémia Gama Carvalho, João Carlos de Lemos, Bernardo Maia, Pedro Meneses, Nogueira de Brito, Mário de Oliveira, Luís Osório, Fernando Pessoa, Patrocínio Ribeiro, Rodrigues Davim, Sacramento Martins e quantos mais” (15).

Sobressai, sem dúvida, o nome inesperado e improvável de Fernando Pessoa. Na verdade, muitos anos mais tarde, o *Diário da Manhã* (6-2-1960), publica uma «Conversa com Godofredo Ferreira / MARIANA ALCOFORADO vai para o cinema / Depois de haver inspirado dezenas de obras literárias e várias peças e partituras musicais». O entrevistado, apresentado como “a maior autoridade no assunto”, depois de se pronunciar sobre a pertinência do “interessantíssimo projecto” de António Lopes Ribeiro, relembra as obras teatrais de Júlio Dantas e de Rui Chianca, a peça musicada de Ivo Cruz, e dá conhecer um poema inédito de Fernando Pessoa, afirmando que o poeta o escrevera «há uns 30 anos, propositadamente para a [sua] colecção». E o jornal reproduz o poema, um soneto, com o título «Soror Mariana»:

Do abismo onde o Passado dorme e ‘spera  
Qualquer ressurreição desconhecida,  
Inúteis mãos estende para a vida  
Uma sombra, que a morte fez austera.

O amor a ergueu de onde, velado, impera  
O Caos, e a velha Noite indefinida...  
A dor do amor, que quer, e obtém, e olvida  
Sem poder olvidar a dilacera.

Em cela ou claustro ergue as mãos rezando,  
Para que dolorosa imprecação,  
A quem? o gesto de quem ‘stá chorando?

Nada...Só o silêncio e a solidão  
E o claustro abandonado, e o brando  
Frio ao luar, e o meu incerto coração...

O termo *propositadamente*, empregue por Godofredo Ferreira, deve merecer-nos alguma atenção. Em primeiro lugar, significa que Pessoa e Godofredo se terão conhecido. Talvez se tratasse

de um relacionamento de café, ou através de amigos comuns. Pomos até a hipótese de Fernando Pessoa ter consultado o reputado filatelista, com vista a obter informação sobre a colecção de selos que possuía e que, em várias ocasiões, manifestou vontade de vender. Registe-se também, por curiosidade, o facto de Pessoa ter criado como protagonista de uma novela «policiária» inacabada, com o título *O Desaparecimento do Dr. Reis Gomes*, a figura de alguém cuja “única preocupação que tinha, além da sua profissão, era de índole pacata: coleccionava selos, e tinha uma magnífica colecção”. O narrador acrescenta: “Simpatizámos um com o outro, e a descoberta, casualmente feita, de que ambos éramos coleccionadores de selos mais vincou essa espontânea simpatia” (16). Pura coincidência? É possível.

Em segundo lugar, a circunstância de o poema inserto no *Diário da Manhã* ter sido feito *propositadamente* remete-nos para o espólio pessoano, onde encontramos o manuscrito do soneto, com ligeiríssimas diferenças e sem título, o que, aliado ao desconhecimento da sua publicação no jornal em 1960, levou a que fosse considerado inédito, em 2005, na Edição Crítica da poesia ortónima, da responsabilidade de Ivo de Castro. Encontramos igualmente outros testemunhos onde são visíveis as várias tentativas de Pessoa para construir um poema em que Mariana Alcolorado ou a sua sombra estivesse presente. Não parecem restar dúvidas de que Fernando Pessoa se esforçou no sentido de contribuir para a colecção de Godofredo Ferreira. E a data, 29-3-1919, detectável num dos rascunhos (17), permite-nos datar aproximadamente todas as tentativas empreendidas.

Refira-se ainda a existência de um outro poema da mesma época, mais curto, mas completo, cujo manuscrito inclui o título «Soror Mariana» e, como tal, foi editado, pela primeira vez, na mencionada edição crítica de 2005.

Porque a maior vontade é não-querer,  
 Feliz de quem, triunfante de si,  
 Colhe a flor de não dar nem pertencer,  
 E amando só o ser desejado do amor  
 Vê, enquanto a sombra lhe sorri  
 Em suas mãos fanar a inútil flor.

Temos, portanto, não um mas dois poemas de Pessoa em que

Mariana Alcoforado pontua. Não deixa, porém, de ser interessante analisar o modo como um poeta, dito eminentemente cerebral, fala de uma freira excessivamente amorosa. Parece-nos evidente que o acento tónico incide não tanto sobre o estado de paixão, mas sobre a dor da ausência (ou da saudade) e, sobretudo, da extrema solidão de quem está prisioneira numa cela ou claustro. No último verso do soneto, é significativo que Pessoa introduza uma nota pessoal: tudo isso e «o meu incerto coração». Identifica-se, assim, não com uma Mariana (nome nunca mencionado) real, mas com a enorme mágoa que a dilacera, mágoa semelhante, ainda que por motivos diversos, à sua. *Mágoa* é a palavra que Pessoa usa num dos aludidos rascunhos: “Em que crepes de sonho vem envolta? / Nada... Só o claustro ao luar, e, na infinita / Noite, o silêncio, como alguém que fita... / E eu, e as mágoas dela, negra escolta” (18). Feliz, por isso, como diz no segundo poema, é quem — e Ricardo Reis decerto concordaria abdicar de “dar e pertencer” e prescindir de amar, por amar apenas uma ideia, ou seja, “o ser desejado do amor”.

O amor é, para Pessoa, não mais do que um mito. De resto, o amor (forçosamente infeliz, trágico) é, sem dúvida, um dos grandes mitos nacionais. A prova da sua vitalidade está bem evidente no modo como a figura da freira de Beja dele tem sido a mais persistente encarnação, inscrevendo a personagem Mariana na História de Portugal, *malgré elle*.

**Notas:** 1) Manuela Sofia Silva, *As Lettres Portugaises na Literatura portuguesa contemporânea: reescritas*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018, p. 36. 2) Cf. A. Gonçalves Rodrigues, *Mariana Alcoforado, história e crítica de uma fraude literária*, Coimbra Editora, 1944, pp. 81-172. 3) Arlindo Manuel Caldeira, *Mulheres enclausuradas. As ordens religiosas femininas em Portugal nos séculos XVI a XVIII*, Casa das Letras, 2021, p. 219. 4) Ver F. C. Green, «Who was the author of the letters Portugaises?», *Modern Language Review*, vol. 21, n.º 2, April, 1929, pp. 159-157. 5) Godofredo Ferreira, *Soror Mariana Alcoforado morreu há 200 anos: 1723-1923*, Notícia bibliográfica publicada no *Diário de Lisboa* de 28 de Julho de 1923, Lisboa: Pap. Fernandes, 1939, p. 3. 6) *Ibidem*, p. 4. 7) São exemplos de defensores da tese alcoforadista os portugueses Luciano Cordeiro (1891), Jaime Cortesão (1920), José Cerqueira de Vasconcelos (1935), Manuel Ribeiro (1940), Humberto Delgado (1964), António Belard da Fonseca (1966), Leonel Borrela (2007) ou Filipe Delfim Santos (2021). 8) No panorama português, são apologistas da tese ficcional francesa,

autores como António Sardinha (1929), Leonardo Pereira (1941), Alfredo Pimenta (1941) e António Gonçalves Rodrigues (1944). 9) Afonso Lopes Vieira (1941) acredita nesta hipótese. 10) Manuela Sofia Silva, *op. cit.*, p. 53. 11) Afonso Lopes Vieira, *Cartas de Sórora Mariana: Lettres Portugaises*. Essais de reconstitution du texte français par Charles Oulmont, Lisboa: Bertrand, 1941, p. 20. 12) Anna Klobucka, (2006). *Mariana Alcoforado: formação de um mito cultural*. Lisboa: INACM, 2006, p. 123. 13) Introdução à edição de *Cartas portuguesas, traduzidas em francês*, de Mariana Alcoforado, coordenação de Filipe Delfim Santos e retroversão de Vítor Amaral Oliveira, Amadora: Canto Redondo, 2020, p. 10. 14) Marta Páscoa, *As Lettres Portugaises da Biblioteca de D. Manuel II – Coleções e colleccionadores*. Livros de Muitas Cousas, n.º 12, novembro. Fundação Casa de Bragança, 2021, p. 102. 15) *Op. cit.*, p. 9. 16) Fernando Pessoa, *Quaresma, Decifrador – As Novelas Policiárias*, edição de Ana Maria Freitas, Lisboa: Assírio & Alvim, 2008, p. 284. 17) Documento do espólio com a cota E3, 43-18. 18) *Ibidem*.

Mariana Alcoforado  
Desenho de Almerinda Pereira  
2016



## JOÃO PAULO COTRIM (1965-2021)

Quando se chega à minha idade já somos mais os mortos do que os vivos. Os amigos que sobram são aqueles que, por mais novos, consigam prolongar o que somos no que sejam. Encontrei essa amizade generosa em João Paulo Cotrim. Faz-me falta.

*Helder Macedo*



João Paulo Cotrim  
Desenho de Mara Rosa  
2022

Fotografia de Dominique Labaume



## Carlos Loures (1937-2022)

*Manuel Simões*

A biografia de Carlos Loures é a de um resistente que nunca se subtraiu à luta pelas causas sociais e políticas, no sentido mais nobre que pode ter a palavra “política”: nasceu em Lisboa (na pessoana rua dos Douradores) em 1937. Em 1958 passou a fazer parte do grupo surrealista do “Café Gelo”, e em 1959-60 foi um dos coordenadores de *Pirâmide*, revista literária que publicou textos inéditos de Raul Leal, António Maria Lisboa, Mário Cesariny de Vasconcelos, Luiz Pacheco e outros escritores surrealistas ou próximos do movimento surrealista (1). Foi funcionário da RTP de 1960 a 1961 e da Fundação Calouste Gulbenkian de 1962 a 1971. Em 1962, com António Cabral, António Barreto, Eurico Figueiredo, Ascenso Gomes e Eduardo Guerra Carneiro, integrou o *Movimento Setentrião*, de Vila Real, tendo organizado a *Antologia da Poesia Contemporânea de Trás-os-Montes e Alto Douro* (1968), nessa altura já a viver em Tomar, para onde se transferiu em 1963.

Foi nesta cidade que o conheci, era então Carlos Loures encarregado da biblioteca itinerante da Fundação C. Gulbenkian, e a partir daí levámos a cabo muitas iniciativas conjuntas, como ele próprio teve oportunidade de referir: «Em Tomar, onde com Manuel Simões e outros “meliantes” editámos num pachormento semanário local um suplemento cultural com o elucidativo título de *Labareda* [...] que os bombeiros do costume extinguiram [...] Nós passámos logo a outra iniciativa incendiária» (2). O suplemento (13 números, 1963-64) levou-nos à participação activa nos “Encontros de Suplementos e Páginas Culturais da Imprensa Regional”, movimento que depois se alargou à imprensa nacional, embora deles só tenham participado o *Diário Popular* e os escritores Mário Braga, Ferreira de Castro, Mário Sacramento e Manuel Ferreira, este em representação da Sociedade Portuguesa de Escritores. No II destes “Encontros” (1964),

organizado pelo jornal *A Nossa Terra*, de Cascais, onde esteve presente o escritor catalão Fèlix Cucurull, foi decidido criar o boletim *Encontro*, de que apenas saíram dois números: em Fevereiro de 1965 todos os arquivos e material gráfico foram apreendidos pela PIDE e preso um dos coordenadores, precisamente Carlos Loures.

Ainda em Tomar, foi um dos fundadores da colecção *Nova Realidade*, inaugurada com o volume *Cantares* (1966), primeira edição absoluta dos textos das canções de José Afonso, edição que viria a ter depois muitos seguidores, tendo ainda publicado, entre outros títulos, a primeira edição de *O Canto e as Armas*, de Manuel Alegre. E foi um dos coordenadores das antologias poéticas *Hiroxima*, “depoimentos de poetas portugueses sobre o flagelo atómico, no 20.º aniversário de Hiroxima e Nagasáqui” (1967), *Vietname*, “depoimentos de poetas portugueses sobre a agressão norte-americana ao Vietname” (1970), e *Poemabril*, “depoimentos de alguns ‘Capitães de Abril’ e poemas de autores portugueses no X aniversário do 25 de Abril” (1984; 2.ª ed., 1994). Depois da saída de Tomar, foi director executivo de uma conhecida editora internacional (Publicações Alfa) de 1971 a 1995, criando a seguir a editora “Beta-Projectos Editoriais”, da qual mais tarde se desvinculou.

A obra literária de Carlos Loures é plurifacetada e reparte-se por vários géneros, o mais importante dos quais é sem dúvida a poesia, a primeira proposta a ser trabalhada na oficina do escritor, e cuja visibilidade se manifesta com a publicação de *Arcano Solar* (1962), precisamente abrangendo o período declaradamente surrealista do autor. Seguiram-se depois *A Voz e o Sangue* (1967, 2.ª ed. 1968); *A Poesia Deve Ser Feita por Todos* (1970); *O Cárcere e o Prado Luminoso* (1990); e *O Atlas Iluminado. Manual de Poemonáutica* (2013). Já no âmbito da ficção, que se intercala no processo de publicação da sua obra, são de assinalar *Talvez um Grito* (1985); *A Mão Incendiada* (1995); *A Sinfonia da Morte* (2007) sobre o episódio histórico do Regicídio de 1908; *O Xadrez Sem Mestre* (2012); *Arma Carregada de Futuro* (2017); e *A Vida é um Desporto Violento. Subsídios para uma autobiografia verdadeiramente falsa* (2018). A estes interesses há a acrescentar um texto escrito para o teatro, *O Ministério do Amor* (1970).

Se, como se disse, *Arcano Solar* recolhe poemas da aventura



surrealista, a obra sucessiva pode inscrever-se no âmbito do realismo social, denotando uma reflexão profunda sobre a própria função da literatura. Bastaria seguir a sua actividade de crítico de poesia no suplemento do *Jornal de Notícias*, ainda nos anos 60, para se avaliar a evolução ideológica que desencadeou a conhecida polémica entre Carlos Loures e Mário Cesariny de Vasconcelos nas páginas do *Jornal de Letras e Artes*, de Azevedo Martins (1966). Em todo o caso, como refere um leitor seu, «os seus últimos livros, o *Atlas iluminado* (2013), um poema construído por micropoemas que evoluem por idênticos núcleos de significação, e *A vida é um desporto violento* (2017), uma autobiografia dissimulada e repartida por curtas narrativas em prosa, deixam perceber o regresso do seu primeiro imaginário e até dos seus primitivos processos automáticos, mostrando um autor interessado em fazer convergir a sua primeira paixão e a dissidência posterior a favor dos processos realistas de montagem» (3). Condividindo a opinião do crítico, sobretudo em relação a *A vida é um desporto violento*, já escrevi noutra lugar textual: «este livro de memórias, representando embora uma geração, fala-nos de uma situação política para revelar as cicatrizes das experiências. E isto através da ironia e da componente da revolta anárquica, próprias da estética do surrealismo, a confirmar que nós somos o que somos pela soma das memórias» (4). Deve dizer-se, no entanto, que as crónicas/contos deste livro acompanharam o autor desde muito cedo — já as ouvi contar nos anos 60 —, acrescentadas pelas aventuras do «gangue da cidade de província» [Tomar], e foram ficando textos inacabados até à sua publicação em volume (2018). A este propósito, creio ser relevante trazer aqui a posição de Carlos Loures relativamente à sistematização literária que se tem feito entre nós: «contesto o direito de críticos e historiadores literários, à boa maneira dos entomólogos, espetarem alfinetes nas obras, com a classificação lineísta e latina do insecto. Egito Gonçalves e Daniel Filipe, eram surrealistas ou neorrealistas? E Paul Éluard? “Liberté” é um poema surrealista? Não me interessa a resposta a qualquer das perguntas. Daniel Filipe e Egito defenderam as suas utopias com versos distópicos. Ponto final.» (5)

Creio que as vicissitudes da História não alteraram o pensamento de quem, tendo participado activamente, antes e depois

do 25 de Abril, na tentativa de transformação social do país  
actividade paga com o cárcere , não chegou a vislumbrar o  
“prado luminoso”.

**Notas:** 1) O projecto de *Pirâmide* está descrito em Manuel Simões, “Carlos Loures, a *Pirâmide* e o Grupo Surrealista do Café Gelo”, *A Ideia, revista de cultura libertária*, II Série, vol. 16, n.º 71-72, Outono de 2013, pp. 187-189. 2) Segmento do texto lido em 20 de Abril de 2017 na SPA, na apresentação da 2.ª edição de *Dois Povos Ibéricos: Portugal e Catalunha, de Félix Cucurull*, trad. de Carlos Loures. 3) A. Cândido Franco, “Carlos Loures (1937-2022). Do surrealismo ao realismo combativo”, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano XLI, n.º 1339, de 26-1 a 8-2 de 2022, p. 4. 4) Manuel Simões, “O veio surrealista nas histórias picarescas de Carlos Loures”, *As Artes Entre as Letras*, 16-1-2019, p. 12. 5) Carlos Loures, *Arma Carregada de Futuro*, Lisboa, Ed. Colibri, 2017, p. 6.



Carlos Loures  
Desenho de Mara Rosa

2022

carta de amor de um agente funerário,  
«dá-me o meu jazigo, sagra os meus amores»

chuva aparente  
dolo cinzento  
dor envolvente

amor doloroso  
fogo apagado  
olhar insolente  
de um gato pingado  
fugindo do medo  
do amor em segredo

de pistola vazia  
apontada à cabeça  
de uma hidra coxa  
provoca uma ninfa  
rebenta a cabaça  
numa fuga tardia  
que o amor ameaça

longa a dolência  
sob a cor da chuva  
molhando o cabresto  
do cavalo ágil

um garrano do monte  
de garupa frágil  
matou a serpente  
num ghetto enrolada  
como búzio escondido  
na porta da entrada

de raquete partida

jogou sem ganhar  
o oiro do dia  
mas ganhou a rimar  
uma bala perdida  
no campo de ténis  
da quinta da tia

de tanta tristeza  
este amor tão doce  
adoça o licor  
já de si tão doce

**fado falado atribuído a Florinda  
Brites (na Póvoa de Varzim)**

Berra um padeiro  
em cama de ferro  
destrói um sobreiro  
franze o sobrolho

corrompe um ficheiro  
do cego do maio  
a polir a galé  
com óleo de cedro,  
mas fá-lo por fé

a mãe paralítica  
do corpo inteiro  
canta o refrão  
da porca política  
do Bordalo Pinheiro

e o vigário de Cristo  
numa igreja sem santo  
na boa-vai-ela  
desata num pranto

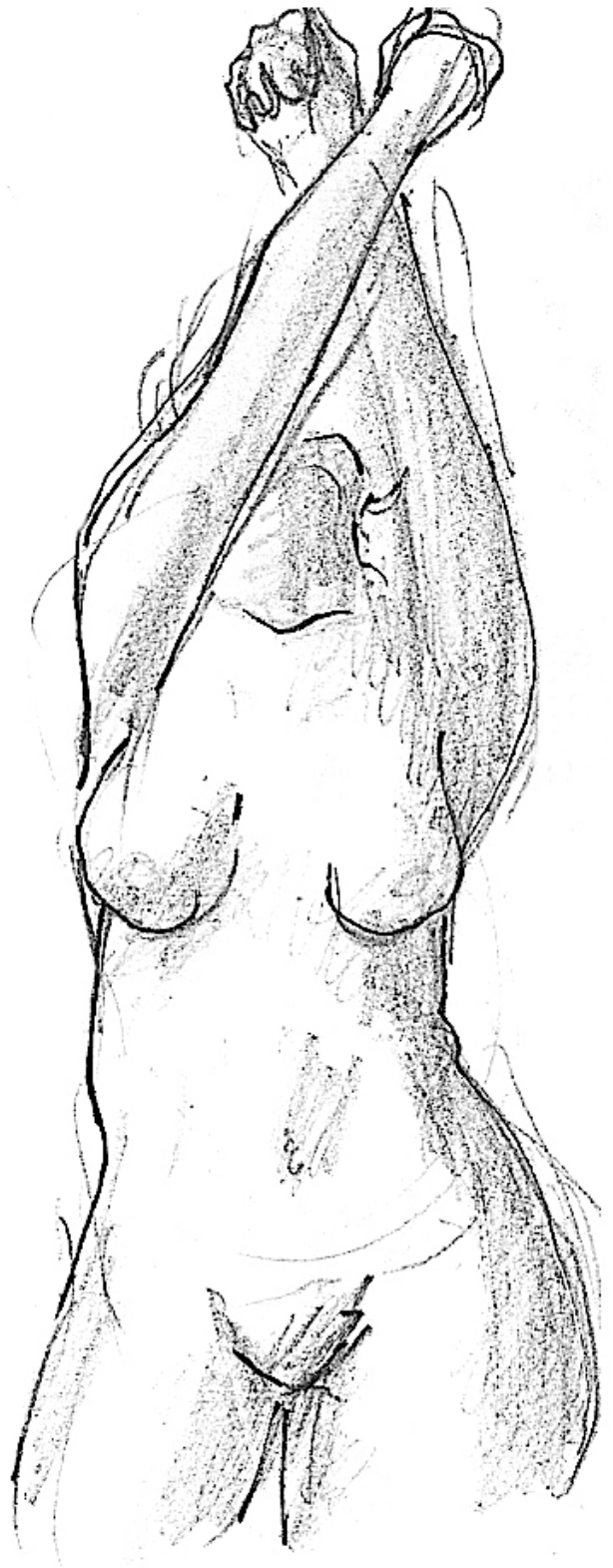
e o padeiro  
por amor ao povo  
cavou uma leira  
(que grande sacana  
disfarçado de bobo  
na orla costeira)

por amor à moçoila  
que o traz à trela  
faz-se de parvo  
(um vigarista  
com vinho no tarro  
de rabo à janela)

olhou-a nos olhos  
olhou-a no ventre  
mordiscou-lhe o seio  
e com ar insolente  
malhou o centeio

era um penitente  
de flor na lapela  
olhando a lua

como um presidente  
de sentença pendente  
dos provérbios de rua





Fotografía de Maria João Vasconcelos

O sexo ais  
O sexo pais  
Ao sexo vais  
Do sexo sais  
No sexo entras  
No sexo te centras  
Do sexo ventres  
Do sexo rebentes

O sexo a girar  
O sexo a sugar  
O sexo a sentir  
O sexo a descobrir  
O sexo a ventilar  
O sexo a delirar  
O sexo a desidratar  
O sexo na potência  
O sexo na essência  
O sexo na ausência  
O sexo na pertinência

Sexo ais  
Sexo vais  
Sexo cais  
Sexo pimba  
Do sexo vinda  
Pelo sexo murmuro  
Pelo sexo sussurro  
Pelo sexo um murro  
Pelo sexo gratuito

Pelo sexo um grito

Sexo ais  
Sexo vens  
Sexo ficas  
Sexo imitas  
Sexo irritas

Sexo ais  
Sexo não vais  
Sexo para que te  
quero  
Sexo que te venero  
Vais  
Ais  
Is  
S  
Serpenteante  
O sexo

| o sexo ais |

poema de

*Ana Rita Fialho*



Picotea  
desenho de Susana Wald



# Surrealismo e Sexualidade

[erotismo, interdito, perversão, poesia, imagem e representação]

*António Cândido Franco*

*à memória de José Gabriel Pereira Bastos*

Não é por certo no domínio da arte, menos ainda no da política, que encontramos o que distingue o surrealismo. Apresentar o surrealismo como um movimento artístico, centrado numa técnica inovadora, que deu lugar a uma poderosa renovação poética e plástica no século XX, pode ser a forma com que alguns ensaístas gostam de o vulgarizar, mas é também passar ao lado do que nele, sendo só dele, justifica essa inovação exterior. Uma coisa são as manifestações dum movimento, evidentes e ostensivas, outra os seus processos íntimos, em geral reservados e discretos, outra ainda as suas causas remotas. Estas são quase sempre invisíveis em vários relances.

A questão sexual parece ser o ponto da diferenciação surrealista. Não há surrealismo sem atenção à sexualidade. Podemos mesmo apontar para uma noção de surrealismo em que este surge como *sexualização* de tudo — natureza, objectos, fenómenos. Encarado o movimento deste ponto de vista, como erotização total da vida, muitas das suas manifestações no domínio da imagem e da palavra — da pintura à escultura, do cinema ao desenho e à poesia — tornam-se muito mais compreensíveis.

Antes mesmo da existência do movimento, por volta de 1916, já o seu fundador, André Breton, com 20 anos, se interessava pela psicanálise e pelo método freudiano, que conheceu através de traduções francesas no quadro da sua actividade de auxiliar médico nos hospitais da primeira Grande Guerra. Pouco depois, quando estava em curso a publicação da revista *Littérature*, em Outubro de 1921, Breton foi a Viena encontrar-se com Freud e mais tarde no início da década seguinte, quando o surrealismo era já um facto, trocou com ele correspondência postal a propósito da análise onírica que desenvolve no seu livro *Les vases communicants* (1932) e que foi integrada como apêndice na reedição desse livro (1955), onde figura até hoje.

A construção da psicanálise foi um processo demorado que

ocupou parte importante da vida do seu criador. Ainda à hora da morte, em 1939, ele tinha em mãos o *Abriss der psychoanalyse* [Sumário de psicanálise], que ficou incompleto e que a coberto duma síntese final das suas ideias, dando a ver de forma axial os grandes eixos do seu pensamento, apresenta afinal novos desenvolvimentos no que diz respeito a questões tão decisivas como o “eu” ou a técnica terapêutica psicanalítica. Aspectos significativos embora discutíveis e nada consensuais do ponto de vista da própria psicanálise, como a versão final da teoria das pulsões, só foram elaborados muito tardiamente por Freud, já no início da década de 20.

Noção constitutiva da psicanálise, a pulsão é vista desde muito cedo como a carga energética que está na origem da actividade motora do organismo humano e do funcionamento da parte não consciente do psiquismo adulto. Com afinidade ao instinto animal, mas com especificidade cultural, a pulsão é aquele lastro original que existe na alma humana no momento virgem do nascimento: o desejo de respirar, de comer, de beber, mas também de sentir prazer. Todas estas micro pulsões diferenciadas, todos estes impulsos e respectivos processos físicos, convergem numa pulsão mais geral, que visa a conservação e o desenvolvimento da vida num meio favorável, obtendo o máximo de satisfação com o mínimo de esforço.

Teorizados logo no período inicial da formação da teoria psicanalítica, entre o final do século XIX e o início do século XX, este feixe de impulsos vitais, antes de mais sob a coordenação da procura do prazer e da satisfação, foi designado por Freud como pulsão de Eros (assim a designa no *sumário* final de 1939 já atrás referido). Desde os seus inícios que esta pulsão geral *erótica* era vista em estreita ligação com a *líbido*, enquanto corrente energética que se encontra à disposição dos impulsos vitais na zona original e virgem do psiquismo humano. Como forma de concretizar os impulsos da pulsão erótica, a *líbido* colocou desde muito cedo, além da questão do narcisismo primário de qualquer ser humano, o problema da existência duma sexualidade infantil, feita fora do âmbito genital, mas com uma importância decisiva na formação posterior da sexualidade adulta. Sem embargo das pulsões sexuais infantis não decalcarem por inteiro a satisfação das necessidades primárias, há um momento em que

as duas, pulsões de autoconservação e pulsões sexuais, recorrem aos mesmos investimentos da libido. Se a libido estatui a autoconservação ela concretiza também o prazer que se lhe associa. São duas faces distintas, embora da mesma coisa. É nessa zona de procura e de obtenção de prazer que se forma a sexualidade infantil ou o erotismo original de cada ser humano.

O que esta primeira manifestação das pulsões sexuais tem de singular e de interessante é ser feita em absoluta liberdade na ausência de qualquer censura. O psiquismo da criança não está nesse momento modelado pela sociedade e pelos seus instrumentos — família, escola, religião, meios e redes de comunicação — e apresenta um estado original de virgindade. O seu edifício psíquico é constituído em exclusivo pelos instintos básicos — pelas pulsões instintivas elementares, centradas na autoconservação e no prazer. Sem possuir ainda uma verdadeira consciência da sua diferenciação do mundo, e sobretudo sem ter ainda interiorizado um conjunto de valores sociais que têm por função inibir comportamentos, a criança pode entregar-se na máxima liberdade a concretizar as suas pulsões de procura de prazer erótico, pondo em circulação a libido. Retira desse modo um prazer dos próprios actos basilares a que os instintos de autoconservação o obrigam e que constituem nessa fase todo o sentido e todo o investimento da sua vida — alimentar-se.

Gestos tão elementares e recorrentes no recém-nascido como chupar com a boca ou abrir e fechar o ânus não têm apenas um carácter fisiológico. Daí que as duas pulsões — a de autoconservação e a sexual como procura de prazer — recorram em certos momentos da primeira infância aos mesmos investimentos e se pareçam quase confundir uma à outra. Na verdade gestos como chupar, sentir o ânus, brincar com os excrementos e prestar atenção ao órgão genital, e que estão associados à cadeia trófica, são mais do que uma necessidade física — já representam também uma procura e uma obtenção de prazer em si. São eles que põem pela primeira vez a circular a libido sexual, dando vazão à pulsão erótica como concretização autónoma do prazer.

A esta primeira realização do prazer chamou Freud “sexualidade infantil”, atribuindo-lhe na constituição do ser humano uma importância crucial. Essa sexualidade funciona como um primeiro grande reservatório de experiências de prazer erótico.

O facto dessas primeiras experiências não conhecerem mecanismos inibitórios, sendo feitas com a máxima liberdade, só reforça a sua importância. O que isto quer dizer é que cada ser humano, independentemente do que irá viver em termos sexuais na idade genital adulta, viveu num dado momento original da sua vida uma vida sexual diversificada, em que todo o seu corpo — em três pontos nevrálgicos, boca, ânus e órgão genital (este a nível fantasmático), e três momentos marcantes, fase oral, fase anal, fase fálica — se tornou sujeito de prazer. Uma tal riqueza da sexualidade infantil, que levou Freud a falar na polimorfia da vida sexual infantil, mas também na sua perversão, entende-se antes de mais pela livre circulação da libido original, que pode manifestar e cumprir de forma integral sem qualquer entrave significativo o seu principal fim — a obtenção máxima de satisfação. Uma liberdade assim desmedida para a libido sexual e para a procura de prazer só acontece na nossa vida nesse momento único da primeira infância.

A noção de perversão que acima referimos a propósito da organização da sexualidade infantil exige esclarecimento. Freud usa-a logo nos ensaios de 1905 [*Três ensaios sobre a teoria sexual*], recuperando-a da sexologia médica e da psiquiatria anterior. A noção de perversão surge nesse vasto campo médico anterior como um comportamento sexual desviante da norma em curso. No quadro da sexologia oitocentista ocidental, a norma é vista como a heterossexualidade entre adultos voltada para a reprodução da espécie. Tudo o que escape a esse quadro é encarado como aberração e condenado. São inúmeros os comportamentos sexuais desviantes classificados e estudados pela sexologia psiquiátrica oitocentista: incesto, pederastia, pedofilia, fetichismo, zoofilia, homossexualidade, sadomasoquismo, travestismo, coprofilia, necrofilia, exibicionismo, voyeurismo, masturbação, mutilações sexuais, entre outras.

A perversão como comportamento desviante implica uma norma sexual de referência, o que a torna eminentemente cultural e sempre relativa a um tipo instituído de valores. Embora certas proibições sejam há muitos séculos quase universais, como a do incesto, e por vezes se aponte para um universalismo da norma, com direitos e obrigações que todos devem respeitar, os comportamentos sexuais e os interditos que lhe dizem res-

peito variam muito consoante a época e o local. O que passa por ser aceitável do ponto de vista sexual entre certos povos ditos “civilizados”, como a homossexualidade, a pedofilia e a mutilação genital, é recriminado e criminalizado noutros. Elogiada na Grécia clássica como forma superior de amor, a homossexualidade foi classificada pela ciência ocidental oitocentista como tara degenerativa e doença grave que nos casos mais severos chegava a ser dada por incurável e nos mais benignos como susceptível de tratamento e reversão. O mesmo se passa com a pederastia e a pedofilia que eram práticas comuns na Grécia clássica.

O facto dos valores culturais mudarem consoante o lugar e o tempo faz ainda que a perversão só possa ser concebida no seio das sociedades humanas, as únicas que criam e impõem normas culturais de convivência. As sociedades animais, mesmo as mais evoluídas, com espécies que nos são próximas, desconhecem a aberração sexual e vivem uma sexualidade sem qualquer restrição, que depende apenas do investimento da energia instintiva e não de qualquer norma orientadora. Essas sociedades vivem uma sexualidade sem interditos e sem normas, orientada apenas para a procura imediata da satisfação. Esta ausência de perversão pode ter um paralelo de comparação naquilo que o ser humano vive no estádio da primeira infância, no momento em que o “eu” está em formação e não existe nenhuma instância psíquica que iniba certos comportamentos, servindo de escudo ou de barreira às pulsões que têm por finalidade a obtenção de prazer. Também aí a libido erótica se manifesta com uma liberdade absoluta.

O que a psicanálise trouxe de novo ao entendimento da perversão foi fazê-la derivar da polimorfia da vida sexual infantil. Na segunda parte dos ensaios de 1905, Freud chama à criança o “perverso polimorfo”, dando a perceber que ela, a criança, se entrega a todos os jogos possíveis na obtenção do prazer. Não há lei nem interdito que inibam a sua procura de satisfação. Todos os objectos e todos os meios são por ela usados e postos ao serviço da única finalidade que dá saída a uma das suas pulsões elementares: obter prazer. Este entendimento da perversão como um facto natural que todo o ser humano vive na sua primeira infância desfez a ideia anterior que vinha da sexologia psiquiá-

trica de que a larga maioria dos seres humanos desconhecia estruturalmente os comportamentos sexuais desviantes e só uma minoria de “degenerados” se entregava a eles. Foi uma revolução mental significativa, que implicou um outro ponto de vista sobre as chamadas aberrações sexuais e uma muito maior tolerância para com elas. Algumas, como a sodomia, o safismo e o travestismo, puderam mesmo progressivamente, embora com esforço e não sem luta, ser reabilitadas como comportamentos sexuais aceitáveis, ao menos nas sociedades do Ocidente.

Como quer que seja, o enfoque psicanalítico sobre a perversão, colocando a ênfase nas experiências eróticas da primeira infância, veio alertar para a importância do processo de criação interior de instâncias inibidoras que impedem que as primeiras experimentações no domínio do prazer se possam consolidar e desenvolver. Estas instâncias, que Freud baptizou com o nome de super-ego [über-ich], são o resultado dos esforços convergentes dum conjunto de instituições sociais, família, escola, religião, meios de comunicação e outros, que têm por finalidade “educar” um “eu” ainda demasiado “selvagem”, ao serviço exclusivo das pulsões originais que visam a autoconservação e o prazer. É o super-ego que vai desviar o “eu” da criança das pulsões interiores essenciais, voltando-o para os valores sociais vigentes exteriores e obrigando-o a interiorizar os vários interditos de natureza sexual. É um processo demorado e difícil, que começa cedo, logo na baixa infância, e se desenvolve ao longo de vários anos, até pelo menos aos 5 anos da criança. É nesta fase que se “arruma” a questão do incesto e se interiorizam em definitivo as exigências morais do super-ego, que se torna aquela parte do “eu” que tem por missão vigiar, inibir, contrariar e reprimir os conteúdos pulsionais originais contrários às normas exteriores. A maior e a mais dolorosa luta trava-se em torno da atracção parental, com a formação do complexo de Édipo e de Electra, já que os pais e em especial a mãe foram os primeiros centros de prazer do “eu” e também, numa fase posterior, a fálica, imediatamente anterior às inibições definitivas, os objectos por excelência das suas primeiras projecções fantasmáticas.

A formação e a consolidação desta instância repressora do “eu” impõem uma amnésia das anteriores experiências e um período de latência da vida sexual, que dura até ao início da adolescên-



*elegia carnívora*  
desenho de Luis Manuel Gaspar  
1990

cia, momento que se inicia a derradeira fase da função sexual a genital. Nesta época, a da puberdade, vários caminhos se apresentam à sexualidade do ser humano. Ou as tendências anteriores persistem, dando lugar àquilo que a criminologia nos apresenta ainda hoje como seres aberrantes e monstruosos, ou essas tendências desaparecem e a sexualidade se domestica, normalizando-se de acordo com as normas instituídas. Estes dois casos extremos — a persistência de todas as inclinações anteriores ou a sua rejeição absoluta — podem ter alguma gradação entre si, dando origem a híbridos como a persistência limitada de certas tendências anteriores ou a sua metamorfose, levando a investimentos distintos e alternativos.

Deixando de lado as situações intermédias, temos no primeiro caso — o da persistência das experiências anteriores — o exemplo duma instância de autovigilância fraca que não impõe ao “eu” inibições no campo dos comportamentos sexuais. A amnésia das experiências anteriores não se deu e mesmo que tenha havido um período de latência sexual foi possível recuperar na puberdade os seus conteúdos para lhes dar um novo e mais largo quadro. Assim, só para dar dois breves exemplos, o sadomasoquismo da idade adulta é a evolução de gestos tão elementares e vulgares do recém-nascido como morder e retirar daí satisfação, enquanto que a coprofilia dá continuidade a uma acção que todo o bebé conhece — o gosto de mexer em fezes e brincar com elas. Dito de outro modo, todas as perversões sexuais da idade adulta têm um momento embrionário numa manifestação infantil anterior.

No segundo caso, o do absoluto abandono na idade adulta das tendências sexuais infantis, trocadas por uma sexualidade em função da reprodução da espécie, temos a situação contrária, com uma instância inibidora forte e muito eficaz. O “eu” mostra uma total adaptação às regras sociais exteriores e nenhum interesse por aquelas primeiras experiências de prazer que sentiu na funda infância. A amnésia foi total e o “eu” não só é incapaz de identificar essas experiências anteriores como suas como sente a máxima aversão por elas. Com a libido canalizada para a reprodução da espécie, ele encarna agora a instância inibidora e fala em exclusivo em nome dela.



Percebe-se neste processo a importância da formação da instância capaz de retrair o “eu” diante de certos comportamentos sexuais – o super-ego. É ele que interioriza as regras, as normas, os princípios, os ideais, as proibições que uma dada sociedade ritualiza e pretende perpetuar ao longo da cadeia das gerações. É do super-ego que depende assim a socialização de cada ser humano. Nesse sentido, é fácil entender essa instância inibidora como a herança social exterior que o “eu” interioriza através da apropriação assimiladora dos interditos morais. Esta assimilação não é porém tão fácil como se possa pensar. A criança tem de abdicar de todo um conjunto de experimentações anteriores, que lhe proporcionaram prazer e às quais tem desejo de regressar. É por isso que se trata dum processo moroso e difícil, que mesmo numa fase tão precoce e tão maleável da existência implica vários anos de aquisição, a que se segue um período não menos longo de latência e de amnésia, que vai até ao início da puberdade e ao surgimento da fase inicial do estágio sexual adulto. A luta interior entre as exigências pulsionais do “eu”, traduzidas na satisfação das primeiras experiências e no desejo de as repetir, e as novas exigências sociais e morais que a instância inibidora impõe ao “eu”, pedindo que este deixe de lado as velhas experiências do prazer, não se faz sem dilaceramento. Para as reclamações morais exteriores se poderem impor às exigências do desejo é necessário um processo de recalçamento que atira para zonas afastadas e não lembradas do “eu” os conteúdos sexuais incómodos. Esse recalçamento equivale a uma repressão interior, que implica sempre algum custo. Mesmo esquecidos, mesmo recalçados em pontos afastados do psiquismo, esses conteúdos permanecem, não morrem, continuam vivos e activos, embora se manifestem raramente à nossa consciência de forma clara, transparente, imediata. O esforço inicial que foi feito no momento da luta entre as exigências do desejo e as imposições inibidoras, se bem que abrande a partir de certo momento, nunca se desvanece por completo e o super-ego está obrigado a uma vigilância e a um diálogo permanente, de grande tensão e desafio, com os conteúdos sexuais recalçados. Uma tal conversa processa-se na sombra, nas traseiras do ser, longe da consciência, exigindo um esforço constante, que nunca desaparece, dando lugar a cansaços e perturbações e em certos casos a

desesperos, desequilíbrios, traumas e dolorosas feridas psíquicas. É no processo de formação e consolidação do super-ego que se formam e se desenvolvem as marcas patogênicas da personalidade humana. Trocar a rica e diversificada experiência sexual original, vivenciada em liberdade absoluta na primeira infância, por um terreno erodido e asséptico, que os interditos esterilizaram, substituir a polimorfia original das experiências sexuais por um único comportamento aceitável, a heterossexualidade, não produz de forma obrigatória um ser insatisfeito, revoltado, psicologicamente magoado, mas cria as circunstâncias favoráveis para que em muitos ou em alguns casos isso possa acontecer.

A proliferação do mal-estar interior e das doenças mentais é fruto dos desajustamentos de personalidade que se produzem nas várias etapas do processo de recalçamento da variada sexualidade infantil. A erosão interior do erotismo que a formação da instância inibidora põe em jogo equivale a um depauperamento do meio ecológico psíquico. Se a erosão do meio ecológico físico produz um empobrecimento da flora e da fauna e em última visão uma desertificação fatal da vida e se a erosão do meio ecológico social, quebrando os laços de solidariedade, produz o enfraquecimento da sociedade humana e em última instância o seu deperimento, também a quebra das subjectividades interiores sexuais, o modo como a polimorfia é vivida na funda infância e depois reprimida pelos valores morais, cria no “eu” uma surpresa desagradável e dolorosa, que se traduz num mal-estar interior indefinido, que em derradeiro patamar se transforma num perigoso desequilíbrio mental. Grande parte do sofrimento interior dos dias de hoje, isso que apelidamos de depressões, têm a sua determinação primária neste ponto original do primeiro mal-estar que o “eu” sentiu quando se viu compelido pelas solicitações morais do exterior a inibir o desejo e a reverter os investimentos da libido. Ninguém se liberta facilmente das suas primeiras desilusões e angústias.

Com a parafernália que se lhe associa (propriedade, trabalho, apropriação, mercadoria, governo, família, militarização), a civilização estruturou-se pela repressão da função sexual, sobretudo na vigilância e no combate ao incesto, praticado livremente no curso dum demorado momento da evolução da humanidade. A espécie humana tem vários milhões de anos, ao passo que o in-

terdito do incesto remonta à formação dos primeiros núcleos estatais agrários, assentes no trabalho escravo, três a quatro mil anos a. C., ou no máximo aos núcleos iniciais de sedentarização, nove a dez mil anos a.C., com a domesticação de animais. A prática do incesto era ainda tão comum na Grécia clássica, de Péricles, tão próxima de nós, que foi preciso Sófocles e o teatro trágico da época moralizarem a sua prática através dos horrores de Édipo e de Jocasta. A repressão do incesto foi decisiva à modelação duma espécie humana nova, adaptada ao trabalho físico intensivo, praticando tarefas incomparavelmente mais duras e demoradas do que aquelas que a humanidade conheceu no longo período anterior de nomadismo, em que vivia da colecta, da caça e da agricultura efémera, itinerante e ritualística, desconhecendo a escravatura. A apropriação do excedente agrário, essencial ao desenvolvimento da monumentalidade civilizacional, exigiu um ser humano diferenciado, com uma capacidade de resistência ao trabalho obrigatório, que só uma eugenia natural, pondo termo à endogamia familiar, estava em condições de modelar. Um escravo, e grande percentagem da população duma cidade-Estado tinha essa condição, começava a trabalhar nos campos, nas minas ou na construção dos grandes monumentos palatinos em criança e terminava essa carreira no momento em que morria. À imagem do que acontece na evolução de cada ser particular, também aqui, na evolução da espécie, se pode dizer que o ser humano foi mais feliz, ou pelo menos mais despreocupado, no momento da sua infância original, antes da sedentarização e da civilização, no período da pré-história, quando se entregou livremente às suas pulsões eróticas, do que na fase posterior em que as circunstâncias sociais, exigindo dele uma dedicação exclusiva ao trabalho e uma rentabilidade física máxima, o forçaram a inibir comportamentos e a recalcar inclinações, deixando de lado práticas sexuais, como o incesto, que estavam a começar a ser taxadas de condenáveis e criminosas.

É o momento de falar agora das situações intermédias que deixámos suspensas atrás. Recorde-se que os dois extremos que referimos a propósito da passagem da sexualidade infantil para a sexualidade genital da puberdade e da idade adulta são os seguintes: dum lado, a persistência das tendências sexuais da primeira infância, dando lugar na idade adulta a seres com práticas

perversas, e do outro o desaparecimento das primeiras inclinações, com seres em que a sexualidade adulta concorda com as normas instituídas. Entre estes dois pontos absolutos temos duas situações intermédias conhecidas, embora a primeira seja mais alteração que gradação: ou a polimorfia da sexualidade infantil se metamorfoseia, levando a investimentos alternativos, ou aspectos dessa polimorfia persistem, integrando-se na sexualidade adulta normativa.

No primeiro caso estamos diante dum processo de sublimação, em que as propriedades da primeira substância se modificam, sendo postas ao serviço de outros investimentos e causas. Uma parte significativa, embora pouco visível, daquilo que chamamos civilização foi construída à sombra deste processo. O trabalho escravo e assalariado, sendo a parcela mais visível do processo civilizacional, inibiu a polimorfia sexual em função do trabalho e da sua máxima intensificação física. Mais do que um processo de sublimação, operou-se aí um processo de repressão e coagulação das tendências sexuais anteriores. A sublimação opera por um mecanismo diferente, em que a satisfação inicial permanece, sem embargo do investimento da libido incidir sobre outros motivos que não os da sexualidade original. Não se trata de estrangulamento, como sucede com o trabalho escravo e assalariado, mas de metamorfose. Estão neste caso certas manifestações espirituais como a de Teresa de Ávila e outras similares, em que o prazer atinge um grau inusitado, dando continuidade ao que foi sentido nas experiências eróticas da primeira infância. Este prazer sentido na idade adulta é obtido fora do âmbito de qualquer sexualidade genital. Estão ainda nesse mesmo campo certas descobertas intelectuais que proporcionam ao sujeito, no decorrer do processo de invenção, o mesmo tipo de satisfação que as primeiras pulsões da sexualidade infantil. É nesse sentido que se pode dizer que as aquisições e os avanços da civilização são fruto ou da repressão da função sexual, isto quando o sujeito troca o prazer pelo trabalho antipático, feito com dor, ou da sua sublimação, quando a canalização da libido sexual para as operações do intelecto e do espírito obtém da sua actividade mental e interior uma altíssima e compensadora satisfação.

O segundo caso — o da persistência na idade adulta de certas tendências limitadas da sexualidade infantil — também merece

comentário. Já vimos que o entendimento da sexualidade depois da publicação do livro de 1905 de Freud entrou numa fase distinta, de maior abertura e tolerância. Se as perversões sexuais eram vistas à luz das teorias da sexologia psiquiátrica como degenerações incuráveis, que necessitavam de criminalização e de encarceramento, passaram depois a ser vistas como meras doenças curáveis pela terapia psicanalítica. Mais importante foi porventura a ideia de que as perversões sexuais não diziam respeito só a uma pequeníssima minoria de seres humanos, que deviam ser isolados e até em última visão eliminados, mas a todos os seres. Todo e qualquer ser humano tinha na primeira infância um contacto directo com as formas originais das perversões, todos se entregavam a elas. A evolução e a diversificação da psicanálise, os trabalhos de Wilhem Reich, Otto Gross, Marcuse, Fromm, Lacan e outros alargaram a abertura mental de alguns grupos onde as suas obras eram lidas e comentadas, contribuindo para uma progressiva desculpabilização das perversões, que pouco a pouco foram sendo integradas nos comportamentos da sexualidade socialmente aceite, levando até à sua despenalização na lei e à sua descriminalização — assim sucedeu com a homossexualidade. Quando chegámos à segunda metade da década de 60 do século passado esse movimento de reabilitação das sexualidades desviantes estava no auge — e em múltiplas frentes. Só nessa década a obra do marquês de Sade pôde ser editada em França à luz do dia, sem censuras nem processos, sem multas nem condicionantes editoriais de qualquer espécie. Foi também nessa altura que a homossexualidade foi descriminalizada e se desenhou em França e no resto da Europa um movimento, aliás bem recebido por parte do escol social, tendente a rever a idade do consentimento sexual na adolescência, considerada exageradamente alta, em geral 15 ou 16 anos, tendo em atenção que a última fase da sexualidade humana, a genital, surge no início da puberdade, por volta dos 11 ou 12 anos, existindo um intervalo demasiado grande entre o arranque da sexualidade genital e o momento do seu consentimento.

Esta situação que aqui comentamos — uma via híbrida que faz coexistir a sexualidade normalizada por interditos e repressões interiores e os comportamentos sexuais desviantes — revela-se do maior interesse para um equilíbrio mais satisfatório do ser hu-



mano, libertando-o de exigências e de responsabilidades demasiado severas e pesadas, que em nada contribuem para a sua harmonia e o seu bem-estar. Só se pode hoje lamentar que esta evolução tão promissora ao longo do século XX e que tão bons resultados deu no início da segunda metade desse século, aligeirando o peso dos interditos milenares e contribuindo para uma maior descompressão social e psíquica, tenha entrado em regressão nas mentalidades e nos comportamentos na parte final do século, que assistiu ao regresso da incompreensão para com a natureza e as exigências da libido. O aparecimento massivo do Vírus de Imunodeficiência Adquirida (VIH) na década de 80 do século passado criou as condições necessárias, involuntárias ou não, para uma crítica radical dos avanços antes olvidados no domínio sexual, abrindo terreno para a vaga de regressão que se iniciou logo na década seguinte, com uma opinião pública mais adversa ao aligeirar dos interditos sexuais e cada vez mais favorável à criminalização, vaga essa que se instalou de forma crescente até aos dias de hoje. Movimentos como o LGBTQI podem dar na aparência a impressão duma hétero-normalidade nas nossas sociedades mas não chegam para esconder os graves problemas que no domínio da norma sexual elas, as nossas sociedades, atravessam. Pelo contrário o que a sua institucionalização tem de perfunctório e folclórico é um sintoma revelador do seu esvaziamento e da gravidade que os envolve.

Foi assim que do importante movimento anterior tendente a rever a idade do consentimento sexual na adolescência nada sobrou a não ser a palavra “pedófilo” e “pedofilia” como sinónimo de monstro criminoso. A única associação que sobreviveu no mundo inteiro neste campo, o da defesa da revisão jurídica da idade legal para o consentimento sexual, a californiana NAMBLA (North American Man/Boy Love Association), outrora uma poderosa associação com enorme capacidade de mobilização social e cultural, que teve em Allen Ginsberg um dos seus promotores e activistas, está hoje reduzida a um site informático, que sobrevive em condições precárias, sendo previsível para breve o seu fim. Com o assentimento de parte da opinião pública, tem-se pedido em vários países a reintrodução da pena de morte para estes casos ou no mínimo a castração química dos prevaricadores. Num país como Portugal um adulto que tenha uma liga-

ção erótica com um rapaz ou uma rapariga de 15 anos, em plena posse das suas faculdades físicas, e que se limite a trocar com ele/ela alguns beijos, pode estar em breve sujeito não só às pesadas penas actuais de prisão, mas a condenações tão desmedidamente exageradas que fazem com que a pena possa ser muito mais “criminosa” do que o próprio crime que pretende expiar. Um movimento de alerta, vigilância e punição como o MeToo, que começou há cerca de 20 anos e não tem parado de crescer, incentivando até os homossexuais a adoptar a sua lógica, enfileira na mesma linha de “criminalização” da actividade sexual. Actos pacíficos, ternos, amorosos, como cortejar e seduzir, são denunciados como inaceitáveis violências, aparecendo classificados dentro duma cultura de violação. Sem incómodo de ninguém, este movimento contra o “assédio” e os “abusos sexuais” tem dado lugar a uma caça às bruxas, que os meios de comunicação incentivam e as redes sociais alargam, com verdadeiros linchamentos públicos de figuras conhecidas.

Estes sinais de repressão da sexualidade, estas manifestações de regressão conservadora em relação à situação que se vivia nas sociedades ocidentais nas décadas de 60 e 70 do século passado, não são bons indícios. A repressão da função sexual implica sempre ou um investimento desmedido por coacção exterior no trabalho físico penoso, como sucedeu nos primeiros Estados agrários com o trabalho escravo, e hoje sucede na falta das mais elementares regalias sociais dos precários, sempre mais numerosos, ou um investimento voluntário em tarefas sublimes que satisfazem o “eu”, mas que são muitíssimo raras. Se bem que determinantes, experiências de furor erótico como a de Teresa de Ávila, descobertas geniais como as de Leonardo de Vinci, Newton e Einstein, ou grandes obras criativas como as de Dante, Camões, Cervantes, Velázquez e Dickens, são invulgares, excepcionais, e não podem servir de padrão geral para resolver o problema da sexualidade humana. Só uma maior abertura e tolerância em relação à sexualidade, uma melhor compreensão e conhecimento do que está em jogo nas pulsões sexuais, pode ajudar o ser humano a encontrar um equilíbrio e um bem-estar, capaz de compatibilizar as exigências morais e desejo. É preciso enriquecer a norma padrão da sexualidade humana, como aconteceu ao longo do século XX, de modo a que não seja necessário



sacrificar o desejo à imposição exterior, como parece estar hoje de novo a suceder.

A repressão da pulsão sexual não leva apenas a uma insatisfação pessoal, com as angústias do desequilíbrio mental — leva também a um efeito colateral, de grupo, que está na origem de perigosos movimentos de massas. Reich viu no fascismo não tanto o produto duma situação económica, ou duma resposta de classe, mas a consequência duma insatisfação sexual generalizada, que levava uma comunidade a aceitar um condutor e a subjugar-se a um chefe numa lógica de hierarquização vertical. Os poderosos laços que unem o grupo ao chefe são fruto do investimento da energia que alimenta a pulsão erótica. Sem canais adequados para se implicar na sexualidade, a libido encontra uma compensação desviante no grupo, no “culto da personalidade”, na idolatria, no ódio aos estranhos, na retórica da hostilidade contra os que põem em causa os valores da coesão colectiva. A actual guerra no Leste da Europa, a corrida ao armamento e à militarização das sociedades, os pesados orçamentos de defesa, a retórica contra o inimigo, os discursos a favor da guerra e da coesão dos blocos, o expansionismo de cada um deles e a sua euforia, a diabolização do inimigo, a intransigência diante de qualquer cedência, o fechamento das fronteiras podem ter a sua justificação numa má sublimação da pulsão sexual. Este desequilíbrio da libido sexual não surpreende em sociedades que nos últimos 30 anos têm assistido a um regresso do puritanismo e a uma histeria de linchamentos públicos por motivos sexuais que parecia já superada pelos avanços culturais que decorreram da obra de Freud e dos seus continuadores. A guerra, a coesão de grupo que ela implica, a mobilização da propaganda e da retórica emocional, a exaltação dos valores ideais e do herói, tudo aponta para que esta nova onda de militarização que tomou conta da Europa esteja a funcionar como uma válvula de escape de pulsões sexuais reprimidas e mal conduzidas. É possível que o ciclo de guerras na Europa, pelo menos desde o século XIX, possa estar ligado a um ciclo emocional que tem por base a economia sexual de grupo e as manifestações de histeria que toma. Não se pode esperar muito duma sociedade que pede a reintrodução da pena de morte ou a castração química de seres humanos por crimes que deviam merecer muito mais ponderação e

compreensão.

A economia da libido sexual quando sujeita a intensas pressões exteriores necessita de encontrar corredores de passagem através dos quais possa aliviar a sua pressão. Esses corredores tanto podem dar origem ao melhor como ao pior. No primeiro caso, temos as grandes exceções – a obra de Dante, mas também a de Gandhi e a do Dalai-Lama – e no segundo vemos o mais corrente – o histerismo, a guerra, a retórica propagandística, a tecnocracia, a crença religiosa nos milagres da inteligência artificial, os movimentos de grupo, o heroísmo das armas, a cegueira das massas e das suas redes, com a anulação do indivíduo e a aniquilação da sua consciência soberana e da sua capacidade de se individualizar no seio do grupo.

É tempo de retomarmos o surrealismo. Pelas suas manifestações, o surrealismo contribuiu para uma maior aceitação da função sexual e para uma maior diversificação dos elementos sexuais contidos na norma aceitável. Ele deu um inegável incentivo neste campo, tornando-se um dos movimentos que mais concorreu para a progressiva tolerância no século XX da sexualidade desviante. Como quer que seja, recusou colocar-se no estatuto sublimatório das grandes obras de arte e de ciência, que representam casos bem sucedidos de desvios da função sexual. O seu papel foi distinto e preferiu encarar de forma directa, ou pelo menos consciente, os conteúdos sexuais e não desviá-los para substituições sublimatórias. Está aqui o primeiro desafio do movimento e a sua originalidade. Não obstante, esta recusa da sublimação e do desvio da função sexual, com investimentos colaterais, neste caso em obras de criação, o surrealismo não se posicionou também como um mero movimento social de reivindicação sexual. Se o surrealismo contribuiu para alterar a norma do comportamento sexual do século XX, concorrendo para uma maior tolerância em relação aos desvios, isso aconteceu mais como consequência de manifestações paralelas do que por uma exigência explícita. Embora seja sabido que os seus membros tenham discutido com empenho as várias práticas sexuais, a sua posição neste campo foi de equidistância – nem desvio nem manifestação pulsional selvagem do instinto.

O surrealismo representa assim uma terceira via, constituindo um caminho híbrido alternativo, com a vantagem de estar ao al-

cance de todos, ao invés da sublimação dos grandes criadores. Em que consiste esta terceira via? Antes de mais, no reconhecimento da pulsão sexual como a manifestação basilar da vida a partir da qual se afere a maior ou menor satisfação do ser humano. Depois, na consciência de que as pulsões originais da libido sofrem uma repressão, quando o “eu” primordial da criança começa a ser modelado pelos valores sociais exteriores — o que levou Marcuse a falar da incompatibilidade entre Eros e a civilização. Essa inibição atira com as pulsões sexuais para partes recônditas do “eu” que são inacessíveis à consciência. Esses conteúdos assim recalçados tornam-se patogênicos pela pressão mesma em que são mantidos no esquecimento. As pulsões sexuais aparecem sob a forma duma fera que é necessário domesticar e manter fechada numa jaula sob vigilância e censura permanente. O surrealismo propõe uma ligação diferente com estes conteúdos, recuperando-os para as zonas conscientes do “eu”. Em vez duma *domesticação* do inconsciente, encarado este sob a forma duma fera perigosa, tratada a chicote, temos uma vivência inteligente desse reservatório obscuro, encarado aqui como potencial aliado do patamar da consciência. A partir daí não é tanto a superação do interdito que está em jogo, mas a coincidência mesma de interdito e lugar do desejo. Recuperar para a consciência as pulsões recalçadas, não implica necessariamente a prática pulsional na idade adulta de todas as perversões sexuais, mas carrega sempre a sua revisitação, a sua verbalização, a sua representação — a sua consciencialização.

O processo de verbalização e de representação destes conteúdos é do maior significado. No surrealismo um tal processo é feito através do poema, do desenho, da pintura, da fotografia, do objecto, da encenação, da escultura, da arquitectura, do cinema e de outros meios similares que têm por função trazer à consciência os conteúdos sexuais recalçados. É por isso que estas obras no surrealismo não têm uma mera constituição estética. Não são a finalidade que se pretende obter e não devem por isso ser avaliadas desse ponto de vista. Elas são canais de passagem, vasos comunicantes entre mundos em geral irreduzíveis e sem pontes de comunicação — a consciência e as suas margens, a vigília e o sonho, a razão e a loucura. Caso elas cumpram esta função, o resto é secundário. Estamos assim ante uma espécie de *arte bruta*

ou ingénuo, cuja qualidade não se situa no grau estético, mas antes no poder de representar o recalcado. O seu estatuto parece estar mais próximo daquele tipo de “associações verbais livres” que Freud propunha aos seus pacientes, escutando-os, do que da obra de arte tal como ela se posiciona na estética da tradição ocidental desde o Renascimento e da Filosofia das Luzes. É por isso que cada obra surrealista contém um ponto catártico, purgativo, que resolve simbolicamente um nó pulsional interior. Se a psicanálise já havia percebido que qualquer tratamento era da ordem da representação e da linguagem, o surrealismo alargou de forma extraordinária este campo, encontrando novos instrumentos práticos para dar representação aos *segredos* do “eu” e aos conteúdos pulsionais reprimidos. Daí a noção de surrealismo como *sexualização* de tudo o que nos rodeia. Não se trata de estetizar a obra, numa tipificação conhecida e muito repetida na história dos movimentos artísticos; trata-se antes duma erotização total da vida, identificando o desejo, consciencializando a sua representação, e pondo em campo de novo a mobilidade da libido e a polimorfia do desejo infantil. É essa a chave de leitura mais preciosa do chaveiro surrealista e aquela que nos permite ler as suas obras mais significativas. Não foi por acaso que Jean Benoît viu na teatralização (ou melhor, na veste que então concebeu para ela) realizada em Dezembro de 1959, intitulada Execução do Testamento de Sade, um *transfert simbólico*.

Numa sociedade sedentária qualquer norma sexual tem sempre limites. Mesmo nos momentos de maior distensão, de menor pressão social, em que se torna possível integrar nela partes significativas da sexualidade reprimida, a norma nunca pode coincidir com a polimorfia original experimentada na primeira infância. A integração no grupo exige sempre a aceitação de regras e a sua interiorização. A polimorfia da primeira libido foi vivida em liberdade absoluta, sem qualquer interdito exterior, dando apenas vazão às pulsões instintivas de satisfação do ser humano, pulsões que nascem com ele e que constituem a força inata e recôndita do seu desejo. Com um crescimento populacional significativo, a multiplicação de tarefas cada vez mais complexas e pesadas, a sedentarização implicou paralelamente à lei escrita a tipificação dum comportamento sexual muito mais limitado em relação ao estágio anterior — muito próximo este da polimor-

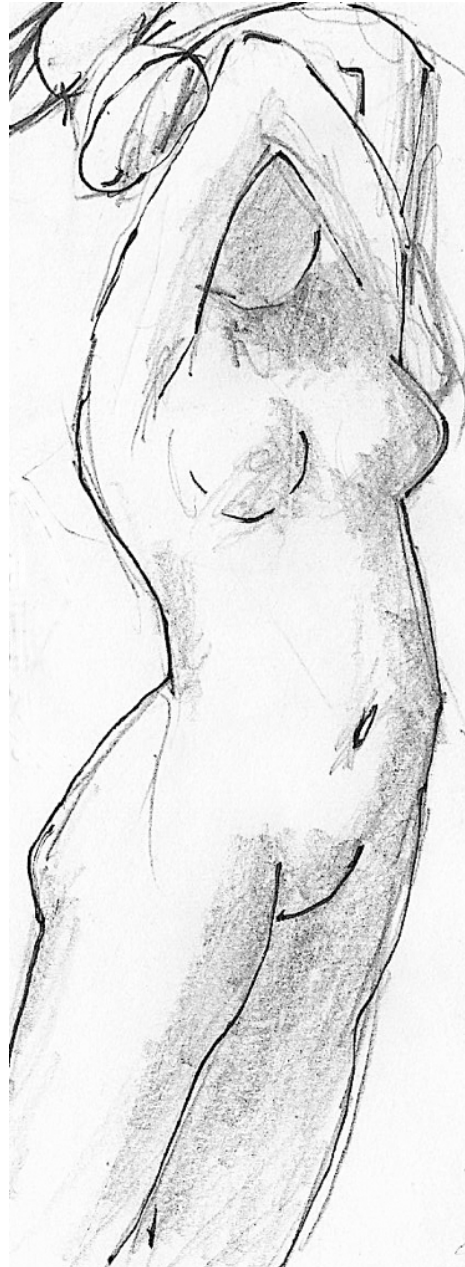
fia infantil. No momento civilizacional que atravessamos é impensável regressar à liberdade plena no domínio sexual que outrora como espécie experimentámos. A integração no grupo humano vai exigir sempre, ao menos durante inúmeras gerações, a aceitação e a interiorização de regras. O problema está na severidade dessa norma e nas consequentes disrupções psicológicas que se seguem à sua interiorização. É pois decisivo exigir maior compreensão e tolerância. Só assim podemos obter uma norma cada vez mais humanizada e compreensiva. Alguma razão assistia a Marcuse quando avançava que as práticas de perversão sexual são a condição mesma da rebelião contra o princípio de rentabilidade do capitalismo.

Porém, mesmo no caso duma normalização sexual não autoritária, que evite a histeria da escalada penalizadora, a norma subsiste e com ela a necessidade do “eu” inibir certos comportamentos. Uma tal inibição fará que subsista sempre dentro de nós uma insatisfação, um ponto de angústia e mal-estar, que tem por referência o momento mesmo em que interiorizamos que nem todo o nosso desejo de satisfação se pode realizar na prática social e precisa de ser recalcado para zonas esquecidas do “eu”. É aqui que a operatividade do surrealismo entra como via alternativa à sublimação. Além de rara, apenas dizendo respeito a uma pequeníssima minoria, a sublimação tem sempre a desvantagem de não proceder a uma introspecção e a um autoconhecimento em profundidade. No processo de sublimação os conteúdos recalcados ficam fora do conhecimento do “eu”. A carga energética que devia recair sobre eles é apenas desviada para outros conteúdos independentes — a criação de obras espirituais, artísticas, literárias ou científicas. Ao invés, o surrealismo propõe um diálogo cara a cara com os conteúdos recalcados, a sua identificação e a sua consciencialização através da sua verbalização e representação imagética. Simbolicamente, por meio da consciencialização representativa, todos nós podemos ser pedófilos, homicidas, sadomasoquistas, incestuosos, e muito mais, sem pôr em perigo o nosso “eu” e sem entrar em conflito com o grupo social. É isso que fazemos à noite quando nos entregamos involuntariamente ao devaneio onírico, indo buscar na elaboração dos nossos sonhos grande parte desses materiais perigosos, que jazem esquecidos no subterrâneo da nossa consciência. É isso

que o surrealismo se propõe fazer de forma voluntária, à luz dia, dando lugar a uma operação de grandes dimensões e não menores consequências. Através dum processo de autoconhecimento essa acção puxa para a consciência os resíduos que foram considerados perigosos e atirados para longe do “eu” e através da sua representação verbal ou imagética revive-os à luz da consciência. O lugar até aí impossível e esquecido, o lugar do interdito, torna-se assim o lugar acessível e conhecido, o lugar mesmo do prazer. O resultado dessa operação verbal e imagética pode não ser uma obra esteticamente evoluída, como as que resultam da sublimação, mas tem a enorme vantagem de dar forma viva a um fantasma pulsional, sem necessitar de lhe dar uma realidade. É por isso que em sonhos todos podemos ser homicidas e incestuosos, praticando todos os crimes mais monstruosos sem com isso pôr em causa a regra da convivência social. Ao invés, encontramos aí, nesses delírios nocturnos, uma descompressão, um alívio em tudo benéfico à pressão insuportável da libido inibida do nosso “eu”.

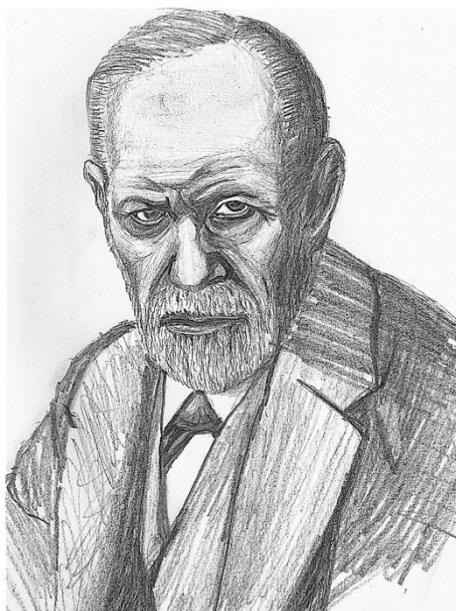
Assim entendido, o surrealismo tem todas as possibilidades de se tornar uma importante ferramenta social ao serviço do processo de socialização do ser humano, permitindo-lhe um novo diálogo entre a consciência e os seus materiais subterrâneos. Escutar o nosso interior, identificando-o e dando-lhe representação, quer dizer, estabelecer um vaso comunicante entre a consciência e as zonas esquecidas do nosso ser, é o factor decisivo da nossa individuação. Só pela representação do fantasma, pela sua concretização numa forma, nos podemos libertar das nossas primeiras angústias. É por isso que uma sociedade disposta a trocar o princípio da eficácia económica, esse que exige de nós a *volatilização* das pulsões em ordem à sua invisibilidade e dispersão, pelo do autoconhecimento será com certeza uma sociedade mais evoluída, em que os problemas da doença e do crime tenderão a ser residuais. O fantasma pulsional tem duas saídas correntes: ou o eterno recalçamento, em que se torna um ponto mudo e doloroso de toxicidade psíquica, com o qual tentamos conviver, aliviando-o por meio da acção de medicamentos químicos, ou a realidade, com todos os riscos desta. O primeiro caso dá lugar ao doente atormentado por um mal-estar interior inexplicável e o segundo ao criminoso que pratica actos

anti-sociais. O surrealismo abre uma terceira porta de saída ao fantasma pulsional, ao conteúdo recalçado e proibido. Essa saída não passa nem pelo esquecimento do que foi outrora inibido, e que provoca nas traseiras do ser o mal-estar insuportável que chega sem explicação à consciência, nem pela sua concretização real. A via do surrealismo é de compromisso, com a progressiva consciencialização do desejo ignorado e com a sua representação, através da criação de *simulacros* sexuais e pulsionais — pense-se na articulação das bonecas de Hans Bellmer, na anatomia plástica dos desenhos de Leonor Finni e Cruzeiro Seixas, nas “sanguíneas” de Sergio Lima e nas suas fotografias — que estão para a consciência acordada e vigilante como a satisfação alucinatória do sonho está para o sono. Estamos assim diante duma forma viva e plena — que é mediação feliz entre a vida consciente e a sua sombra.



Desenho de Ariana Vitorino,

2022



## a Sigmund Freud

loas e lais

[*avoco, para a Musa, o Arcano do Sol*]

Ó Sigmund Freud, n' análise o experto,  
És desperto, és diferente e és didacta,  
Acrata é tua libido, ó dilecto,  
Minuta-Minotauro é quem te mata.

Te vejo, na juventa, com Charcot,  
Mas também com a escola de Nancy.  
Hippolyte Bernheim era o Avô,  
O Breuer, multicor, ao pé de si.

Na pulsão, vejo o carne e a Catarse,  
No inconsciente, a fala só do Outro,  
Em Lacan, meu desvelo e o disfarce,  
Em Lira, lilial, o verde souto.

Jacob Levy Moreno e a Ninita,  
A Musa, o malabar e o «frisson»,  
A mente, fase oral e a expedita,  
Surreal, e o meigo André Breton.

Te vejo em tua casa, às quartas-feiras,  
Tu Mestre, o Pai da horda primitiva,  
E era o Karma, eram ondas feiticeiras,  
O sonho, o salvador e a sativa.

O Adler, floreal, foi teu aluno,  
Foi tuna, do augusto, Salomé.  
Se o lis da tua Obra é verde e uno,  
Se ao pé duma Acidália mora o Bruno,  
És d'Azul, e tu és Aquele que é.

Tomar, 27-04-2022  
*cooperatores veritatis*



## a Sigmund Freud (nota ao poema)

*Paulo Jorge Brito e Abreu*

Começemos pelos Gregos. «Katharsis», para Aristóteles, é uma purificação das almas por meio de uma descarga emocional evocada, ou provocada, por uma representação dramática. O termo «Catarse» tem uma conotação religiosa ( purificação ritual por a participação nos Mistérios ), e é usado, adrede, em o médico linguajar ( purga, dessarte, ou evacuação ). Em Psicanálise, Catarse é a liberação forjada por a lembrança dum conflito não resolvido ou, deste modo, de uma emoção recalcada. Anna O., a primeira paciente na História da Psicanálise, chamava-lhe, de boamente, «talking cure» (cura pela palavra), ou, ainda, «chimney sweeping» (limpeza de chaminé). Charcot, por exemplo, efectivava a Catarse através da hipnose. O mesmo acontecendo com o Abade José Custódio de Faria (1756-1819), Hippolyte Bernheim (1840-1919) e o Marquês Armand de Puységur (1751-1825). Quanto a Freud, ele cedo abandonou a hipnose para a substituir pelo método das associações livres; sem limites nem entraves, o paciente deve dizer, ao psicanalista, todas as palavras que lhe vêm à mente. A isto aditando os relatos de sonhos, que os sonhos são a via régia para a desocultação, decifração, do solerte inconsciente. A «cura pela palavra» tem que se lhe diga: «Se a tua dor te aflige», exortava, desta sorte, Wolfgang von Goethe (1749-1832), «dela faz um poema.» Quanto ao Abade Faria, cientista e filósofo luso-goês, ele era, também, sacerdote, sendo ordenado, em Roma, a 12 de Março de 1780. É mister, com premência e urgência, estudar a Obra daquele que foi, de feito, o pioneiro, português, da Psico-Análise. O luso-goense que teve, qual discípulo e discente, Ambroise-Auguste Liébault (1823-1904), o fundador, figadal, da Escola de Nancy. Um nome tão culto, e oculto, como Egas Moniz, dedicou-lhe, deveras, um «liber» liberal: *O Abade Faria na História do Hipnotismo* (1925). Ultrapassando o seu Mestre, o Marquês de Puységur, o Abade beletrista ideava destarte: a pedra de toque da cura pela hipnose já não é, no lance, o fluido magnético, é, isso sim, relação dual, e especular, baptizada, por Freud, como o «transfert». É

o «rapport», o liame, a afectiva ligação que se estabelece entre o esculápio, dessarte, e o seu paciente. Ele é fulcral, e é comum, entre médico e enfermeiro, o autor e o leitor, o aluno e o professor. Um psicólogo de relevo norte-americano, Carl Rogers (1902-1987), propunha, ao cliente, a «compreensão empática»: que a simpatia sana, ela sara e ela cura a patologia. E retornando e revertendo: o Abade Faria, que abriu em Paris, em 1813, um gabinete de magnetizador, deixou-nos, um tomo, no Teatro do Ser: *De la Cause du Sommeil Lucide ou Étude de la Nature de l'Homme*. E ratificando, e rectificando, e nas Almas aduzindo: na cura pelo Espírito, ou cura pela Fé, o que impera, dessarte, e opera, é o poder da sugestão. Pois nos fins do século XIX, em França, havia dois baluartes da moderna, e hodierna, psico-análise: a Escola de Charcot, na «Salpêtrière», em Paris, e, ademais, a Escola de Nancy. Precisamente chamada, esta última, a «escola da sugestão». E todos os terapeutas, desta sorte, são unânimes num ponto: a eficácia, com efeito, e a força do placebo. E versemos, na hora e agora, Joseph Babinski (1857-1932); como aluno de Charcot, ele foi, deveras, director da Clínica da Salpêtrière. Ele é autor do termo «pitiatismo». E «pitiatismo» quer dizer: «doença curável através da sugestão». É o que se passa com a histeria, é o que se passa, deveras, com a mitomania. E trazemos, aqui, à colação: Émile Coué (1857-1926), foi um psicólogo, esperantista, e farmacêutico francês; participando, em boa hora, na renascença de Nancy, ele foi autor da lavra, ou do livro, que apela ao fulgor: ele é *Automatistria por Auto-Sugestão Consciente*; celebramos, em 2022, o centenário da sua edição em terras, de feito, estado-unidenses. E em linha, lauta e leve, da terapia pela Arte, relevemos, e alcemos, Jacob Levy Moreno (1889-1974). Filho de um comerciante sefardita, ele é, no século XX, o criador do Psicodrama. Sua primeira representação foi, de facto, a 01-04-1921, no «Komodienhaus» da feérica Viena. Precisamente a 1 de Abril, quero eu dizer, no «dia dos loucos». Na Casa do Encontro que reverbera, e celebra, o Teatro de improviso e da espontaneidade. Onde cada um desempenha, com «adresse», o papel e a «persona» que mais lhe convém. Sendo o Psicodrama, certa e arteiramente, a terceira via da Psicanálise; ela suplanta, e ultrapassa, a psicanálise de «confissão», como em Freud, e, ademais, a psicologia «maquiavélica», à base da cirurgia cerebral, de electro-choques, da catábase e cadente quimioterapia. Qual actividade libertária, e totalmente desinteressada, a Terapia pela Arte ela é, tam-

bém, a Terapia pelo jogo. Por o jogo, literário, que é jogral. Pois «quem canta seu mal espanta», e seguindo e segundo Santo Agostinho: «quem canta, reza duas vezes»; e eis, no tropo, o «topos», o lugar, a experiência do sagrado. A Catarse como a funda, e a facunda, hierofania. Que o escopo de Moreno era avigorar, aprimorar, o «puer aeternus» que existe no homem. Pois antes de falecer, em Beacon, aos 14 de Maio de 1974, pediu, Jacob, que em sua sepultura, fossem gravadas, ou grafadas, as palavras seguintes: «Aqui jaz aquele que abriu as portas da Psiquiatria à alegria.» E não queremos aqui findar sem trazer, à colação, a Logoterapia do fecundo, e facundo, Viktor Frankl (1905-1997). Este homem é de gema, este homem passou, três anos, em campos de concentração. Os nazis assassinaram, selvaticamente, o seu pai, a sua mãe, a sua esposa e seu irmão. «Logoterapia», termo cunhado, por Frankl, em 1926, quer sinalar e dizer: mais do que frustração de origem sexual, a neurose é o recalçamento da religiosidade. E mais do que o Freud, que averbava o «princípio do prazer», mais do que o Adler, que forjava, de feito, a «vontade de poder», a terceira escola vienense da Psicoterapia ela escrutava, deveras, a vontade de sentido, o sentido da vida. Por isso ela é uma «análise existencial»; esta expressão foi criada, por Viktor, em 1939. No estado e no estudo dessa Logoterapia, à Psicologia das Profundezas ou Psicanálise contrapunha, o nosso iatra, a Psicologia das Alturas, a espiritualidade, sacral, do nosso inconsciente. E hemos dito, de feito. E, se o Logos é alento, que seja, a Palavra, o teu medicamento...

TOMAR, 18-05-2022

[o autor prepara um estudo  
sobre o movimento psicanalítico]



O anarquismo de Colin Ward [1924-2010] não é a transposição de um corpo doutrinal para a realidade, mas sim a procura no interior mesmo dessa realidade de uma consciência libertária. Colin sugeriu que as práticas libertárias já existem como «sementes debaixo da neve» e que nos cabe a nós reconhecê-las, valorizá-las e torná-las conscientes. Ao referir-se a Buber, Landauer, Goodman, mas sobretudo a Kropotkin, ensaiou sempre de mostrar, tomando como base a realidade já existente, que a anarquia não é só o «melhor» mas é também o «possível». Isto sem nunca esquecer, como toda a sua vida o demonstra, que a anarquia é uma forma da organização e uma ética de liberdade. Recolher e prosseguir o seu testemunho é difícil porque significa confrontar-se de forma aberta e não doutrinária com a realidade, seja aquela que é negativa, de modo a contrariá-la, seja a que é positiva e que compreende todas as formas de organização social e de relações humanas preconizadas por uma sociedade libertária.

## ALBERTO VELHO NOGUEIRA E PASCOAES

♦ *A. Cândido Franco*

Publicou no volume desta revista de 2021 Alberto Velho Nogueira um longo texto em que comenta um nosso publicado um ano antes nesta mesma revista avaliando criticamente um estudo dele sobre a literatura de Teixeira de Pascoaes (*Bestiário*, n.º 2, 2020, pp. 640-685). As interrogações que expressámos no nosso texto podem resumir-se no essencial à seguinte questão: a literatura de Pascoaes avaliada por Velho Nogueira é pouco representativa do escritor, está circunscrita a alguns livros secundários (com exclusão de *Marãnos*) e diz respeito apenas a um período da sua criação, que não é o mais interessante, nem mesmo o mais querido ao escritor. Pretendíamos pois e tão-só alertar para o perigo de ler meia-dúzia de livros do autor, tomando o resultado dessa leitura como extensivo a tudo o que lhe diz respeito. No seu comentário de 2021, Velho Nogueira diz agora que tem mais textos inéditos sobre Pascoaes, alguns a propósito daquelas obras que se nos afiguram capitais — *Santo Agostinho*, *Napoleão* e *São Jerónimo* — e que foram as preferidas do escritor. Não vimos citado o título de 1942, *Duplo Passeio*, sem o qual a leitura de *Santo Agostinho* perde força, mas aguardamos a publicação desses novos textos para nos pronunciarmos. Prezamos a crítica de Alberto Velho Nogueira e doutro modo não teríamos entrado em diálogo com ele. É o carácter controverso das suas opiniões que nos toca, embora nos reservemos o direito de discordar, como sucede neste caso. Simpatizar e reconhecer interesse a uma determinada leitura, ou *savantização* crítica, não é necessariamente coincidir com ela. Um facto ganha mais destaque se for cruzado a partir de várias perspectivas. Foi em nome duma posição assim aberta, dialogante e plural da leitura dos autores e das obras que abrimos o diálogo com Alberto Velho Nogueira em torno de Pascoaes. Estamos pois longe de perfilhar qualquer concepção icónica inamovível em torno de qualquer autor, incluindo Pascoaes. Uma última questão, e esta decisiva, que nos obriga a regressar a um tópico crucial do primeiro texto de Velho Nogueira sobre Pascoaes — o *blut und boden*. No seu comentário de 2021 ele volta a referir o assunto: “O querer voluntariamente pertencer a uma territorialização implica um *Blut und Boden*, muito antes de ter sido aproveitado pelos regimes mais reaccionários até ao nazismo. Aplico a expressão como uma ideologia geral das literaturas, o que elas propõem, não só a de Teixeira de Pascoaes. Fernando Pessoa é outro artista *Blut und Boden*, por exemplo.” A expressão “*blut und boden*”, estando já presente na cultura alemã do final do século XIX, é o antecedente filogenético mais directo do nazismo, acabando por se tornar a sua

inscrição característica. Nesse sentido, não é aceitável mobilizá-la para a tomar como “uma ideologia geral das literaturas” e menos ainda como sinónimo de simples “territorialidade” ou “territorialização”. A não ser com riscos sérios de abuso, não nos parece aceitável generalizar noções tão particularizadas. Isto quer dizer que nem todo o escritor “territorializado”, ou que para a “territorialização” contribua, é necessariamente um escritor “blut und boden”. Seria um abuso considerar Almeida Garrett um escritor “blut und boden” porque escreveu *Viagens na minha Terra*. Pela mesma ordem de ideias, assim se passa com Pessoa e Pascoaes. Não basta *Mensagem* e *Arte de ser português* para fazer deles “blut und boden”. Mesmo aceitando que é possível universalizar o conceito alemão e aplicá-lo noutras culturas da mesma época, o que já por si merece discussão, em Portugal só podemos aceitar a designação para a corrente de ideias que se organizou em torno de António Sardinha – a do Integralismo Lusitano. É ela a única que assume em toda a linha, sem desvio, com todas as implicações que isso carrega, o nacionalismo do “sangue e da terra”. A corrente saudosista de Pascoaes, de Cortesão e da Renascença Portuguesa é outra coisa. Faz parte dum cosmopolitismo situado, que aceita o diálogo com o lado de fora. É mesmo por via do dinamismo desse diálogo que essa corrente não recusa a atenção ao passado e ao local – mas “atenção” ao passado e ao local não se confunde com totalização da hereditariedade e da geofísica. Sem essa “atenção” não poderia haver capacidade criativa de assimilação, mas só cópia inorgânica e uniformização. Eis as questões decisivas para ler com algum sentido real as correntes culturais dominantes no primeiro quartel do século XX em Portugal. Há pois escritores “territorializados” como Pascoaes, Cortesão e Pessoa, que não podem ser lidos como escritores do “sangue e da terra”. Uma palavra ainda a propósito da territorialização. Diz Velho Nogueira no texto de 2021 (p. 74): “Não tenho territorialidade nenhuma. Se a língua é a portuguesa, desvio-a para uma distorção que acaba com a ligação territorial com a língua-código que sustem as literaturas.” Enquanto experiência pessoal de Alberto Velho Nogueira, não pretendo discutir aqui a sua desterritorialidade. Aceito-a, sem mais, e vejo nela uma experiência desarticulatória digna da maior atenção e interesse. Já como noção analítica e social, que monta a Gilles Deleuze e Félix Guattari, ela, a desterritorialização, necessita de discussão, tanto mais que é usada inúmeras vezes como ferramenta crítica por Alberto Velho Nogueira. O momento chave da sua teorização original ocorre no livro *Mille Plateaux* (1980). Associa-se aí ao “corpo sem órgãos”, uma sucessão de potenciais e de devires, sem inscrição possível. A desterritorialização coincide assim com o processo da desidentidade. Só se desterritorializa,

desidentificando. Esta homologia — desintegração do sujeito e desafecção do território — foi reaproveitada em função da existência mecânica, o ciborgue, o corpo sem órgãos no seu ponto sem retorno, a virtualidade prática, não conceptual, como Deleuze e Guatarri a exigiram em 1980. O ciborgue representa a desidentificação impossível, aquela mesma que não tem outra inscrição, a não ser a da máquina. Trata-se do ser desterritorializado por excelência. É por isso que os combates que hoje se travam de forma decisiva PELA VIDA e contra a destruição da Terra todos eles implicam um território e na sua máxima expressão uma identidade. É o que se passa em Chiapas, no Sul do México, em que as populações indígenas lutam por um território que as entidades multinacionais do capitalismo internacional lhes querem roubar e por uma identidade que o Estado mexicano se esforça por apagar. Algo de idêntico se passa com as lutas contra os projectos extractivistas, as lutas anti-mineração, em que os moradores locais defendem um território e a identidade física deste contra a sua destruição. Basta isto para se perceber como o conceito de “territorialização” é no mínimo ambivalente — ele tanto pode remeter para a etnicidade postiça do Estado-nação, e para os perigos do nacionalismo, como para a exigência que a vida requer. O mesmo se passa com a noção de desterritorialização. Ela tanto pode referir uma experiência pessoal de desarticulação como a destruição que o capitalismo industrial traz em si. Nada desterritorializou tanto como o bulldozer do capitalismo mecânico. É por isso que toda a aparelhagem teórica do pós-estruturalismo está hoje esgotada e não é mais do que uma ferramenta inofensiva ao serviço do projecto cibernético e do seu aceleracionismo. Como noção social operativa, a não territorialidade não nos serve. A territorialidade é a própria espessura do corpo físico. É pelo território e pelo MAPA que podemos hoje construir a nossa autodeterminação individual e colectiva. Daí a necessidade de regressarmos à geografia dum Élisée Reclus e à serra geofísica de Pascoaes como modos de conhecer e amar a vida.

## A SOCIEDADE DIGITAL

♦ *Pierre Sommermeyer*

Antes de mais, é necessário assinalar que a sociedade actual nunca foi tão frágil como hoje. Ela aguenta-se de pé graças apenas a alguns fios eléctricos. Basta que alguns dos mais grossos sejam cortados, inutilizados, sabotados, para que uma catástrofe humana possa acontecer. De momento nada se passa, o que nos permite aceitar as soluções digitais que nos são propostas e a nova forma que estão a ganhar as sociedades humanas. A energia destes fios é produzida em larga medida por centrais nucleares — o que permite

justificar aos olhos da maioria este perigo ameaçador permanente. Em volta desta produção e como sua consequência um mundo digital surgiu, que dia após dia explora todas as possibilidades de viver na aparência sem fios. A facilidade de transportar um telefone no bolso tornou-se com o passar do tempo a obrigação de o ter sempre ligado. Este tipo de instrumentos práticos, que permitem ser contactados facilmente, mudaram de estatuto: tornaram-se instrumentos sociais, que permitem, é certo, telefonar, mas sobretudo, tendo em atenção o seu tamanho mínimo, participar directamente no mundo da produção total. Basta com efeito ter uma “aplicação” para poder vender e comprar objectos (seja uma velha bicicleta ou uma casa nova) ou serviços (chamar um transporte ou procurar um emprego) sem ter necessidade da mediação duma entidade patronal tradicional. Estes instrumentos tornaram-se também instrumentos universais. Basta ver como os refugiados e os migrantes mal chegam a território europeu procuram por um lado água e por outro carregar os seus aparelhos.

Por trás de tais inovações tecnológicas esvoaça o conceito de progresso. Esta ideia que herdámos do século XX e das suas lutas sociais, com a evolução social de então parecendo anunciar uma sociedade livre do trabalho, é em meu entender um equívoco. É preciso doravante diferenciar entre uma *tecnologia libertadora* e uma *tecnologia alienante*. A fronteira entre as duas é muitas vezes frágil, se não mesmo inexistente. Foi nesta corrente, neste vazio teórico, que se instalou a ideia de melhorar o ser humano — o transumanismo. Esta ideologia ensaia fazer a síntese entre as técnicas reabilitadoras, ligadas a uma medicina que se esforça por dar mais qualidade de vida, e a tecnologia que chamamos social. Como pano de fundo, surge a questão de criar vida de forma artificial, bem como forçar os seus limites. A morte torna-se não mais que um acidente de percurso. Entrámos já numa sociedade em que o elo social já não têm lugar com as pessoas que cruzamos na rua, no trabalho ou no círculo familiar. O elo social faz-se através do aparelho que transportamos connosco todo o dia e que permanece muitas vezes ligado durante a noite. Permite-nos fazer muitas coisas, tanto procurar trabalho como pedir namoro ou romper com ele. Sob uma forma ou outra, cada utilizador oferece uma informação, alimenta este ogre chamado “Big Data” que por sua vez oferece a muitas empresas ditas do “web” o combustível necessário ao seu funcionamento. As maiores, como Microsoft, Google, Apple, Facebook, Amazon, e muitas outras de tamanho inferior, utilizam para fins comerciais as informações que lhes fornecemos. Tornámo-nos os seus empregados não pagos, incapazes de reclamar um salário, de negociar condições de trabalho aceitáveis. É-nos impossível fazer greve. A fraude imparável é fazerem-nos crer que em troca desta informação fornecida gratuitamente temos o direito a utilizar gratuitamente estes aparelhos sociais. É porém a gratuidade da matéria-prima, quer dizer, as informações que nós produzimos utilizando a internet sem mesmo nos darmos



conta, que garante o sucesso financeiro destas empresas. Se durante séculos a riqueza podia corresponder à capacidade de produzir e de controlar a produção de riquezas concretas, hoje já não é assim. A produção imaterial domina o mundo.

Eis a sociedade a que os anarquistas estão hoje confrontados. O nosso mundo deve fazer face a três desafios. O primeiro é ambiental. O segundo económico e o terceiro humano. É este último que tem a maior urgência. As migrações, por razões económicas, ambientais e militares, ameaçam a imobilidade do mundo. Não é mais possível refugiarmo-nos na cidadela fortificada da sociedade desenvolvida. Cerca de 250 milhões de seres humanos estão em permanente movimento à procura de asilo. O equilíbrio das sociedades de acolhimento balança. Diante daquilo que alguns chamam o “efeito limiar”, isto é, o momento em que alguém tem a impressão de não estar já em sua casa, há a possibilidade de se desenvolverem correntes de rejeição xenófoba e mesmo racistas. Não podemos acreditar que vamos ficar ilesos. Vivemos num mundo unificado dum ponto de vista económico e tecnológico. A baixa produtividade na China provoca choques na América do Sul. A baixa do preço do petróleo põe em perigo várias economias locais. Vimos que a crise financeira dita das *subprimes* que nasceu nos Estados Unidos arrastou todo o planeta em 2008 para uma tempestade financeira, da qual ainda não saímos totalmente, ao mesmo tempo que fez aparecer em plena luz um capitalismo financeiro liberto das necessidades duma produção concreta. A procura dum crescimento hipotético envenena tanto as nossas elites como as camadas proletárias. Um tal mito nascido numa Europa em reconstrução não tem hoje qualquer sentido. Vivemos num mundo onde o desregulamento climático não acontece apenas lá longe. Vivemos num planeta onde tudo o que se passa longe tem um impacto no nosso lugar. Vivemos num mundo unificado, solidário, mas do qual a solidariedade está ausente. A ideologia economicista liberal propõe-nos um mundo utilitário. Existe alguma alternativa? A esta questão fundamental parece que a esfera islamita se adianta para oferecer uma resposta, propondo uma outra visão da vida. O seu mundo está dividido em crentes e não crentes. Para Boualem Sansal, autor do livro *2084: la fin du monde* (Gallimard, 2015), a esfera islamita é um sistema “que não esgota os recursos da natureza. Defende uma vida arcaica, em que a população não tem necessidade de carros nem de televisão.” Podem os anarquistas propor outra coisa? Kropotkine, ainda ele, deu-nos a possibilidade de construir uma visão diferente do mundo. Na sua obra *Ajuda Mútua* lembrou-nos o seguinte: *Na prática da ajuda mútua, que remonta aos mais antigos momentos da evolução, encontramos a fonte positiva e segura de algumas das nossas concepções éticas; e podemos afirmar que para o progresso moral do homem, o grande factor foi a entreaajuda, não a luta. Nos nossos dias, é ainda na extensão da entreaajuda que nós vemos a melhor garantia duma mais elevada evolução da nossa espécie.*

**Nota Final:** Pierre Sommermeyer é um libertário pacifista francês, nascido em 1942. Empenhado na não-violência desde muito jovem, foi refractário ao serviço militar no tempo da guerra da Argélia, só regressando a França depois do reconhecimento legal da objecção de consciência (1965). Aderente da Federação Anarquista e colaborador regular do seu órgão, Sommermeyer exerceu toda a vida a profissão de carpinteiro. O texto que antes se apresentou é parte dum artigo seu, intitulado “Le monde qui vient II” (*Le Monde Libertaire*, n.º 1837, Março, 2022, pp. 50-51).

## QUE OUVIMOS QUANDO OUVIMOS A PALAVRA «AMBIENTE»?

♦ *José Carlos Costa Marques*

Quando hoje ouvimos a palavra «ambiente» o que nos ocorre desde logo é o seu sentido ao aplicar-se a algo como poluição, lixo, natureza, recursos naturais, ou seja o seu sentido «físico», «natural», ainda quando referido a um ambiente artificial como é o de uma cidade ou meio urbano, um bairro, ou mesmo um edifício. Ter podido acompanhar as ideias da sua época ao longo de meio século permite por vezes surpreender mudanças de sentido nas palavras, ligeiras ou profundas. Essa «história semântica» pode dizer-nos muito da própria história humana. É o que acontece com a palavra «ambiente».

1. Nos anos 1950, «ambiente» estava perto de ser quase sinónimo de «ambiência». No *Dicionário* editado em 1958 pela Sociedade da Língua Portuguesa, coordenado por José Pedro Machado, para além daquilo que aproxima o sentido da palavra do que ela hoje principalmente veicula («o meio em que vive um animal ou um vegetal»), é sobretudo registado um significado sociopsicológico («conjunto de condições morais que cercam uma pessoa e nela podem influir»). Em termos de educação, falava-se muito na época em «bom ambiente» ou «mau ambiente», como ainda hoje quando se fala em «ambiente agradável ou desagradável», ou na expressão ainda corrente «um ambiente de cortar à faca». Nessa aceção, J. P. Machado define ambiente como «o círculo em que vivemos; o meio em que estamos», mas também, num registo mais próximo daquele que hoje predomina, como «o ar que nos cerca». Aí se inscreve o uso da palavra como adjetivo, hoje mais raro: «que cerca ou envolve os corpos por todos os lados» ou «diz-se do ar que nos rodeia, ou do meio em que vive cada um».

Frequentemente, o que hoje tendemos a considerar «ambiente» (como substantivo) seria antes, na época, designado pela palavra «meio». Aliás, a expressão «meio ambiente» (em que «ambiente» adjetivava «meio») foi bastante usada ao surgirem os movimentos a que rapidamente se começou a chamar «ambientalistas». Uma das primeiras publicações sobre ambiente no atual sentido cívico editadas no Brasil chamava-se «Meio Ambiente». No Porto, na primeira metade dos anos 1980, um dos primeiros grupos «ambientalistas» integrava no seu nome essa expressão: «Núcleo de Defesa do Meio Ambiente» (ainda hoje existe, felizmente, com idêntico nome). Nas

escolas básicas, a seguir a 1974 pelo menos, ou recuando mesmo à antes chamada «escola primária», era ensinada uma disciplina designada «estudos do meio» (entendido este como tendo muito a ver com a geografia, as ciências naturais, com uns toques de sociologia e de introdução à política). A disciplina talvez exista ainda hoje, com conteúdo semelhante. Em boa parte, o «meio» estudado era o que, num sentido extraescolar e mais corrente, no uso quotidiano e no jornalismo dos meios de comunicação se começava entretanto a designar simplesmente com o substantivo «ambiente». Num dicionário (em papel) publicado em 2009 pela Porto Editora, sobre «ambiente» pouco mais é dito que o que já registara J. P. Machado em 1958: «o ar que se respira; meio natural e social em que se vive; atmosfera»; ou, como adjetivo, «que rodeia os corpos por todos os lados; relativo ao meio circundante». Por meados dos anos 1980, vulgarizara-se já entretanto o termo «ambientalista» (que rivalizava com o sinónimo ou quase sinónimo «ecologista»), como designando aquele que defende a preservação do ambiente ou o que é relativo a essa defesa. É de facto nas entradas «ambientalismo» e «ambientalista» que, nesse dicionário, surge o sentido atualmente mais usual da palavra: «estudo do meio físico em que estão integrados os seres vivos, com vista à sua proteção; movimento ou sistema que visa a proteção do meio ambiente e preconiza um maior equilíbrio entre o homem e o meio em que está integrado». Quanto ao adjetivo «ambientalista» dele se diz: «relativo ao meio ambiente; a perspectiva política que manifesta preocupação em relação ao meio ambiente e à sua proteção; pessoa que se dedica ao estudo das condições de existência dos seres vivos no seio da natureza e das relações entre eles e o ambiente em que vivem, lutando pela sua defesa e proteção, no sentido de se conservar e promover um perfeito equilíbrio ecológico».

Em 2002, no Brasil, o *Dicionário Houaiss* da Língua Portuguesa, além de repetir definições que surgem sucessivamente em todos os dicionários, já acrescenta, no caso do adjetivo, exemplos bem modernos como o de «poluição ambiente». Voltando à Porto Editora, encontramos agora, na sua Info-pédia digital em plena vigência, o sentido que é hoje o mais usual para a palavra «ambiente». Como substantivo, uma das conceções tem já um sentido muito específico, marcado como do domínio da biologia e da ecologia enquanto ciências: «conjunto das condições físicas, químicas e bióticas que determinam a forma e o desenvolvimento de um organismo vivo ou de uma comunidade de seres vivos; o mundo natural como um todo ou numa determinada área geográfica». Faltam porém de modo explícito as vertentes relativas à dimensão política e social, que vamos encontrar nas entradas «ambientalista» e «ambientalismo», semelhantes às que se encontram na edição em papel de 2009.

2. Esta digressão semântica pretende apenas mostrar como o uso atual mais frequente da palavra «ambiente» era ainda praticamente desconhecido há

meio século, se excetuarmos um núcleo diminuto de profissionais e académicos dos domínios da biologia e da ecologia. Quanto aos conceitos de «ambientalismo» e «ambientalista» são ainda mais recentes, quando já não está em causa apenas o ambiente mas também o movimento cultural, social e político de defesa e proteção dos seres vivos no seio da natureza com vista a conservar e promover o equilíbrio ecológico.

Esta breve resenha não nos esclarece ainda sobre o que poderíamos chamar a «receção» desse movimento histórico por parte das sociedades em que se manifestou. Limitando-nos ao caso de Portugal, e tendo sido testemunha direta, ocorre-me evocar aqui o dito de um autor, cujo nome não recordo, que grosso modo caracterizava, a respeito de qualquer ideia inovadora, a forma como ela era recebida pelos contemporâneos: primeiro, ignoram; depois, riem-se dela; em seguida, atacam-na rudemente como nefasta; e finalmente afirmam que ela não só é evidente como sempre estiveram do seu lado, tendo mesmo sido eles os primeiros a afirmá-la. Falta acrescentar que, numa fase seguinte, se afirmam como estrénuos paladinos dela ao mesmo tempo que a apresentam mutilada de aspetos essenciais, e mesmo a ela antagónicos. No caso vertente, o objetivo «ambiental» de que se fazem arautos aparece amalgamado a ações que, a pretexto de serem sustentáveis, verdes e ambientalmente positivas, são de facto ataques dissimulados à conservação e promoção do equilíbrio ecológico.

Tal dissimulação pode ficar-se apenas pelo oportunismo publicitário (*lavagem verde* ou *greenwashing*) como quando se pretendem vender carros elétricos sem questionar o uso social estabelecido (ou antissocial, mais propriamente) do veículo individual, e mil e um outros produtos de consumo corrente. Ou ir mais longe até à fraude consciente ou à falsificação inconsciente, que podemos ver quando se qualifica como verde, sustentável ou renovável, por exemplo a energia hídrica tal como explorada habitualmente. Para classificá-la como renovável, teríamos que descontar o facto de, como qualquer outra construção humana, uma barragem hidroelétrica ter também um período de vida limitado, após o qual ou será necessário removê-la, como já vai acontecendo em alguns casos no mundo, incluindo na Europa; ou prolongar-lhe o período de vigência através de intervenções profundas de custos elevados, que tornam muito discutível que possa continuar a chamar-se renovável à energia nela produzida; ou mantê-la indefinidamente em uso sem tais intervenções, o que é uma entorse a elementares regras de prudência.

Classificar grandes barragens como verdes ou sustentáveis quando a sua construção implique a destruição de ecótopos valiosos, e até protegidos por lei (ou que deveriam sê-lo), como aconteceu no Baixo Sabor, ou obrigue à deslocação de populações e de aldeias inteiras (como Vilarinho das Furnas no Gerês ou a Aldeia da Luz no Alqueva — para já não falar de ocorrências de muito maior envergadura como no Brasil, na Índia e noutros países ou-

trora designados como do Terceiro Mundo e hoje eufemisticamente ditos «em desenvolvimento») é recorrer à falsificação de conceitos e à manipulação da linguagem, o que muitas vezes acontece quando se afirma que determinada forma de energia é «limpa». Poderá sempre dizer-se que tais processos são mais aceitáveis que a proliferação de centrais nucleares, recorrendo assim ao contraste entre o muito mau e o absolutamente péssimo, embora isso nos deixe longe do simplesmente desejável.

O mesmo acontece quando, a propósito da chamada «transição energética», se pretende justificar com a necessidade de energia «limpa» a extração de metais e terras raras destruindo solos agrícolas, solos florestais ou pastagens para a obtenção de materiais utilizados na produção de baterias para carros elétricos ou para produção de energia solar fotovoltaica, sem dúvida a forma mais promissora rumo à superação do atual impasse energético. Mas que só poderá considerar-se energia «limpa» ou verde ou sustentável quando encontrar (o que parece ser já o caso para determinados materiais) soluções que não necessitem de recorrer a intervenções que destruam solos ou provoquem outros impactos ambientais graves, como acontece até em zonas classificadas como património agrícola da humanidade (veja-se o caso das terras de Barroso ameaçadas pelos pululantes projetos de mineração).

No caso da energia solar fotovoltaica, Portugal tem vindo a ser palco de uma perversão especialmente grave. A principal fonte de fixação de energia solar é a agricultura, incluindo as pastagens, e a arborização, seja primitiva ou espontânea, seja por plantação. Mas o ponto a que se chegou no nosso país de desprezo pela agricultura e pela silvicultura próxima da natureza é de tal ordem que se estão a verificar destruições de extensas áreas de solos aptos para a agricultura ou pelo menos para pastagens, montados e arborizações, agressões essas motivadas pela instalação de coletores fotovoltaicos. Parte desses solos poderão ser recuperados mais tarde, quando de eventual desmontagem de parques solares. Outros foram sujeitos a destruições tão violentas que será difícil alguma vez recuperarem.

A palavra «ambiente» e conceitos próximos apresentam-se assim sujeitos a cargas semânticas que podem imprimir-lhes forte ambiguidade ou mesmo usurpação de sentido, lançando a ambiguidade no debate público sobre o tema e dando azo à manipulação da opinião pública por forma a utilizar o interesse generalizado e a preocupação com o ambiente, assinalados por variados inquéritos de opinião, de um modo que resulta afinal em novas formas de agressão ambiental.

3. A ideia de transição energética começou por ser aplicada por movimentos de cidadania de base (*grassroots*), através de grupos espontâneos de pessoas. Preocupadas com uma civilização totalmente dependente de combustíveis fósseis cujo fim estava anunciado desde a edição em 1972 do livro *Os Limites do Crescimento* (*The Limits to Growth*) e desde a crise petrolífera de 1973, essas pessoas procuravam também uma resposta às deformações que a sociedade

industrial moderna provocara no estilo e qualidade de vida, nas cidades e nos territórios, na biodiversidade, na saúde, sobretudo através da industrialização intensiva da agricultura. Daí resultaram uma série de movimentos locais de Cidades em Transição, que são abordados no documentário *Vozes da Transição* (*Voices of Transition*), produzido em 2012 por Nils Aguilar. Outro filme, que teve distribuição comercial em Portugal, *Amanhã* (*Demain, et après?, Tomorrow* em inglês), realizado por Cyril Dion e Mélanie Laurent, atriz bem conhecida do público francófono, encontramos um panorama mundial que serve de pano de fundo a uma melhor compreensão das disfunções e desequilíbrios que exigem o esforço de iniciar e prosseguir uma transição que, sendo energética, é bem mais do que isso. Entretanto, nas instituições oficiais, nos Estados, nas organizações internacionais e mundiais, e mesmo no mundo dos negócios e das grandes empresas ditas multinacionais, o fantasma do anunciado esgotamento das energias fósseis, em ligação também com a crise climática, não era ignorado. Procurava-se no entanto, muitas vezes, conciliar aparentes soluções com a manutenção dos mesmos negócios de sempre (*business as usual*). Alguns governantes mais alertados tentaram desenhar uma política energética que respondesse às aspirações de um número cada vez maior de cidadãos. O primeiro Ministério da Transição Energética, segundo creio, surge em França pela mão do animador de programas de televisão sobre Natureza e ativista destacado da luta contra as alterações climáticas, Nicolas Hulot. Em Portugal, na segunda metade da segunda década do século, essa terminologia é imitada, e surge o Ministério do Ambiente e da Transição Energética, mais tarde rebatizado «e da Ação Climática». Mas o termo surge travestido, cobrindo políticas que, afirmando-se «verdes» ou «ambientais», são de facto falaciosas porque agressivas para o ambiente que dizem defender. E torna-se assim necessário, para instituir uma verdadeira Transição Ecológica, fazer a análise crítica da ideia de Transição Energética que, sendo em si justificada, se tornou já uma falsificação corrente.

4. A tomada de consciência generalizada da crise ecoambiental tornou frequente o uso de expressões de exaltação da Terra, como se o planeta tivesse sido redescoberto: uma só Terra, Terra Mãe, Irmã Terra e, até, apenas, O Planeta (a Terra, por antonomásia). Mais recentemente, e para sublinhar a importância dos mares, alguns têm vindo a designar a Terra como o Planeta Oceano. Numa entrevista ao jornal Público de 8 de junho de 2021, Paul Watson, fundador da Sea Shepherd Conservation Society, justificava tal designação pelo papel decisivo do fitoplâncton, superior ao de toda a vegetação da Terra, na produção do oxigénio de que os seres vivos, humanos incluídos, dependem absolutamente. Entre nós, é habitual atribuir importância superlativa ao mar, dando-lhe a feição de um novo mito de «país de marinheiros». A prioridade económica que vem sendo atribuída ao mar parece afinal estar muito longe da realidade, coisa que os entusiastas da «eco-

nomia» e do «desenvolvimento» muito lamentam. Mas que só pode alegrar os verdadeiros amigos do Planeta Oceano, sabendo-se como «economia» e «desenvolvimento» assumiram na nossa época a figura de um extrativismo frenético que a toda a parte tem levado poluição, aniquilação dos ecossistemas e perda de biodiversidade. Para a saúde do Planeta Oceano mais vale manter longe dele os pontífices da deusa Economia, na interpretação que atualmente lhe é dada. Mais um pequeno problema semântico para os cultores da linguística... [publicado no n.º 5 da revista *Leonorana*, 2021]

## **NÃO MERECEMOS PERDER!**

### **[o EZLN por terras alentejanas em 2021]**

♦ *Maria Ramalho*

Surgira o convite para estar presente numa iniciativa rara e secreta. No final de um dia gelado do mês de Novembro de 2021, era suposto dirigirmo-nos a um determinado local, algures em Montemor-o-Novo, onde iríamos encontrar um grupo Zapatista que vinha a Portugal para conversar. Zapatista... só o nome soava logo a um misto de liberdade e rebelião, por essa razão, o Encontro prometia ser algo especial, sobretudo num momento em que a vida rolava intermitente por entre interdições, incertezas e falta de convívio. Numa ronda única pela Europa, um grupo de homens e mulheres do Exército Zapatista de Libertação Nacional, vindos do mais recôndito México, marcara também presença em vários lugares do Alentejo. A aventura deste grupo de guerrilheiros, divididos em diversas delegações, tinha tido o seu início em Maio, auto-intitulando-se «Caravana Zapatista PELA VIDA». O objectivo era encontrarem associações, movimentos, ou simples grupos de pessoas que, por toda a Europa, resistem como eles ao cerco, ou ao saque, dos seus recursos naturais e formas de vida, das suas cidades e campos, num mundo onde tudo tem um preço e rapidamente se transforma em mercadoria. A forma encontrada por estes zapatistas para alcançar uma urgente proximidade feita de apoio e partilha foi, como nas seculares práticas comunitárias, ouvir e contar histórias. Desse modo, como há milhares de anos, criam-se os necessários laços entre os que participam, e garante-se a passagem de testemunho às gerações futuras.

Num dos comunicados lidos pelo «Esquadrão 421», a delegação que se deslocara à Europa por via marítima, confirmava-se essa ideia: *Contem-nos a vossa história, não importa se é grande ou pequena. Contem-nos a vossa história de resistência, de rebeldia, as vossas dores e as vossas raivas, os vossos «não» e os vossos «sim», porque nós, as comunidades zapatistas, viemos para escutar e aprender a história que há em cada quarto, em cada casa, em cada bairro, em cada comunidade, em cada língua e em cada modo, ou não modo,*

*porque, depois de tantos anos, aprendemos que em cada dissidência, em cada rebeldia, em cada resistência, há um grito pela vida (...).*

A vontade de assistir, e participar, neste acontecimento histórico impeliu-me a não desistir de encontrar o local combinado, mesmo depois de, por diversas vezes, me ter perdido nas estradas de terra sem sinais ou luzes. No final, apesar de algumas indicações amigas, apenas a intuição me guiou para o portão de ferro já velho e quebrado que, supostamente, daria acesso ao terreno escolhido para o Encontro. Faltava ainda contornar uma casa onde as janelas filtravam uma luz fraca para, finalmente, chegar a uma grande fogueira. Em seu redor alinhavam-se pouco mais de vinte pessoas bastante silenciosas mas muito iluminadas pelas altas labaredas. O frio era muito e apenas o calor das chamas oferecia algum conforto aos que ali se encontravam. Espantosamente, numa das pontas do círculo que se formara surgiam, sentados, os *compañeros* e *compañeras* vindos de Chiapas, mais mulheres que homens, todos bem alinhados, de máscaras KN95 brancas reluzentes nos seus rostos morenos. De repente, dei conta do contraste enorme entre o grito de insubmissão que parecia ecoar desde as matas de Chiapas e essa «mordança» pandémica. Que estranho mundo este...

Ultrapassada a primeira impressão, fiquei a escutar as palavras que se trocavam. Diferentes pessoas expunham projectos ou experiências que estavam a acontecer na região, focando a importância da interajuda, das boas práticas agrícolas e da vontade de avançar com muitos outros planos. Espantou-me essa forma de transmissão oral do conhecimento em redor de uma fogueira, algo que as comunidades humanas em todos os cantos do planeta praticaram durante séculos e séculos, mas que hoje se perdeu tão completamente. Perguntei-me se os presentes teriam consciência da força do acto simbólico e milenar que partilhavam. O frio continuava cortante, mas a apresentação dos projectos terminara para dar lugar à tão desejada conversa. Aproveitei a oportunidade para interrogar o grupo de zapatistas ali presente sobre a sua relação com as novas técnicas de comunicação, nomeadamente os telemóveis com acesso à net. Intrigava-me como esse pequeno objecto, símbolo máximo da sociedade de consumo e porta aberta para todo o tipo de alienação e vigilância de massas poderia ser aceite num dia-a-dia pleno de rebeldia contra o poder asfixiante do capitalismo, de resistência à autoridade e vontade de criar um mundo alternativo.

A resposta não poderia ser mais insólita: afirmaram a sua incapacidade de utilizar em pleno as novas técnicas de comunicação, algo que, em sua opinião, era uma falha na luta que empreendiam. Falaram das ausências de net em muitos locais e de como isso era para eles um entrave. No



entanto, explicaram que possuíam uma rádio própria que lhes garantia o contacto entre as diferentes comunidades. Pareceu-me, ao contrário do que seria óbvio, que essa sim era uma boa ideia, assim como serão sempre importantes todas as alternativas à «grande indústria digital» e suas artimanhas, sobretudo quando está em causa a organização de um certo tipo de combate, onde algum secretismo é obviamente necessário. Embarcar nas leis do *smartphone*, usar as redes sociais do Zuckerberg ou outras do mesmo tipo, nada poderá ser tão contrário ao grito de libertação zapatista. Alguns disseram vagamente que sim, realmente notavam que os jovens que possuíam um telefone desse tipo apresentavam uma adição de tal maneira forte que os inibia de participar nas iniciativas comunitárias. Apesar de se saber que os aspectos negativos desta realidade ultrapassam os positivos, rapidamente os vários lados do círculo de pessoas dispostas em redor do fogo declararam que «não havia alternativa», ou seja, outra vez o famoso TINA (*there is no alternative*), mas aqui no contexto errado... No entanto, praticando exactamente o contrário desta ideia infelizmente enraizada, naquele momento todos nós participávamos num acontecimento exemplar onde, paradoxalmente, era interdito usar o telemóvel para fotografar ou gravar...

A grande lição a tirar da presença física em Portugal, e na Europa, dos zapatistas é que o «estar presente», ligado olhos nos olhos, nunca poderá ser substituído por contactos remotos, digitais, virtuais etc... a luta faz-se conhecendo-nos e conhecendo os outros, pois há um sem-número de informações e emoções que só passam quando se está «corpo a corpo». Aquele era, sem dúvida, um bom exemplo. A coragem do «estar aqui e agora» é uma atitude admirável neste «novo mundo» em que todos acham fácil, normal e até aconselhável não haver encontros presenciais, nomeadamente pela facilidade com que se utilizam as famosas aplicações ou *apps* algo que, na sua essência, pertence a um mundo que não dominamos, mas que alguns, muito poucos, sabem bem para que serve. Temo que a «prática da ausência», como mensagem enviada ao mundo durante tanto tempo, acabe por se entranhar no espírito humano muito para lá da Pandemia.

Foi exactamente por isso que admirei profundamente todos aqueles que, em redor de uma fogueira, numa noite fria e escura de Inverno, tiveram a coragem de ali estar, levando-me até a pensar se afinal a máscara nos tira ou dá liberdade. O capuz zapatista, a máscara covid ou outros «disfarces» físicos tudo se confundia naquele momento na minha cabeça. Melhor, sem dúvida, estar presente de máscara do que disfarçado na net a vomitar violências. Viajar de tão longe para ir ao encontro de tanta gente numa altura difícil como a que vivemos é, de todos os

modos, admirável, mas só possível quando o objectivo vai muito além de todas as opções sanitárias, de todos os individualismos egoístas, de todas as visões redutoras do mundo. É preciso sentir para mudar, é preciso ver de perto para vislumbrar outros horizontes. Tudo o que nos oprime é menor face à necessidade de estar presente, de comunicar uma mensagem de libertação e de afirmar que é sempre possível fazer de modo diferente, mesmo que em pequena escala.



Zapatistas  
Desenho de Mara Rosa  
2022

## A GUERRA, A VELHA ESQUERDA E OS LIBERTÁRIOS

♦ *M. Ricardo de Sousa*

*Matem-me se algum dia me alistar no partido da invasão.* P. Kropotkine  
É já um lugar comum dizer que esta guerra na Ucrânia vai reconfigurar a política europeia e mundial. Mesmo não sendo bruxo, tudo aponta para isso. O rearmamento da Alemanha, o aumento da coesão e poder da NATO, uma nova corrida armamentista, o reforço dos investimentos em energia nuclear, serão desde logo algumas consequências da invasão da Ucrânia pelo Estado Russo. Por tudo isso o capitalismo liberal terá um dia de agradecer a Putin ter desencadeado este imprevisível impulso agregador.

Haverá também consequências duradouras entre os que se declaram anti-capitalistas pois a fractura resultante do apoio implícito, e explícito, de vários sectores à agressão desencadeada por Putin, não me parece que sejam fáceis de ultrapassar no futuro. São visões de mundo antagónicas a dos que apoiam um agressor e a dos que apoiam as vítimas. Até na velha extrema-esquerda, teoricamente internacionalista, o alinhamento com as teses do Estado russo não deixa de surpreender tanto mais que a natureza da oligarquia russa, o nacionalismo reaccionário de Putin e sua política imperial não dão margem para as ilusões que pudessem ainda existir quando da invasão da Hungria e da Checoslováquia pela desaparecida URSS justificadas pela desestabilização imperialista do «campo socialista». E mesmo nessa época os libertários, e muitos comunistas, manifestaram-se contra o imperialismo russo. O trágico, ou cómico, é que a reprodução dos argumentos do Estado russo, incluindo de peças da sua campanha de manipulação e desinformação, se faça em nome do «anti-imperialismo», um anti-imperialismo que faz até que em alguns países sectores delirantes da extrema-esquerda considerem o Irão e o Daesh «objectivamente anti-imperialistas». Serão delírios da velhice ou cinismo sinistro da velha tradição estalinista?

A posição dos anarquistas, pelo menos as que conheço, neste caso foram correctas e não levou a nenhum alinhamento com a retórica política do Estado Ucrainiano, mantendo-se no objectivo claro de oposição ao invasor e de apoiar a auto-defesa do povo ucraniano, pelos meios que decidir e entender, mesmo sabendo que a lógica do Estado tende a se impor em situações de guerra, mas essa é uma disputa permanente entre os povos e a suas classes dominantes e o Estado nacional. Sabemos que no passado, nas duas guerras mundiais, houve uma fractura no movimento anarquista entre os defensores do alinhamento com um dos campos do conflito, mas mesmo nessa situação crítica, nunca houve sectores libertários que defendessem o campo do agressor. Ou seja, na I e na II Guerra Mundial o debate foi se se deveria apoiar o campo dos Aliados contra os Estados agressores e autoritários ou apelar aos trabalhadores à não participação na guerra.

Por isso é que espanta que também entre os libertários surjam alguns que se dedicam implicitamente, outros sub-repticiamente, a defender o Estado Russo com seus argumentos, justificações, evocando razões geoestratégicas ou factos e guerras passadas comprometedores do campo imperialista, EUA e Reino Unido. Como se a invasão do Iraque, Afeganistão, Líbia, ou a ocupação da Palestina, legitimasse a agressão russa. É difícil saber se esse tipo de discurso resulta do velho complexo que fazia com que antes de cair a URSS, muitos não criticassem o que acon-

tecia lá para não serem acusados de «anti-comunismo» ou é um mero acompanhar do activismo digital da velha extrema-esquerda pelas dificuldades de manter uma posição coerente e radical neste debate virtual viciado... A maioria dos referidos libertários, e que são poucos, situa-se, no entanto, no campo de uma ambiguidade cínica, só dois ou três, que já andaram pelos meios libertários, são explicitamente, e delirantemente, pró-Putin.

Não me parece que a visão do mundo dos libertários seja compatível com cobardia, pragmatismo e cinismo das correntes políticas da velha esquerda, mesmo da que se reivindicava do anti-capitalismo e internacionalismo e agora cedeu ao nacionalismo imperial e beligerante de Putin. Nesse sentido podemos tentar entender a origem dos conflitos e o que está em jogo na disputa entre Estados, mas nunca alinharemos com a agressão, os invasores e os que despoletam a guerra. A posição libertária não é cómoda, nem popular, nos tempos que correm, mas é a que está de acordo com os nossos princípios e história.

## **A ACÇÃO DE JORGE COLAÇO**

### **o anarquismo da não-violência em Portugal**

♦ *João Freire*

No passado, o movimento libertário em Portugal foi essencialmente expresso pela corrente anarco-sindicalista, com uma parcial sobreposição com o “anarquismo a secas”, de que chegaram ainda ao nosso tempo figuras como Adriano Botelho ou Francisco Quintal. Das outras variedades, nenhuma chegou a configurar-se como uma tendência organizada, a despeito de se terem registado muitas simpatias, militâncias individuais ou mesmo grupos organizados que faziam referência ao “anarco-individualismo”, ao “anarquismo anti-científico” (ou “naturianista”), ao pacifismo (mais propriamente, anti-militarismo), ao “comunismo” (incentivador de comunidades autónomas de vida e de trabalho) ou ao anarquismo cristão (à maneira de Tolstoi). Tal como depois do 25 de Abril aconteceu com o chamado “autonomismo”, com o anarco-feminismo, o anarco-ecologismo ou com quaisquer expressões locais dos anarco-punks.

Jorge Colaço é certamente um dos militantes anarquistas de mais longa e consistente actividade propagandística no Portugal actual. Logo após o 25 de Abril, empenha-se na distribuição do jornal *A Batalha*, sobretudo no Alentejo litoral e distrito de Setúbal, ao mesmo tempo que anima a criação de um grupo de afinidade ao qual, de acordo com os sons da época, deram o título de “A ferro e fogo”. Este, desde logo aderiu à recém-formada Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP) e

foi um dos seus firmes defensores face às manobras de denegrimiento que sobre ela incidiram vindas de outros sectores do anarquismo organizado. Colaço e o seu grupo, juntamente com o grupo editor d'*A Ideia*, fundaram em 1977 a Cooperativa Editora Sementeira, CRL, que haveria de subsistir até 1991, sendo o Jorge um dos seus membros mais efectivos e confiáveis, sobretudo a partir talvez de meados dos anos 80.

Discreto mas sempre eficaz e rigoroso, o Jorge Colaço participou activamente em todas as principais realizações organizativas e propagandísticas do movimento anarquista: conferências libertárias, ‘Semanas de Presença Libertária’, Colóquio Internacional ‘Tecnologia e Liberdade’, Exposição ‘Um século de anarquismo em Portugal’, Círculo de Estudos Joaquina Dorado-Liberto Sarrau, e sempre um apoio efectivo aos jornais *Voz Anarquista* e *A Batalha*, e ao Centro de Estudos Libertários. Talvez motivado pela suspensão da revista *A Ideia*, Colaço fundou em 1993 com um seu grupo de amigos, a Modos de Ser-Associação Livre e a revista *Singularidades* cujo primeiro número saiu em Dezembro desse mesmo ano e o último em 2012, tendo deixado uma colecção de 29 edições, de excelente qualidade. Depois dessa experiência, Jorge Colaço não parou de publicar, embora se reduzisse a visibilidade dessas produções. No mesmo ano de 2012 e ainda sob a égide da associação Modos de Ser, começou a publicação da revistinha *Letra a Letra*, que vai agora no seu número 11. E, ainda nesse ano, lançou a colecção de opúsculos *Pão e Dignidade*, da responsabilidade de um reduzido (supõe-se) grupo de afinidade acrata com igual designação, atingindo no ano de 2021 o seu nº 7.

Embora tenha escrito e editado diversos pequenos textos (por exemplo sobre o eco-feminismo da Emma Goldman, logo com a brochura *O Indivíduo na Sociedade*, que editou com outros companheiros) e publicado um livro próprio, *Alcanaitra e Alcoentre – nem Ramiro III, nem Afonso Henriques – prefiro o ‘Derito’* (2017), é nesta fase do seu activismo militante que, sobretudo, o Jorge tem oportunidade de se constituir, através daquelas publicações, como o principal difusor de alguns dos filões do pensamento libertário menos conhecidos entre nós. Pôde assim divulgar importantes contributos de correntes menos conhecidas na actualidade, além de manifestar particular atenção às principais mulheres que, em Portugal, juntamente com os seus companheiros, lutaram pela liberdade, a igualdade e a dignidade humanas. Foi pela sua mão que nos chegaram textos antigos e alguns mais recentes de temas e autores “marginais” dentro do anarquismo, o que veio preencher uma lacuna importante para os simpatizantes e adeptos contemporâneos. Entre tantas outras coisas publicadas sob aqueles três títulos – incluindo muita poesia

e o desenho , destaque: o *individualismo* anarquista; o *pacifismo integral* e a acção *não-violenta* (ao modo de Giovanni Trapani e de outros bem mais antigos); as *pedagogias emancipadoras*; o *naturismo* e uma convivência sã com a Natureza-ambiente; uma *sexualidade libertada*; e ainda outras questões mais controversas entre libertários.

Também ali se evidencia a forma como o Jorge Colaço encontrou forma de manifestar por escrito o carinho que sempre dedicou aos nossos velhos no restrito meio “anarca” português, além das notas biográficas de gente desaparecida mas que deixou marcas, da crítica de livros e dos registos de correspondência e das trocas internacionais que mantinha (França, Itália, Suíça, Brasil), numa rede significativa de relacionamentos interpessoais com diversos companheiros estrangeiros. Sobretudo nas duas primeiras publicações, ali encontramos sempre poesia, notas de leitura e opiniões de um leque alargado de colaboradores. Na mais recente e pequenina, vemos novas tomadas de posição e o retorno dos mesmos temas.

Eis decerto um dos activistas que, entre nós e desde 1974 até hoje, mais actuou pelas ideias em que acredita, sempre empenhado e meticuloso nas preparações, generoso e convivial (mas também firme quando era preciso). E é certo que irá assim continuar, enquanto puder. Um exemplo para muitos, que não tem sido suficientemente reconhecido. Aqui fica a emenda.

## ANARQUISTAS E SITUACIONISTAS

♦ *Patrick Schindler*

Este texto pretende ser o ponto de partida duma matéria ainda mal estudada e esclarecida, as relações entre anarquistas e situacionistas antes e logo após Maio de 68, a partir de três obras fundadoras, *Les situationnistes et l'anarchie* (2012), de Miguel Amorós, *Le scandale de Strasbourg par ses célibataires même*, de André Bertrand e André Schneider, e *Le mouvement situationniste – une histoire intellectuelle* (2013), de Patrick Marcolini.

O período que antecedeu Maio de 68 foi tocado por uma vaga difusa de sentido libertário, que deixa hoje no ar a seguinte pergunta: qual a razão que levou os situacionistas a manterem-se isolados sem alinharem com os anarquistas organizados na Federação Anarquista (FA)? Para tentar responder a esta questão Miguel Amorós baseou-se numa volumosa documentação, onde se encontram cartas postais, algumas inéditas, brochuras, edições críticas e notas tiradas em entrevistas aos protagonistas dos eventos. Pormenorizou deste modo um quadro preciso das relações que se estabeleceram entre o universo libertário e a Internacional Situacionista (IS) antes da revolta de Maio de 68 e até ao momento da sua

irrupção. O seu livro faz alusão ao conteúdo essencialmente libertário da contestação dos anos 60, explicando como a IS conseguiu “com meios muito escassos, mas uma enorme inteligência crítica” deixar uma marca sua no projecto de revolução social de então, pondo em causa o triunfo da mercadoria e do espectáculo nestes anos ditos “os trinta gloriosos”. Neste plano os situacionistas foram levados a abanar sem complacência tanto os gerentes da ideologia anarquista fossilizada como as seitas esquerdistas marxistas ou anarquizantes. Embora chamando a si Marx, os situacionistas, segundo Amorós, só encontraram hostilidade por parte das organizações marxistas, inclusive das mais esquerdistas. Ao invés, a sua radicalidade e a sua coerência despertaram alguma curiosidade nos meios libertários, lembrando o que sucedera com os surrealistas. Diz Amorós que “o anarquismo traduzia melhor do que qualquer outra teoria o estado de alma da juventude e o desencanto dos operários em relação aos sindicatos.” Como quer que seja, o aparecimento de uma nova teoria política nos meios libertários provocou uma viva discussão no seio da FA. De feito, se no início o situacionismo contestava as formas artísticas convencionais e a sociedade de espectáculo, título da depois célebre obra de Guy Débord, mais tarde acabou a condenar as estruturas revolucionárias tradicionais.

No ano de 1966 um grupo de estudantes contestatários foi eleito para a Associação Federativa Geral dos Estudantes de Estrasburgo, então um dos ramos locais da União Nacional dos Estudantes Franceses (UNEF). A simpatia desse grupo de estudantes ia para os anarquistas (Stirner, Makno, Durruti), mas também para os surrealistas e para os dadaístas. O contacto que alguns deles tiveram com a IS acabou por desembocar na redacção do emblemático panfleto, *Da miséria no meio estudantil*. Para os responsáveis nacionais da Unef este grupo, pretendendo revolucionar a sociedade com a finalidade de libertar a vida quotidiana da alienação do trabalho assalariado de modo “a viver sem tempos mortos e a gozar sem entraves”, estava muito afastado dos seus planos e objectivos. É esta a história que nos conta o livro de André Bertrand e A. Schneider. É hoje consensual que o escândalo de Estrasburgo foi o prelúdio e o fermento dos acontecimentos de Maio de 68. Foi no célebre panfleto atrás referido, de 1966, que as organizações revolucionárias tradicionais, inclusive as anarquistas, aparecem condenadas. Maurice Joyeux respondeu ao panfleto com um artigo arrasador, cujo tom era tão virulento e azedo que só a custo passou no crivo da comissão de leitura do jornal *Le Monde Libertaire* (ML). Pela mesma altura apareceu neste um texto assinado por Guy Antoine, membro da redacção do jornal, “O que é o situacionismo?”, fazendo ao invés o elogio desta corrente. A velha geração da

FA começou então a recear uma eventual “conspiração” interna situacionista. É hoje sabido, porém, que não existia no interior da federação qualquer elemento da IS. No máximo existiam alguns jovens aderentes que tinham alguma simpatia pelas ideias situacionistas, nada mais. O então secretário-geral da FA, Maurice Laisant, dissolveu a comissão de leitura, que era na época constituída em exclusivo por membros do grupo Louise Michel, que tinha por referência tutelar Proudhon, cujo monogenismo era rejeitado pelos situacionistas e também pelos jovens federados, que lhe preferiam, numa época em que as teorias anarquistas voltavam a estar na moda com a publicação em 1966 do livro de Daniel Guérin, *L’Anarchisme*, Bonnot, Emile Henry ou Ravachol. Os jovens anarquistas da época ousavam até fazer uma releitura de Marx, verdadeiro tabu para a Associação para o Estudo e a Difusão das Filosofias Racionalistas, proprietária legal da livraria “Publico” e do jornal ML. René Fugler, o primeiro anarquista a interessar-se pelas teorias situacionistas, e em especial pela noção de jogo como fonte de criatividade artística e de expressão apropriada à liberdade humana, é denunciado como representante dos marxizantes por Maurice Joyeux. Os artigos de André Bertrand sobre os traços libertários do situacionismo foram bloqueados e não puderam sair no jornal, com o argumento de que “a IS queria dissolver a UNEF e faria o mesmo de seguida se pudesse à FA.” As cartas de protesto dos situacionistas também não são publicadas. Em Novembro de 1966, *Sisyphé*, que se define como “órgão comum do círculo de estudos livres e do grupo dos jovens libertários”, constituiu-se como grupo anarquista e aderiu à FA, convencido de que podia contribuir para a sua renovação. O seu programa defende que só é possível construir depois de destruir as estruturas corrompidas da sociedade hodierna. Contra o capitalismo, o marxismo, os Estados e os poderes, propunham que só a autogestão, o colectivismo e o federalismo podiam assegurar à humanidade uma liberdade plena e inteira. Nova censura do jornal e nova decepção, seguida de um generalizado mal-estar no meio libertário e de uma cisão no grupo *Sisyphé*, que cria o Grupo Anarquista Revolucionário. Outro grupo dissidente da FA, o Grupo de Ménilmontant, advoga a ultrapassagem dos sindicatos e a generalização da sabotagem. A Organização Revolucionária Anarquista, platformista, cria em 1967 *Rouge et Noir*, simultaneamente grupo e revista teórica, que teve depois papel de primeira linha nos sucessos de Maio de 68 e cuja influência se detecta no Movimento 22 de Março. No Congresso de Bordéus que teve lugar nesse ano seis grupos (Nanterre, Estrasburgo, Toulouse, Hyères, Metz-Thionville...) e alguns militantes individuais abandonam a federação — isto numa altura em que a radicalização estudantil se fazia já



sentir nas universidades de Lyon, Grenoble, Bordéus e Nantes. Dá-se o boicote aos exames, exige-se liberdade sexual e interrompem-se as aulas. Os estudantes René Riesel e Bigorgne são obrigados a comparecer a 25-1-1968 diante do deão da Faculdade de Nanterre por interrupção indevida de aulas. Cohn-Bendit torna-se por esta altura uma notoriedade jornalística. Protestos contra a violência policial nas imediações universitárias e formação do grupo Enragés, como homenagem aos *sans-culottes* da Revolução Francesa e a Bonnot, Ravachol e Emile Henry. Com cerca duma centena de estudantes, recorrendo à simbologia libertária, o grupo organizava-se em torno de Riesel. A polícia respondeu com mais violência e invadiu o edifício universitário de Nanterre. Desde Pétain que a polícia não invadia o interior de uma universidade. Em resposta, os estudantes ocupam uma parte de Nanterre e criam o Movimento 22 de Março. A 29 as aulas foram suspensas e quando foram retomadas, a 2 de Abril, os estudantes ocuparam os anfiteatros. Depois das férias da Páscoa, a 27 de Abril, Cohn-Bendit é preso por algumas horas e libertado. As autoridades mandam encerrar a universidade de Nanterre e oito estudantes são convocados para comparecer a 6 de Maio diante do conselho de disciplina da universidade de Paris. A assembleia de estudantes no pátio da Sorbonne é proibida pelo reitor, seguida de intervenção da polícia, que faz cerca de 500 presos entre os presentes e inúmeras condenações. Iniciaram-se então os apelos à greve geral, tendo início a 6 de Maio os motins no Bairro Latino.

Durante todos estes acontecimentos e nos que se lhe seguiram a FA manteve-se na retaguarda, mas uma jovem geração pós-68 contribuiu largamente para renovar os princípios de base, dando mais ênfase à luta de classes e renovando a visão societal. Acontecimentos como a luta das mulheres e dos homossexuais, o nascimento do Front Homosexuel d'Action Révolutionnaire (FHAR), o combate anti-nuclear e as experiências práticas de autogestão (fábrica Lip e outras) provaram como os velhos princípios da FA estavam inadaptados aos novos tempos e precisavam de se renovar, mostrando-se mais consentâneos com os novos ventos que sopravam depois de 68.

Regressemos à história do situacionismo com a obra de P. Marcolini. Recorda-nos ela que o movimento situacionista tem hoje uma celebridade contraditória. É quase sempre lembrado por causa de uma única noção, a de “sociedade de espectáculo”, que acaba assim por ocultar o restante contributo intelectual dos situacionistas. O autor lembra-nos que de 1950 a 1970 este movimento artístico e militante desenvolveu, com as reflexões de Guy Debord, de Raoul Vaneigem e de Michèle Bernstein, uma reflexão crítica sobre a sociedade de consumo, a técnica, a alienação

do indivíduo no mundo moderno, mas também sobre as “proposições políticas concretas para uma outra aproximação às lutas”. A obra está organizada em duas partes de dimensões equivalentes: a primeira trata do movimento desde a sua criação até à sua dissolução, enquanto a segunda explora a nebulosa pós-situacionista, que continua a estar presente nos debates. A finalidade de Marcolini é desfazer a seguinte contradição: ao passo que os situacionistas e os seus principais membros, antes de mais Debord e a sua noção de espectáculo, são regularmente convocados pelos meios de comunicação, as posições do movimento e os seus fundamentos teóricos continuam largamente desconhecidos. Para concluir esta primeira aproximação entre situacionistas e anarquistas, convenhamos que foi uma lástima que estas duas correntes tenham falhado o encontro antes dos acontecimentos de Maio de 68 e isto tanto para um lado como para outro. Caso eles tivessem sabido encontrar uma



unidade mínima é possível que, através das suas práticas, fossem bem sucedidos em limitar os estragos da traição dos sindicatos e dos “leaders de 68”, todos com egos muito maiores que as suas convicções revolucionárias. Creio que Guy Hocquenghem, o animoso autor de *Carta aberta aos que passaram do colarinho à Mao para o Rotary clube*, não me contrariava sobre este ponto.

**Nota do Editor:** Nascido em 1956, Patrick Schindler é um libertário francês, antigo militante do FHAR e membro da Federação Anarquista (FA) desde 1973. O texto que aqui se apresenta é versão livre dum artigo seu, intitulado “Situationnistes et anarchistes ‘Je t’aime moi non plus!’” (*Le Monde Libertaire*, n.º 1795, Maio, 2018, pp. 33-34). As relações do jornal *Le Monde Libertaire* com o situacionismo começaram de forma promissora, ainda nos anos 50 (n.º 41-42, Agosto/Setembro, 1958) com um artigo de René Fluger [René Furth], saudando o surgimento do primeiro número da revista *I.S.* (Junho, 1958). Um trecho dizia o seguinte: “O empreendimento situacionista apela à função que porventura melhor exprime a liberdade humana: o jogo. Um tal exercício, colocando-se na perspectiva de uma revolução integral, quer dizer, transformar indissolavelmente todas as estruturas materiais e espirituais da vida colectiva, não nos pode deixar indiferentes.” O artigo do *Le Monde Libertaire* foi dos raros ecos que o primeiro n.º da revista situacionista suscitou na imprensa francesa.

## OS PROVOS DE AMESTERDÃO (1965-1967)

*Nicola del Corno*

“Síntese de todas as rebeliões e de todas as heresias do século XX” desta forma, talvez demasiado enfática, definiu o jornalista Paolo Romano Andreoli o movimento Provo numa das primeiríssimas reflexões

surgidas sobre esse fenómeno contra cultural, notando nele o rasto do existencialismo, do dadaísmo, dos beat, dos futuristas, do surrealismo e de outras vanguardas (*Provo*, Roma, 1967, p. 24). Verdadeiro é sem dúvida que os provos conseguiram em poucos anos influenciar a cena *underground* europeia e não apenas, já que o eco das suas acções chegou a Los Angeles graças à sua original metodologia de protesto, constituída não por manifestações, sit-in, comícios ou outras formas de desobediência civil geralmente consensuais, mas por pequenas intervenções de guerrilha lúdico-artística. Através de repetidos e efusivos encontros os provos ambicionavam meter a ridículo a autoridade, qualquer que ela fosse, com as armas da dessacralização e da extravagância. Como dizia um dos seus primeiros manifestos: *Considerada a impossibilidade de uma revolução total, não nos resta senão provocar a autoridade, o Estado, a propriedade privada, os grandes magnatas, o militarismo, a Bomba*. Esta atitude, talvez pouco política no sentido ideológico da palavra, não foi compreendida por todas as almas do movimento contestatário da época. Basta pensar nas críticas que a Internacional Situacionista então lhe fez, dizendo tratar-se de reformismo que pretendia apenas mudar alguns aspectos do quotidiano, sem querer fazer mudanças no equilíbrio político-social e sem atender ao papel do proletariado como sujeito revolucionário por excelência. Pode dizer-se que os provos nasceram espontaneamente do encontro público de jovens amsterdameses que assistiam às performances de ROBERT JASPER GROOTVELD, um antigo polidor de vidros transformado em artista de rua e que se autodefinia como um “pobre diabo de aldeia”. Na altura a sua performance preferida, como fumador empedernido, era protestar contra as multinacionais do tabaco e a sua publicidade invasiva através duma celebração ritualística, que consistia em fumar vários cigarros ao mesmo tempo, acompanhando-os com fortes explosões de tosse, quase à maneira duma reza. Na verdade, Grootveld recitava *Ugge, Ugge, Ugge* (som onomatopaico que indica um ataque de tosse). O lugar preferido para as suas provocantes exibições era a muito frequentada praça Spui, debaixo da estátua do jovem Het Liverdje, oferecida à cidade por uma empresa tabaqueira. A praça tornou-se de imediato o lugar privilegiado das provocações libertárias dos provos e dos relativamente frequentes incidentes com a então violenta polícia holandesa.

A palavra *provo* provém do trabalho do sociólogo Woutet Buikhiusen sobre o comportamento dos grupos *nozem* os *teddy boy* holandeses no decorrer do qual a abordagem destes jovens era considerada *provocerend*, quer dizer, provocatória. Segundo o estudo, esses jovens não procuravam protestar contra o sistema vigente, mas apenas provocar a

sociedade. A classificação agradou ao estudante de filosofia Roel van Duijn e ao libertário e anti-militarista Rob Stolk que a adoptaram para título do jornal do novo movimento. O primeiro número saiu em 12-7-1965 com uma tiragem de 500 exemplares, enquanto que o décimo-quinto e último número surgido a 17-3-1967 teve uma tiragem de 20 000 exemplares, o que mostra o enraizamento do movimento Provo na sociedade neerlandesa daqueles anos. Um outro instrumento usado para difundir as novas ideias foi a inserção de comunicados e de encartes nos jornais de maior tiragem. Do ponto de vista programático, os provos elaboraram um conjunto de “planos brancos”. Como cor neutra e não ideologizada, o branco foi a cor escolhida para significar contrastivamente a pureza do movimento, que assim deixou de lado o negro, talvez por o julgar demasiado comprometido, ao menos cromaticamente, com a poluição que inquinava o ar e sufocava a sociedade holandesa. Entre estes “planos” ficaram memoráveis o das “bicicletas” e o das “galinhas”. Com o primeiro, procurava-se resolver o problema do trânsito automóvel e por conseguinte o da poluição. Foram assim postas à disposição de todos 50 bicicletas pintadas de branco e sem matrícula, para que pudessem passar de mão em mão na via pública, onde deviam ficar à disposição de todos. A polícia sequestrou-as com o argumento de que elas eram uma instigação ao roubo. Com o segundo plano, propunha-se o desarmamento da polícia na gíria juvenil holandesa o polícia era chamado *kit*, isto é, galinha. Segundo os provos as forças da ordem, sem armas e usando divisas brancas, deviam ter uma missão de assistência social, distribuindo por exemplo “ligaduras, pensos, remédios, preservativos, laranjas, coxas de frango ao provotariado.” (cf. n.º 9 do jornal *Provo*, 1966) Do ponto de vista demonstrativo, resultou particularmente bem o protesto por ocasião do casamento da princesa e futura rainha Beatriz com o príncipe tudesco, e antigo *hitlerjugend*, Claus von Arnsberg. O panfleto que apresentava a contestação mantinha a ambiguidade na designação da personagem, descrevendo-o apenas por sinais pessoais: “olhos negros, tipo alemão, 38 anos, diplomata e antigo (?) nazi.” A 10-3-1966, com a largada de 200 balões de fumo alaranjado, os provos perturbaram o cortejo nupcial e mais ainda a transmissão em directo do evento pela televisão. A jornada ficou marcada pela prisão de centenas de manifestantes. Na ocasião os provos tinham grandes estrelas amarelas cozidas no vestuário para recordarem o passado do príncipe.

Em Junho de 1966 divididos por um fracturante debate interno decidiram participar nas eleições para o município de Amesterdão. A palavra de ordem mais feliz da sua mordaz campanha foi “votai Provo para terdes bom tempo!” O resultado pode dizer-se que foi mais do que li-

sonjeiro com 13 mil votos (2,5%) e um lugar no conselho municipal ocupado pelo cabeça de lista Bernhard de Vries. Estava porém estabelecido que o lugar seria ocupado rotativamente por cinco pessoas nos cinco anos que ao mandato diziam respeito. Com o receio de se tornarem uma moda — havia já em 1967 um itinerário turístico que consistia numa visita guiada aos lugares de eleição dos provos — e sobretudo porque consideravam a sua missão crítica cumprida e esgotada, o movimento decidiu autodissolver-se a 13-5-1967 festejando o acontecimento com um festivo funeral-acontecimento no Vondel Park. Os provos abandonaram a cena pública, não sem antes fazer uma última provocação ao sistema. Puseram a correr que uma importante instituição americana estava interessada em comprar-lhes o arquivo. Interessada em não deixar escapar uma valiosa documentação sobre a cidade, a universidade de Amesterdão adiantou-se de imediato, oferecendo aos responsáveis uma importante quantia, que foi aceite. Em troca, os provos entregaram um saco que continha apenas alguns panfletos que era todo o seu espólio. [fonte: *Bolletino Archivio Pinelli*, n° 56, Milão, 2020, pp. 35-38]

### **PIETRO FERRUA (1930-2021)**

♦ *Marianne Enckell*

O fundador do CIRA morreu a 28-7-2021 em Portland, Oregon, Estados Unidos. Nasceu em São Remo a 18-9-1930, de mãe doméstica e dum pai que trabalhava no casino. Ainda muito jovem serviu de estafeta na Resistência ao nazismo. Com a libertação, formou em São Remo com dois companheiros o grupo anarquista Alba dei Liberi. Os três recusaram fazer o serviço militar. Preso em 1950 por objecção de consciência, Ferrua viveu depois numa semi-clandestinidade, coorganizando acampamentos libertários Internacionais, redigindo a revista *Senza Limiti* (1952-1954, 5 n<sup>os</sup>), trabalhando ainda em acções do Serviço Civil Internacional. Chegou à Suíça em 1954 para escapar a prisão e ficou alojado em casa de Lise Ceresole, viúva do fundador do Serviço Civil Internacional, em Daley-sur-Lutry, instalando-se mais tarde em Genebra para aí se dedicar a estudos de tradução. Encontrou então companheiros anarquistas, que com ele se empenharam a desenvolver o trabalho de Louis Bertoni, o fundador do Serviço Civil Internacional. Foi assim que reapareceu em 1957 uma nova série de *Réveil anarchiste/Risveglio anarchico*, mensário durante um ano e depois com edição irregular. Colaboraram nas suas páginas entre outros Alfred Amiguet e André Bosiger pelo lado francês e Claudio Frigerio, Carlo Vanza e Ferrua (assinando Vico) pelo lado italiano.

No mesmo ano, lançou um projecto de exposição sobre a imprensa anarquista mundial. Enviou então, com mais ou menos sucesso, um conjunto de cartas. Foi a partir daí que nasceu a ideia de um Centro Internacional de Pesquisas sobre o Anarquismo (CIRA – Centre International de Recherches sur l’Anarchisme) para conservar e arquivar a imprensa entretanto chegada. Somaram-se ainda as obras recuperadas da biblioteca de Louis Bertoni e do grupo Germinal de Genebra e logo de seguida um grande número de livros de Jacques Gross e de outros militantes que aderiram desde muito cedo ao projecto como Hem Day, E. Armand, André Prudhommeaux, a confederação sindical sueca SAC e outros. Mais tarde, o CIRA recebeu os arquivos do SPRI e da CRIA (Secretariado Provisório para as Relações Internacionais e Comissão de Relações Internacionais Anarquistas, que funcionaram entre 1947 e 1958), que ficaram encaixotados durante anos e só foram catalogados 40 anos depois. Pietro Ferrua procurou sempre obter reconhecimento junto do meio intelectual e universitário para a corrente anarquista. Com este fim, reuniu um comité de honra internacional do CIRA, juntando investigadores e militantes. A sua iniciativa teve um certo eco, mas colheu também algumas recusas. Desenvolveu em paralelo contactos com a biblioteca universitária de Genebra e a das Nações Unidas com sede na mesma cidade numa fase em que o CIRA era ainda constituído por jornais encaixotados e livros empilhados sobre estantes pouco seguras.

Reuniu estudantes e jovens investigadores para ajudarem na catalogação, organizar conferências, editar e polycopiar o *Boletim do CIRA*. Em 1955, no acampamento anarquista de Salernes (Var, França) tinham-se organizado filiais de apoio para os refractários franceses, argelinos e italianos. Muitos viviam agora em Genebra, onde a fronteira era porosa. Num impulso de solidariedade internacional, quatro jovens lançaram, em Fevereiro de 1961, algumas garrafas incendiárias contra o consulado de Espanha, acção que suscitou entre a opinião pública suíça um movimento sobretudo favorável, mas também algumas prisões e expulsões. Pietro Ferrua foi obrigado a deixar a Suíça em Janeiro de 1963, deixando os encargos do CIRA a Marie-Christine Mikhaïlo e Marianne Enckell. Com a mulher brasileira e os dois filhos, Ferrua foi viver para o Rio de Janeiro. Retomou rapidamente as suas actividades intelectuais e militantes, fundando por exemplo a secção brasileira do CIRA, até que foi de novo expulso em Outubro de 1969 [numa altura em que a ditadura militar brasileira se agravava]. Graças a contactos familiares, encontrou um novo porto de abrigo nos Estados Unidos – Portland, Estado de Oregon. Ensinou de 1970 a 1987 no Lewis and Clark College; tinha a cargo as línguas estrangeiras, a literatura comparada e a história do cinema.

Sempre se interessara pelas formas artísticas e literárias de vanguarda. Organizou em 1976 o primeiro simpósio internacional sobre o Letrismo e publicou vários trabalhos e obras neste domínio. Era ainda membro da Internacional Inovadora Infinitesimal (INI). Foram precisos muitos anos para que ele pudesse regressar à Europa. Isso só aconteceu quando as proibições de permanência em Itália, em França e na Suíça prescreveram. Residiu então por algum tempo em Nice e em São Remo, onde tomou conta da sua mãe.

O interesse pelo anarquismo nunca esmoreceu. Pese embora a desconfiança irracional por parte da hierarquia universitária, conseguiu organizar em 1980 na sua universidade uma semana internacional de debates, de filmes, de concertos e de acontecimentos em torno do anarquismo. Publicou livros como *Surréalisme et anarchie*, *Anarchisme et cinéma*, *Les anarchistes vus par les peintres*, bem como dois livros marcantes sobre a importância dos anarquistas na revolução mexicana e um balanço bibliográfico sobre o tema. Ao mesmo tempo nunca deixou de prosseguir as suas pesquisas sobre as origens da objecção de consciência em Itália. Publicou ainda textos soltos na revista *A*, na *Rivista storica dell'anarchismo*, na revista *Art et anarchie*, nos boletins do CIRA, em publicações brasileiras e em inúmeras outras revistas e obras colectivas.

Com a passagem à reforma, fez ainda alguns trabalhos de intérprete, mas viveu com apertos de dinheiro, o que o obrigou a vender uma parte do seu espólio. Ainda assim, organizou festivais de cinema, participou em diversos colóquios internacionais, continuou as suas pesquisas. Nestes últimos anos a sua saúde degradou-se. Teve a dor de perder prematuramente a sua filha Ana e o seu filho Franco. A sua mulher, Diana Lobo Filho, faleceu também antes dele. Alguns antigos alunos e alunas puderam acompanhá-lo até ao fim dos seus dias, quando já vivia internado num estabelecimento hospitalar e não falava. Alguns dos arquivos de Pietro Ferrua foram dispersos ou apreendidos no momento dos seus mui-



Pietro Ferrua  
desenho de Mara Rosa  
2022

tos exílios. Ele pôde porém reconstituir uma boa parte. Foram entregues, ou sê-lo-ão muito em breve, ao Archivio Famiglia Berneri em Reggio Emilia (Itália), à Labadie Collection da universidade d'Ann Arbor (Michigão, Estados Unidos) e ao CIRA (Lausana). A iniciativa de Ferrua deu lugar ao aparecimento de outros CIRA, de vida mais longa ou mais efémera, mas agrupados desde 1974 na rede FICEDL (Fédération Internationale des Centres d'Études et de Documentation Libertaire).

## **SOBRE CARLOS MARTINS (1945-2021)**

♦ *Nicolau Saião*

Em fins de Outubro do ano transacto recebi uma carta de Ana Santos que me dava uma triste notícia. Ela originou que tivesse logo escrito o texto que vai a seguir publicado no TriploV e no Casa do Atalaião: *Morreu o pintor e ceramista surrealista Carlos Martins / Na quinta-feira da semana passada, dia 28 de Outubro, pelas cinco e um quarto da tarde, faleceu Carlos Martins – pintor, ceramista, colagista, galerista e membro do Movimento Surrealista Internacional. Participante activo daquela entidade, amigo de muitos anos e colaborador em diversas realizações artísticas vivenciais, foi membro do Bureau Surrealista Alentejano e, a seguir, do Bureau Surrealista de Lisboa, tendo levado a efeito, com Mário Cesariny, a Exposição Internacional de Surrealismo e Arte Fantástica – com o apoio do Movimento PHASES (França) e de diversos autores das secções internacionais daquele Movimento. A mostra esteve patente, de início, nas instalações do Teatro Ibérico, sendo depois transposta para a Sociedade Nacional de Belas Artes. Comigo e com Hugo Guerreiro, tendo a colaboração de sua mulher, a também ceramista e pintora Ana Santos, organizou a Mostra Internacional de Estremoz, dedicada a Mário Cesariny logo após o falecimento do Poeta. Participou em sessões culturais e exposições de pintura e Arte Postal (mail art), com colagens e poemas-colagens em Portalegre, Cascais, Lisboa, Sacavém, Paris, Chile, México, Bélgica, Canadá, etc, estando representado em colecções particulares de pintura e cerâmica na Alemanha, Estados Unidos, França, Portugal, etc. Mantinha com sua mulher Ana Santos a galeria & loja de artesanato criativo Via Áurea, sediada em Setúbal. Escreveu em conjunto comigo o livro Os labirintos do real – sobre a literatura policial. Em Bissau, aquando da comissão militar por imposição ali cumprida, experimentou trabalhos em cerâmica e tapeçaria com artistas nativos. Democrata libertário e personalidade interventiva, fez parte de diversas tomadas de posição e comunicados do surrealismo internacional, em vista do seu relacionamento com membros do universo surreal.*

Durante vários anos convivi com ele, pois foi um dos meus amigos e companheiros mais próximos. Em resposta a uma pergunta formulada aquando duma entrevista destinada à revista *A Ideia* (v. n.º 75/76, 2015), referi aludindo ao nosso encontro: *Creio que fará sentido ir a uns breves meses antes, para se ter uma noção clara de tudo: uma certa noite, na caserna do quartel de*



*Leiria onde então estacionava na primeira especialidade, conheci Carlos Martins em circunstâncias especiosas: estando já deitado, um grupo de outros militares entrara para se recolher ao leito e um deles, ao subir para o beliche, caiu dele para baixo... Os outros desataram a rir. Eu, algo preocupado e num impulso, dirigi-me ao tombado, perguntei-lhe se se magoara e ajudei-o a levantar. (Teria procedido a libações?...)* Repare-se que isto se passou na penumbra...No dia seguinte, pela altura do almoço, alguém se me dirigiu e identificou-se como o caído, agradeceu-me o gesto e referiu-me que já reparara em mim por eu andar geralmente com um livro na mão... Ficámos amigos desde então, frequentámos a seguir, na Trafaria, a mesma especialidade (serviços cripto, material e segurança) e, depois de mobilizados, fomos com dois meses e picos de intervalo, ele antes de mim, para o quartel-general em Bissau. O nosso contacto e identificação com a surrealidade em particular e as artes & letras em geral, intensificou-se. Todos os bocados livres que tínhamos usávamo-los para ler e dar grandes passeatas por Bissau, estabelecermos convívio com outros militares interessados e gente da população, em suma: visando preenchermos da melhor forma aquele tempo de exílio...E foi um tempo de descobertas, encantamentos e, simultaneamente, de preocupações (o nosso trabalho militar a isso levava). Comprámos materiais simples (canetas de feltro, guaches, etc.) pintávamos e fazíamos colagens (ele principalmente, na colagem era um mestre) e, arriscando o couro se assim me expriro, compusemos mesmo um livrito na tipografia da Secção da “secreta” a que estávamos adstritos. Eu dei-lhe como qualificação, com a sua aquiescência, Edição do bureau surrealista Alentejo/Lisboa. (Não sei se ele terá conservado algum exemplar, eu tenho apenas fragmentos dessa poemaria). Ao vir passar as férias intercalares que proverbialmente estavam concedidas aos expedicionários a meio da comissão de serviço, quando regressou levou-me como oferta o livro de Cesariny A Intervenção Surrealista. Congeminámos então que quando voltássemos entraríamos em contacto com os surrealistas que conseguíssemos achar (não tínhamos bem a noção de quem eram exactamente nem onde se encontravam).

Sobre a questão das lembranças, da memória por extenso, escrevi eu a dado passo no meu livro *As vozes ausentes: A quem servem as evocações? Em certas alturas, a nós mesmos. Talvez a um que outro, recheado de minutos de dúvida sobre a face da sociedade. A gentes projectadas num futuro incerto, possivelmente, viajando entre recordações e utopias. Entre os rochedos da memória provável. A certas horas, rodamos em torno das recordações como um lobo em volta da presa. É a nossa própria carne que, como num espelho, se faz significado, matéria afastada que pouco a pouco se ilumina. Se para se escrever uma página, como referia Rilke no seu Malte Laurids Brigge, é preciso a frequentação de muitas ruas, muitos rostos, funerais e nascimentos, deambulações ao acaso e a cor quotidiana da vida e da morte nos olhos de nascituros, grávidas, simples seres solares e lunares que subitamente ficam presos à rota que vai do princípio ao fim – é preciso igualmente a decantação da memória para que ao termo, no cadinho que são os nossos olhos brilhando na obscuridade, num quarto vazio, a pouco e pouco as sementes*

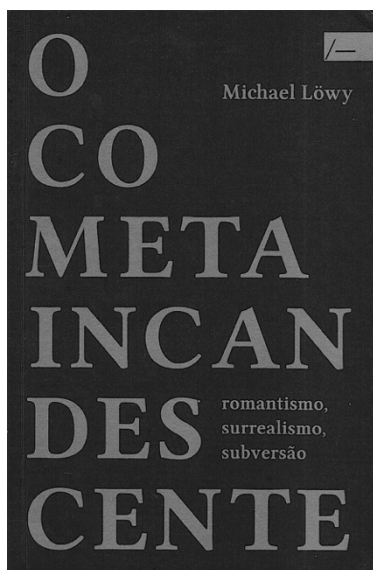
*auríferas se separem das escórias e palpitem, ainda que nuas e frágeis, ainda que em solidão singularmente solene. Crê-se que o futuro nos poderá ver como num espelho iluminado, devolvidos à nossa verdadeira imagem; mas a matéria do futuro é incerta, vaga, na sua superfície criam-se como que buracos negros que não é possível preencher: ainda estão e estarão por muitos anos, de pé, as aparelhagens pseudo-sociais, constrangedoras e inúteis, para desequilibradamente acantonarem neste local, naqueloutro, em outro ainda, as verdadeiras faces dos que, na sua passagem pela Vida, criaram mundos de liberdade que a “realidade societária”, informe e espúria, não quer consentir.*

Aparecem-me como em flashes sucessivos, dispersos pelos anos, as imagens dos encontros que durante décadas mantivemos: as andanças por Lisboa e pelo Alentejo profundo, a incursão pelos alfarrabistas lisboetas à cata de “pechinchas” de alfarrábios de qualidade (nomeadamente os policiais que faziam o nosso encanto) as idas ao cinema – pois éramos ambos cinéfilos encartados – a esperança de melhores tempos em que a imaginação e a liberdade se irmanassem, as breves idas a uma Espanha que tínhamos “en el corazón”, a busca em galerias de pinturas que nos entremostrassem o ponto supremo... Se assim o digo, resíduos reais da convivência de uma intensa juventude, depois transfigurada em idade madura, antecipando o fim que, para ele, iria chegar demasiado cedo – assim se esforça por me dizer a minha grande saudade.

## **MICHAEL LÖWY – a estrela negra de Morpheu**

♦ *Mara Rosa*

Com mais de 80 anos de vida, Michael Löwy, preserva intacta a sua fulgurante paixão pela história do surrealismo, grão cujas raízes se aprofundam desde os seus 19-20 anos, altura em que se definiu como “um militante socialista e surrealista”. Esta fusão, entre o socialismo e o surrealismo, fora já selada em 1938, por Trotsky e Breton, com a elaboração do *Manifesto por uma Arte Revolucionária Independente* de que resultou o embrião da FIARI (pp. 101-128). É um documento expressivo, no que concerne ao teor subversivo do surrealismo que tem na matriz o romantismo revolucionário, cujo cerne se materializa na saudade de um passado mítico amputado da memória colectiva. Este movimento, que eclode de um clima de mudanças colossais, vem fertilizar a várzea ressequida da utopia revolucionária e, mais tarde,



inspirar o movimento surrealista, que insubmisso à reificação da vida procura remir o seu encantamento, mudando o mundo. Mantendo em diálogo surrealismo e romantismo, *O Cometa Incandescente – romantismo, surrealismo, subversão* (São Paulo, ed. 100/Cabeças, 312 pp., 2021) o mais recente livro de M. Löwy aborda a problemática da mutação dos corpos, físico e mental, de uma sociedade ocidental à mercê da colonização industrial; trata ainda a questão da resistência civil a estas profundas transformações e perspectiva a linguagem no plano da cosmologia cabalista, apropriada pelo romantismo alemão do séc. XIX. Editado no Brasil, por Alex Januário e Ameli Jannarelli, com uma tiragem de 1000 exemplares, o livro goza do cuidado gráfico de Guilherme Pacola; da capa, num primeiro relance, sobressai um enigmático fundo negro, que nos absorve enquanto nos retêm as letras que compõem o título, que tem no jogo gráfico o movimento e no dourado o fogo alquímico da palavra. Ilustrada por Guy Gérard, a edição ganha vida com técnicas de tracejado e inspirações subliminares. O subtítulo (*romantismo, surrealismo, subversão*) define a geometria triangular do livro, com prefácio do editor, composto de importante compilação de trabalhos do autor, aqui apresentados como parte integrante de “uma linha contestadora imaginária que se estende dos românticos aos surrealistas”. São textos assumidamente “parciais e unilaterais”, que desvalorizam, por definição, o mito da neutralidade científica. A primeira das cinco partes em que o livro se divide, revela a magia presente na linguagem e a sua importância, pela óptica do romantismo poético e do surrealismo. No capítulo de abertura, o autor apresenta a ambiência social de que emerge o movimento surrealista, e apoiado em Max Weber desmonta o paradoxo da racionalidade irracional, próprio ao sistema capitalista; relembra o antagonismo entre liberdade e liberalismo, encarando este último como produto do “medo à liberdade” (Erich Fromm, 1941); e enfim, sob a égide de Walter Benjamin, reconhece nos surrealistas os detentores do “conceito radical de liberdade” que faltaria à Europa desde Bakunine (p. 30). Segue-se um texto em que o autor pretende desassociar do romantismo os dísticos que o reputam como “escola literária do séc. XIX”, ou como mera reação à “Revolução Francesa”, preferindo antes caracterizá-lo com a amplitude de “um cometa cujo núcleo incandescente é a revolta contra a civilização industrial” (p. 33). O amplo espectro do romantismo é aqui apresentado através de um leque de autores que nem sempre convergem ideologicamente: é na oposição à tecnocracia, ao “desencantamento do mundo”, que Löwy concebe a unidade do romantismo. Sob o olhar cabalista, a linguagem é uma entidade com vida própria, e dela resultam todas as criações alguma vez existentes. Em diálogo com Weber (1917),

Scholem (1983) e Abraham Abulafia de Saragoça (séc. XIII), o escritor atenta para a profanação pelas religiões dessa deusa críptica, a linguagem, quando elas, as religiões, “com os seus falsos profetas”, incorporam um sistema violento e cego, de interdições e punições com que procuram subjugar-nos, e que comporta trágicas consequências ecológicas e sociais. Já os surrealistas, antes, visam restituir à linguagem a sua forma mais autêntica, demanda que Walter Benjamin concebe como um “jogo mágico com a linguagem” — a escrita automática que, livre dos entraves mentais, devolve à consciência memórias reprimidas, libertando-as. Nesta óptica, podemos encontrar no surrealismo a antítese do método religioso e político por extensão.

No capítulo “Deus ex machina — Resistência à mecanização dos corpos”, Descartes é, para Löwy, responsável pelo conceito que levou à escravização do homem e ao culto da máquina, conceito que viria a ser aplicado por Ford e Taylor. Este culto à “jaula de aço” é para nós um sucedâneo da domesticação do homem (que por sua vez decorre da reificação da Natureza) e precede o híbrido transumanismo, que torna obsoleto o antropocentrismo. O autor de *Ecosocialismo*, agora em diálogo com um Walter Benjamin inspirado em Marx e em Ernst Hoffmann, mostra-nos como encaixam o homem-relógio de Descartes e a mecânica do modelo capitalista, em que os homens se transformam em bonecos de corda inanimados, articulados pela grande máquina do Estado. Conclui Löwy que este aspecto de automatização do indivíduo por meio do trabalho mecânico liquida a memória vivencial e esmaga os últimos vestígios culturais da natureza humana. É contra este branqueamento da alma humana que os surrealistas se insurgem quando valorizam o “acaso” em detrimento da “técnica”; não sendo contra o emprego desta percebem que a sua sobrevalorização faz dela uma falsa deidade, escravagista na arte da “mecanização dos corpos”. Na segunda parte do livro, “Constelações”, Michael Löwy evoca momentos-chave da história do movimento surrealista internacional e alguns casos de activismo revolucionário, vivido por personalidades e contextos histórico-geográficos variados. E debruça-se ainda sobre a crítica à técnica de Ernst Bloch com base n’*O Espírito da Utopia* e no *Princípio da Esperança*, onde Bloch relaciona marxismo e humanismo, valoriza o “sonhar acordado” como o ecossistema da utopia e ridiculariza a lógica do lucro. Este livro, organizado como uma montanha, tem no capítulo “Arte Selvagem” o cume. Nele, o pensador trata *L’Invention du Monde* (1952), um filme-documentário surrealista, dirigido por Zimbarca em parceria com Bédouin e Péret, que reúne corpos, objectos míticos, música e palavras, numa dança ritualística de imagens e som, entrecruzando poesia e indigenismo. “Arte Selvagem” está entre

dois capítulos que em muito se equivalem: ambos tratam sublevações espontâneas contra um conservadorismo autoritário e bélico, iniciadas por jovens estudantes – no primeiro caso, contra a fome e opressão interna, no segundo, contra a guerra do Vietname e a sociedade de consumo; em ambas as situações há jovens (e operários) insurgentes, que se posicionam contra as prisões mentais de um patriarcado machista, misógino e elitista. Referimo-nos à revolução de 1946, no Haiti, e ao Maio de 68 parisiense. Procurando abordar a questão da influência que o surrealismo teve numa e noutra situações, e encarando-a como um caso de estudo, Löwy define o espírito do Maio de 68 como “mistura explosiva de surrealismo, situacionismo, Lefebvre e Marcuse”, enquanto no Haiti de 1946 a influência do surrealismo francês na figura de Breton é encarada isoladamente, num contexto de ruptura em que os jovens procuravam discursos que impulsionassem uma desobediência civil que já pulsava na atmosfera. Nos campos da arte poética e da poesia imagética, além de Zimbacca, surgem capítulos dedicados a Sergio Lima e Eugenio Castro, a Wilfredo Lam e Vincent Bounoure. Une-os o fascínio pelo surrealismo – oriundos de povos distintos, têm em comum a atracção pela luz nocturna da grande floresta interior, de onde emerge o urro primevo do erotismo. Bounoure, ligado às artes selvagens do pacífico; Lam, enlevado pela cultura e simbologia africanas. Sergio Lima, poeta de *Amore*, é lembrado na qualidade de fundador do primeiro grupo surrealista do Brasil, como organizador da *XIII Exposição Internacional do Surrealismo* (São Paulo, 1967) e editor d’*A Phala*, uma revista negra, fulgurante e sacramente profana. Eugenio Castro, o grande poeta de *El Gran Boscoso* e editor fundador da revista *Salamandra*, encerra este capítulo e faz a ponte para a quarta parte do livro. Na senda de Abdul Kader El-Janabi, Eugenio surpreende com a mística das artes ocultas da imagem em *Gommages*, que desvelam invisíveis espectros da volúpia, numa dinâmica de penumbra e luz, livro que Löwy beberica em pequenos tragos poéticos, lentamente degustados. Segue-se um capítulo dedicado a “Mulheres Surrealistas” – que, “na ponta da agulha”, tricotam a história do surrealismo. Do enxame de mulheres revolucionárias que abriram horizontes ao movimento, Löwy retrata cinco, simbolicamente, entre as quais encontramos Ody Saban ou Claude Cahun, e Penelope Rosemont, personalidade em que o autor se demora, pois foi ela quem levantou o manto que encobria o universo feminino na história do movimento surrealista (ed. 1998).

Para M. Löwy, as cidades de Praga e Chicago (que aqui se confundem com André Breton e Franklin Rosemont), constituem os centros mag-

néticos do surrealismo – a estas cidades, capitais do movimento, dedica Löwy o capítulo que antecede a documentação que encerra e ateia a chama do *Cometa*. São textos escritos pelo autor, de cariz revolucionário e insurgente; uns subscritos pelo grupo de Paris, outros são documentos colectivos em que participa. Cada um deles merece demorada atenção, sendo que o conjunto abrange temas diversos e muito actuais. *O Cometa Incandescente* é a estrela subversiva, que alumia o passado e o futuro com a sua luz negra, feminina. Estes deixam de ser percebidos como imagens estáticas, inalcançáveis, para nela se revelarem duas forças vivas, que interagem no presente e o transfiguram.

### **JEAN-JACQUES PAUVERT (1924-2014)**

♦ *Richard Walter*

Jean-Jacques Pauvert morreu em Setembro de 2014, depois de 60 anos e mais de aventuras editoriais. Iniciou-se em força. Aos 21 anos, em 1947, editou em seu nome o Marquês de Sade numa altura em que a obra deste autor apenas circulava debaixo da mesa. Isto deu lugar em 1956 a um processo judicial histórico com uma estrondosa defesa do advogado Maurice Garçon sobre a liberdade de expressão e quatro testemunhas de abono: Jean Cocteau, André Breton, Jean Paulhan e Georges Bataille – um dos raros momentos em que os nomes de Cocteau e de Breton surgem lado a lado. Ausente de Paris, Breton enviou um texto que, desastrosamente extraviado, não pôde ser lido na sessão. O depoimento de Georges Bataille marcou o reconhecimento do valor filosófico da obra de Sade e do trabalho de edição de Pauvert. Este foi condenado a uma pesada multa – 200 mil francos na época – mas anunciou corajosamente que o processo não punha em causa a sua edição: “Não temos a intenção de deixar Sade aos editores clandestinos.” No recurso, acabou por obter a suspensão da pena. Continuou a publicar e a reimprimir Sade e mais tarde, após alguns anos de expectativa, outros editores retomaram a chama. Pauvert foi também um dos grandes editores do surrealismo do pós-guerra e dos seus vastos arrabaldes. Para bem dizer, foi um dos três grandes editores do surrealismo do pós-guerra – com Éric Losfeld e François Di Dio. Não podemos deixar de comparar Losfeld e Pauvert. Como Losfeld, Pauvert tinha as mesmas paixões e sobretudo o mesmo gosto pelo risco. Ambos se tornaram mestres na arte de apagar as pistas. Como quer que seja, Pauvert soube acautelá-lo e rodeá-lo de grandes nomes – publicou Françoise Sagan na crista dos anos 80 e um prémio Goncourt (1972). Conhecemos a sua produção, enquanto para Losfeld é um autêntico quebra-cabeças encontrar todos os artigos do seu catálogo. Descapitalizado, Losfeld entrou em falência. Pauvert, por sua vez, com

histórias sombrias de absorção por grandes editoras e de contas bancárias no Liechtenstein, deixou uma imagem turbulenta. Nos últimos anos reservou a marca “edições Jean-Jacques Pauvert” mas vendeu à editora Hachette a marca “Pauvert” que se tornou de seguida uma colecção ligada às edições Fayard.

Pauvert baralhou muitas vezes, ou mentiu até, sobre a tiragem dos seus livros. Mas não é isso uma das características dos editores que vivem em exclusivo da edição? Losfeld foi um verdadeiro anarquista; Pauvert também, mas com ímpetos aqui e ali mais conservadores e até reaccionários. Por fim, tanto Losfeld como Pauvert tiveram a paixão editorial dos livros eróticos. Tornaram-se frequentadores habituais dos tribunais por causa dos inúmeros processos que tiveram por atentados aos “bons costumes”. A propósito de Pauvert, mesmo zangados, Losfeld reconheceu na sua autobiografia *Endividado como uma mula*: “sou obrigado a dizer que se trata dum monstro sagrado da edição.” Depois da edição de Sade, outro grande feito de Pauvert foi ser depositário, por meio de Jean Paulhan, dum manuscrito duma certa Pauline Réage 30 anos depois soubemos que se tratava de Dominique Aury. Pauvert publicou esta *História de O* em 1954, prefaciada pelo dito Paulhan. A história é conhecida (interdições e perseguições judiciais).

Não é possível citar todas as aventuras e todos os autores ligados ao surrealismo que Pauvert editou. Assinalemos que em 1955 retomou a revista *Bizarre*, criada por Losfeld, e publicou-a até Março de 1968. Entre 1956 e 1959 editou ainda a revista *Le surréalisme même* dirigida por Breton e que foi um mau negócio, obrigando Pauvert a suspender a edição. Ainda assim não lhe faltou a inconsciência e a coragem para reeditar Breton nos anos 60, numa época em que o estruturalismo se impunha com soberania. Pauvert não foi apenas homem duma só contradição. Em 1968 publicou os 12 números do jornal satírico *Enragé*, com os desenhadores Siné, Reiser, Cabu, Topor, Wolinski, Willem, mas também havia sido em 1965 o editor do jornal *Crapouillot*, que nada tinha de esquerda. Pauvert fez muito para dar a conhecer Raymond Roussel e Boris Vian, mas também reeditou Édouard Drumont e o Lucien Rebatet não arrependido. Tratava-se tão-só de provocação? Seja como for, nunca militou em nada e ao contrário de Losfeld, Jérôme Lindon e François Maspero, não fez parte dos signatários do *Manifesto dos 121*. Pauvert sempre teve o gosto dos grafismos novos — era daltónico — e procurou gráficos inovadores. Foi assim que Pierre Faucheux concebeu a colecção “Libertés”, em formato de bolso (9 x 18 cm), capa em papel kraft (logo barata), corpos grandes e negros de cartaz e tira preta. A partir dos anos 80, alternou o seu ofício de editor com o de autor, devotando-se cada vez mais ao Mar-

quês de Sade e à história da literatura erótica. Fundara já uma estrondosa “biblioteca internacional de erotologia” acolhendo entre 1958 e 1962 a fundadora *História do Erotismo* e os três volumes sobre *O Erotismo no cinema* de Joseph-Marie Lo Duca, director da colecção, e o último livro de Georges Bataille, *As lágrimas de Eros*.

Pauvert dedicará 20 anos para reunir em cinco volumes, entre 1979 e 2001, uma *Antologia histórica das leituras eróticas*, com cada extracto precedido duma introdução. Durante esse período teve ainda tempo para redigir uma também monumental biografia em três volumes do Marquês de Sade, *Sade vivo* (1986-1990). A reedição deste livro em 2013 nas edições La Tripode será a sua derradeira publicação. Evocando Sade e Pauvert, não se pode esquecer a colaboração deste com Annie Le Brun, a partir do encontro de ambos em 1978. Em 1982 é ele, Pauvert, que edita o ensaio dela sobre o romance negro, *Os castelos da subversão*, e em 1986 a demorada introdução às obras completas de Sade, *De repente um bloco de abismo, Sade*. No final deste ensaio, Annie Le Brun integra uma dedicatória altamente emblemática do trabalho de Pauvert: “[...] você constrói livros como barricadas para os proteger – esses pensamentos tão fortes que subvertem a ordem das coisas sem nos apercebermos, esses pensamentos tão frágeis que tudo em nós trabalha para os impedir de nos levar para lá de nós.” E uma outra citação, tirada do catálogo da exposição *O Universo de Jean-Jacques Pauvert*, organizada pela Casa da Cultura de Rennes (Janeiro-Março, 1980): “Equilibrista, ilusionista, explorador, pouco importa, Jean-Jacques Pauvert soube revelar o reverso desta decoração. E sobre a loucura das certezas, eis que apareceram as certezas da loucura: Sade, Breton, Bataille, mas também Maturin, Darien, Apollinaire, Wilde.” Este texto de Annie Le Brun intitula-se “Um selvagem honesto homem” – título que é um belíssimo retrato.

Para saber mais sobre Pauvert convém mergulhar na biografia de Chantal Aubry, *Pauvert, o Irredutível – uma contra-história da edição* (Paris, L’Échappée, 2018). [fonte: *Infossur – actualités du surréalisme et ses alentours*, n.º 152, Dez., 2020, pp. 4-5]

## **FERNANDO ECHEVARRÍA (1929-2021)**

à sombra das “carvalheiras de Deus”

♦ *Levi Condinho*

Num decurso relativamente breve, ficámos mais pobres, com o desaparecimento físico de alguns dos mais notáveis poetas portugueses dos séculos XX e XXI. Refiro, por exemplo, Pedro Tamen, António Osório, Gastão Cruz ou Fernando Echevarría. É precisamente sobre este último que me proponho tecer algumas impressões, apoiando-me nos quatro



textos que sobre ele e a sua obra escrevi durante o período que se situa entre Junho de 1994 e o Outono de 2020. São esses textos:

“Fernando Echevarría – a corporização do inominável”, revista *Sol XXI*, nº 9, Junho de 1994 (texto repr. algures no *Jornal de Elvas*);

Recensão crítica do livro de Echevarría *Introdução à poesia*, revista *Colóquio/Letras* nº 161-162, Junho/Dezembro, 2002;

Recensão crítica do livro de Echevarría *In Terra Viventium*, revista *Colóquio/Letras*, nº 181 Setembro, 2012;

“*Via Analítica*, e não só, de Fernando Echevarría”, dossiê dedicado ao poeta, revista *Devir*, nº 7, finais de 2020, onde se incluem aqueles que serão os últimos 13 poemas que o poeta fez publicar. Honra, pois, à *Devir*...

Nascido em 26 de Fevereiro de 1929, em Cabezón de la Sal, Santander, filho de pai português e de mãe espanhola, Echevarría foi trazido para Portugal – Grijó, Vila Nova de Gaia –, em 1931. Para todos os efeitos, foi sempre considerado português, sendo na nossa língua que se expressou. Católico, frequentou o Colégio Cristo Rei, dos Padres Redentoristas. Em 1946, completou os Estudos de Humanidades, tendo em 1953 terminado o de Teologia. Em 1961, rumou a Paris, aí tendo vivido e leccionado, mas em 1963 aderiu ao Movimento de Acção Revolucionária e instalou-se em Argel, com outros companheiros de luta antifascista, até 1966. A sua vastíssima obra inicia-se em 1956 com a edição de *Entre Dois Anjos*, e conta com um total de mais de 20 livros – e diga-se, mesmo, “livros” e não “livrinhos”, porque se trata de grandes obras em extensão e, diria, “infinita profundidade”. (Na dedicatória de 3-12-2018 do exemplar do seu livro *Via Analítica* que me enviou, Echevarría designava-o como “calhamaço”, numa espécie de humor autocrítico. Mas, digo eu, bendito “calhamaço” de mais de 500 páginas, semelhante a outras obras suas, já que a sua leitura constante convoca sempre a admiração, a descoberta, o prazer saboreado de quem lê refrescando e alimentando o espírito aberto à maravilha...)

Escrever algo necessariamente sintético sobre a totalidade da obra de Echevarría afigura-se-me tarefa impossível, tal é o feixe de ramos e ramificações da grande árvore da sua criação. Tomarei, assim, como filamento dominante, a vertente filosófica dessa criação. Dos autores que escreveram textos de diversa índole sobre Echevarría, essa característica é, por norma, devidamente assinalada, mas ao ponto de quase se “reduzir” a sua estética – ou poética – a uma “poesia filosófica”. Vistas as coisas apenas por esse prisma, isso seria redutor, mesmo tendo em conta que os próprios títulos de alguns livros apontam, de facto, para o reino da

filosofia *Fenomenologia, Introdução à Filosofia, Categorias e Outras Paisagens*. Mas são a afirmação e a evidência do propriamente poético, do saber “outro”, ao lado do saber como reflexão filosófica, que na sua obra instauram o reino da epifania do vivido. Mas também do intuído, do imaginado, da evidência da linguagem pura e purificada por um trabalho aturado, com triunfo da emergência do espiritual. Espiritual que não nega a matéria original, brotando do mundo experienciado, mas matéria decisiva da própria linguagem.

Como falar de música? Como “dizer” a música? Como escrever sobre uma arte poética que tanto se aproxima da música? Tarefa utópica, mas que de qualquer modo desafia a tentativa, o erro, o acerto e o desacerto. Sendo cada livro, cada poema, cada verso objecto de estudo – e tanto ao “estudo” se referia o poeta –, o estudo torna-se mais exigente, missão quase impossível, se observarmos a vastidão oceânica, montanha sufocante de beleza povoada por “carvalheiras de Deus”, da obra no seu todo. Tarefa que exige um ensaio de fôlego poderoso, e não o espaço exíguo de uma breve notícia/crónica, talvez divagante, como será o caso deste texto, cujo autor apenas pode aconselhar, sem demora, mas demoradamente, a leitura dessa obra... Transcrevo agora a parte final do último poema do ciclo de 13 que Fernando Echevarría deu a publicar à já cit. *Devir* nº 7:

[...] O horizonte,  
vertical como o sonho, escuta ir-se  
perdendo na resina das raízes  
a rusga analítica dos nomes.  
Enquanto houver respeito age o prestígio.  
A paz reduz-se a obedecer ao espírito.

Este “obedecer ao espírito” parece-me um bom remate, síntese reveladora de uma aposta de vida e de obra em que (v. primeiro poema no citado ciclo):

[...] Tudo passava a aparecer.  
Trazia dentro o sossego eficaz do estudo  
que preparava o paladar da língua  
e até a luz puríssima do júbilo.

o júbilo da paz do tempo em graça,  
lavada de silêncio e, de onde o ritmo  
se abre para o fruto da palavra  
e o da inteligência. Aí, o espírito  
apura o ponto em que reside a alma,  
essa fonte de sede e de infinito.

Assinale-se como é admirável esta pureza de linguagem, em “júbilo”, em afirmação de força íntima de viver, aos 92 anos, continuando, sem a lástima de quem se sabe perto da morte física, apostando na “alma, essa fonte de sede e de infinito”. Como disse antes, Echevarría foi católico lúcido e activo até ao fim. Deus perpassa e percorre em permanência todo o corpo da sua obra imensa; ali, também o espírito de Deus pairava sobre as águas, como refere o Génesis, mas, curiosamente, não é muito frequente a convocação e o nomear do Seu nome. Está, apenas — é, apenas. Nos últimos livros, o poeta incorporou, “cantou”, com muita insistência, a velhice, a senectude, com o acumular da sua sabedoria em que (v. terceiro poema no citado ciclo):

[...] O trabalho  
foi entrando em pensamento.  
Aí, o acerto dos anos  
  
acomodou-se à velhice  
e herdou-lhe o ritmo dos campos  
com, ao fundo, a luz a ouvir-se:  
  
a que traz o oceano  
às palavras sem limites  
e, contudo, aberta ao tacto.

Relendo estes poemas, o que ao leitor — ou a mim, leitor comovido — apetece é transcrevê-los, todos, na íntegra, saboreá-los como (v. duodécimo poema *ibidem*):

[...] fruto  
entumecido de sabedoria  
acumulada. A saber a júbilo  
  
pisado no escrúpulo de língua.  
Porque a língua fermenta. Nos recorda  
o mosto endoidecido junto à dorna.

O trabalho de linguagem “entra” pelo outro trabalho, a lembrar *Os Trabalhos e os Dias*, de Hesíodo, ou a poética virgiliana, sendo o labor agrícola também um tema muito privilegiado e celebrado em Echevarría. Tal como outros “trabalhos”, como a música (no nono poema, *ibidem*):

[...] A música  
generaliza a velhice.  
Dir-se-ia que tumultua  
antes da noite que a visse.

E, depois, os instrumentos  
vão-se apagando. A voz  
entrou pelo seu silêncio.  
Pela sua solidão  
de noite a rodar por dentro  
de outra ainda maior.

A propósito da música, e após o meu envio como oferta, pelo correio, do CD com a obra *ETLUX*, do compositor alemão Wolfgang Rihm, disco que considero sublime, recebi e guardo religiosamente uma carta sua, de Cantareira, 24 de Janeiro de 2019, que não resisto a transcrever:

*Cantareira, 24 de Janeiro de 2019*

*Querido amigo,*

*Agradeço-lhe muito o com-  
primento Wolfgang Rihm, que não conhecia,  
e o seu "ET LUX". Acertou em cheio.  
É por duas razões: a obra em si mas, sobre-  
tudo, por ela explicitar o que de sonância ou  
resonância há na substância do meu trabalho.  
É ainda por uma nostalgia muito profunda  
do tempo em que, em coro, cantavam gregoriano  
e o inolvidável Luis de Victoria.  
O modo como, em ambos casos, se adunavam  
ritmo e língua, deixou, pelos vistos, rastros  
no que escrevo.*

*Bem haja por isso!  
Sabe? Aos 90, o velho Cícero e o seu "De senectute"  
ajuda ainda. Como a filosofia e a música,  
sempre fiéis companheiros.*

*Um grande abraço, meu  
caro, do muito seu*



“Querido amigo, / Agradeço-lhe muito o compositor Wolfgang Rihm, que não conhecia, e o seu *ET LUX*. Acertou em cheio. E por duas razões: a obra em si mas, sobretudo, por ela explicitar o que de música ou músicas há na substância do meu trabalho. E ainda por nostalgia muito profunda dos tempos em que, em coro, cantava gregoriano e o inolvidável Luis de Victoria. / O modo como, em ambos casos, se adunavam ritmo e língua, deixou, pelos vistos, rastros no que escrevo. / Bem haja por isso! / Sabe? Aos 90, o velho Cícero e o seu “De senectute” ajuda ainda. Como a filosofia e a música, sempre fiéis companheiros. / Um grande abraço, meu caro, do muito seu / Fernando Echevarría”

## **EDUARDO METZNER (1886-1922) uma visão libertária**

♦ *Gabriel Rui Silva*

Um século passado sobre a morte do poeta Eduardo Metzner (Lx., 20-3-1886 – 20-2-1922) cumpre recordar o trajecto de um homem assinalado por um tão trágico destino quanto por um inequívoco talento literário. Em curtos e tumultuados 35 anos de vida, Eduardo Metzner esvaiu o seu estro numa vibrante obra poética de cunho vitalista emancipatório que fez dele um dos mais temidos panfletários do seu tempo. Dizer que o fez de bolsos vazios, o mais das vezes sem tecto que o abrigasse, a enganar a fome pelas tabernas de Lisboa, a iludir o desejo pela sordidez dos pros-

tíbulos e a arrojado com as agruras da prisão e o vinagre da calúnia, quer antes, quer depois na república, pode ajudar a entender como ódio, vingança e revolta sejam linhas de força presentes na sua poesia, palavras vividas e sentidas por alguém que, *sob o pálio estrelado do infinito*, não deixou de cantar o amor e exaltar a ternura.

Órfão de pai aos oito anos, Metzner foi internado na Real Casa Pia de Lisboa, onde evidenciou precisas qualidades de carácter e inteligência e concluiu o curso comercial, transitando então, e à revelia do seu sentir, para o Seminário de Coimbra de onde se evadiu ao fim de oito meses. A partir de 1905, em Lisboa, em turbulenta vigairada, procurando conforto no logro do álcool e da morfina, *órfão, sem deus, sem lar, sem paz e sem carinho* frequenta o café Gelo, do Rossio, e os meios carbonários e anarquistas, pugnando, em auto-edições de inflamada poesia e em dispersas colaborações em jornais e revistas, pelo derrube do regime monárquico. Em 1907, com base numa lei que proibia propaganda anarquista, Metzner é encarcerado. Saído da prisão, sofre a calúnia de nela ter tido um comportamento menos nobre. Por seu turno, a ruptura sentimental com a mulher que o ajudara a mitigar a dureza desses dias, levá-lo-ia a escrever (1): *Num horóscopo mau de trevas e pavor/ leu todo o meu destino a boca do Demónio.../ No Zodíaco da vida andei buscando o Amor, / como ao planeta sírio um mago babilónio...*

A partir de 1908 Metzner dirigiria o seu ódio para os sectores republicanos que o haviam caluniado, através de opúsculos que auto-edita, como *D'A Mentira Republicana – A República é uma mentira política* e, em 1909, de uma efémera publicação, *A Revolta*, jornal anarquista-monárquico onde declara: *Os homens da República estão moralmente falidos e têm-no demonstrado exuberantemente. Faliram antes de chegar ao poder.* Metzner, como o tempo demonstraria, tinha razão, mas as palavras não seriam esquecidas e, logo após o triunfo da República, seria de novo posto a ferros e difamado, motivo para, em Dezembro de 1910, auto-publicar *Herodes, aos Homens da Justiça, a propósito da prisão d'um Homem (Kristo)* e, em 1911, nova catilinária nos versos de *Camões Morto de Fome*, que, um ano depois, prolongaria na prosa anti-republicana de *Falperra de Gorro Frígio*. Sobre este legítimo azedume do poeta para com a República diria Rocha Martins (2): *condenava a República, é certo; mas não a odiava. Parecia um ciumento, um logrado, um amoroso que vê a amada metida em loucuras.*

A partir de 1918 Eduardo Metzner tenta colocar alguma ordem na sua vida, faz traduções, publica um manual, *Técnica de Poesia*, sob o pseudónimo de Olímpio César, e, em 1919, organiza um dos primeiros livros publicados em Portugal sobre a revolução russa de 1917, *A Verdade Sobre a Revolução Russa*, onde, exaltando os valores de um movimento que via

como *a mais espantosa transformação social de todos os tempos*, não deixa de ser crítico, afirmando: [...] *simpatizamos com a Revolução Russa*. [...] *não significa que sancionemos, achando-os lógicos, todos os seus actos*, acusando os dirigentes de *por vezes, terem descido à prática de abusos contra a Liberdade*. O livro foi bem acolhido pelos activistas da Federação Maximalista e, em Março de 1921, mau grado difíceis condições de saúde, Eduardo Metzner está entre os fundadores e dirigentes do Partido Comunista Português. No dia 20 de Fevereiro de 1922, às sete horas da manhã, Eduardo Metzner expirava num quarto do Hospital de São José, em Lisboa, vitimado pela tuberculose. No dia seguinte, um cortejo de mais de 300 pessoas, entre anarquistas, republicanos, monárquicos e comunistas acompanharam-no até à última morada, o cemitério do Alto de São João, em Lisboa, a cidade onde nascera.

Notas: 1) Eduardo Metzner, “Poeta Sum”, *Novidades*, 13-7-1907, p. 4. 2) Rocha Martins, “A alma branca dos ‘Diamantes Negros’”, *Diário da Tarde*, 12-12-1925, p. 5.

## **CENTENÁRIO DE NUNO TEOTÓNIO PEREIRA (1922 – 2016)**

♦ *José Dias*

1. A Ditadura Nacional e o seu sucessor Estado Novo (28-5-1926 – 25-4-1974) estenderam-se por 48 anos. Do que tem vindo a ser publicado por historiadores, jornalistas, sociólogos, investigadores, outras/outros, individualmente, e por múltiplos colectivos, poderíamos como que estabelecer uma Cronologia Comparativa, do dia-a-dia ao longo desses 17.500 dias. De um lado anotaríamos os actos repressivos, lesivos dos cidadãos (individual ou colectivamente). Do outro lado a miríade de actos de desobediência, de luta, de oposição, tomados individual ou colectivamente. Isto está, mais ou menos feito, mas de forma esporádica, não cronológica, o que dificulta a visão dos não especialistas. Em datas próximas do 25-4-1974, o acervo do publicado era muito superior do lado do regime deposto. Porém, instalada a II República, a Democracia, a Liberdade, decorridos 48 anos, hoje, penso que a situação se alterou muito. As professoras e os professores de História, convidando para as suas aulas testemunhas directas desses actos repressivos, Museus como o do Aljube – Resistência e Liberdade (Lisboa), Museu Nacional Resistência e Liberdade (Fortaleza de Peniche), a miríade de documentos publicados, as TVs, a acção de Partidos Políticos, de Órgãos de Soberania, das Universidades e Estabelecimentos de Ensino, inverteram a situação, sendo claro para a maioria que “Fascismo Nunca Mais”. É a minha convicção.

2. Um breve exemplo da nossa cumplicidade: o MES/Movimento de Esquerda Socialista 1970-1981. O Movimento de Esquerda Socialista, pelas

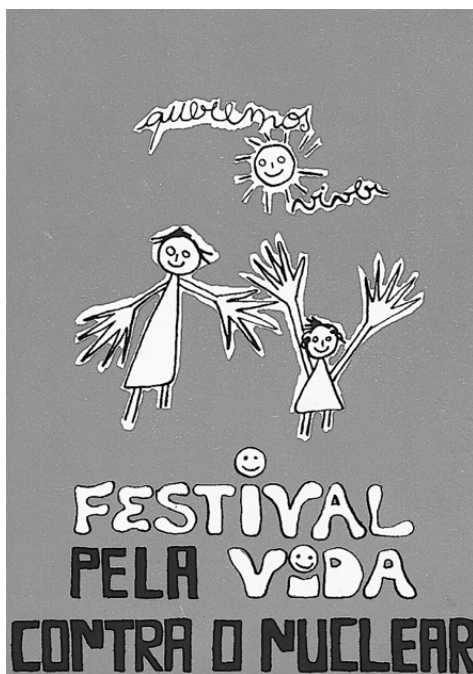
suas características ideológicas e dos seus fundadores, apenas teve condições para aparecer em finais de 70. Vítor Wengorovius, implicado politicamente em décadas precedentes, como Agostinho Roseta, Nuno Teotónio Pereira e eu, José Dias, sentíamos-nos estranhos ao PCP, à ASP, às correntes ml/maoístas. Até aí éramos os católicos progressistas. Designação insuficiente e que não nos abrangia a todas/os. Em 21 de Novembro de 70, na rua Duque de Palmela, em Lisboa, no escritório de advogados partilhado por, entre outros, VW e Jorge Sampaio, começou a fase do proto-MES ou MES clandestino. Nuno Teotónio, invocando razões familiares e profissionais pertinentes, não esteve presente, pedindo para que fosse eu a representá-lo. Por haver uma clara inspiração Rocardiana (Michel Rocard) no grupo, passámos a ser identificados como socialistas de esquerda. Nesta fase clandestina, fiz o papel de clandestino, de montagem de ligações a núcleos que foram nascendo, particularmente os de fora de Lisboa. Roseta foi fundamental na ligação aos quadros operários não PC, que vinham da fundação da Intersindical. VW era advogado de sindicatos e de presos políticos. Nuno é um intelectual, o mais velho, que abre as suas casas e atelier, que partilhava com Nuno Portas, para reuniões clandestinas, abre contactos para a luta anticolonial, se implica em actos públicos arrojados, apesar de já ter estado preso anteriormente. Neste período primeiro do MES 1970-1974, dois factos vieram a ocorrer que o abalaram, porque pequeno em organização, alicerçado em grupos pequenos, distribuídos pela cintura industrial de Lisboa norte e sul, e em dezenas de localidades ao longo do continente e nos Açores. Nuno ficou viúvo. Numa gravidez de enorme risco morreu a sua querida Mulher, Camarada, Companheira, Amiga, Maria Natália Duarte Silva (1930-1971) e a bebé. Perdemos a Natália, que sempre me recebeu como um dos seus meninos, uma segunda mãe. Em Novembro de 1973, o Nuno, Luís Moita e mais umas duas dezenas de camaradas, da estrutura anticolonial, são presos pela DGS. Sou forçado a passar à clandestinidade e a um breve exílio juntos dos amigos do Grupo de Genebra, só podendo regressar a Portugal a 9-5-1974. Mas o pipeline de documentação anticolonial manteve-se aberto, apesar da brutalidade da repressão a que foram sujeitos algumas e alguns camaradas, entre os quais os dois referidos, que prestaram testemunho público e corajoso, à jornalista Ana Aranha, em programa da Antena 1. Estes tempos foram muito importantes para a fase legal que se seguiu, de 25-4-1974 a Novembro de 81.

Privei com Nuno Teotónio Pereira, entre 1970 e 2016. Em 2 períodos mais intensos. De 1970 a 1977, porque vivia, estudava e trabalhava em

Lisboa. De forma mais intensa e cúmplice na área anticolonial dos católicos progressistas (7 Cadernos Contra a Guerra Colonial e BAC – Boletim Anticolonial) e no Movimento de Esquerda Socialista. De 1996 a 2012 e de 2014 a 2016, porque trabalhava em Lisboa (Director de Turismo do INATEL) e (Assessor Político do Presidente da República Jorge Sampaio), visitando-o assiduamente. Frequentei amiúde as suas três casas, todos locais de Resistência ao Fascismo e de construção da actual II República: Casa do Bairro de S. Miguel, Alvalade, Lisboa; Atelier da Rua da Alegria, Lisboa; Casa de Marvão. Cidadão José Dias, eternamente reconhecido a Nuno Teotónio Pereira, seguramente um dos meus maiores amigos ao longo dos meus 73 anos. Parabéns à família, Comissão de Iniciativa, Amigos, Instituições pela forma como entenderam celebrar o seu Centenário, em que me revejo. Bem Hajam.

**Nota do Editor:** Em 30-1-2022 passaram cem anos sobre o nascimento de Nuno Teotónio Pereira. Nesse dia foi aberto um sítio informático dedicado a este activista, que pode ser consultado no endereço: [www.nunoteotoniopereira.pt](http://www.nunoteotoniopereira.pt) e o contacto com a organização pode ser feito para ([2022ntp@gmail.com](mailto:2022ntp@gmail.com)). Luísa, Miguel, Tiago e Helena Teotónio Pereira e ainda Alice Cruz associaram-se à feitura do sítio, que tem esta epígrafe do homenageado: *Transportamos até uma idade avançada as descobertas da infância, os entusiasmos da juventude e as preocupações e reflexões da maturidade.*

Caldas da Rainha, Ferrel  
21 e 22 de Janeiro, 1978





**JEAN-MARIE APOSTOLIDÈS**  
**DEBORD - LENAUFRAEUR, 2015**

Depois de várias biografias dedicadas à sua vida e à sua obra, de que se destaca a de Christophe Bourseiller (1999), depois do Estado francês ter em 2009 declarado o seu espólio “tesouro nacional”, proibindo a sua saída para a universidade de Yale nos Estados Unidos, surgiu em 2015 outra biografia dedicada a Guy Débord, *Débord – le naufrageur* (Flammarion, 592 pp.) que dalguma maneira pretende colmatar as falhas das anteriores e posicionar-se como um trabalho definitivo – ou pelo menos de referência. Embora de forma enviesada, estes objectivos aparecem traçados na introdução da obra, quando o autor fala das dificuldades mas também dos imperativos de abordar as ideias de Debord a partir dos passos da sua vida, tanto mais que para o fundador da Internacional Situacionista (IS) o valor duma teoria não podia deixar de ser aferido a não ser pela vida real do seu criador. Apostolidès, que dedicara já em 1999 atenção a Debord e em 2006 fora o primeiro a trazer à luz do dia a obra e a figura de Ivan Chtcheglov, figura intorneável da primeira formação de Debord, tinha assim uma meta bem definida para este trabalho biográfico, explorando por um lado os passos reais da vida do seu biografado e em paralelo a teoria que ele foi construindo. Dispondo da publicação integral da correspondência de Guy Debord (Fayard, 8 vols., 1999-2010), editada por iniciativa de Alice Becker-Ho, herdeira do espólio de Debord e sua segunda esposa, o autor do livro dispunha deste modo dum valioso instrumento de trabalho para reconstruir muitos aspectos do quotidiano mais secreto do fundador da IS e ainda da sua personalidade mais escondida, de que pouco ou nada transparecera nas suas aparições públicas. Mesmo obras autobiográficas como *Panegírico* (1989) e *Esta péssima reputação...* (1993) estão longe de poder prestar informações ao biógrafo tão ricas e significativas como esta abundante correspondência privada. A isto é preciso juntar a investigação que o biógrafo fez em inúmeros arquivos privados e públicos e que podemos reputar excelente, procurando correspondência que pudesse complementar a já publicada e outra documentação inédita que servisse de contextualização às ideias conhecidas de Debord. Entre esses arquivos é de salientar a pesquisa feita no fundo Patrick Straram dos Arquivos de Montréal, e na biblioteca Beinecke da universidade de Yale, onde acedeu aos espólios de Gianfranco Sanguinetti, De Jong, Gil Wolman e outros, todos, de Straram a Wolman, da maior importância para perceber a primeira evolução de Debord e o nascimento da crítica situacionista. Acrescente-se ainda as pesquisas feitas no fundo Debord da BNF (Biblioteca Nacional de França), que publicou em 2013 um importante catálogo com muitos inéditos, e no Instituto de História Social de Amester-

dão. Se atendermos ainda ao facto das duas principais publicações feitas e dirigidas por Debord, *Potlach* (1954-1957) e o boletim *I.S.* (12 números; 1958-1969), que tiveram na época tiragens muito pequenas, terem sido várias vezes reeditadas em volume acessível, podemos perceber a extensão do material que Apostolidès teve à sua disposição para escrever esta biografia. A quantidade e a qualidade da informação que esta biografia de Debord põe à disposição do leitor é a sua primeira e insuperável virtude. Como quer que seja, sabemos bem que o interesse e a altura duma biografia não se decide na sua vertente documental. É no desenho do perfil, nas opções que são feitas para o traçar, muitas delas não articuladas com a parte documental da investigação, que a biografia se decide. Desse ponto de vista, a biografia de Apostolidès tem surpresas e nem sempre pelas melhores razões. O retrato que ele traça do biografado manifesta desde as primeiras páginas uma tensão para com ele que resvala amiúde e sem subterfúgios para a má vontade. Marcante em traços intervalares, como sucede em muita adjetivação usada, mas também nos volumes mais cheios que modelam as formas e que se traduzem em afirmações substantivas, este retrato tem clara autonomia em relação à documentação que nos é proposta. Dito de outro modo, com a documentação apresentada, que é rica e muitas vezes inédita, era legitimamente possível traçar um retrato diferente e até contrário ao apresentado. Para se perceber a orientação do biógrafo, basta atentar no título que o autor escolheu para o seu livro: “Debord le naufrageur”. Este “naufrageur” pode ser traduzido por “náufrago”, embora a palavra francesa mais corrente para esta portuguesa seja “naufragé/e”. Caso se aceite esta tradução, temos logo no título do livro uma imagem de Debord como homem vencido, que foi ao fundo nos mares em que se aventurou. Porém, a palavra francesa usada por Apostolidès também pode ser vertida para o português como “aquele que faz naufragar” — o afundador, não apenas o náufrago. Este sentido dá de Debord uma imagem ainda mais negativa: aquele que fez naufragar todos os projectos em que se meteu. Esta visão biográfica entre o náufrago e o afundador é estruturante, atravessa todo o livro e serve para ler momento a momento os passos do biografado desde a sua ida para Paris em 1952, aos 21 anos, até às últimas intervenções, no rescaldado do homicídio do seu editor parisiense Gerard Lebovici, passando pelas publicações que fundou, as organizações que criou, as amizades que teve, os envolvimentos amorosos e as campanhas de agitação política em que se empenhou nos anos 60 (França) e 70 (Itália, Portugal, Espanha). Não por acaso um dos derradeiros pontos do livro, aquele com que se pretende começar a fechar a história de vida de Debord, é crismado “Waterloo”, estabelecendo um paralelo voluntário entre a desmedida mania de Napoleão e a de Debord, cuja derrota final foi para o seu biógrafo o suicídio — e este começou com a morte de Lebovici, o Waterloo de Debord. Este retrato tão amargo custa a aceitar pelo leitor que tenha um conhecimento mínimo dos

textos de Debord, do estilo primoroso em que estão escritos e da invulgar influência que exerceram no seu tempo. É ele que está por certo na origem da má recepção que esta biografia teve no círculo próximo de Debord, com Alice Becker-Ho a proibir a reprodução de qualquer fotografia sua no livro e Gianfranco Sanguinetti a mover-lhe um processo (não-judicial) de impugnação. Embora reconhecendo que a matriz decisiva do retrato de Debord é injustificável — Debord ganhou muito mais do que perdeu, se é que esta antinomia tem aqui alguma pertinência —, estamos porém muito longe de subscrever o que Sanguinetti escreveu sobre este livro, negando-lhe sequer o estatuto de biografia e reputando-o um “aborrecimento” intragável, com um péssimo método de trabalho e um resultado ainda pior. Aceitamos a má intenção do biógrafo, mas deixamos-lhe a liberdade do método. Quanto ao resultado, ele é contraditório, já que o trabalho de arquivo é objectivo e vasto o suficiente para o leitor ficar de posse de informações sobre Debord que inevitavelmente contradizem as opções de Apostolidès na montagem do retrato. Resulta daí que um leitor que nada conheça de Debord e leia as 600 páginas deste livro acabará por sair com uma ideia muito mais positiva da aura do crítico situacionista do que aquela que o seu biógrafo tem. Reside aqui o interesse e o valor do livro, que, não sendo o estudo biográfico definitivo de Debord, é obra indispensável para quem queira conhecer a trama familiar, histórica e documental que o envolve. [A. Cândido Franco]

## FRANÇOIS JARRIGE

### GRAVELLE, ZISLY ET LES ANARCHISTES NATURIENS, 2016

Inserido numa colecção que se destina a promover o decrescimento, “Les Précurseurs de la Décroissance”, que foi iniciada por uma antologia seleccionada por Serge Latouche em 2016 e teve depois continuidade com volumes individuais dedicados a pensadores tão distintos como Castoriadis, Roszak, Lanza del Vasto, Bookchin e outros, unidos todos pela necessidade de encontrar um modo de vida fora do actual paradigma tecnológico, assinala-se este estudo sobre os anarquistas naturianos (*Gravelle, Zisly et les Anarchistes Naturiens contre la Civilisation Industrielle*, Paris, Le Passager Clandestin, 2016, pp. 108), que marca uma importante etapa na reabilitação deste pequeno círculo libertário do final do século XIX e inícios do século XX. Marginalizado no seu tempo, inclusive dentro do movimento libertário onde nasceu e se desenvolveu, encarado na época pelas correntes maioritárias do sindicalismo revolucionário e do socialismo libertário como uma aberração inexplicável, o naturianismo, tendo por tese central a crítica da máquina, vê-se com este livro catapultado para o estatuto de precursor numa importante corrente cultural do dia de hoje — o decrescimento. Além do informado estudo inicial da autoria de François Jarrige, historiador que se dedica a estudar as mutações da industrialização e o seu impacto socio-ambiental e colaborador permanente do jornal *Décroissance*, o livro com-

porta ainda uma vasta selecção de textos colhidos nos livros, nos jornais e nas declarações dos naturianos, num período largo que vai de 1895 a 1912.

## **DIOGO FREITAS DO AMARAL**

### **AS IDEIAS POLÍTICAS E SOCIAIS DE JESUS CRISTO, 2019**

Na sequência da anterior publicação da sua *História do Pensamento Político Ocidental* (2011), publicou Diogo Freitas do Amaral aquele que pode ser considerado o seu testamento político, *As ideias políticas e sociais de Jesus Cristo* (Bertrand Editora, Novembro, 2019, 98 pp.), já que foi escrito no final da vida do autor e acabou mesmo por surgir nos escaparates das livrarias algumas semanas depois da sua morte (3-10-2019). Dedicado aos pais, trata-se dum livro em quatro capítulos, além duma breve introdução, que começa com uma confissão “Sou desde que me conheço católico, apostólico, romano”, e duma não menos breve conclusão, onde reitera as linhas fortes do livro, que se encontram no cap. 2 (“As ideias políticas de Jesus Cristo”) e no cap. 4 (“As ideias sociais de Jesus Cristo”). Tais ideias político-sociais diz Freitas do Amaral na introdução que as procurou nos quatro Evangelhos (Mateus, Marcos, Lucas e João) que constituem o corpo central do Novo Testamento. Embora nenhum deles tenha sido escrito por Jesus, nem tão pouco na língua em que ele predicou, e pertençam todos a uma época bem posterior à sua vida, aceite-se que as fontes usadas são as possíveis para quem apenas se preocupou com um ensino acroamático, com desprezo pela fixação escrita. A letra do Evangelho tem sido interpretada em muitos e divergentes sentidos, por vezes até contraditórios. Sabemos por exemplo que Leão Tolstói iniciou depois de 1878 um apostolado crítico radical contra a propriedade, o dinheiro, a riqueza, os exércitos, as polícias, as prisões, os impostos e o Estado tendo por base os preceitos evangélicos. Todas as suas ideias sociais e políticas, toda a desobediência cívica que fomentou, e que tanta e tão grande chegou a ser no final do séc. XIX e no início do XX, se inspiraram exclusivamente naquilo que os evangelistas referem como sendo o Reino de Deus. Nesta mesma linha está a teologia libertária de El-lul, que leu a Bíblia como fonte de negação do poder político de Estado. Sabemos porém que essa mesma letra e esse mesmo Reino puderam ser lidos em sentido muito diferente, levando a um duradouro entrosamento entre religião e poder, Igreja e Estado. Nesse sentido a leitura que Freitas do Amaral faz dos Evangelhos é apenas mais uma, onde não é difícil reconhecer toda uma anterior tradição de coexistência entre religião e poder político e económico, que remonta pelo menos a Agostinho de Hipona e à escola cristã de legitimação do poder secular romano. O aspecto curioso da leitura política de Freitas do Amaral está antes na contextualização desta estirpe no estádio actual das instituições. Dou um exemplo. Ao interpretar o célebre passo de Mateus, que se repete em Marcos e Lucas, “é mais fácil um camelo passar pelo buraco duma agulha do que um rico entrar no reino

de Deus” (Mt., 19, 23-24) , o autor enreda-se numa exegese que tem por finalidade negar a radicalidade da afirmação, atenuando o seu efeito. Assim para Freitas do Amaral a questão da passagem dos ricos ao Paraíso alegorizada pela passagem dum camelo por um buraco numa agulha é difícil, mas não impossível – já que no texto a palavra “impossível” não surge. Segue-se que o intérprete procura vários sentidos para a palavra “agulha”, chegando à seguinte conclusão (pp. 76-77): *Jesus Cristo podia estar a falar não no minúsculo buraco numa agulha de coser – o que tornaria impossível a passagem dum camelo através dele –, mas antes numa maior abertura ou fresta que servisse de enfiadura ou passagem para a entrada num edifício. Se assim fosse, a passagem dum camelo pelo buraco numa agulha, ou enfiadouro, não seria impossível, embora fosse com certeza difícil ou, mesmo, muito difícil.* Mesmo na exegese do autor sobra alguma aporia, quer dizer, não é fácil um rico entrar no Reino de Deus. É curioso verificar como o intérprete contorna a dificuldade. Apoiando-se no primeiro versículo do “Sermão da Montanha, onde se diz “Bem aventurados os pobres em espírito porque deles é o reino dos céus”, o autor inclui entre estes pobres em espírito (p. 79-80) *os ricos que sem fugir aos impostos paguem ao Estado (em IRS) cerca de metade dos seus rendimentos, bem como, sem dúvida, os ricos que em vida ou por morte instituem grandes fundações com fins predominantemente sociais (citem-se os conhecidos casos, nos E.U.A., da Fundação Ford, da Fundação Rockefeller e da Fundação Melissa e Bill Gates, além dos casos, entre nós, na categoria das maiores, das Fundações Gulbenkian, António Champalimaud e Aga Khan).* Quer a célebre frase de Mateus quer o Sermão da Montanha que levaram Tolstoi a impugnar a propriedade, a riqueza e o Estado e a despojar-se dos seus bens têm em Freitas do Amaral um sentido muito distinto, que se destina a justificá-los. Interessante é ainda observar como o intérprete foge de referir outras questões cruciais, antes de mais, o intransigente pacifismo não-violento do Evangelho, deixando por explicar e justificar a existência legal de exércitos e de polícias militarizadas, treinadas no uso e no abuso da violência, em Estados que sempre se disseram de tradição cristã. [A. Cândido Franco]

## AUTORES VÁRIOS

### SORE - GRUPO SURREALISTA GALEGO, 2020

Longo desdobrável, editado por Manchea e colaborado por Alfredo Ferreira Salgueiro, Ana Zapata, Begoña Paz, François Davo, Ramiro Torres, Tono Galán, Xoán Abeleira e Laura Sánchez (grafismo), é mais uma manifestação do Grupo Surrealista Galego. Embora pouco referido em termos internacionais e mantendo poucos contactos com o grupo de Madrid, este colectivo galego tem uma actividade digna de registo e bem merece atenção. Muito engenhoso do ponto de vista gráfico e todo dedicado ao erotismo, este desdobrável é uma prova do grupo enquanto colectivo surrealista e do seu entendimento do surrealismo como libertação das pulsões sexuais mais

reconditas através da sua captação em formas vivas, mesmo que de natureza mediadora verbal e imagética. No domínio da imagem encontramos em grande destaque a zoofilia (a obtenção de prazer sexual com animais), o fetichismo (a obtenção de prazer através de objectos), o travestismo ou o disfarce (obtenção de prazer através da teatralização da mudança de sexo). É talvez nesta última depravação que encontramos o ponto forte da publicação com um conjunto de sete imagens fotográficas de François Davo captadas por Ana Zapata, em que aquele aparece carnavalescamente travestido com trajes eróticos femininos (máscara veneziana preta, meias de renda, chicote) de mistura com peças grosseiras do vestuário masculino (botas rurais de trabalho), a que se associa um breve mas significativo delírio verbal. O travestismo, que Freud viu como subforma do fetichismo, não se confunde ao transsexualismo, já que este não é do domínio do delírio, mas da biologia, implicando por isso a engenharia médico-genética e o desenvolvimento da cirurgia plástica. Embora mais problemático, o transsexualismo é hoje muito mais tolerado em termos sociais, e até protegido por lei, porventura porque estimula o desenvolvimento da engenharia genética, ao contrário do travestismo que põe apenas em jogo a teatralização simbólica e artesanal duma fantasia. Para se cumprir ele não necessita da parafernália médica de ponta, bastando-lhe um resto esquecido de guarda-roupa. Pela sua própria natureza de representação, o travestismo é talvez a perversão sexual mais refinadamente simbólica, aquela que, inofensiva do ponto de vista físico, pode servir de referência exemplar a todas as outras. O que este desdobrável do Grupo Surrealista Galego nos vem dizer é que não podemos desistir do amor e do erotismo ou como diz Alfredo Ferreiro Salgueiro “o erótico é o grande catalisador/de tudo o que cresce”. Dizem-nos que este desdobrável é a derradeira prova de vida do Grupo Surrealista Galego e que depois dele, ou com ele, o grupo se dissolveu. Se assim é, o seu testamento está vivo e necessita de quem lhe dê sequência. [*A. Cândido Franco*]

## AUTORES VÁRIOS

### ANARQUIA E ANARQUISMOS, 2021

Organizada por José Maria Carvalho Ferreira, João da Mata e Juniele Rabêlo de Almeida, *Anarquia e Anarquismos* (Rio de Janeiro, Clássica Editora, 2021, pp. 432) obra apresentada no subtítulo como repositório de *Práticas de Liberdade Entre Histórias de Vida (Brasil/Portugal)* não pretende ser uma proposta de leitura sobre o mundo a partir dum preciso ponto de vista libertário, ou pelo menos a partir duma leitura unívoca, e menos ainda um exercício de proselitismo, o que é liminarmente rejeitado pelos organizadores. Veja-se, no posfácio, como José Maria Carvalho Ferreira cuidadosamente exclui essas perspectivas, donde se infere, por isso mesmo, que as aplica também na reflexão a que aqui se propõe: *Quando qualquer grupo anarquista pretende desenvolver militância junto do povo, classe operária, pobres,*

*desempregados, excluídos sociais, presos, etc., transporta com ele ideologias de aprendizagem e aculturação política de ícones anarquistas que não são fáceis de assimilar. Esta relação não é profícua não só pela força estruturante e alienante da sociedade de consumo na vida cotidiana dos indivíduos, mas também porque aqueles que se dizem anarquistas têm extrema dificuldade em perceber o desfazamento histórico das reflexões da grande maioria dos autores anarquistas emblemáticas datadas nos finais do século XIX e princípios do século XX. Entrementes, na atualidade é difícil, se não impossível, discernir da identidade teórica e prática entre esses anarquismos a anarquia ontológica sem ser um “ismo”. Daí, e por consequência (alvitramos nós) a relevância dum conjunto de reflexões “modernas”, por mais modestas que sejam, na avaliação do estado da arte da proposta anarquista. O livro é ainda apresentado pelos organizadores como “uma provocação para o entrecruzamento de fronteiras entre diversas áreas de conhecimento e atuação... [contribuindo] para uma ampliação das discussões sobre cultura libertária e narrativas biográficas”. Os autores, sem exceção investigadores dos meios académicos do universo luso-brasileiro, familiarizados, próximos, afins ou filiados no pensamento anarquista, relatam então factos e experiências para si relevantes, de indivíduos e coletivos nos quais se reveem, ou refletem as condições da vida que nos envolvem, apontando pistas para romper esse cerco, com base em propostas que salientam como, no mínimo, pertinentes. A obra apresenta-se assim como um poliedro colorido de vários matizes, com faces de maior transparência ou opacidade e espessura, deixando ou não entrever outras faces mais próximas e afins ou mais distanciadas, ou ainda apresentando simplesmente a realidade factual de experiências que dum ou outro modo, merecem a memorialização (por exemplo nos registos biográficos de Roberto Freire, Edgar Rodrigues, Jaime Cubero entre outros), e que se agrupam, em geral, num capítulo à parte – na categoria das narrativas biográficas e experiências anárquicas diversas, à exceção do texto sobre a história de *A Ideia*, incluído ainda no capítulo da Cultura Libertária.*

Assim, às narrativas de ordem memorial no capítulo final do livro antecipam-se, no início, as de natureza mais conceptual, onde se cruzam reflexões de ordem vária sobre as várias dominações e propostas para o seu afrontamento, por exemplo na área da educação (Sílvio Gallo e Ana Paula Massadar Morel / Rodrigo de Almeida Ferreira), da luta contra a domesticação do corpo e mente (João da Mata), na organização da vida comum alternativa não hierarquizada – em ocupação (como nos zapatistas ou Rojava) ou “guerrilha” (como nas zonas autónomas temporárias) –, na concretização das práticas de ação direta (Acácio Augusto e André Bochetti), nos mecanismos de representação *versus* vida livre (Camila Jourdan), na relação entre os seres e sua subjugação à máquina – entendida esta na conjugação simbiótica economia / tecnologia (Jorge Leandro Rosa), na possibilidade duma via federativa para a organização dos espaços estruturados diferenciados, com base

numa leitura de Proudhon (Thiago Rodrigues). Manuela Parreira da Silva, por sua vez, resume, mas também reflete sobre a história do surrealismo em Portugal e a relação umbilical entre poesia e anarquia. Pois o que é interessante é precisamente a conjugação no mesmo projeto destas leituras díspares, mais ou menos complementares, visando ajudar o leitor «a pensar junto as possibilidades de vida livre no presente», e deixando de fora a mítica e redentora teoria da Revolução final que marcaria o definitivo advento da “nova era”, à semelhança das conhecidas propostas do materialismo histórico. [Luís Chambel]

## EMMA GOLDMAN

### VIVER A MINHA VIDA, 2021

Das mil páginas que a Editora Antígona deu à estampa de Emma Goldman sobre si própria (*Viver a minha Vida*, trad. e pref. Luís Leitão, Lisboa, Antígona, 2021, pp. 1000) sobressai a singular potência duma vida gerada em Kaunas, Lituânia, em 1869 e um epílogo prematuro, em 1940, Toronto, Canadá. Digamos que ao lermos *Viver a minha Vida* de Emma Goldman só podemos ficar expectantes, maravilhados, dignificados e vivificados pelo facto de sermos pertences da espécie humana. Podemos criar e reproduzir uma tal potência com a mesma determinação e paixão de viver na ação individual e coletiva na luta pela causa maior dum anarquismo multifacetado em práticas de aprendizagens de amor, amizade, liberdade e criatividade. Foi esta a grande lição de viver que Emma Goldman nos legou ao longo deste livro.

As repercussões da obra e vida de Emma Goldman são inimagináveis, senão impossíveis de quantificar e qualificar. Em *Viver a minha Vida*, se bem que fosse difícil identificar, memorizar, articular todos os factos que integraram a sua vida quotidiana num espaço-tempo real e concreto, com a ajuda dos amigos mais próximos, conseguiu reconstituir a sua narrativa histórica de forma notável, enaltecendo e resgatando a inteligibilidade da sua luta maior pelo anarquismo. Toda a elaboração deste livro foi realizada, em 1931, na quietude da cidade de St. Tropez, França, não que não fosse antes antecedida por dezenas de milhares de acontecimentos na sua vida. Devido à imensidão e diversidade de factos emergentes nas 1000 páginas do livro, no que concerne à substância de *Viver a minha Vida*, limito-me a extrair os elementos que considero essenciais, prescindindo das reflexões realizadas por Emma Goldman, como foram os casos específicos dos livros *O Indivíduo, a Sociedade e o Estado e Outros Ensaios* (1940; reed. no Brasil e em Portugal), *A Minha Desilusão na Rússia* (1923; reed. pela Biblioteca Terra Livre) e a revista libertária *Mother Earth* (1906-1917). Descurando também a leitura do livro de página para página, de capítulo para capítulo, posso e prefiro realizar a minha leitura de *Viver a minha Vida* a partir de 5 dimensões: 1) família e emigração; 2) os EUA como espaço/tempo de autoaprendizagem e autoforma-



ção do anarquismo; 3) a grande causa acima de tudo, depois o amor e a revolução; 4) de como o desejo e a inexperiência histórica da revolução social se traduziu na confusão e na contradição ideológica entre anarco-comunismo, comunismo e marxismo-leninismo; 5) as lições do fim da vida. Quando com 15 anos emigra para os Estados Unidos da América, em 1885, Emma Goldman já tinha sofrido o ferrete das vicissitudes do autoritarismo do pai nos domínios físico, psíquico e mental. Por cultura, por ser muito criativa e propensa à liberdade e por outro lado também por ser mulher adolescente judia ficou sujeita a situações negativas na vida quotidiana familiar na Lituânia e na Rússia. A emigração para os Estados Unidos da América surge para ela como uma esperança de melhorar a sua existência e sobretudo subtrair-se da brutalidade física do pai e com tal hipótese evoluir no sentido da sua emancipação social. Após ter conseguido adquirir o estatuto de emigrante continuou na senda da luta pelo trabalho como costureira e operária de tecelagem, situação aliás que já tinha conhecido na Rússia. Pela sua capacidade crítica e solidariedade dentro das fábricas em que foi operária, cedo construiu e congregou uma posição comportamental solidária e de identidade colectiva junto dos outros trabalhadores, gerando facilmente uma disposição comum na luta contra o capitalismo e na realização de greves que consubstanciassem melhorias substanciais nas condições de trabalho e nos salários.

Se deduzo dos Estados Unidos da América como espaço/tempo de auto-aprendizagem e autoformação para o anarquismo com maiores probabilidades em relação ao processo identitário de Emma Goldman é porque, sem dúvida alguma, os acontecimentos que estiveram na origem da tragédia de 1-5-1886, em Chicago, demonstram inequivocamente que o surto revolucionário trazido da emigração europeia assumia um antagonismo inaudito contra o capitalismo. Esse acontecimento teve um epílogo bastante negativo, levando depois ao enforcamento de Louis Lingg, Albert Richard Parsons, August Vincent Theodore Spies, George Engel, Adolph Fischer, e à prisão perpétua de Michel Schwab e August Spies e 15 anos para Oscar Neeb. Emma Goldman chegou em plena reação, contestação e mobilização dos trabalhadores contra a situação criada em 1-5-1886 em Chicago. Como mulher jovem e já revolucionária em plena adolescência, facilmente catapultou a sua vida para a aventura, para a luta contra as injustiças, sobretudo contra as que proliferavam no seio da classe trabalhadora. O primeiro de Maio que ocorrera na cidade Chicago era a demonstração salutar da procura duma causa sublime que solucionasse a emancipação social de vez. A anarquia através de anarquismos difusos como o anarco-comunismo, o anarco-feminismo e até o neomaltusianismo, passaram a elementos de evolução/criação ajustados à personalidade e ação individual e coletiva por amor à causa libertária que perfilhou desde então.

Se afirmo que para Emma Goldman a causa pelo ideal da anarquia está

acima de tudo (depois vem o amor e a seguir a revolução social) é porque isso depreendi de *Viver a minha Vida*. Embora Emma Goldman tenha vivido uma série amores com vários homens, entre os quais o amor privilegiado que manteve com Alexander Berkman até ao fim da sua vida, isso não obsta que todo e qualquer amor poderia aparecer e desaparecer da sua vida sempre que a potência da sua energia, da sua psique e da sua mente tinham razão de emergir, de existir e de servir de forma ininterrupta, intensa e extensa a causa maior do anarquismo. Esta força estruturante da causa maior pela qual lutava, levou-a muitas vezes a situações de mal-estar com implicações contraditórias e negativas, ao ponto de viver situações altamente onerosas para desígnios identitários da grande causa que deveria privilegiar, ao ponto de em momentos da sua vida, como foram os casos da revolução russa, entre 1919 e 1921, e da revolução espanhola de 1936-1939, ver-se constrangida a assumir papéis zelosos de assunção reformista e conciliadora do que não tinha idealizado como promotora da emancipação dos trabalhadores.

Quando Emma Goldman e Alexander Berkman viajam para a Rússia, em 1919, já tinha uma grande experiência política, ideológica e revolucionária bastante consistente, adquirida durante anos pelas principais cidades dos Estados Unidos da América. Pode-se dizer que Emma Goldman deu centenas de conferências sobre o militarismo, prisões, guerra, teatro, anarco-feminismo, anarquismo em geral, malthusianismo, greves, educação integral, saúde pública, eleições, etc. No mesmo sentido, conheceu durante esse período anarquistas importantes, como foram os casos de Johann Most, Voltairine de Cleyre, Kate Austin e os escritores Jack London e John Reed. Em 1907 realiza uma viagem à Europa e participa no Congresso Internacional Anarquista de Amesterdão, entre 24 e 31 de Agosto de 1907. Nesse congresso teve oportunidade de conhecer Malatesta, Luigi Fabbri, Benoit Brououchout, Pierre Monatte, Amédée Dunois, Rudolf Rocker e Christian Cornélissen. Na Europa conheceu ainda Kropotkin, Louise Michel e Bertrand Russell. Se bem que esta autoaprendizagem reportada à causa do anarquismo fosse mais centrada em relações conviviais e interpessoais de teor ideológico e prático, não restam quaisquer dúvidas de que foi no espaço-tempo do mundo do trabalho que Emma Goldman adquiriu uma diversidade de autoaprendizagens através de várias profissões – costureira, operária-tecelã, enfermeira, paramédica, massagista, conferencista, jornalista, editora, escritora. São elas que vão redimensioná-la e alicerçá-la para o interior e exterior do conhecimento e da vivência profunda do anarquismo. Desde então respira, sente e vive o anarquismo como poucos até ao resto da sua vida.

Esta autoaprendizagem sobre o anarquismo não a coibiu de partir com armas e bagagens em conjunto com Alexander Berkman para o caldeirão revolucionário que se vivia na Rússia entre 1919 e 1921, com o intuito explícito

de realizar a emancipação social do povo russo. Nunca pressentiram que estavam perante um cenário construído de mentira histórica já estruturada e modelada no sentido dos objetivos do Estado e do Capitalismo. Mas foi, no entanto, assim, com toda a energia revolucionária, que tentaram a ajudar o socialismo soviético do Partido Bolchevique de Lenine, Trotsky, Zinoviev e Kamenev e ainda da Tcheca. Mas de forma incauta esta revolução revelou-se no seu contrário, originando a morte sistemática de qualquer veleidade de liberdade e emancipação social. No contexto turbulento e arbitrário da revolução russa no período de comunismo de guerra não omitir críticas ou não corroborar os comportamentos dos ideólogos e burocratas do Partido Bolchevique podia ser considerado cumplicidade com os contra revolucionários que defendiam o capitalismo. O mesmo se passava quando Emma e Alexander se mostravam incapazes de defender as decisões que culminavam na prisão generalizada dos anarquistas. Quando se assiste à consecução efetiva da prisão discricionária de anarquistas por parte da Tcheca, quando surtos de grevistas nas fábricas reclamam pão, quando o movimento macknovista na Ucrânia ajuda o exército vermelho a expulsar o exército dos antigos czares, eis que emerge um banho de sangue com milhares de mortos, incluindo operários, marinheiros e soldados, em Cronstadt, entre 10 a 17 de Março de 1921. Foi só nesse momento que E. Goldman tomou consciência da monstruosidade ideológica, cultural, económica e social que era o “comunismo” na sua versão marxista-leninista. As lições foram várias. Haveria não mais que confundir anarquismo e “comunismo soviético” e este com anarco-sindicalismo e anarco-comunismo. Estes pressupostos clarificadores no entanto não bastaram, já que na revolução espanhola de 1936-1939 Emma praticou, se bem que a custo, a mesma ambiguidade de alianças com o internacionalismo proletário sob a batuta de José Estaline. As lições do fim da vida de Emma Goldman são bastante simples e pacíficas de observar. No que respeita à sua ação e luta pela causa do anarquismo desenvolveu-se com menor acuidade e celeridade, em parte pela perda progressiva de energia e de visibilidade social do anarquismo no mundo. Com a implantação do socialismo soviético na URSS e com a criação e a hegemonia de partidos comunistas no mundo, o ‘anarquismo clássico’ foi regredindo. O desencanto duma vida circunscrita a uma luta por uma causa sublime revelou-se imperativo. O fracasso da luta pela libertação de Nicolas Sacco e Bartolomeu Vanzetti foi mais uma demonstração da impotência do anarquismo em caminhar no sentido da criação das condições que permitissem a emancipação social da espécie humana. Perante este contexto histórico, impunha-se o descanso e clarividência duma idade avançada cheia de liberdade, de criatividade, de amor e de amizade. A estabilidade da mente, da psique e do corpo assim o exigia, admitindo ainda viajar através do seu imaginário coletivo na sua casa de St. Tropez e daí seguisse a via possível de convivialidade com os seus amigos até ao fim da

sua vida em Toronto no ano de 1940. [José Maria Carvalho Ferreira]

## MÁRIO DOMINGUES

### A AFIRMAÇÃO NEGRA E A QUESTÃO COLONIAL, 2022

Sinal dos tempos actuais, o nome e parte da obra de Mário Domingues voltaram a interessar autores e editores portugueses. Já não é a questão da “sociologia da negritude” de Senghor ou da nossa Maria Carrilho que os interessa mas a possibilidade de lançar mais uma acha para a fogueira em que agora se discute o racismo, na actualidade e em suas raízes seculares, e também se procura uma revisão “purificadora” da história voltando aos temas da escravatura, da colonização além-mar por parte dos europeus e do colonialismo mais recente. Com uma organização gráfica impecável — ou não tivesse o seu autor passado pelo jornalismo e sido depois mestre de outra geração de estudantes em sociologia da comunicação —, saiu a público no início deste ano o livro *Mário Domingues: A Afirmação Negra e a Questão Colonial: Textos, 1919-1928*, compilado e apresentado por José Luís Garcia, numa edição da Tinta-da-China e que pôde beneficiar duma apresentação seguida de exposição documental na Biblioteca Nacional. O livro merece todos os elogios. Tem uma sólida apresentação de cerca de 70 páginas em que José Luís Garcia situa bem a pessoa do “mestiço” Mário Domingues, filho de “branco” português e de “negra” angolana, nascido na colónia de São Tomé (mais precisamente na ilha do Príncipe) mas trazido pelo pai para Lisboa e educado pelos avós, que lhe proporcionaram uma educação escolar mediana. E, sobretudo, que o insere suficientemente no pós-guerra vivido entre nós, com passagem pelas Juventudes Sindicalistas e a entrada como jornalista n’*A Batalha* ainda em 1919, a convite de Alexandre Vieira. Mas o livro e a antologia de artigos de imprensa seleccionados (págs. 85 a 318), maioritariamente d’*A Batalha*, referem-se exclusivamente ao tema da cor da pele (a “raça”), aos preconceitos sociais então aceites acerca da suposta inferioridade dos africanos, e às reacções de suas ínfimas minorias vivendo sobretudo nas metrópoles colonizadoras para assumirem as suas próprias raízes culturais, lutar contra as discriminações de que eram alvo, criticar o sistema de dominação colonial vigente e mesmo advogar uma independência “nacional”, já reivindicada na Índia e na África do Sul, mas ainda inimaginável no caso dos territórios africanos sob soberania portuguesa. Neste aspecto, revela-se também o libertarismo e a rebeldia anarquista de Mário Domingos que, não por acaso e significativamente, também acompanha as evoluções e rupturas modernistas que então se expressam na literatura, no jornalismo ou na pintura. Dois pontos, porém, parece-nos terem escapado à análise crítica do compilador e apresentador da obra, não decerto por os ignorar, mas antes por sua opção deliberada. Por um lado, a rápida passagem que faz sobre a sua extensíssima actividade como escritor, em particular como autor de obras sobre personalidades cimeiras da histó-

ria portuguesa, subsumido pela referência à pseudonímia e ao seu trabalho como tradutor. Precisava de viver da escrita, não tinha espaço no jornalismo do Estado Novo e, esgotado o filão do “policial”, é compreensível que Domingues tenha mobilizado dessa forma o seu enorme talento para a escrita. O outro ponto menos evidenciado – apesar das múltiplas referências à sua proveniência do “viveiro” da Calçada do Combro – é o do estilo acutilante, combativo e sem medo de usar algum léxico da oralidade de então que podemos encontrar em quase todos estes textos de imprensa de Mário Domingues. É uma escrita de revoltado, sem dúvida, mas é também a dum homem atento aos temas e aos protagonistas que dominam o seu tempo, interpelando-os no concreto dos debates da hora, e deixando sempre a pista das suas ambições para um próximo futuro mais risonho para os dominados. Ora, essa é uma característica não apenas da escrita de Mário Domingues, mas do estilo de boa parte da imprensa anarquista da época e em especial do diário da CGT, que lhe deu uma amplitude e divulgação até então desconhecidas. [João Freire]

## **TOMÁS IBÁÑEZ**

### **INTERSTÍCIOS INSURRECTOS, 2022**

*Interstícios Insurrectos* (Lx., Barricada dos Livros, 2022, pp. 280; trad. Andreia Tatoní, Carlos Jacques, Mário Rui Pinto e outros) é uma colectânea de textos da autoria de Tomás Ibáñez, reputado intelectual e militante anarquista aragonês, organizada por Mário Rui Pinto, Carlos Jacques e por ele próprio, e traduzida e revista para a língua portuguesa por um colectivo editorial mais vasto. Na sobrecapa que, desdobrada, se transforma em cartaz, podemos ler uma frase do autor que denuncia a intenção daquele colectivo: *Para criar espaços de Vida e formas de estar que se situem em ruptura radical com as normas do sistema e que façam surgir novas subjectividades radicalmente insubmissas*. O percurso biográfico e intelectual de Tomás Ibáñez está intimamente ligado ao desfecho da Revolução Espanhola, à sua infância vivida em França no meio familiar e social constituído por exilados anarquistas, pela sua militância durante a juventude na Federação Ibérica das Juventudes Libertárias (FIJL), pela luta contra o regime Franco, depois pela sua participação activa no movimento estudantil de 22 de Março (1968), onde se destacaram outros anarquistas como Daniel Cohn-Bendit ou Jean-Pierre Du-teuil. Dessa experiência no início dos anos 60 do século passado, ele publica com Salvador Gurucharri, *Une résurgence anarchiste – Les jeunesses libertaires dans la lutte contre le Franquisme. La FIJL dans les années 1960* (editora Acratie, obra também publicada em castelhano em 2010 pela Virus). Regressado a Espanha em 1973, Ibáñez participou nas tentativas de reconstrução da CNT e nos debates intensos que se geraram então no seio dos anarquistas. Destaca-se então pela crítica à ortodoxia anarquista (um oxímoro!), procurando integrar as contribuições teóricas de Michel Foucault

acerca do Poder e do Estado. Ibáñez passa então a destacar-se pelas suas leituras críticas da cultura instituída no movimento libertário, e pelas propostas de renovação teórica. No plano profissional, ingressa como docente na Universidade Autónoma de Barcelona, tornando-se catedrático de Psicologia Social até à sua jubilação em 2007. A sua tese de doutoramento defendida em 1980 nessa universidade, reflete sobre dois conceitos essenciais (diria mesmo, vitais) para os anarquistas e tinha como referência os trabalhos de Foucault e do psicólogo social Robert Pagès (1919-2007). A tese foi publicada depois com o título *Poder y libertad* (1982). Em 1988, Ibáñez participou na criação da revista de ciências sociais e humanidades *Archipiélago: cuadernos de crítica de la cultura*, publicada com periodicidade bimestral até 2008 (disponível integralmente na rede no portal espanhol Dialnet). Nela encontramos, entre uma vasta lista “heterodoxa” de autores situados em diferentes perspectivas teóricas e disciplinares, textos de Theodore Adorno, Pierre Bourdieu, M. Foucault, Eduardo Galeano, Murray Bookchin, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Daniel Guérin, Serge Moscovici, Joan Martínez Alier ou Cornelius Castoriadis. Grande parte da sua produção teórica situa-se na área disciplinar da Psicologia Social. Porém, ela é inseparável da sua visão crítica do anarquismo cristalizado em organizações, discursos e práticas militantes identitárias. O seu esforço intelectual para *actualizar* o anarquismo fica patente em *Fragments épars pour un anarchisme sans dogmes* (Cascades, 2010) e *Anarquismo es movimiento: anarquismo, postanarquismo y neoanarquismo* (Virus, 2014; ed. francesa nesse ano, ed. Nada). Finalmente, a sua leitura do tempo presente e dos novos movimento sociais deu lugar a *Anarquismos a contratiempo* (2017), levando-o ainda a participar com outros autores numa reflexão alternativa do conflito catalão com o Estado espanhol em *No le deseo un Estado a nadie* (Logroño, 2018).

A presente coletânea de textos documenta o percurso militante e intelectual de Tomás Ibáñez, justamente considerado “uma personagem central na renovação teórica do anarquismo dito ‘clássico’, iniciada com o movimento de Maio de 1968” (a abrir o *Prefácio*). Dadas as limitações de espaço, não faremos mais do que indicar a sequência dos temas abordados nos textos que foram seleccionados. Assim, a obra abre com um apontamento biográfico do autor e com dois curtíssimos textos onde fica patente a posição ética e existencial do libertário (*Porque escolhi a anarquia*, 1962 e *A Vida Absurda*, 1963). Seguem-se depois dois textos críticos sobre a “ortodoxia” ideológica da CNT (1979) e a estagnação teórica do anarquismo enquanto doutrina emancipadora e movimento social e político (texto apresentado em seminário em 1983 e publicado em 1984). Este tema será retomado posteriormente na crítica à “cultura libertária” (1991), se considerada como um conjunto normativo de representações fixas exteriores à acção militante. Algumas das ideias presentes na formulação do neo-anarquismo encontram-se na sua reflexão sobre a linguagem vista como exercício de poder, de relação e con-

trol social (1988) e na crítica da ideologia moderna e do cientismo (1990). A crítica da razão científica, considerada um poderoso dispositivo de dominação, é desenvolvida posteriormente num texto publicado em 2016. Os textos subsequentes respondem às leituras correntes sobre fenómenos ou tendências transnacionais. Assim, a possibilidade da democracia subsistir como regime político num contexto de globalização neoliberal é avaliada criticamente (1993). Nesse contexto, o autor equaciona a actualidade do anarquismo (2001), apresenta os fundamentos do neo-anarquismo e do pós-anarquismo (2008) e os “argumentos para um neo-anarquismo” (2012). A emergência da “sociedade do controlo” sobre os indivíduos através da vigilância eletrónica, das “redes sociais” e dos novos códigos de dominação (2009, 2017), acompanham o aparecimento de novos movimentos sociais (“o 15-M e a tradição libertária”, 2008) e das lutas nacionalistas (“Catalunha depois da tormenta”, 2017). Desse ponto de vista, interessa a sua reflexão à distância de 40 anos do Maio de 1968 (2008), momento de viragem fundamental. A obra fecha com dois textos recentes sobre a actual pandemia do COVID-19 e sobre o “anarquismo existencial” (2021), onde distingue analiticamente o sentimento de revolta perante a ordem social instituída, da forma de estar e de viver e, finalmente, da participação na organização e luta social. *Interstícios Insurrectos* reúne assim um conjunto de textos lúcidos e claros, essenciais para compreender as propostas de actualização do pensamento libertário de Tomás Ibáñez. Longe de estarmos perante uma exposição doutrinária que pretende vingar “entre as massas”, este conjunto de pequenas peças convidam o leitor à reflexão e à discussão colectiva sobre os múltiplos temas presentes na formação do mundo em que vivemos, na busca de criar um mundo que mereça ser vivido por todos. A edição é cuidada e o objecto-livro esteticamente apelativo. [Paulo Guimarães]

**Nota do Editor:** O texto publicado em 1984 de T. Ibáñez referido na nota foi editado na revista *A Ideia* logo no ano do seu surgimento (n.º 32/33, 1984). Esse texto é ainda referido na nota de João Freire ao recensar outro livro do autor e que de seguida se publica. A revista *A Ideia* reconhece no esforço de reflexão de T. Ibáñez um momento alto do pensamento libertário dos dias de hoje e nele se revê nos aspectos essenciais. Isto não obsta que os colaboradores da revista não possam ter uma opinião distinta, como sucede com João Freire. Se existe cultura libertária, ela necessita de ser plural. O autor de *Interstícios Insurrectos* chamou já há muito a atenção para os equívocos uniformizadores da expressão “cultura libertária”, preferindo-lhe a noção plural de “culturas libertárias”.

## **TOMÁS IBÁÑEZ**

### **L’ANARCHIA DEL MONDO CONTEMPORANEO, 2022**

Descobrimos o pensamento de Tomás Ibáñez no início dos anos 80 quando ele publicou um texto então inaceitável para a maioria do militantismo anarquista. Intitulava-se “Por um poder político libertário” e havia sido apresentado em 1983 num colóquio na Suíça e publicado na revista italiana *Vo-*

*lontà*. Interessada pela novidade, a nossa *A Ideia* republicou o artigo no ano seguinte, numa tradução de Miguel Serras Pereira, e veio a inseri-lo na antologia *Anarquismo moderno mas não pós-moderno* (2017). Estavam ainda presentes as ideias expressas no livro *Les anarchistes espagnols et le pouvoir*, de Cesar M. Lorenzo (1970), que havia denunciado os inconvenientes e malefícios da fixação anarquista na recusa de qualquer forma de Estado e de toda a participação no Estado moderno, com base numa análise histórica do processo acontecido em Espanha, sobretudo no decurso da guerra civil (e também na experiência pessoal e posições do seu pai Horacio Prieto).

Agora, o mesmo Tomás Ibáñez pôs à venda dois livros, um dos quais saiu em tradução portuguesa. Mas aquele que queremos aqui recensear é o que foi publicado em Itália sob o título *L'Anarchia del Mondo Contemporaneo* e com a chancela da Elèuthera, de Milão, já no ano de 2022. É uma obra de cerca de 270 páginas dividida em três partes e dezasseis capítulos antecidos dum introdução. O estilo é solto e a leitura seguida, como se fora de prosélito ou militante para simpatizante, a quem convém fornecer mais referências e argumentos. Percebe-se a herança de que descende, filho de anarquista espanhol refugiado em França, onde viveu e fez a escola, incluindo a experiência do Maio de 68. As notas ao texto são mínimas, os factos passados rapidamente mas, como se esperaria dum académico (Ibáñez fez carreira de professor universitário, em psicologia social, na Autónoma de Barcelona), sem erros visíveis.

Um fio condutor guia o pensamento expresso do autor: o das diferenças entre o “antigo movimento anarquista” corporizado, por exemplo, pela CNT anarco-sindicalista ou pela FAI e as actuais vivências e acções dispersas de novos activistas movidos por idênticas pulsões mas usando tácticas de intervenção muito diferentes. Nas suas palavras, este último tipo de anarquismo é «mais indeterminado, não-identitário, construído através das lutas contemporâneas e fora do movimento anarquista». Diferente mesmo daquilo que ele conheceu nos anos 60, trata-se agora de “colectivos ou pessoas singulares geralmente muito jovens que, mesmo declarando-se explicitamente anarquistas, vivem contudo esta identidade dum modo diferente [...] caracterizado por uma flexibilidade e abertura que os leva a estabelecer uma relação diferente, seja com a tradição anarquista, seja com os movimentos antagónicos estranhos àquela tradição” (p. 21). Considerando a trajectória do seu pensamento desde o que escrevia nos anos 80 até esta nova tomada de posição, é possível ler-se essa evolução como um retrocesso ou involução, a despeito do esforço para entender as mudanças em curso nas nossas sociedades contemporâneas. Tal é também a nossa opinião.

Explicamo-nos porquê. Ao assumir que o poder político não é um “mal contagioso” mas uma relação social que pode ser exercida de diversos modos, uma relação que se torna inevitável sempre que estamos a considerar uma comunidade de grande dimensão, *a fortiori* uma nação, em que o in-



terconhecimento pessoal já não é possível, Ibáñez enfrentava a tradição militante anarquista — aquela que era caricaturada pelo conhecido diálogo do forasteiro que aterra em país desconhecido: “Hay gobierno? Si. Soy contra!” — mas juntava-se àqueles que pretendiam que as ideias libertárias dos “pais fundadores” não desaparecessem das perspectivas de transformação social. Este debate esteve patente ainda nos anos 80 ao longo de sucessivos colóquios internacionais onde “intelectuais libertários” constatavam o esgotamento das potencialidades revolucionárias do movimento operário e discutiam como melhor intervir nos então chamados “novos movimentos sociais” (sobretudo o pacifismo, o feminismo e o ecologismo). Pelos vistos, Tomás Ibáñez junta-se aos amigos italianos (da *Rivista Anarchica* ou da editora *Elèuthera*), além de outros, que, a partir de certo momento, terão receado “perder público” ou leitores e passaram a assumir nas suas páginas os temas que nas últimas décadas iam correndo o mundo entre os jovens escolarizados e “classe média”, sobretudo através das “redes”: o *hatie USA*, o *me too*, o *woke*, o *slavery*, o desconstrucionismo, o radical, a estética pós-moderna, etc. Não conheço o que pensam sobre os *Black Bloc* mas espero que não o escondam para não se “cortarem” das massas protestantes nas ruas. Escreve ainda Ibáñez que um “princípio que caracteriza a subversão contemporânea e que me parece interessante referir, por ser estreitamente conexo com a sensibilidade libertária, consiste na fusão necessária entre aquilo que é político e aquilo que é existencial, entre a esfera da vida e a esfera da política” (p. 267). É o psicólogo a bramar aqui contra as intermediações e as instituições? É claro que se deve apreciar o esforço e o desinteresse daqueles que, em micro-escala, não desistem de denunciar os abusos autoritários que os povos continuam a suportar e de apontar caminhos de livre entendimento e de mais concreta emancipação. Mas quem acredita que daí, sem mais, possam surgir soluções sociais viáveis para os problemas do mundo actual? [João Freire]

## PEDRO PROSTES DA FONSECA

### A HISTÓRIA DESCONHECIDA DE CARLOS RATES, 2021

Por estes temas terem perdido o favor da opinião pública, foi uma relativa surpresa o lançamento deste livro em finais de 2021, pela editora Ponto de Fuga [*A história desconhecida de Carlos Rates (de primeiro secretário-geral do PCP a apoiante de Salazar)*]. Fernando Rosas assina um bom prefácio onde, como historiador, reconhece a qualidade do trabalho do autor, Pedro Prostès da Fonseca, «a lembrar-nos que todas as grandes causas emancipatórias engendram no seu rasto de sacrifício e conquistas, o seu contrário, ou seja, duras traições. E isso não pode — antes pelo contrário — suscitar o desinteresse, a repulsa ou ainda menos o interdito quanto ao estudo atento do seu contexto histórico e significado, tantas vezes exemplares, como é o caso presente» (p. 7). O texto de Pedro Prostès da Fonseca revela interessantes

pormenores investigados quanto à biografia de Rates — no fundo, é do homem que o livro trata — mas mostrando estar longe de ser um especialista ou de dominar a historiografia do nosso movimento operário quando, por exemplo, refere que em 1866 o escritor Hans-Christian Andersen em Setúbal «assusta-se, nas suas deambulações pela cidade, com o barulho do deflagrar de engenhos explosivos dos anarquistas» (p. 39). Ou, mais adiante, quando sumariza excessivamente os compromissos e os resultados do Congresso Operário de Tomar (1914) que afirma terem marcado «uma primeira grande clivagem entre Rates e os anarquistas» (p. 81). Isso é verdade, sobretudo a partir do momento em que este irrequieto setubalense e antigo marinheiro se aproxima da *mouvance* heteróclita de Machado Santos e do seu jornal *O Intransigente* (que, por outro lado, lhe passou a assegurar o estipêndio como jornalista, com a liberdade individual que tal lhe proporcionaria). Não obstante isto, a narrativa de Pedro Protes é uma história que vale a pena ler. Traça uma trajetória pessoal mas também o retrato duma época que está na base da nossa contemporaneidade e da qual ainda hoje sentimos sinais mal disfarçados ou, pelo contrário, políticas de Estado que persistem em perseguir a ilusão duma reforma da sociedade ditada autoritariamente por um poder superior (que, no fundo, Rates já traria consigo desde o início, de forma subconsciente). Eis um género de “jornalismo de investigação” que produz também o tipo de livro que é hoje capaz de atingir um público leitor bem mais alargado do que aquele que frequenta os cursos de história das universidades (e por vezes também sai deles subjectivamente orientado). [João Freire]

## BRUNO VIEIRA AMARAL

### INTEGRADO MARGINAL. BIOGRAFIA DE JOSÉ CARDOSO PIRES, 2021

O título paradoxal desta biografia de José Cardoso Pires (1925-1998) foi extraído dum texto confessional do autor de *O Delfim*, em que este se definia como alguém que nunca tinha cultivado o «espírito de grupo. Quando muito, talvez nunca tenha passado em toda a minha vida dum integrado marginal ou coisa que se pareça». Para um militante, inicialmente do MUD e depois do PCP até 1974, mas sempre empenhado na luta de resistência contra o Estado Novo, estes dois termos parecem contraditórios mas determinam certamente a relativa “indisciplina” usufruída pelo intelectual que, por sua vez, conduziu uma existência um tanto indisciplinada: conhecedor, como poucos, da Lisboa nocturna dos bares, este conhecimento haveria de fornecer-lhe, por outro lado, os modismos linguísticos e as navegações de muita experiência que estão na base do excelente *Livro de Bordo. Vozes, olhares, memorações*, de 1997. O texto de Bruno Vieira Amaral (Contraponto, 2021), nas suas 599 páginas, vai para além da simples biografia. Na verdade, o biógrafo procede a uma exaustiva investigação dos textos críticos publicados sobre cada um dos livros de José Cardoso Pires, em especial dos pri-

meiros (*Caminheiros, Histórias de Amor, O Anjo Acorado, O Hóspede de Job* ou *O Delfim*), não se eximindo, porém, de formular, de cada vez, uma síntese da crítica e a deixar entrever a sua predilecção por certas tendências da mesma, as que mais confortariam o “ego” do biografado. Sem constar do seu projecto, o biógrafo acaba por percorrer a evolução da história da crítica literária em Portugal no século XX, não sendo por isso de estranhar que sobre as últimas obras (*Balada da Praia dos Cães, Alexandra Alpha* ou *De Profundis, Valsa Lenta*) não abundem as análises críticas: foram desaparecendo os suplementos literários dos jornais, a nível nacional e, é claro, a nível regional, e a crítica refugiou-se na Academia, com as limitações resultantes de, nos cursos de letras, só se estudar a literatura portuguesa até ao final do século XIX. A crítica “profissional” deixou de interessar a imprensa, e as editoras encontraram outras formas de promoção dos livros (com a criação dos prémios, por exemplo), panorama que se foi agudizando até chegar ao quase nível zero dos nossos dias.

A biografia é, assim, apoiada por um grande número, quanto a mim excessivo, de citações (são 464 as notas ao texto), oriundas de fontes diversas: as muitas entrevistas concedidas pelo Autor, críticas, cartas de muitas personalidades, por vezes sem nenhuma densidade crítica, diários, espólios/arquivos — tudo com a finalidade objectiva de construir um itinerário, um percurso acidentado numa História feita de inquietações, de sobressaltos de vária ordem por parte de quem teve que enfrentar a constante intervenção dos vários tipos de censura. Na sua globalidade, este volume ilustra perfeitamente tal itinerário, respeitando a progressão da obra de Cardoso Pires e a cronologia da mesma. Refira-se, no entanto, a descuidada redacção em demasiados momentos da biografia, prejudicada ainda por uma má revisão literária. A confirmar o pouco cuidado redaccional, veja-se o segmento em que Bruno Amaral se exprime, de passagem, sobre o nosso prémio Nobel e acerca de *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*: «Saramago atirou-se aos evangelhos para ‘descrucificar’ Cristo e morder as canelas de Deus Pai»; ou ainda quando exprime, a propósito de *A República dos Corvos*, o estilo de Cardoso Pires: «Era tudo passado e servido com a sua prosa ágil, vivaça, com um ritmo inconfundível, misto de conhecimento da tradição e ouvido para a língua viva das ruas», onde o mínimo que se pode dizer é que se trata duma escrita “vivaça”.

Bruno Vieira Amaral trouxe para a biografia de José Cardoso Pires a estafada questão “arte pura e arte social”, invocada entre nós desde os primórdios do movimento neo-realista pelos seus detractores (nisto os presencistas tiveram o quinhão mais importante), convencidos como estavam — e parece que ainda estão — que a expressão “arte pura”, pela presença do adjetivo, viesse penalizar os que eles consideravam, pelos vistos, seguidores duma “arte impura”. E o biógrafo/crítico vai ao ponto de defender o que João Gaspar Simões, conhecido pelos seus “ódios de estimação”, escreveu

em 1949: «Se alguma coisa faltava nos contos e romances do neo-realismo era, precisamente, realidade» (cit.de p. 93). Daí até à generalização de que alguns escritores (os tais impuros) viam a realidade à distância, do comboio, e coisas afins, vai um passo. Não se interrogou sobre a relação estabelecida com a realidade cruel, por exemplo: por Alves Redol (*Gaibéus, Avieiros*, etc.); por Carlos de Oliveira e a Gândara (*Casa na Duna, Os Pequenos Burgueses*, etc.); por Manuel da Fonseca e o Alentejo (*Seara de Vento, Cerromaior*, etc.); ou por Fernando Namora e a Beira interior (*Retalhos da Vida de um Médico, Casa da Malta*, etc.), para só apresentar alguns exemplos. Não se interrogou, prefere insistir na divergência entre o conteúdo real e o estilo artificial (em que consiste?), e que supostamente houve um neo-realismo «básico, preguiçoso e sentimental de propensão lírica e pitoresco etnográfico» (p. 274), do qual, segundo o biógrafo, Cardoso Pires se teria libertado. Não é original a posição de Bruno Vieira Amaral, feita de lugares-comuns, de estereótipos de fundo ideológico, sedimentados e martelados à consciência dos leitores, sequelas dum sistema político cuja sombra ainda paira na mente dos criadores duma mitologia que a sistematização literária já devia ter arrumado e banido do discurso mediático mas acrítico. [Manuel Simões]

## JOAQUIM NAMORADO

### SOB UMA BANDEIRA [OBRA POÉTICA], 2021

Joaquim Namorado (1914-1986) foi dos que na segunda metade da década de 30 mais se empenhou em desenhar uma geração nova que se diferenciasse da anterior em termos artísticos, literários, críticos e doutrinários, disso deixando registo em várias publicações, antes de mais na revista *Sol Nascente*. Foi desse esforço geral que resultou a designação “neo-realismo” para cobrir esta nova geração, que se agrupava no início da década de 40, em Coimbra, em torno de duas colecções, Novo Cancioneiro e Novos Prosadores, na primeira das quais Namorado deu a lume a sua estreia, *Aviso à Navegação* (1941). Eduardo Lourenço, que o conheceu nesta época em Coimbra, retratou-o no estudo que lhe dedica no livro *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista* (1969) como “personalidade liderante”, que desempenhava no seio do grupo um “papel de polarizador da energia (...), sua referência activa e activista tanto como ética”. A obra que legou circunscreve-se a três livros de poesia publicados em vida [*Aviso à Navegação, Incomodidade* (1945) e *Poesia Necessária* (1966)], mais uns tantos ensaios dispersos, e a esse activismo anónimo, feito na sombra, que o levou a aguentar durante anos a revista *Vértice*. Os seus livros foram agora reunidos num único volume (org. José Carlos Seabra Pereira, Modo de Ler, Porto, pp. 556), que agrega ainda dispersos e inéditos que o organizador pôde compulsar no espólio de Namorado. Ocasão para visitar os seus versos e o que os mobilizou, talvez se compreenda assim melhor porque razão Mário Cesariny, quando decidiu abrir uma frente comum com não-surrealistas, elegeu para esse fim as obras

poéticas de Joaquim Namorado, Irene Lisboa e Luís Veiga Leitão. Assim fez na antologia *Surreal-Abjeccion(ismo)* (1963), em que republicou um poema de Namorado, “Pequenos pedintes”, do livro de estreia. Essa antologia foi o único momento em que neo-realistas e surrealistas colaboraram numa obra comum. Embora estivessem ambos voltados para uma luta contra o regime e contra a cultura dominante, a da Igreja, a das instituições oficiais, a das academias, o fosso que os dividia era demasiado fundo para os levar a juntar esforços. A antologia de 1963 representa assim um momento sem paralelo, que à distância de seis décadas precisa de ser reavaliado, percebendo melhor o papel que Namorado nele teve. Por quê Namorado e não outro dos iniciais como Namora, Carlos de Oliveira, Mário Dionísio? É arriscado dar uma resposta, mas é seguro que a “invisibilidade” de Namorado em 1962 havia só publicado dois livros, em 1941 e 1945 terá sido do agrado de Cesariny. Os outros estavam demasiado empenhados em forjar uma carreira de escritores, e até de escritores premiados, para interessarem um marginal do sistema literário como Cesariny era. Fosse como fosse, oito anos após a saída da colectânea, o antologador fazia um balanço negativo da experiência. Encontramos o seu testemunho numa carta a Franklin Rosemont de 5-11-1971. Diz assim (*Cartas para Frida e Laurens Vancrevel*, 2017: 88): “De *Surreal-Abjeccion(ismo)*, não tenho nenhum exemplar, mas devo (quero) dizer-lhe que, neste caso, se trata duma experiência que falhou completamente, qualquer coisa como o ensaiar da junção de surrealistas com gente não-surrealista, mas que, em todo o caso, podia constituir-se como espécie de frente unida contra um meio sobre o qual o mínimo que posso dizer é que é dos mais adversos. Esta tentativa foi muito mal organizada, uma vez que deu origem a imensas confusões. Quando, depois disso, fiz publicar *A Intervenção Surrealista*, os colaboradores não surrealistas da *Surreal-Abjeccion(ismo)* foram os primeiros a lançar ataques perfeitamente idiotas (...)” Entre 1947 e 1963 o que separava surrealistas e neo-realistas em Portugal era ‘apenas’ o estalinismo (e Namorado permaneceu até ao fim estalinista), o que já era bastante para tornar difícil, se não improvável, qualquer diálogo; com a ida de Cesariny para Paris e Londres em 1964 era já o leninismo que os separava e o que mais dificultava qualquer entendimento; por fim, após a alterosa vaga de 68, era já o próprio marxismo que os dividia, tornando impossível a comunicação e levando ao tão duro juízo de Cesariny sobre a ainda assim curiosa experiência de 1963. [*A. Cândido Franco*]

## LUÍS ANDRADE

### O ESSENCIAL SOBRE A SEARA NOVA, 2021

Em 2021 comemoraram-se os 100 anos do surgimento da revista *Seara Nova*, cujo prospecto de anúncio e apresentação apareceu em Maio de 1921. Desde exposições a colóquios e palestras, muitas foram as iniciativas que assinalaram o centenário desta publicação cultural, que surgiu com o subtítulo de

*revista quinzenal de doutrina e crítica* e se publicou quase ininterruptamente até aos dias de hoje, embora depois da morte de Câmara Reis em 1961 e de Augusto Casimiro em 1967, ambos fundadores e directores da revista, a publicação tenha seguido rumos que já não podem ser avaliados como *seareiros* se por esta última palavra entendermos o que o núcleo original da revista dela pretendeu. Rodrigues Lapa, um dos mais antigos colaboradores da revista e seu director entre Abril de 1973 e Dezembro de 1974, ao demitir-se do cargo, declarou: “hoje a prestigiosa tribuna de Sérgio, Cortesão e Proença é um simples vertedouro do Partido Comunista Português e seus afins.” Entre as iniciativas que tiveram lugar neste centenário registamos aqui, da autoria de Luís Andrade, a publicação do livro *O Essencial sobre a Seara Nova* (Lisboa, INCM, 2021, pp. 126), donde extraímos o passo atrás citado de Lapa (p. 112). Este livro deve ser complementado com a entrevista que o autor deu à *Seara Nova* (n.º 1757, Inverno, 2021, pp. 5-9), com o significativo título, “O grande motor da História na perspectiva seareira é ético-moral e assenta na mudança das mentalidades por via da educação”. Promotor e responsável de muitas outras iniciativas deste centenário, Luís Andrade dá-nos nesta breve súpula um valioso e informado panorama geral da revista ao longo dos seus 100 anos e sobretudo daquele período crucial da sua vida que vai até 1967 ou, alargando, até 1984, ano em que a revista se começou a publicar com numeração nova. Muitos dados relevantes, objectivos e estatísticos, são-nos dados a conhecer, como o nome dos directores, as tiragens, os principais colaboradores, as tensões internas nos vários períodos. Neste contributo reside decerto o principal interesse deste trabalho, que assim se torna de consulta indispensável. Isto não impede que não existam ausências a merecer reparo — a relação do escritor e editor Luiz Pacheco com Câmara Reis e com a revista é omissa e a colaboração de Pedro Oom com ela também. Há ainda certos aditamentos a fazer: Mário Cesariny, por exemplo, não foi um colaborador assim tão efémero como se diz (p. 73), desde que se saiba que lá colaborou em 1946-47 como crítico musical com o nome de Mário César. Também alguma da hermenêutica sobre a orientação programática da revista, quer nas raízes, quer no legado, nos podem merecer discussão. Deixamos aqui dois exemplos. A propósito da fundação da revista em 1921 e da continuidade que ela tem, ou pode ter, com a Renascença Portuguesa, é difícil aceitar o que se diz de Teixeira de Pascoaes (pp. 30-32), encostando-o ao nacionalismo integralista de António Sardinha. A corrente saudosista da Renascença, que teve em Pascoaes, Cortesão e Casimiro as principais referências, é uma linha de pensamento muito distinta da protagonizada por António Sardinha. Trata-se antes duma corrente ‘cosmopolita situada’, na linha do republicanismo federal, não jacobino, de Sampaio Bruno e do 31 de Janeiro de 1891. Também a ideia de que a Constituição de 1976 é um legado da *Seara Nova* nos parece muito discutível e pouco convincente — embora seja uma ideia corrente, mas interessada con-

venhamos, entre a esquerda parlamentar. Homens com a formação cívica de Cortesão e Sérgio, empenhados na demopaideia proudhoniana e no *self-government*, dificilmente se podiam rever numa Constituição cujo alicerce estrutural foi a confiscação da política pelos partidos políticos – com a consequente redução da acção política do cidadão comum, sem carreira partidária, a um autómato inorgânico de votar de quatro em quatro anos numa máquina partidária e em representantes que não conhece e sobre os quais não tem qualquer controle. Não seria difícil a Cortesão, Proença e Sérgio verem nesta aflitiva redução da função política do cidadão comum o principal fundamento crítico do desinteresse abstencionista que castiga os regimes partidários. E com isto não se quer significar que o ideal seareiro seja hoje intocável do ponto de vista em que nos situamos. A relação que muitos dos mentores seareiros tinham com a sociedade industrial, que era a mesma do movimento operário da época, fosse ele de alinhamento socialista ou libertário, faz duma parcela ainda importante do seu legado um peso morto que necessita de demarcação crítica. [A. Cândido Franco]

## RENAUD GARCIA

### LE DÉSERT DE LA CRITIQUE, 2021

Não podemos deixar de chamar a atenção para a importância e a novidade deste livro, *Le Désert de la Critique – déconstruction et politique*, de que saiu agora a segunda edição (Paris, L'Échapée, 2021, pp. 272), com um longo prefácio escrito propositadamente para esta reedição, “De l'esprit de parti” (pp. 5-62), que actualiza muitas das teses do livro inicial (2015). Escrito por um autor com formação filosófica, mas com alinhamento social marcado (escreveu sobre Alexandre Chayanov, Kropotkine e Tolstoi), o livro passa em revista as principais questões da sociedade tardo-industrial (planificação da vida, engenharia genética, ciborgue, sistema tecnológico, transsexualidade, poder médico-sanitário), entrosando-as com problemas que atravessaram por dentro o pensamento libertário, como a cisão entre uma corrente social, representada por Kropotkine, e uma corrente individualista, centrada no indivíduo e no seu papel na História e que teve em Stirner e depois em Emma Goldman o seu referencial. Esta cisão foi actualizada na última década do século passado por Murray Bookchin ao opor um anarquismo social, interessado em mudanças sociais e políticas de larga dimensão, e um anarquismo existencial, ontológico, vivido individualmente como modo de vida e que teve um momento alto, dito pós-moderno, no conceito de *Temporary Autonomous Zone* (TAZ) de Hakim Bey. Pela intransigência que mostrou e pelo esquematismo caricatural com que procedeu nesse seu texto de 1995, *Social Anarchism or Lifestyle Anarchism: an unbridgeable chasm*, Bookchin não saiu beneficiado. Ainda assim, a sua teorização no domínio duma ecologia social e libertária, bem como as suas formulações políticas em torno do municipalismo libertário, representam um esforço notável e

parecem constituir uma etapa marcante da actualização das ideias libertárias, que não será possível ignorar. Como quer que seja, a novidade deste livro de Renaud Garcia, o seu interesse e a sua qualidade, está na abordagem cerrada que faz ao pensamento da *desconstrução* (Foucault, Derrida, Deleuze), tal como ele evoluiu nos Estados Unidos com o pós-anarquismo, o pós-estruturalismo, a teoria queer, o feminismo de terceira vaga, os estudos culturais, os estudos pós-coloniais, o militantismo woke e outros que podem estar próximos do que se convencionou chamar pós-modernismo (Lyotard, Rorty). Avaliado como forma de pensamento libertador, libertário até, centrado na ideia de desidentificação, esta vasta rede acaba por coincidir de acordo com a análise de R. Garcia com os propósitos do transumanismo, do sistema tecnológico, do neo-liberalismo concorrencial, da unicidade do pensamento e da uniformização dos modos de vida. A hibridização da máquina e do homem constitui mesmo o horizonte final de qualquer desidentificação. Ela despertou o interesse de Derrida e levou Deleuze e Guatarri a falar dum corpo sem órgãos que se joga na indiferenciação máxima das fronteiras, a desterritorialização como forma de resistência (Toni Negri). Nesse sentido, R. Garcia vê na esquerda do dia de hoje uma linha divisória decisiva que aparta duas facções – a que defende nem que seja por razões circunstanciais o desenvolvimento máximo do sistema técnico no quadro virtual da sociedade cibernética e a segunda que alerta para as tentações totalitárias do gigantismo deste sistema e a necessidade de criar uma tecnologia convivial, que estimule a descentralização social, a iniciativa individual e a preservação dos ecossistemas. [A. Cândido Franco]

## AUTORES VÁRIOS

### ELECTRA, n.º 13 a 16, 2021 e 2022

Propriedade da Fundação EDP, com um director e um subdirector, José Manuel dos Santos e António Soares, (o primeiro militante do Partido Socialista, membro da sua comissão política, assessor cultural da presidência da República no tempo de Soares e Sampaio, hoje director cultural da Fundação EDP e membro do seu concelho de administração, e o segundo um gestor cultural com responsabilidades na direcção de cultura da Fundação EDP), e ainda um editor, António Guerreiro, jornalista que escreve no jornal *Público* e que faz desde há muito questão de mostrar a sua dívida para com Foucault, Derrida e Deleuze. A proprietária da revista é uma entidade criada pela EDP – energias de Portugal, fundação “de direito privado, mas de utilidade pública”, e apresenta-se como desenvolvendo “uma política activa de produção cultural própria, nomeadamente através do MATT – Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia”. Inserindo-se no âmbito desse desenvolvimento, esta revista, com saída trimestral, cujo último número conhecido no momento em que escrevemos é o 16 (Primavera de 2022), é um dos melhores exemplos e aquele que mais próximo está de nós da lúcida



observação de Renaud Garcia sobre as implicações políticas da desconstrução. Escolher o tema da alimentação como a revista fez no n.º 13, do Verão de 2021, apresentando uma lagosta na capa e discorrendo sobre os restaurantes parisienses, a aura gastronómica de Paris, o papel do chefe na cozinha, o uso do prazer, a desconstrução de certas mitologias associadas à cozinha, ou escolher o tema da arte contemporânea como acontece com o n.º 14, para fazer a mera ligação da arte ao presente, lembrando que a arte também é publicidade e negócio (p. 7), é mostrar que se pode hoje fazer uma luxuosíssima revista de centenas de páginas, com papel lavável de alta qualidade, centenas de reproduções a cores e nada dizer de significativo. Pondo de lado uma reflexão de Alexandra Prado Coelho, “A forma como me alimento é imoral?” (n.º 13, 2021), nenhum dos dois volumes dá o mais leve contributo para um pensamento crítico sobre a actualidade presente, fornecendo pistas para perceber as encruzilhadas civilizacionais que estão diante de nós. É uma mera revista de entretenimento, que investe uma quantidade gigantesca de dinheiro na sua feitura, não conseguindo ir além dum estatuto de espectacularidade. Com meios infinitamente mais modestos, a revista *Flauta de Luz*, editada por Júlio Henriques e Joëlle Ghazarian, dá um contributo incomparavelmente superior à elaboração dum pensamento crítico actual.

O volume da revista *Electra* saído na Primavera de 2022, dedicado às “identidades”, só confirma a conclusão do estudo de R. Garcia — os temas preferidos do desconstrucionismo, neste caso a desidentificação, são hoje coincidentes com os propósitos da actual sociedade cibernética e dos aspectos mais destrutivos e sinistros do seu sistema técnico — porventura não podia ser doutro modo, tratando-se duma publicação financiada por uma das empresas ligadas à barbárie do capitalismo tecnocientífico, e que tem sobre si o ónus da destruição das florestas no Brasil, da deslocação de vastas populações dos seus territórios e aldeias, do desvio e da alteração de cursos de rios, da feitura de massivas barragens hidro-eléctricas, da megaprodução, do entrave à pequena e descentralizada produção de energia para consumo pessoal e local, do investimento criminoso na rede do 5G, da especulação bolsista e da agressividade na concorrência internacional. Dirigida por um homem de esquerda, que pessoalmente estimamos, editada por um discípulo de Foucault e de Derrida, contra quem nada nos move, a revista é um bom exemplo da linha divisória que hoje divide a esquerda e que Renaud Garcia foi porventura o primeiro a vislumbrar com assombrosa clareza em todas as suas assimetrias. [*A. Cândido Franco*]

## AUTORES VÁRIOS

### FLAUTA DE LUZ – BOLETIM DE TOPOGRAFIA, n.º 8, 2021

Revista fundada em 2013 por Júlio Henriques e Joëlle Ghazarian, apresentou-se então como *boletim de topografia*, subtítulo que mantém até hoje,

num caderno agrafado de 74 pp. e que depois evoluiu até atingir as 368 pp. do presente volume editado em 2021 — este com um caderno interior a cores, reproduzindo trabalhos plásticos de José Miguel Gervásio, José Feitor, Miguel Carneiro, Ruca Bourbon, e Emanuel Cameira, capa de Tuara Paez e um suplemento (52 pp.), dedicado ao itinerário zapatista pela Europa na segunda metade do ano de 2021. *Flauta de Luz* é a publicação que de momento melhor representa entre nós as ideias críticas sobre a sociedade industrial e o capitalismo tecnológico, a que melhor nos alerta para o papel desumanizador e totalitário do sistema técnico e aquela que mais se preocupa em discutir e divulgar as ideias de Lewis Mumford, Jacques Ellul, Ivan Illich, Günther Anders, Christopher Lash, Bernard Charbonneau, Eduardo Viveiros de Castro e outros. Nesse sentido, a revista tem dado um contributo inestimável para a formação duma nova mentalidade em Portugal, que seja capaz de ir além dos estafados lugares recorrentes da imprensa (democracia, cultura, liberdade, Constituição, segurança, ambiente, crescimento), chavões ideológicos que escondem o seu vazio, mas cumprem o importante papel de desviar a atenção geral do modelo suicidário em que nos estamos alegremente a precipitar. *Flauta de Luz* é uma das raras publicações que nos alerta para os perigos da época em que estamos. Avaliamo-la como um verdadeiro laboratório de ideias, onde se está a forjar a nova consciência histórica da esquerda portuguesa do século XXI e das suas lutas. Este novo volume da revista pode ser visto como mais uma peça capital para a “historiografia dos desastres” do capitalismo industrial — e nesse sentido vai o editorial de Júlio Henriques (“O capitalismo é incompatível com a vida na Terra”, pp. 8-13). Muitos artigos têm como fio condutor a pandemia que abanou o planeta a partir do início de 2020. A contrapartida desta historiografia crítica é o interesse que a revista reservou desde o seu nascimento aos povos indígenas, em especial ameríndios, testemunhos dum modo de vida distinto, e a ligação que estabeleceu desde o primeiro número, e a que dá continuidade neste novo volume (p. 361), com a associação Survival International, criada em Londres, em 1969, e que se tem desde então dedicado à defesa destes povos maltratados pelo modo de vida industrial e pelos valores da sociedade ocidental, que lhes roubou o território e quase os exterminou, acantonando os sobreviventes em miseráveis reservas. Fernando Gonçalves e Júlio Henriques dão assim continuidade à tradução de poetas índios, na secção “Para uma antologia da poesia ameríndia contemporânea”, reunindo poemas de sete novos autores (pp. 101-117), que se somam aos muitos que antes deram a conhecer em volumes anteriores da revista. Mas o coração irradiante deste volume é o caderno colectivo dedicado a Alberto Pimenta (pp. 141-243), chamado “Ocurso de Alberto Pimenta”, constituído por 13 colaborações e fotogramas do filme *O Homem Pykante* de Edgar Pêra. Na linha da subversão paródica dum Mário Cesariny, a obra de Pimenta é uma das raras que nos mostra no nosso tempo que a poesia pode

ser mais do que entretenimento, consumo, indústria cultural, mero e inofensivo adorno. Entretanto recebemos o novo número da revista (n.º 9, Primavera, 2022, 336 pp.), com capa de J. Miguel Gervásio. O volume dá continuidade ao melhor dos números anteriores com textos de Ailton Krenak, Corsino Vela, Bruno Lamas, António Pérez (“Os indígenas são anarquistas?”, pp. 126-144), Pedro Caldeira Rodrigues (sobre Julian Assange) e muitos outros. Saudamos uma entrevista ao secretário executivo do Movimento Pacifista Ucraniano e uma declaração deste movimento não-violento. Uma última palavra para o texto de Pedro Silveira, “Da peste eclesiástica: práticas de pedofilia na Igreja Católica” (pp. 237-264). Ao contrário do que diz o seu autor na breve introdução do seu estudo, não cremos que o tema seja ignorado pelos meios de comunicação — mesmo nos seus “contornos éticos”. Ao invés, toda a grande imprensa lhe tem dado destaque. Se um dia se fizer o levantamento bibliográfico do que se tem dito sobre o assunto nos últimos anos só na imprensa escrita, ver-se-á claramente que o tema não tem sido ignorado e é periodicamente denunciado. Sem questionar a pertinência da denúncia, nós, nesta revista, temos procurado chamar a atenção para aquilo que tem sido sistematicamente silenciado: a gravíssima situação prisional em que vivem muitos dos condenados por pedofilia, as campanhas de histeria emocional que se têm gerado em torno do tema, com pedidos insistentes de castração química e até da reintrodução da pena de morte, a falta dum debate racional e a inevitável desumanização do Código Penal e da sua interpretação nestes casos, dando lugar a muitos abusos judiciais e a uma autêntica “caça às bruxas”. Também aqui, quando se fizer o levantamento bibliográfico destes assuntos na imprensa escrita, se verá o silenciamento total a que eles têm sido sujeitos nos últimos 20 a 30 anos. [A. Cândido Franco]

## VÁRIOS AUTORES

### **SALAMANDRA, n.º 23/24, 2021**

*Salamandra*, revista do Grupo Surrealista de Madrid, foi pensada em 1986 por três jovens, numa praia de Múrcia — Mariano Auladén, Eugenio Castro e Pedro Olivares, e concretizada no ano seguinte num caderno de 18 páginas. Em 1988 surgiu o segundo número da revista, já com José Manuel Rojo presente. A partir daí e até 2021 a revista publicou-se sem periodicidade estabelecida mas com regularidade, tirando no conjunto 24 números. Não deixando nunca de crescer em número de páginas e em interesse, a maturação da revista foi acompanhada pelo alargamento do grupo e pela diversificação das suas actividades. Já fizemos com pormenor a história e as implicações políticas e poéticas desta revista (v. *A Ideia*, n.º 90/91, 2020, pp. 10-16). Percebeu-se então que o seu ideário dependia menos duma tradição surrealista local, com nomes tão marcantes como Buñuel, Dalí, Miró, Dominguez, tradição forte mas recalcada e quase apagada pelo franquismo, que da actualização do próprio surrealismo internacional do pós-guerra,

com as acções do grupo de Paris, do surrealismo revolucionário belga de Mariën e depois, nas décadas de 70/80, do Grupo Surrealista de Chicago, a que os de Madrid estiveram sempre atentos a ponto de em 2008 terem traduzido e publicado uma colectânea da sua produção teórica escrita, *Qué hay de nuevo viejo? Textos y declaraciones del Movimiento Surrealista de los Estados Unidos (1967-1999)*. O novo volume da revista *Salamandra* surgido em 2021, o mais volumoso até hoje, com 464 páginas, mantém o mesmo subtítulo “intervención surrealista; imaginación insurgente; crítica de la vida cotidiana” do número anterior, saído em 2015 (n.º 21/22, 352 pp.), e no qual se percebe o activismo político do grupo que tem na visão *agnóstica* de Benjamin Péret o seu mais antigo e grato antecedente. De resto, esse subtítulo vem do início do século (n.º 11/12, 2002), altura em que a revista estabilizou num modelo já muito próximo do actual. Organizada em nove pastas temáticas, intervaladas por poemas, queremos aqui pôr em destaque a pasta dedicada ao erotismo, “el amor loco erótico, el eros locamente enamorado”, com textos de Adrián Almazán, Mariana Iracheta, María Santana, Inés Mendonza, Jose Manuel Rojo e Lucía González-Mendiondo. Interessam-nos particularmente estes dois últimos, o primeiro alertando para os perigos de pôr em causa a liberdade sexual conseguida nos anos 60 e 70 do século XX, desvalorizando o sentimento do amor a partir de pressupostos médicos neurobiológicos e de rentabilidade económica, e o segundo, “Eros en busca de sentido”, fazendo um lúcido apanhado do feminismo ao longo dos últimos 50 anos e percebendo nele duas vias distintas e contraditórias, um feminismo que se bateu contra os modelos sexuais opressivos, defendendo com clareza e sem subterfúgios uma liberdade sexual alargada a homens e mulheres, e um feminismo que toma por luta não a liberdade sexual mas uma igualdade de direitos no trabalho, na política e nos mecanismos de ascensão dentro do actual modelo social. Este segundo tipo de feminismo tem um relacionamento ambíguo com a questão sexual que merece observação crítica por parte da autora. Os mecanismos de pensamento e de comportamento deste segundo feminismo, entre a vitimização constante e a incriminação permanente do desejo e da sedução, interpretando o desejo da mulher ser desejada como uma forma de coisificação, estão a contribuir para a esterilização da sexualidade amorosa e para o surgimento duma psicose colectiva repressiva em torno da questão sexual. Texto lúcido e informado da autoria duma mulher que publicou já um livro sobre esta mesma questão, *El género y los sexos. Repensar la lucha feminista* (2019), aponta as misérias e as grandezas da actual teoria do género, pretendendo devolver a Eros privilégios que lhe têm sido sonogados. Eis o seu lúcido comentário final: “Comprender el deseo erótico, como fuente de placer y encuentro, no de peligros. Una erotización de los sujetos que nos es posible mientras sigamos negando el deseo, descalificándolo, silenciándolo.” [A. Cándido Franco]

**AUTORES VÁRIOS****ALCHERINGA, n.º 2, 2021**

Surgiu no Verão de 2021 o segundo número desta revista produzida e editada pelo Grupo Surrealista de Paris, que tem por tema de capa “le surréalisme aujourd’hui” e um editorial de Joël Gayraud, “Sortie de Secours” (Saída de Emergência), que, enquadrando o mundo na pandemia, situa o surrealismo como uma forma de ver e de sentir, que se torna maneira de ser, e cuja causa e finalidade é apenas ele mesmo — nem doutrina, nem religião, nem ideologia. Destaque para Michel Zimbacca (1924-2021), acabado de falecer na Primavera de 2021 aos 96 anos e que, tendo chegado ao grupo de Paris em 1947-1948, constituía para o actual colectivo uma referência tutelar. A ilustração da capa, uma peça erótica titulada “Le présent du présent — hommage de King Kong à Auguste-Ferdinand Möbius”, é da sua autoria. Sobre essa peça disse Guy Girard que “rompe a distância entre a alucinação e a carícia, entre a efígie e o abraço”. Lembrança ainda para Ludwig Zeller (1927-2019), o poeta e o colagista de origem chilena que morreu a 1-8-2019 em Oaxaca, no México. A revista publica um poema da sua companheira Susana Wald, pintora e ceramista que tomou para si a visão surrealista no recuado ano de 1963. E lembrança ainda para Her de Vries (1930-2021), o fundador em 1959 do Secretariado para Pesquisas Surrealistas na Holanda, de que resultou pouco depois, já com Laurens Vancrevel, a revista *Brumes Blondes*, na qual Mário Cesariny colaborou e que celebrou com um almanaque internacional em 2014 o seu meio século de vida. Do restante material da revista, é de fazer referência aos jogos colectivos, aos sonhos, às imagens de Pierre-André Sauvageot, Virginia Tantido, Michèle Bachelet, Gilles Manero (que dá uma entrevista a Bruno Montpied), Rik Lina, Massimo Borghese e outros. Uma última palavra para o lúcido texto de Michael Löwy sobre “surrealismo e ecologia”, que coloca o actual ecocídio mundial como a questão social mais significativa e decisiva do presente e apresenta o surrealismo como uma preciosa ajuda a plantar “um imenso jardim, selvagem e esfomeado, capaz não somente de engolir aviões [alusão ao título duma pintura de Max Ernest, “Jardin gobe-avions” (1935)] como todas as máquinas destrutivas, inúteis e parasitárias inventadas pela civilização industrial.” Por fim, traduzimos o texto do reverso da contracapa, “Quem somos?” que nos dá em poucas linhas a história quase secular do surrealismo em Paris: “Fundado em 1924 por André Breton, o grupo surrealista prosseguiu as suas actividades de pesquisa, jogos e criação colectiva até aos dias de hoje. Quando em 1969 Jean Schuster e os seus próximos decidiram unilateralmente dissolver o grupo, Michel Zimbacca, Jean-Louis Bédouin, Joyce Mansour, Jorge Camacho e outros, reunidos em torno de Vincent Bounure, recusaram a decisão. Determinados a prosseguir a aventura foram apoiados nessa iniciativa pelos surrealistas de Praga, tendo os dois grupos publicado

uma obra de referência *A Civilização Surrealista* (1976). Nos anos seguintes, renovado com a chegada de membros de gerações mais novas, o grupo organiza exposições colectivas e publica revistas *Bulletin de Liaison Surréaliste*, *Surréalisme*, *SURR* (*surréalisme, utopie, rêve, révolte*) e agora *Alcheringa* bem como um certo número de declarações colectivas, reunidas no volume editado por Guy Girard, *Insurreição Poética – panfletos, cartazes e declarações do grupo de Paris do movimento surrealista 1970-2010* (Paris, Le Temps des Cerises, 2011). Como assinala André Breton em *Main Première* (1962), “alcheringa” significa “o tempo do sonho” na língua aranda dos aborígenes da Austrália.” [A. Cândido Franco]

## JAMES C. SCOTT

### HOMO DOMESTICUS, 2021

Com um informado prefácio de Jean-Paul Dernoule, saiu a edição de bolso da tradução francesa deste livro originalmente escrito em inglês, *Against the Grain – a deep history of the earliest states* (2017) e cujo título mereceu uma feliz adaptação na tradução francesa, *Homo Domesticus – une histoire profonde des premiers États* (2019; 2021, La Découverte, trad. Marc Saint-Upéry, pp. 328). James C. Scott, o autor do livro, insere-se naquilo que ultimamente se tem convencionado chamar em termos académicos “antropologia anarquista”, cujo elo mais recuado são os trabalhos de Marshall Sahlins (1930-2021), década de 60 e início da seguinte, com o livro *Stone Age Economics* (1972), traduzido para francês com o título *Âge de Pierre, Âge d’Abondance – économie des sociétés primitives* (1976; sem trad. port.) e se desenvolveu depois com James C. Scott (1936), David Wengrow (1972) e David Graeber (1961-2021), este último de resto doutorando de Sahlins na universidade de Chicago. Scott interessou-se desde muito cedo pelas sociedades camponesas, em particular as do sudeste asiático, e pelas suas formas de resistência ao poder do Estado. Publicou em 2004 uma vasta síntese sobre o assunto *The Art of Not Being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia* (trad. francesa, *Zomia ou l’art de ne pas être gouverné*, 2013). “Zomia” é um neologismo criado pelo historiador neerlandês Willem van Schendel, a partir duma palavra birmanesa, *zomi*, que designa as terras altas da Birmânia, um vasto planalto de cerca de dois milhões e meio de km<sup>2</sup>, atravessando várias províncias do Sul da China, do Camboja, do Laos, da Tailândia e da Birmânia. Este vasto território é ocupado por muitas e diversificadas minorias étnicas. O papel da antropologia de Scott foi observar o comportamento destes povos ao longo do tempo no seu relacionamento com os vários Estados que os tentaram integrar. Detectou aí uma cultura essencialmente oralizada, e muito resistente à aquisição da escrita, uma fragmentação linguística acarinhada, identidades étnicas variadas mas flexíveis, com zonas de indefinição, e sobretudo uma agricultura que recusava a monocultura do cereal a favor duma policultura da mandioca, da batata doce, do inhame

e da papoila. Todas estas culturas tinham a vantagem de ser nómadas, pouco visíveis, de crescimento rápido e de pouco labor, quer dizer, difíceis de rastrear, contabilizar e ordenar por meio dum poder fiscal centralizado e exterior à região e à sociedade. A originalidade de Scott não esteve tanto em perceber a existência de sociedades deste tipo, já anteriormente conhecidas e estudadas, mas em alterar o ponto de vista sobre elas. Em vez de as tomar como sociedades atrasadas, de transição, que inevitavelmente tinham de encontrar na formação do Estado um tipo de organização social superior, ele encarou-as, na linha de Pierre Clastres, como sociedades altamente inteligentes, que ao longo de muitos milénios, a bem dizer até aos dias de hoje, seleccionaram voluntariamente esses elementos culturais (oralidade, fragmentação linguística, culturas agrícolas itinerantes), de modo a resistirem a uma estrutura social que lhes parecia muito mais pesada e castigadora que a sua a do Estado. Zomia tornou-se assim um sinónimo de zona refúgio, com equivalência em outras experiências similares noutras partes do mundo (quilombos escravos, repúblicas piratas, tribos índias e indígenas). Este novo estudo de Scott, *Homo Domesticus*, leva mais longe estas suas primeiras observações e tem uma ambição bem mais geral e universal, demonstrar que a criação original do Estado, há seis mil anos atrás, foi feita através dum similar processo de resistência, com sucessivos colapsos e reconstituições. Tomando a Mesopotâmia como laboratório e metonímia, que funciona para outras experiências idênticas (vale do Indo, Rio Amarelo, Nilo), Scott faz a reconstituição pormenorizada das condições físicas e culturais que proporcionaram o surgimento das primeiras cidades-Estado, agrupadas depois em reinos e Impérios e dando lugar à história da civilização tal como a conhecemos. Esse processo foi tudo menos fácil, ainda que possa ter beneficiado no momento certo de condições climáticas e de situações geográficas (os grandes rios) que o favoreceram. No seu centro está a prática cerealífera e daí o título inglês da obra, *against the grain*, que de resto Scott pediu de empréstimo a outro estudioso, Richard Manning, cujas conclusões antecipam as dele. Só o cultivo do cereal em monocultura permitiu mobilizar uma população suficientemente vasta e exercer sobre ela um controle eficaz. Só o cereal se adaptava à concentração de população, essencial esta à urbanização, e só ele se ajustava a uma produção massiva e de longa duração, e ainda ao armazenamento, ao racionamento, ao registo, à contabilização e por fim à apropriação através da taxa fiscal. Foi o grão que tornou possível a operacionalidade do Estado. A condição inicial para instalar o Estado como forma de organização social foi assim o estabelecimento duma forma específica de agricultura, a cerealífera, em detrimento de todas as outras. Houve pois a necessidade de tornar a cultura do cereal dominante e até mesmo por vezes exclusiva. Esta condição indispensável deu lugar a um dilaceramento entre a pequena minoria interessada na nova forma de organização, e que viria a ser a futura elite da cidade-Estado e dos

reinos e impérios que se lhe seguiram, elite que vivia da fiscalização e da taxação do trabalho (alheio), quando não da escravização de populações inteiras e da totalidade do seu trabalho, e uma maioria que era obrigada a trocar a sua meia itinerância anterior e os seus variados meios de subsistência (colecta, transumância, policultura agrícola permitindo mobilidade no espaço), por uma fixação rígida num apertado perímetro, muitas vezes muralhado, e com um único meio para subsistir (a ração, no caso do escravo, ou a colecta do cereal após o desconto da taxa fiscal, no caso do não-escravo). A troca dum meio de vida por outro equivaleu muitas vezes em substituir a liberdade pela escravatura. Mesmo o sistema alimentar das populações anteriores ao processo urbano era superior, pela variedade e qualidade, ao que chegou com a cidade e que estava centrado quase só no cereal. O processo da formação dos primeiros Estados foi assim doloroso, com muitas resistências, muitas fugas, muitas quebras, muitas tentativas de vastas parcelas da população regressarem ao seu modo de vida anterior, e muitos colapsos, que tanto podiam acontecer por causas naturais (a concentração humana deu origem a epidemias gravíssimas) como culturais (em geral razias para captação de escravos). O que este estudo de Scott nos mostra, e com ele a escola antropológica em que se insere, é que ao invés das narrativas de tipo hobbesiano que dominaram a mentalidade política do Ocidente desde o Renascimento o nascimento histórico do Estado foi um processo muito pouco dignificante para a nossa espécie. Só à força e através dos mais inqualificáveis abusos o ser humano entrou nele e sempre com a consciência de que perdia muito mais do que ganhava. O que o estudo das sociedades que saíram do neolítico nos mostra é que a *zomia* é uma forma de organização humana em sociedade superior à do Estado. Estas conclusões da antropologia dos dias de hoje só reforçam a convicção daqueles que hoje em dia continuam a advogar que é possível uma sociedade sem Estado e que isso não significará desordem, caos, violência, guerra. Ao invés, é nas tentações totalitárias e nas manifestações ecocidas da evolução do sistema tecnológico actual, exigindo uma gestão sempre mais centrada nos núcleos impermeáveis e invisíveis do Estado, que estão os maiores perigos imediatos de desordem e de entropia. Se no momento da sua formação, o Estado representou um pesado ónus para a sociedade, hoje esse encargo parece ser tão elevado que pode representar mesmo o desaparecimento da espécie. Scott foi traduzido para português por Pedro Serras Pereira e editado pela editora Letra Livre (*A Dominação e a Arte da Resistência. Discursos ocultos*, 2013). [A. Cândido Franco]

**PAUL GOODMAN**

**CEM MIL ANOS PARA IR À ESCOLA, 2021**

Editado em conjunto pela editora Barricada dos Livros e pela chancela do jornal A Batalha, este livro, *Cem mil anos para ir à escola – antologia poética*



(trad. André Tavares Marçal, pp. 120), põe à disposição do leitor português o trabalho poético de Paul Goodman (1911-1972). Tendo como fonte a edição póstuma dos seus poemas, *Collected poems* (1973), o livro apresenta a tradução integral de dois dos seus livros, *Growing old* e *Poems of a heart attack*, e ainda uma selecção de sonetos e de hai-kais, num total de cerca de 70 poemas. Trata-se duma antologia representativa, já que os poemas traduzidos chegam para dar a perceber ao leitor português a sua importância geral. As soluções encontradas pelo tradutor, que podem ser confrontadas com as composições originais, já que o livro tem dois encartes com os poemas em inglês, ajudam a salvaguardar o significado maior desta poesia. Com a amável cortesia dos editores e do tradutor reproduzimos no corpo deste volume um dos poemas vertidos por André Tavares Marçal e que nos parece, na sua linha confessional e na liberdade que expõe, um dos momentos fortes da poesia do autor. Goodman foi um dos singulares pensadores libertários do século XX que mais contribuiu para a renovação do anarquismo num tempo em que a emancipação do ser humano não passava já por uma classe investida duma missão histórica libertadora. [A. Cândido Franco]

## **MARGARIDA VALE DE GATO** **ATIRAR PARA O TORTO, 2021**

Escrever direito por linhas tortas, tortuosas, inconformadas, intransigentes com a rotina, as partidas e os vazios da existência. Escrever como se vive e criar uma poesia de experiência lembrando Walt Whitman ou Allen Ginsberg, mas não deixando também de evocar a ironia sarcástica de Edgar Allan Poe, além da acidez confessional de vozes poéticas femininas como Sylvia Plath, Anne Sexton, ou mesmo Luísa Neto Jorge, que decerto concordariam que “o mal grassa / nos vazios deixados ao descuido/ (...) damos de barato/ a liberdade se passamos pelos pingos/da morte se acatarmos um bocado (“#staythefuckhome”). Um tom ansioso e inquieto pressente-se no desejo de autenticidade de nada ocultar, que possa desviar a atenção do magma dum vulcão de descontentamento e perda. No entanto, nesta poesia evita-se sentimentalizar (“não me dêes vulgares/sentimentos a que me sei alheia.” (“Por Favor”), não escapando a uma intensidade emocional, por vezes muito visceral, de saber que a “torneira da dor” fecha mal, que não estanca e que, por isso, é preciso criar um título de poema como “Bater na Madeira”, para se ficar protegido contra a má sorte da humilhação passional e dos erros irreparáveis do amor, pois “não há como esquivar escrever o pavor do desmando que daí sucede”. Poesia de amores e desamores, de poucas ilusões e muitos cepticismos, pois ao poeta exige-se que tenha “firmeza de músculo” e que seja “resistente ao terreiro barulhento” (“Carta ao Acérrimo Poeta”). Resistir é mesmo uma marca poderosa desta escrita que sempre resiste contra muitas “coisas que não convencem”, recusando comprometer-se com formas poéticas rígidas e com expectativas literárias

convencionais criadoras desse “obstinado pejo de que no poema se cante/um exultante afogamento” (“Atirar para o Torto”).

Dir-se-ia que esta voz poética faz ecoar o radical desejo de “I would prefer not to” repetido até à exaustão pelo intransigente Bartleby, o *performer* escrito inventado por Herman Melville, esse arauto do poder do “Não” na criação literária. E será bom não esquecer que, entre os vários dados autobiográficos, consta, neste livro, o facto de estarmos perante alguém das letras, alguém que ganhou “uma cadeira de armar à sombra da academia” (“Atirar para o Torto”). Esta situação de compromisso com o ensino, e mais precisamente com o denominado ensino superior, não deixa esta autora livre para se dedicar totalmente à escrita, limitando-lhe o ofício de criar sem os constrangimentos dos deveres profissionais: “e quando o rei faz anos espremo as tetas / da poesia de cada vez o leite é mais ralo”. Contudo, são estas dificuldades que criam os dissabores e as vicissitudes capazes de dar origem a esta poética da inquietação inconformada com um real tortuoso e até malévolos que incansavelmente se quer confrontar e desocultar, não prescindindo do rigor da linguagem ou da originalidade e riqueza vocabular criadores dum estilo inovador capaz de boicotar e dinamitar muitos dos habituais clichés. Daí a preferência por associações de palavras e analogias onde uma estética do mal se aplica a derrubar estereótipos, pois esta poeta sabe que “no lugar delas (as musas) afinal há bruxas (“Ao Cuidado da Jovem Poeta”). Esta tendência para se deixar levar por uma expressiva corrente negra no sentido duma cada vez mais densa lucidez de refinada e cáustica ironia, torna-se bem evidente no poema “Gótico Americano”, inspirado na icónica obra homónima de Grant Wood, onde o sonho americano cede lugar a um grotesco “pesadelo pastoral”.

*Atirar para o Torto* (M. Vale de Gato, Lisboa, Tinta-da-China, 2021, 121 pp.) dá, assim, voz a um espírito indomável que recusa sistemas politicamente correctos, onde encontra muita húbri para alimentar um azedume crítico, interveniente e contestatário, preferindo ter “os pés fíncados contra a derrocada / em vez de a coluna se vergar (“De se Fazer que Tudo Arda”). A convicta defesa dos mais elementares princípios de liberdade e dignidade cria nesta escrita uma inevitável identificação com os deserdados da vida, os “vagabundos dos portos”, os “aleijados da pátria” e os maltrapilhos, desvalorizando-se todo o tipo de insignificâncias criadoras da “dificuldade de perder / muito tempo a olhar pequena coisa / ou a amar a mesma” (“Contra”), para que a poesia cumpra a sua muito importante função de “endireitar o torto” (Páscoa). [Maria Antónia Lima]

## **JORGE TELLES DE MENESES**

### **CINTRA-BABEL, 2021**

Jorge Telles de Meneses (1951-2018) foi um dos editores com José Estêvão no final da década de 70, em Amesterdão, da publicação libertária *Terra e*

*Liberdade* e mais tarde, já em Lisboa, com Jorge Colaço, da revista *Singularidades*. Deixou em paralelo uma obra poética, que arrancou com o livro *Numa cidade estranha* (1983) e teve quatro momentos marcantes – *Selenographia in Cynthia* (2003), *Novelos de Sintra* (2010), *Suma Uma* (2015) e *Cintra-Babel* (2016; 2018) –, três consagrados a Sintra. Elegeu um território para viver e para cantar – Sintra. A sua última fantasia com este seu espaço é a elegia em verso “Cintra-Babel”, que acabou de ser editada pela terceira vez (*Cintra-Babel. Death is a star*, pref. Miguel Real, posf. Rui Lopo; versão inglesa Miguel Nobre de Carvalho, Sintra, 2021, 58 pp.). Trata-se dum texto com uma elegância formal notável, que põe em jogo um imaginário riquíssimo, cruzando as sagas populares e mitológicas do norte da Europa com o quadro da actual autofagia industrial. Como todo o género elegíaco, o poema lastima em tom clamoroso um sucesso, neste caso a invasão de Sintra pelos homens-máquina, os “Replicantes / industrialmente programados” e a sequente perseguição aos primitivos habitantes da montanha, a Rainha (enquanto Mestra-Jardineira) e os enamorados da sua corte, com a destruição da Floresta encantada e a mineração da crosta da serra por gnomos carnívoros à procura das fontes do tesouro oculto. No final do poema um homem, Lemmy Caution, munido dum livro, *Death is a Star*, deixa pairar no ar a possibilidade de despertar nos Replicantes e nos gnomos a aspiração à “Estrela da Eterna Iluminação”. Mas esse raio de esperança é ainda um lamento surdo por tudo aquilo que se perdeu e que de novo se tem de tomar. Poeta com um lugar e um eixo, poeta com uma serra, poeta de Sintra, Jorge Telles de Meneses deu-nos com esta elegia uma alegoria muito vasta do sentido da vida e dos maus tratos que a Terra tem sofrido às mãos duma humanidade convertida à sordidez e à voracidade do lucro, ao fetichismo da mercadoria e ao pesadelo da megamáquina. [A. Cândido Franco]

## THEODORE KACZYNSKI

### A SOCIEDADE INDUSTRIAL E O SEU FUTURO, 2022

Theodore John Kaczynski nasceu em Chicago em 22-5-1942, fez um percurso escolar excepcionalmente brilhante, formou-se em matemática em Harvard em 1962, iniciou uma carreira de professor universitário e de investigador, doutorou-se em 1967, recebeu um importante prémio pelo seu trabalho académico e veio a abandonar a carreira institucional em 1969, para se isolar numa cabana construída por si em Lincoln, Montana, vivendo quase sem dinheiro da agricultura biológica, da colecta e da fabricação artesanal dos seus bens. Iniciou então uma reflexão escrita sobre a tecnologia e as suas consequências junto da natureza e da sociedade, que deu lugar ao livro *Industrial Society and its Future* (1995). Nesse período, entre a segunda metade da década de 70 e o ano da publicação do livro, decide empreender uma campanha de terrorismo individual contra as instituições e as personalidades estadunidenses que tinham segundo ele responsabilidade directa

na destruição da natureza e no crescimento do sistema tecnológico. Entre 1978 e 1995, enviou 17 bombas de fabrico artesanal para diversas instituições, da Costa Leste à Califórnia, das quais 15 rebentaram, provocando três mortes e mais de 20 feridos. Embora a sua campanha tivesse desencadeado uma onda crescente de pânico e uma caça desesperada por parte das polícias federais, Kaczynski nunca foi identificado. Na Primavera de 1995 escreveu aos maiores jornais do país, como o *New York Times* e o *Washington Post*, pedindo uma edição massiva do seu livro e oferecendo em troca pôr termo à sua campanha terrorista. O livro foi publicado em 19-9-1995 como suplemento do *Washington Post*, numa tiragem que deve ter superado o milhão de exemplares. A sua edição foi possível porque as polícias federais autorizaram na esperança de que alguém fosse capaz de reconhecer o seu estilo, o que veio a acontecer. O irmão mais novo, David Kaczynski, identificou-lhe certas particularidades linguísticas (como o uso recorrente de palavras escritas em maiúsculas) e forneceu as pistas necessárias à sua prisão, que teve lugar em Abril de 1996. Condenado a prisão perpétua, Kaczynski passou grande parte da pena numa prisão de alta segurança do Colorado, estando hoje, por razões de saúde, num centro penitenciário hospitalar da Carolina do Norte. O seu livro de 1995 foi agora traduzido e publicado em português (*A Sociedade Industrial e o seu Futuro – o Manifesto do Unabomber*, trad. João Franco e Álvaro Fernandes, pref. Flávio Gonçalves, Amadora, Libertaria, col. Ecologia Libertária, 142 pp.). Embora não seja esta a primeira tradução portuguesa (com trad. de Cândida Paz e Júlio Henriques a primeira surgiu logo em 1997), é a única que está hoje disponível em livro. Desde o momento da sua publicação nos Estados Unidos que a obra suscitou interesse, sendo considerada uma reflexão pertinente, que em muito pouco se podia avaliar como produto dum louco. Distinguiram-se pois desde essa época dois Kaczynski: o primeiro, autor duma campanha moralmente insana, responsável pela morte de três pessoas e o ferimento de muitas outras, e o segundo, o pensador marcante da evolução social do Ocidente nos últimos 200 anos. Além da desmontagem da psicologia individual e colectiva, da crítica ao conservadorismo e ao populismo de esquerda, o que melhor define o livro é a sua abordagem particular da sociedade industrial, postulando uma incompatibilidade de fundo entre liberdade pessoal e tecnologia. Segundo Kaczynski a evolução do sistema tecnológico ditará no futuro, através do *design* genético, o destino do ser humano, o que coloca de forma imperiosa a necessidade duma revolução que ponha termo a este tipo de sociedade. Escrito sob a forma de fragmentos ou parágrafos, a que se somam 41 notas ou parágrafos de rodapé, numa soma total de cerca de 35 mil palavras, o livro, com um evidente propósito de “manifesto” ou declaração, teve mais tarde continuação num ensaio mais amplo e amadurecido escrito na prisão, *Anti-Tech Revolution: Why and How* (2016), cuja tradução se impõe entre nós depois deste seu primeiro livro. A obra de

Kaczynski parece ser uma daquelas que ficará como uma das raras referências dum tempo tão efêmero como o nosso. Mesmo que as suas ideias possam ter óbvias similitudes com as de Jacques Ellul (traduzido no essencial para inglês desde o início da década de 60), Lewis Mumford e Paul Goodman, a natureza da sua especulação, a forma que esta tomou e a sua preocupação de mudança fazem da sua obra uma síntese dalgumas decisivas inquietações do presente. Deixamos de seguida os três primeiros fragmentos do manifesto de 1995: 1. *A Revolução industrial e as suas sequelas foram um desastre para a espécie humana. Aumentaram muito a esperança de vida nos países “desenvolvidos”, mas destabilizaram a sociedade, infernizaram-nos a vida, vexaram os seres humanos, universalizaram o sofrimento psicológico, somado ao material no Terceiro Mundo, e infligiram severos danos ao meio natural. O desenvolvimento incessante da tecnologia irá piorar a situação. Certamente irá sujeitar o ser humano a maiores indignidades e infligirá maiores danos ao mundo natural, verosimilmente conduzirá a uma maior disrupção social e sofrimento psicológico, podendo acarretar um crescente sofrimento físico, mesmo nos países ditos “avançados”. 2. O sistema industrial-tecnológico poderá sobreviver ou colapsar. Se perdurar, poderá eventualmente alcançar um baixo nível de sofrimento físico e psicológico, mas somente após passar por um longo período de ajustamento e só a troco de reduzir permanentemente os seres humanos e muitos outros organismos vivos a produtos de design de engenharia, a meras peças na engrenagem social. Para cúmulo, se o sistema sobreviver, as consequências serão inevitáveis: não existe maneira de reestruturar ou alterar o sistema de modo a impedi-lo de privar as pessoas da sua dignidade e autonomia. 3. Se cair as consequências são, não obstante, muito dolorosas. Mas quanto mais o sistema crescer, mais desastrosos serão os resultados do seu colapso – por isso, a colapsar, quanto mais cedo melhor. [A. Cândido Franco]*

## **GIANFRANCO SANGUINETTI**

### **O LOGRO DA ARTE CONTEMPORÂNEA, 2022**

Gianfranco Sanguinetti, nascido em 1948, integrou a Internacional Situacionista (IS) depois dos acontecimentos de Maio de 68 e foi um dos principais organizadores da Conferência de Veneza (1969), em que Mustapha Kayati abandonou a organização e a IS, embora num período alto de mobilização, manifestou sinais de cansaço. A secção italiana da IS, a mais jovem e animosa daquela época, não tardaria a desaparecer (Fevereiro de 1970) e Vaneigem a demitir-se da organização (Setembro de 1970). Pouco tempo depois era a vez daquele que tivera um papel de primeiro plano nos acontecimentos parisienses de Maio de 68, René Riesel, ser excluído (Setembro de 1971). Sanguinetti, que trocou a Itália por Paris logo a seguir ao desaparecimento da secção italiana da IS, foi um dos que assistiu em Paris à dissolução final da organização em Fevereiro de 1972. Depois disso teve durante quatro anos uma ligação muito próxima com Debord e com Alice Becker-

-Ho. As relações entre ambos acabariam por sofrer um corte no seguimento da publicação no Verão de 1975 do *Rapporto Veridico*, um livro de Sanguinetti que esteve para se chamar originalmente “A luta de classes em Itália” e que foi concebido com a ajuda de Debord e segundo o estilo cínico, enxuto e cortante d’ *O Príncipe* de Maquiavel. Sanguinetti nunca deixou porém de prestar homenagem a Debord, mantendo-se fiel às suas ideias e ao seu estilo, que reencontramos no texto “La truffa dell’arte contemporânea”, publicado como comentário final ao panfleto de Pablo Echaurren, *Adotta un artista* (2021). Traduzido por Ana Isabel Soares, foi agora publicado em portuguesa língua pela editora Barco Bêbado (*O logro da arte contemporânea*, capa Nuno Ramalho, Lx., 2022, pp. 38). Embora certas correntes que estiveram na origem do situacionismo, como as do Laboratório Experimental de Alba, com a pintura industrial de Gallizio e as experiências electrónicas de Walter Olmo, tenham dado um contributo nada desprezível à arte conceptual contemporânea, a obra de Debord seguiu outro curso. O mesmo aconteceu com a obra de outros situacionistas que chegaram mais tarde à IS, já na década de 60, de Vaneigem a René Viénet e de Gianfranco Sanguinetti a René Riesel. Nenhum seguiu a estrada do experimentalismo artístico dos anos 50 e alguns como René Riesel tornaram-se até abertamente críticos da sociedade industrial e da tecnologia que lhe está associada. Eludindo a questão da técnica, o presente texto toca porém em pontos significativos que muito nos interessam, como a financeirização da arte plástica contemporânea e o seu contributo para o desastre civilizacional em curso, seja pela indiferença e sobrançeria ante os actuais problemas urbanísticos, seja pela pobreza dos processos. “Nervoso e inspirado, eloquente e convincente” (p.7) assim qualifica Sanguinetti o texto de Echaurren, que por sua vez desvia inteligentemente Goya e diz “o sono da imaginação produz mostras”. Não se nega ao comentário de Sanguinetti idêntico nervo e eloquência. A “convicção” fia porém mais fino, já que a conclusão do autor está longe de ser para nós convincente. Diz ele (p. 34) que a arte “deverá parar de combater pelo ouro e começar a combater a ferro e fogo.” Parar de combater pelo ouro para começar a combater com ferro e fogo é como deixar a tristeza asséptica duma agência bancária para entrar no horror duma caserna. Preferimos antes combater com a mais imaterial das artes – a poesia. É aqui que o modelo crítico do situacionismo e do pós-situacionismo, como aliás o duma vasta tradição operária do passado, fica para trás. *Hic et nunc* não queremos nem a *guerra da arte* nem a *arte da guerra*. [A. Cândido Franco]

## LOUIS-AUGUSTE BLANQUI A ETERNIDADE PELOS ASTROS, 2021

Com mais de metade dos seus dias passados nas prisões francesas, nada menos do que 36 anos, Louis-Auguste Blanqui (1805-1881) foi um revolucio-

onário francês que marcou a evolução das ideias sociais no seu século, acabando mesmo por ter um papel de primeiro plano na Comuna de Paris. Embora no momento dos sucessos desta, entre Março e Maio de 1871, estivesse preso fora de Paris, primeiro em Versalhes e depois no famigerado castelo do Touro, na longínqua Bretanha, isto devido à insurreição em que se envolvera em Paris em 31-10-1870, os seus partidários obtiveram uma soma significativa de votos nas eleições comunais em 26-3-1871, elegendo 12 delegados ao governo municipal de Paris. Louise Michel era por esta época uma ardente prosélita do blanquismo. Sem ser proudhoniano nem marxista, Blanqui acabou por dar um contributo a estas duas correntes de ideias que marcaram a evolução do movimento operário no século XIX. O primeiro que usou a expressão “proletário” em sentido moderno foi ele e sabemos a fortuna que a designação depois teve em Marx e Engels e a expressão “Ni Dieu ni Maître”, que no século seguinte foi adoptada como senha de identificação pelo movimento libertário, foi ainda dele. As traduções de Blanqui em português foram episódicas e escassas e não se podem equiparar às de Bakunine, Kropotkine, Marx e Tolstoi. Daí a importância desta tradução que aqui assinalamos (trad. e intr. Rui Magalhães, ed. Várias Vozes, 2021, pp. 140) e que mostra uma faceta insólita e perturbante do velho revolucionário – o pensador lúcido e inquieto, ante as questões metafísicas universais (progresso ou eterno retorno dos fenómenos; combinações originais ou tipos; finitude ou infinito). Texto composto no rescaldo dos sucessos da Comuna e publicado no início do ano seguinte, ele não deixou de interpelar com surpresa até hoje uma cadeia de leitores exigentes e ilustres – Baudelaire, Walter Benjamin, Jorge Luís Borges, Jacques Rancière. Destaque nesta edição para a esclarecida “introdução” do tradutor, Rui Magalhães, associando o esforço de pensamento de Blanqui à sua ânsia de libertar o ser humano da escravidão.

## **JOSÉ RUI TEIXEIRA**

### **ENTRE A ÍNSULA E A PENÍNSULA, 2021**

Com posfácio do catalão Jordi Cerdá, publicou José Rui Teixeira um curioso estudo dedicado ao relacionamento ibérico a partir do ponto de vista português: *Entre a Ínsula e a Península – o metropolismo de Mário Saa à luz do hispanismo de António Sardinha e da ibericidade de Fernando Pessoa* (Porto, officium lectionis, 2021, pp. 82). Trabalho lúcido e bem informado, com um vasto número de referências bibliográficas, de dados históricos e de redes culturais, destrinchando bem as várias correntes culturais e doutrinárias peninsulares que se seguiram ao Ultimato inglês em 1890 e à crise espanhola de 1898, centra-se em especial em três autores portugueses do século XX, António Sardinha, Fernando Pessoa e Mário Saa. Todos tiveram uma perspectiva transnacional, centrada na Península, o primeiro através do hispanismo como aliança peninsular, e assim se chama o livro que Sardinha

publicou em 1924, o segundo através dum iberismo que encontra no confederalismo entre Portugal, Castela e Catalunha o seu ponto de equilíbrio e por fim o terceiro através dum eixo galaico-português (o metropolismo). O autor do estudo recorda a dado passo a tripla classificação que do iberismo fez o salamantino Ángel Marcos de Dios: iberismo monárquico pretendendo reunir sobre a mesma coroa de forma pacífica as duas coroas ibéricas (Portugal e Espanha), e foi dessa forma que os ideais iberistas nasceram com a obra de Sinibaldo de Más em 1851, com a publicação da obra *La Iberia*, que logo foi traduzido para português; iberismo federalista e republicano, que pretendia federar regiões e não coroas e que teve o seu ponto de partida, ou pelo menos o seu ponto inicial mais visível, na variegada obra de Pi y Margall, de que o livro *Las Nacionalidades* (1877) é já uma síntese final, e que teve em Portugal um paralelo, Henriques Nogueira, e uma larga recepção após Antero; por fim, o iberismo espiritual, com uma acção cultural comum dos países e das regiões. É dentro deste último tipo que se perspectivam os três autores estudados, ou pelo menos o melhor deles, pois há sobretudo em Pessoa e Mário Saa uma dimensão política, que, mesmo estando dentro das concepções gerais da época e tentando tirar partido das efémeras circunstâncias dela, onde sobressai a independência da Catalunha em 1931, não podia encontrar expressão prática.


O ideal ibérico é como lembra o posfaciador uma ideia limite. Funciona como uma linha de horizonte que nos puxa para diante, mas se vai sempre afastando. Nesse sentido é indiscutível o seu interesse e a necessidade de o manter vivo, sobretudo naquela vertente mais característica e promissora o iberismo republicano e federalista, no seio do qual se insere com singularidade própria a cosmovisão cultural libertária. Uma última palavra para a boa linha do ensaio literário de José Rui Teixeira, que dela tem dado provas em inúmeros estudos e livros, de que destacamos o mais recente, *Instante em Perda – encruzilhadas da literatura portuguesa contemporânea* (2022).

[A. Cândido Franco]

Desenho de Mário Cruz  
2002








**A SOCIEDADE INDUSTRIAL E O SEU FUTURO**  
O MANIFESTO DO UNABOMBER  
Theodore Kaczynski




**Ainda Não Sabiam Que Eram Fascistas**  
JOÃO BERNARDO

32 **ENCHERINHA**



**LE SURREALISME AUJOURD'HUI**

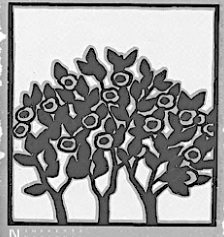
**ANARQUIA E ANARQUISMOS**



Centre International de Recherches sur l'Alchimisme  
**Bulletin du CIRA 77**  
PREMIERE PARTIE



O ESSENCIAL SOBRE  
**A Seara Nova**  
Luis Antràs



**INTERSTÍCIOS**

**INTEGRADO MARGINAL**  
RUI CARDOSO PIRES  
JOSÉ CARDOSO PIRES



**DEBORD**  
*Le naufrageur*  
JEAN-MARIE APOSTOLIDES

**ELECTRA**



**VIVER A MINHA VIDA**



**SOB UMA BANDEIRA**  
[OBRA POÉTICA]  
Joaquim Namorado

**INSURRECTOS**




**BRUNO VIEIRA AMARAL**

**DEBORD**  
*Le naufrageur*  
JEAN-MARIE APOSTOLIDES

**13**

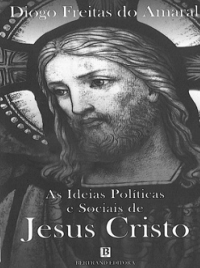
**EMMA GOLDMAN**

**SOB UMA BANDEIRA**  
[OBRA POÉTICA]  
Joaquim Namorado



**bollettino G. FINELLI**  
58

**finisterra**  
Homenagem a Eduardo Lourenço  
O Socialismo Democrático na Encruzilhada  
A Nova Era Identitária: Ideologia "Wake" e "Cancel Culture"




**Jesus Cristo**  
As Ideias Políticas e Sociais de Jesus Cristo  
Diogo Freitas do Amaral

**Entre a insula e a península**  
O metropolitano de Miraflores e a herança de Antonio Sardinha e da liberdade de Fernando Pessoa  
Postfácio de Kofi Awoonor



**CEM ANOS PARA IR À ESCOLA**  
Paul Goodman

**OS E AS ZAPATISTAS E O MUNDO**




**ZAPATISTA PELA VIDA**  
- A PROPOSITO DA VIAGEM -  
Europa | 2021

**FLAUTA DE LUZ**



**SEPARATA SOBRE A VIAGEM ZAPATISTA PELA VIDA**

**INFOSURR**  
Actualités du surréalisme et ses alentours  
N.º 106 - 107 - 108



Louis-August Blanqui  
**A eternidade pelos astros**

**SAÍAMOS EM BANDOS DISPARANDO BRITA, PRATA FUMOS**

**SORE**  
60 circula nas suas edições pelo Grupo Surrrealista Colégio e por murcha na primavera de 2020.

**RELATÓRIO SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS SITUAÇÕES E SOBRE AS CONDIÇÕES DA ORGANIZAÇÃO E DA ACÇÃO DA TENDÊNCIA SITUACIONISTA INTERNACIONAL**  
Guy Debord

**TOMÁS IBÁÑEZ**  
L'ANARCHIA DEL MONDO  
CONTEMPORÁNEO

Jorge Teberos Neuzner  
**Cintra-Babel**  
Death is a Star

RENAUD GARCIA  
**LE DÉSERT DE LA CRITIQUE**  
DÉCONSTRUCTION ET POLITIQUE

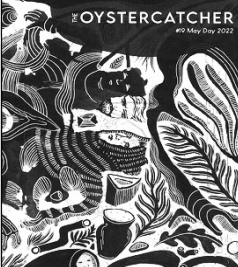
**MÁRIO DOMINGUES**  
A AFIRMAÇÃO NEGRA E A QUESTÃO COLONIAL  
TEXTO 1919-1922  
JOSE LUIS GARCIA

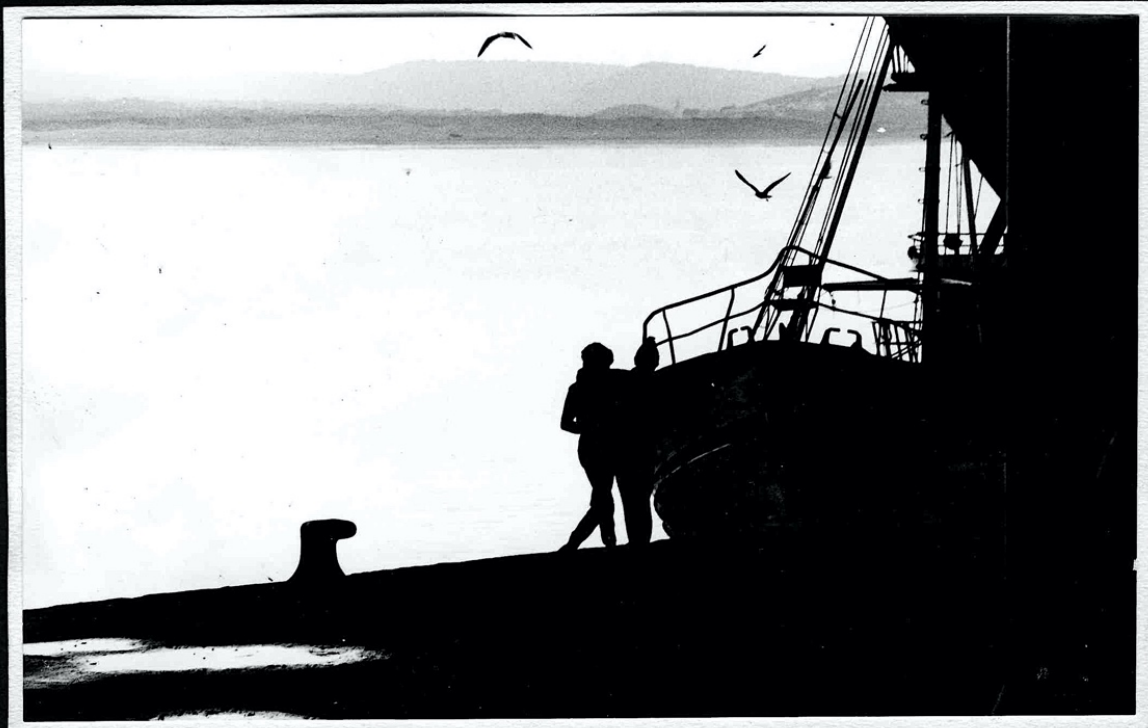


**SALAMANDRA**  
DEL COMUNISMO DEL GÉNERO AL GÉNERO DE LO COMÚN



**OYSTERCATCHER**  
#0 May Day 2022





Fotografias de Dominique Labaume

**JOÃO PAULO COTRIM [1965-2021]**

Editor e fundador da Bedeteca de Lisboa, responsável pela programação e pelos catálogos de várias mostras na área da ilustração e da banda desenhada, guionista para filmes de animação, autor de novelas gráficas, ensaios, poesia e histórias para crianças, jornalista e editor (Abysmo), João Paulo Cotrim, morreu a 26-12-2021, em Lisboa, aos 56 anos. Esteve desde sempre ligado à revista *A Ideia* e a apresentação pública em 2014 do n.º duplo 73/74 foi feita a seu convite nas instalações da sua editora, Abysmo, na Rua da Horta Seca, em Lisboa. Helder Macedo evoca-o noutro passo deste volume.

**GASTÃO CRUZ [1941-2022]**

Poeta, ensaísta, crítico literário e encenador, ligado às lutas estudantis do início da década de 60 contra o fascismo português, era então estudante na Faculdade de Letras de Lisboa, Gastão Cruz faleceu nesta última cidade a 20-3-2022, aos 80 anos. Poeta muito atento à construção da forma, tinha uma dívida para com a poesia realista, em especial a de Carlos de Oliveira, que foi o seu mestre no trabalho da palavra. Pai dum dos primeiros sócios da cooperativa Sementeira, colaborou na revista *A Ideia* em várias ocasiões.

**JOÃO RUI DE SOUSA [1928-2022]**

Poeta marcado pela liberdade do surrealismo, crítico literário generoso e compreensivo, coordenador e responsável por uma das marcantes publicações poéticas da década de 50 do séc. XX português, *Cassiopeia* (1955), funcionário da Biblioteca Nacional na qual esteve em contacto com o Arquivo Histórico-Social, colaborador e amigo próximo desta revista, João Rui de Sousa faleceu em Lisboa a 17-6-2022, aos 93 anos.

**LUÍS DE MOURA SOBRAL [1943-2021]**

Historiador e crítico de arte, professor na universidade de Montréal, estudioso da arte portuguesa luso-brasileira e ibero-americana dos séculos XVII e XVIII, estudioso do surrealismo português, sobre o qual organizou um congresso internacional em Montréal em 1983, Luís de Moura Sobral, faleceu no Canadá em 11-10-2021. Foi obrigado a exilar-se na década de 60 por ligações à LUAR, iniciando a partir daí um convívio com a história da arte que não mais abandonou. Este volume da revista *A Ideia* publica um poema inédito seu, que é porventura o derradeiro que escreveu.

**JÚLIO CONRADO [1936-2022]**

Crítico literário de qualidade invulgar, fez parte da última vaga neo-realista da década de 60 do século XX. As novelas e os romances que então publicou de observação social tornaram-se com o passar dos anos cada vez mais irónicos, como se o destino do realismo não pudesse ser senão a distância. Olhanense de nascimento, veio aos três anos para o concelho de Cascais, a sua terra de acolhimento, onde ficou para sempre a viver. Colaborador da revista *A Ideia* nesta última fase posterior a 2012, faleceu em 29-1-2022.

### **ISABEL AGUIAR [1958-2021]**

De Manuel Silva-Terra recebemos a seguinte nota: “Isabel Aguiar Barcelos, que assinava apenas Isabel Aguiar, nasceu no Funchal em 1958, faleceu em Lisboa (onde passou a maior parte da vida) em 2021. Publicou literatura infantil, que foi traduzida para castelhano. Com António Ramos Rosa publicou *Bichos Instantâneos* (prosa poética). E os seguintes títulos de poesia: *Sandálias do Tempo*; *Revelações* (com o pintor Mário Rita); *Anjos de Asas Verdes*; *O Mar na Poesia da América Latina* (com José Agostinho Batista); *Nunca se Regressa ao Mesmo Lugar*; *Requiem por Auschwitz*; *A Língua de Esperanto dos Pássaros*; *Eu Amo Tarkovski*; *As Mães da Síria*; *Tantos Pássaros e As Crianças de Moria*. Traduziu Pascal e Gérard de Cortanze. Toda a sua poesia é a busca dum equilíbrio entre o peso da terra e as correntes ascendentes do ar. Não planava entre corpo e alma — era sempre a mesma e única forma.”

### **UMA CARTA DE FERNANDO GUIMARÃES**

A propósito do texto de F. Guimarães que publicamos neste volume, recebemos a seguinte carta do autor [carimbo de correio: 20-12-2021], que ajuda a esclarecer o leitor: *É com prazer meu que o meu antigo texto saído na revista Eros (uma revista do início dos anos 50, nascida a partir de um pequeno grupo de estudantes da Universidade de Coimbra, que escolheram aquele título tendo presente a conceção platónica “do sensível ao inteligível”, tal como aparece na revista em epígrafe) irá aparecer na vossa revista. Preferia que fosse o António a elaborar a nota introdutória que refere na sua carta, pelo que respondo às questões postas: 1) [fontes diretas ou indiretas do texto]: Essas fontes — como se verifica em certos passos do texto — são, sobretudo, derivadas das artes plásticas. No início dos anos 50 não havia quase nenhum livro de reproduções de quadros coloridas. Eram a preto e branco — e raras. No entanto, embora também a preto e branco, circulavam uns pequenos livros da “Collection des Maîtres” (ed. nas “Les Éditions Braun” que incidiam especialmente sobre as tendências modernistas. Foi esta uma das influências que evidenciou esse sentido de modernidade e de anti-academismo. 2) Sendo assim, infere-se que a proveniência da noção de anarquia no texto não deriva propriamente de um aprofundamento filosófico ou de uma opção político-ideológica. Tem um sentido estético derivado de uma prática criativa, que como disse em 1), estava muito voltada para as artes plásticas. 3) Eros eram umas “folhas de poesia” (expediente que se usava para não ir à censura), as quais teriam passado ao lado dos por vezes distraídos e muitas vezes ignorantes censores. Nem sequer foi um acaso... Estou sempre à sua disposição para qualquer outro esclarecimento (por carta ou através do telefone). Um abraço grato do Fernando Guimarães*

### **GUERRA NA UCRÂNIA**

Um grupo de anarquistas portugueses subscreveu no início de Março o seguinte comunicado, intitulado “Contra a Invasão Russa e a Guerra — Solidariedade com o Povo Ucraniano”, a que a revista *A Ideia* se associou: *Estamos contra esta guerra. Nem Putin, nem Nato. Antimilitaristas, não tomamos partido*

*por quem bombardeia as populações, seja o exército ucraniano sobre Donbass, sejam os mísseis e tanques do Estado Russo sobre a Ucrânia. Tomamos partido, sim, por quem sofre a força bruta dos nacionalismos, por quem sai à rua com a coragem para deixar claro que os povos têm outra maneira de se relacionar. Pessoas na Ucrânia, antiautoritárias, antifascistas, ativistas LGBT, algumas das quais mantêm meios de informação independentes, pedem a nossa solidariedade enquanto combatem a invasão nas ruas. Tal como em 2014, simplificar a guerra actual na Ucrânia, ou como uma batalha entre os interesses democráticos ocidentais e as aspirações imperiais pós-soviéticas, nacionalistas russas, ou como movimentos políticos neo-fascistas e lutas de libertação nacional, não ajuda à compreensão das verdadeiras causas desta guerra. Distanciamos-nos de quem diz coisas como «a Rússia foi provocada e tem direito a retaliar». Afirmações como esta sugerem um processo de desculpabilização de ações inaceitáveis. O atual governo russo nacionalista e reacionário, que desenvolve há anos um projeto imperialista, pretende agora subjugar outro país – bastante rico em matérias-primas como urânio, carvão, gás natural, e grandes produções agrícolas –, ao mesmo tempo que reprime constantemente as vozes dissidentes internas. Estes mesmos recursos interessarão também a Joe Biden, cujas políticas imperialistas são igualmente reconhecidas. No entanto, ser contra o imperialismo norte-americano não pode significar que se desculpe outro imperialismo. Tal como já foi dito o imperialismo russo moderno baseia-se na percepção de que a Rússia é a sucessora da URSS – não no seu sistema político, mas em termos territoriais. Neste momento, seguimos com atenção as situações de Chernobyl e de outras centrais nucleares da Ucrânia, e bombardeamentos sobre alvos civis, atos bélicos próprios de quem não olha a meios para atingir os seus fins. A lei marcial imposta na Ucrânia obriga a que todos os homens entre os 18 e os 60 estejam proibidos de sair do país. São aconselhados a pegar em armas e a defender a sua «pátria». A guerra evidencia que o patriarcado, expresso de forma natural nos nacionalismos e nas disputas pelo poder de Estado, é uma brutalidade para todas as pessoas. Mesmo que se reconheça o direito dos povos à resistência a um agressor. Estamos solidárias com todas as pessoas na Ucrânia que foram apanhadas por uma guerra que não compraram, bem como com a diáspora ucraniana espalhada por vários países. Refugiados/as serão bem-vindos/as, como todos/as os/as outros refugiados e migrantes deste mundo em guerra. Rejeitamos ainda qualquer russofobia. Expressamos toda a nossa solidariedade com o povo russo, que irá sofrer uma crise sem precedentes, e estamos a seguir organizações de apoio aos detidos em manifestações contra a guerra que tiveram e têm lugar em território russo. Contra as Guerras entre Estados! Solidariedade entre os Povos.*

## **PÃO & DIGNIDADE**

Entre a saída do volume da revista *A Ideia* de 2021 e este de 2022, apareceram dois novos números desta revista, editada pelo grupo acrata “Pão e Dignidade”

o primeiro, o sétimo, em Novembro/Dezembro de 2021 e o segundo, o oitavo, em Abril de 2022. Do primeiro registamos a evocação do pedagogo Mário de Oliveira (1892-1970), da sua filha Lígia de Oliveira (1917-1999), que muitos de nós ainda bem conheceram depois de 1974, e de Aurélio Quintanilha (1892-1987). O segundo tem duas evocações capitais – Moisés da Silva Ramos (1919-

-2000), um dos primeiros associados da cooperativa Sementeira, que outrora, na década de 80 do século passado editou a revista *A Ideia*, e Deolinda Lopes Vieira (1888-1993), casada com o jornalista António Pinto Quartim, pedagoga social de grande dignidade e muitas informações sobre figuras que nos são caras (Umberto Marzocchi, Léo Ferré, José Hipólito dos Santos). A publicação conta com Jorge Colaço como seu principal animador e perfilha o anarquismo não-violento, para o qual qualquer guerra, independentemente do motivo, é um crime contra a humanidade e assim o diz na folha volante que insere no número 8, tomando posição pacifista ante a guerra no Leste da Europa.

### ARQUIVO GIUSEPPE PINELLI

Mantido e animado pelo “Centro Studi Libertari Giuseppe Pinelli” de Milão, o *Bolletino Archivio Giuseppe Pinelli* é uma publicação regular duas vezes ao ano do maior interesse na actualização e divulgação das ideias libertárias, ao qual muitas vezes recorreremos na tradução de textos. Saudamos a publicação que tem um registo cultural de grande qualidade e diversidade e aqui registamos a saída do número 58, o segundo do ano de 2021, saído já em Janeiro de 2022 na capa com a fotografia do jovem Pietro Ferrua (1930-2021). Do miolo, salienta-se um texto de John Cage, “Anarchy”, em que este músico reflecte nas suas leituras e motivações libertárias (“para mim ser anarquista é coisa tão natural como fazer um telefonema, acender e desligar a luz, beber um copo de água”), a abordagem de Marco Sioli à obra deste compositor, “Dare la parola al silenzio. L’anarchia di John Cage” (pp. 12-14) e o texto de Thom Holterman sobre a revista *De As*, “De As, mezzo secolo di editoria anarchica nei paesi bassi” (pp. 49-51). Por fim, a nota sobre Pietro Ferrua (1930-2021), objector de consciência em 1950 isto quando a Itália não tinha estatuto legal, o que o levou a ser preso e a exilar-se e um dos fundadores em 1957, na Suíça, do CIRA (Centre Internationale de Recherches sur l’Anarchisme). Ferrua estudou as ligações do anarquismo com a arte e deu particular atenção às relações entre surrealismo e anarquia e assim se chama um livro seu, de resto traduzido em português, no Brasil. Em Portugal, Ferrua teve relações com Mário Cesariny e Nicolau Saião, que colaboraram com ele num colóquio organizado em Portland (Oregon). Ferrua foi entrevistado pela revista *A Ideia* (“Anarquismo e Surrealismo”, n.º 73/74, 2014, pp. 156-158). A sua obra pode ser encarada como um dos principais legados fundadores do anarquismo cultural.

### CIRA

Fundado em 1957, vocacionado para ser um arquivo de todas as publicações libertárias mundiais, o CIRA edita anualmente um boletim, *Bulletin du CIRA*, que não é só um relatório das actividades internas que promove e das publicações que recebe; é outrossim uma publicação que dedica especial atenção à imprensa libertária internacional e a figuras relevantes que nela se notabilizaram. Registamos aqui a saída do número 77, com três artigos marcantes sobre três publicações libertárias, duas delas acabadas de desaparecer depois de meio século de vida *A rivista anarchica* (1971-2020), *De As* (1972-2020) e *Fifth Estate*

(desde 1965). Pelo seu interesse, os três aparecem traduzidos neste volume.

### THE OYSTERCATCHER

Ron Sakolsky, editor da revista *The Oystercatcher*, que se estreou em 2011 e sai sempre no início de Maio, é um poeta e activista de língua inglesa, que vive hoje na ilha Denman (Canadá). Tem procurado articular anarquismo e surrealismo em vários livros – com destaque para *Dreams of Anarchy and the Anarchy of Dreams* (2021) – e em muita colaboração dada ao jornal estadunidense *Fifth Estate*. Assinalamos a saída do n.º 19 da sua zine, com capa de Leya Tess, cuja abertura é dedicada a Pietro Ferrua, fundador do CIRA.

### MAPA

Saudamos a continuação deste “Jornal de Informação Crítica” – a publicação libertária de maior tiragem hoje em Portugal (3000 exemplares). Com saída trimestral, voltado para lutas contra megaprojectos industriais. Dos últimos números destacamos a pasta dedicada à viagem zapatista à Europa no n.º 32 (Out./Dez., 2021), a entrevista no n.º 33 de Júlio Henriques (com Francisco Noriega e Fernando Antunes) com três delegados do Conselho Nacional Indígena (CNI) que estiveram em Portugal no âmbito da caravana zapatista na Europa e o texto de Jorge Leandro Rosa no n.º 34 (Maio/Agosto) sobre a guerra no Leste.

### ANDREA MAZZOLA

Com edição do Mapa, saiu o segundo volume de *Transumano mon Amour – notas sobre o movimento H+ (escritos 2015-2019)* (2021, pp. 254; ilustr. Tidi), recolhendo algumas das crónicas que o autor publicou no jornal *Mapa* até 2019, a que acrescentou, em 2021, um “excurso final sobre o presente”. O trabalho de reflexão de A. Mazzola é lúcido e um dos que mais contribui pela vasta rede das suas associações para se perceber a “sociedade transgénica” em que vivemos.

### LIVRARIA UTOPIA

De Herculano Lapa, animador da Livraria Utopia (Porto), recebemos a seguinte declaração, intitulada “História de uma Utopia”:

*A Livraria Utopia nasceu numa altura em que as livrarias alternativas nascidas após o 25 de Abril de 1974 já tinham encerrado no Porto, como era o caso das conhecidas Erva Daninha e Contra-a-Corrente. A abertura das portas dá-se em 1982, mesmo ao lado do quartel-general, à praça da República, onde se realizaram tantas manifestações durante o PREC, pela mão de sócios libertários da Cooperativa editorial A Centelha, funcionando também como apoio à distribuição dessa histórica e resistente editora de Coimbra, nascida após a crise académica de 69 pelas mãos do infatigável professor Sobral Martins. A partir de 1985 assumi pessoalmente a responsabilidade da livraria que continua a resistir a estes tempos inimigos do livro. Ontem, como hoje, continuamos a vender livros novos e usados, a divulgar as pequenas editoras independentes e difundir publicações libertárias, num mundo à beira do colapso, pandémico e ambiental, e em que o actual modelo societário revela uma total incapacidade de gestão das sociedades humanas e em que desastre está ao virar da esquina.*

## **LIBERTÁRIA**

É uma nova chancela editorial, sediada na Amadora (libertaria.pt), animada por Flávio Gonçalves e que se situa na área, assim o diz o seu responsável, da “esquerda socialista libertária”. As duas primeiras edições saíram já em 2022: *A Sociedade industrial e o seu futuro – o manifesto do Unabomber*, de Theodore Kaczynski, e *Ainda não sabem que eram fascistas*, de João Bernardo. Os livros abriram duas colecções chamadas “Ecologia Libertária” e “História Insurrecta”. Dada a importância do primeiro texto, quer pelo significado histórico que tem, quer pelo entrosamento que faz com alguns dos motivos que são tratados no corpo principal deste volume, consagramos mais vasta atenção na secção “bibliografia” ao manifesto de T. Kaczynski.

## **FINISTERRA**

Assim se chama a “revista de reflexão e crítica” fundada em 1989 por Eduardo Lourenço (1923-2020), editada pela Fundação *Res Publica* e orientada durante muitos anos pelo seu fundador. Dirigida hoje por Fernando Pereira Marques, coadjuvado este por um director adjunto (António Reis) e por um coordenador (Joaquim Jorge Veiguiña), e com um estatuto editorial em sete pontos, onde sobressai o “debate livre de ideias”, a revista de periodicidade anual acaba de tirar em Fevereiro de 2022 o seu nonagésimo número, em parte dedicado à memória do fundador (que prezamos enquanto “heterodoxo” e correspondente de Jaime Brasil), em que destacamos a evocação de Ana Maria Almeida Martins, “Eduardo Lourenço: na Lusa Atenas” (pp. 23-27). Assinalamos no conselho editorial da revista o nome Miguel Serras Pereira, antigo director da revista *A Ideia*.

## **JULIAN ASSANGE**

Não nos conformamos com a situação judicial de Julian Assange e a falta de apoio mediático que tem tido. Damos de seguida a conhecer a “Carta-aberta ao mundo da mãe de Julian Assange”, Christine Assange (Nova Iorque, 21-12-2021, trad. Joëlle Ghazarian):

*Há 50 anos, quando dei à luz pela primeira vez, como jovem mãe, pensei que não devia haver dor maior. Mas depressa a esqueci quando peguei no meu lindo bebé ao colo. Chamei-lhe Julian./ Dou-me conta agora de que me enganava. Há uma dor maior./ A incessante e terrível dor de ser mãe de um jornalista multipremiado que teve a coragem de dar a público a verdade sobre crimes governamentais de alto nível e sobre corrupção./ A dor de ver mundialmente manchado o meu filho, que procurou publicar verdades importantes./ A dor de ver o meu filho, que arriscou a vida para dar a público a injustiça, inculpado e repetidamente privado de um processo legal justo./ A dor de ver o meu filho saudável deteriorar lentamente a saúde por lhe terem sido negados, durante anos e anos de prisão, os cuidados médicos e sanitários convenientes./ A angústia de ver o meu filho submetido a cruéis torturas psicológicas, desti-*



*nadas a atormentarem-no e a darem cabo da sua formidável consciência./ O pesadelo constante de que seja extraditado para os EUA e enterrado vivo, em extremo isolamento, para o resto dos seus dias./ O medo constante de que a CIA possa levar a cabo os seus planos de o assassinar./ A torrente de tristeza ao ver o seu corpo frágil e exausto cair bruscamente, por stress crónico, acometido por um mini derrame cerebral, na última audiência./ Muitas pessoas também se sentem traumatizadas vendo uma vingativa superpotência usar os seus recursos ilimitados para intimidar e destruir um indivíduo indefeso./ Desejo agradecer a todos os cidadãos compreensivos e decentes que no mundo protestam contra esta brutal perseguição política./ Por favor continuem a erguer a voz junto dos vossos políticos, até que a ouçam./ A vida de Julian está nas vossas mãos.*

### **EDIÇÕES SEMPRE-EM-PÉ**

Com trabalho editorial na área da ecologia, mas também na poesia, as edições Sempre-em-Pé prosseguem. Assinalamos uma das suas mais recentes edições, o livro de Sebastião Belfort Cerqueira, *Está um lindo dia* (Porto, Águas Santas, pp. 62). Autor de seis livros de poemas, três deles nas edições Sempre-em-Pé, este seu novo trabalho dá continuidade a uma visão derisória do real, que surpreende pelo à-vontade, pela lucidez, pelo humor, mas também por um desespero subtil e por um inconformismo combativo. Veja-se o “Sexto poema sobre o Mar”: *Quando eu morrer/ Deitem-me as cinzas/ Quais cinzas/ Deitem-me inteiro ao rio/ E deixem-me seguir/ O trilho frio/ Até ao mar// Quando eu morrer/ E me acharem na margem/ Só vos peço um empurrão ligeiro// Depois vou a boiar/ Como um pau// Vou a dormir/ Como uma pedra// Para encravar/ A engrenagem do maior cargueiro* A chancela Sempre-em-Pé, assegurada por José Carlos Costa Marques, responsabiliza-se ainda pela edição da revista *DiVersos* (cujo n.º 33, apareceu no Outono/Inverno de 2021/22).

### **JOÃO CARLOS RAPOSO NUNES**

Nasceu em 1955, desertou da marinha em 1973, exilou-se em Amesterdão e regressou a Portugal depois do 25 de Abril. Escreveu então poesia — foi esse o seu contributo para a Revolução — que publicou em 1976 numa editora fundada pelo jornalista Manuel Cadafaz de Matos — Távola Redonda, colecção Taboadas da Marginal-Idade. No seu seguimento publicaram livros, todos em estreia, Levi Condinho, António Cabrita e Abel Neves. Conduziu muitos anos um táxi em Lisboa, onde de vez em vez teve a dita de apanhar Mário Cesariny, e em 1989 abriu uma livraria alfarrabista em Setúbal, a Uni-Verso, que foi frequentada por Luiz Pacheco e João Santiago e ainda hoje viva. Toda a literatura libertária que se edita em Portugal está lá exposta. Raposo Nunes acaba de reeditar a sua poesia numa antologia publicada pela chancela Maldoror, *Saímos em bandos disparando brita, prata, fumos* (pp. 116), com excelente organização e introdução de Nuno Miguel Neves. Reencontro com um poeta autêntico e inteiro, que foi dos primeiros a recepcionar e a introduzir entre nós a liberdade vital da *beat* americana, sem com isso perder o sabor sadino e lisbonino de Bocage e Cesário.

## UMA CARTA DE JÚLIO HENRIQUES

A propósito do livro de Vanessa Springora em que esta relata a sua ligação com o escritor Gabriel Matzneff e que mereceu no volume de 2021 desta revista três depoimentos, recebemos posteriormente uma carta de Júlio Henriques, com elementos significativos para o debate dos problemas que o livro levanta. Reproduzimos o essencial da carta: *Escrevo-vos a propósito do «caso Matzneff». [...] não pude prestar a devida atenção à vossa troca de ideias com a Joëlle. Pude apenas ler, nuns intervalos, o livro de Vanessa Springora e alguns artigos que saíram em França sobre o assunto (nos jornais digitais de expressão crítica Médiapart e Lundi Matin)./ A forma como o assunto é por vocês abordado parece-me conter um grande equívoco. Tudo parece indicar que culpam o livro de Springora por ele ter desencadeado em França e no Quebeque reacções que levaram à censura da obra de Matzneff. Ora, a autora não defende isso, antes pelo contrário, e este livro é uma contribuição séria e honesta para a compreensão da questão que aborda, o «consentimento», revelador de muita coisa que anda soterrada e que é necessário conhecer. Mas agora que os ventos estão a mudar e que as complacências estético-literárias com o abuso sexual de crianças e adolescentes se tornaram menos aceitáveis, esta censura parece-me ser, em primeira instância, uma forma de os mecenas, patrocinadores ou apoiantes de GM se livrarem de apuros (já tinham começado antes), a começar pelo seu editor na Gallimard, seu cúmplice de turismo sexual para «consumo» de crianças nas Filipinas, na Tailândia ou no Médio Oriente. Obviamente, a «despublicação» dos livros de GM é uma reacção hipócrita e cobarde, e inaceitável. / O que me parece merecer ser salientado é o facto de este assunto chegar à praça pública para poder ser debatido. Como mostra a socióloga francesa Anne-Claude Ambroise-Rendu no seu livro *Histoire de la pédophilie* (Fayard, 2014), «o reconhecimento dos crimes sexuais perpetrados sobre os mais jovens é recente». Em França, anteriormente ao livro de VS (em 2004), uma outra mulher que passou pelos mesmos traumas «graças» a GM tentou publicar um manuscrito, recusado por todos os editores a quem se dirigiu, devido às relações de GM nos círculos da clique literária parisiense. VS conseguiu-o por fim, certamente por fazer parte do meio editorial. E outros livros sobre os abusos sexuais de crianças virão a público; no Brasil, acaba de sair, numa editora com a qual tenho relações, e a Antígona também (a Elefante), um livro intitulado *Por que você voltava todo o verão?*, de uma autora argentina de 29 anos, Belén López Peiró, sobre um caso semelhante, este passado no seio da família./ Se *Consentimento* teve uma tão grande repercussão, na sua difusão e nos ecos mediáticos que suscitou, é certamente porque corresponde a qualquer coisa de importante que tem sido censurada e autocensurada. As sociedades estão a despertar para a enorme dimensão destes abusos sexuais, a partir das denúncias que desde há anos incidem sobre instituições religiosas, a começar pela Igreja católica. Mais recentemente, nas circunstâncias dos confinamentos, o assunto passou também a ser focado no contexto da violência doméstica. / Uma coisa é rejeitar, necessariamente, a censura bem-pensante e «arrependada» exercida sobre a difusão dos livros de Matzneff (mas é necessário ter presente todos os seus contornos), e outra, bem diferente, defender este autor, mesmo indirectamente, como se ele, a pretexto de literatura, pudesse estar acima da ética mais elementar e merecesse todos os encómios. De resto, as suas qualidades literárias, segundo alguns dos seus leitores mais exigentes e*

*resto, as suas qualidades literárias, segundo alguns dos seus leitores mais exigentes e lúcidos, são muito relativas e em grande parte uma fraude. / Seria estranho, a meu ver, que uma publicação libertária apresentasse como figura válida um misógino declarado, um perfeito egotista, senhor de um enorme complexo de superioridade, um manipulador profissional, um homem sem escrúpulos perante os mais fracos, um íntimo frequentador de gente como François Mitterrand ou Jean-Marie Le Pen, um tipo de mentalidade «aristocrática» que tanto desprezo exhibe pela «canalha popular». A meu ver, a oposição à censura não pode justificar tais coisas. Perdoem a pressa com que vos envio isto. Um forte abraço. Júlio*

A revista *A Ideia* aproveita a missiva de Júlio Henriques, que agradece, para esclarecer a sua posição neste assunto. Defender a liberdade de expressão e mostrar séria preocupação com a apreensão de livros dum escritor, não faz desse escritor, no caso Gabriel Matzneff, uma figura que para nós esteja acima dos mais elementares deveres sociais e pessoais. Nunca nesta revista tomaríamos G. Matzneff como figura representativa. Tratou-se tão-só de defendermos a liberdade de expressão e tomar como abusiva e preocupante a retirada de circulação de livros dum escritor. Associamo-nos à ideia de que é um ganho a discussão pública dos abusos sexuais. Não queremos, porém, deixar de alertar para a situação contraditória a que isso tem dado lugar, com campanhas mediáticas em que é muito difícil destrinçar o lado espectacular, comercial e promocional das histórias contadas da necessidade catártica, legítima e saudável de confessar uma situação traumática. Não queremos ainda que essa discussão pública que Júlio Henriques pede e nós subscrevemos esconda e deixe na sombra, por conhecer e por debater, como tem sucedido, a gravíssima e desumana situação penal, judicial e prisional de muitos dos que têm sido condenados à luz destas e doutras denúncias.

#### **UMA CARTA DE LAURENS VANCREVEL**

Em Fevereiro de 2022, a pedido nosso, recebemos o seguinte testemunho do poeta neerlandês Laurens Vancrevel sobre a relação entre surrealismo, situacionismo e movimento provo (trad. francês): *Meu caro: perdoa não ter respondido de imediato ao teu convite de contribuir com algo sobre os Provos e os seus contactos com o surrealismo e o situacionismo. (...) Houve ligações, mas tratou-se de uma relação complexa. Para aquilo que respeita o surrealismo, foi até uma relação tardia; ela fez-se sobretudo com as declarações e as acções de Franklin Rosemont e os seus amigos em Chicago, antes ainda da actividade plena do grupo surrealista de Chicago. A maior parte dos holandeses, e sobretudo os jovens, não lêem e não falam o francês. Não havia então – e é esse o caso ainda hoje – quase nenhuma tradução dos livros de André Breton e de outros autores surrealistas franceses. Os jovens artistas holandeses desprezavam a arte surrealista (Dalí e outros) como uma coisa ultrapassada. Os círculos artísticos eram então dominados pelo abstraccionismo. Uma excepção era o artista de Amsterdão Herman Ysabaert, activista provo, que iniciou então algumas manifestações ditas surrealistas – aliás, de forma algo ingénua. Mas Ysabaert era também membro das Juventudes Comunistas em Amsterdão. Cheguei a redigir com ele um violento panfleto surrealista em 1968, que chamou a atenção e provocou algumas re-*

país, até mesmo entre os Comunistas Internacionalistas (trotskistas). O mais importante activista provo, Roel van Duijn, é ainda hoje um anarquista bem informado. Foi sobretudo influenciado por Kropotkine e escreveu várias vezes sobre a sua obra. Os provos eram amigos do anarquista Arthur Lehning (o editor das obras completas de Bakunine); as ideias de Lehning e Bakunine tiveram certamente uma influência sobre o núcleo provo. Também muito importante foi o pintor ex-COBRA, situacionista e mais tarde situacionista internacional, Constant Nieuwenhuys, o grande amigo do dinamarquês Asger Jorn. Sabes por certo que Jorn e Nieuwenhuys cortaram com o situacionismo de Debord e Vaneigem e fundaram um situacionismo mais inspirado. Constant Nieuwenhuys fazia então maquetes e artigos sobre “New Babylon”, uma cidade futurista e utópica. Os provos estavam muito interessados nestes projectos de origem situacionista. Um dos seguimentos que Provo teve foi a aldeia de Ruigoord no meio do porto de Amsterdão, ocupada por artistas provos, quando este aldeamento estava para ser destruído e dar lugar a um alargamento do porto. Depois de algumas revoltas e batalhas com a polícia, a cidade de Amsterdão aceitou que o aldeamento pudesse continuar a ser um ponto de encontro de artistas. Ruigoord considera-se uma experiência surrealista. Mantenho ainda contactos simpáticos com os seus fundadores. Laurens



desenho de Délio Vargas

**António Valdemar** nasceu em 1938. Jornalista e investigador, com estudos dedicados a Vitorino Nemésio, Aquilino Ribeiro, José Leite de Vasconcelos, Almada e Vasco de Castro (Vasco).

**Boudewijn Chorus** é um jornalista holandês, que na década de 80 e 90 estudou o caso dos implicados alemães na Fracção do Exército Vermelho (RAF).

**Doris Accioly e Silva** nasceu em 1952. Professora aposentada da universidade de São Paulo. Estudos na área da pedagogia e da cultura libertária.

**Duarte Drumond Braga** nasceu em 1981; investigador na Universidade de Lisboa. Publicou os seguintes livros de poesia: *Volta do Purgatório* (2015), *Os sininhos do Inferno* (2021) e *Salitre* (2021).

**Feliciano de Mira** nasceu em 1957; investigador na universidade de Coimbra e artista plástico. Publicou recentemente em poesia: *Hotel siesta* (2017) e *Camponesa com cabeça de Deus ao colo* (2018).

**Jaime Brasil** (1896-1966). Biógrafo de Ferreira de Castro, estudioso do neo-realismo e polemista (Igreja católica, Agustina Bessa-Luís e outros). Fundador do Sindicato dos Profissionais de Imprensa (filiado na antiga CGT).

**Luciana Eliza dos Santos** é professora da universidade de São Paulo. Estudos na área da pedagogia e da educação libertárias.

**Manuela Sofia Silva** nasceu em 1980; professora no Instituto Politécnico de Tomar. Doutoramento na universidade de Lisboa com uma tese sobre as *Letras Portugais* (1669).

**Marianne Enckell** nasceu em 1944. Arquivista do CIRA, desde 1963, quando o fundador, Pietro Ferrua, foi expulso da Suíça. Colaborou na revista francesa *Anarchisme et Non Violence* (1965-1973).

**Nicola del Corno** é professor de ciência política na universidade de Milão. Faz parte da comissão científica do Arquivo Giuseppe Pinelli (Milão). Estudos na área da contracultura em Itália (1967-1977).

**Richard Walter** é um editor e um jornalista francês, que tem a seu cargo a publicação do boletim *Infossur – actualités du surréalisme et ses alentours*, que se publica desde 1996 e sai seis vezes ao ano.

**Susana Wald** nasceu em 1937 (Budapeste). Depois de se nacionalizar chilena e canadiana, vive hoje em Oaxaca (México), Aderiu ao surrealismo em 1963.

**Sylvie Kasdan** é colaboradora regular do jornal *Fifth Estate* (EUA). Vive em Seattle.

# EDIÇÃO SEM NOME

- O QUÊ** *Isto não é um manifesto. Esta não é mais uma editora. Também não há-de ser menos uma.*
- QUANDO** *Nascemos em 2013. Existimos no tempo pelo tempo que o Tempo nos quiser. Temos tempo. Entre valência e falência há muita coisa. Cumprir é infindo.*
- PORQUÊ** *Pretende-se preencher o lugar de uma ausência. Cada edição quer ser a demonstração da ocupação desse espaço.*
- COMO** *A acção da editora desenvolve-se no eixo que vai da criação da pala-vra pelo autor, àquele recolhido silêncio do deslumbramento que todo o verdadeiro livro indizivelmente suscita no leitor.*
- PARA QUÊ** *Há a firme demanda de um fruto. Fruto da multiplicação da árvore da pala-vra. Até lograr-se alcançar o bosque cujos caminhos, veredas e clareiras são as folhas, as páginas e as linhas das obras — essas filhas do que é Sem Nome — que a editora dá à publicação.*
- SOBRE QUÊ** *As obras que publicamos vão da poesia mântica ao ensaio irreverente e à aforística sapiencial, da novela de mistério e do romance fantástico à literatura para crianças com idade, ou sem idade.*
- O PROPÓSITO** *Equidistar do objecto livro e do livro-objecto. Na mira de um equilíbrio: conjugar e com-jogar num mesmo verbo a oficina e a arte. Entre a obra que é única, e o que de único há em cada edição.*

*Tudo isto pode parecer o que isto não é.  
E pode até ser vago, frágil e incerto. A vida é-o também.*

Certo, certo é que...

# EDIÇÃO SEM NOME

não é uma editora de autores.  
É uma editora de obras.

Rua da Alegria, nº 129 - 1º I  
4000-042 PORTO

+ 351 964 476 800  
+ 351 222 444 742

geral@edicoessemnome.pt  
encomendas@edicoessemnome.pt

edicoessemnome.pt  
facebook.com/edicoessemnome  
instagram.com/edicoessemnome

A revista *A Ideia* é uma publicação em papel, sem fins lucrativos ou comerciais, que não se destina ao normal circuito livreiro comercial; vive do contributo voluntário dos colaboradores e dos leitores. A revista é enviada a um grupo de pessoas que acompanha o seu trajecto desde há anos ou décadas e que cobre o envio através dum donativo. Os trabalhos publicados, salvo indicação em contrário dos autores, não têm direitos reservados e podem ser reproduzidos livremente. Em contrapartida, na livre reprodução, é necessário respeitar as seguintes condições: assinalar sempre autor e local primitivo de publicação; não alterar a criação original; não ter objectivos comerciais.

Atribui-se um valor simbólico a cada exemplar — 20 € para número triplo ou quadrúpulo — e que se destina em exclusivo a compensar os custos de edição e expedição. Contra este donativo o editor compromete-se a fazer o envio regular por correio postal da revista — que pode ser encontrada também nas mesmas condições em depositários (v. ficha técnica). O leitor em falta pode conferir a sua situação com o responsável (acvcf@uevora.pt), agradecendo-se caso possa o envio do donativo.

A revista pode ainda ser enviada pela primeira vez, e sem solicitação, a um destinatário. Pretende-se nesse caso sondar o seu interesse sobre a publicação. Em caso afirmativo solicita-se o envio do donativo pelos meios indicados, bem como indicação escrita da sua intenção para o responsável, para que se proceda de futuro ao envio postal da revista; caso contrário, agradece-se que o destinatário assinale para o mesmo endereço a rejeição, de modo a suspender a expedição futura, não ficando obrigado à devolução do exemplar recebido.

Estimula-se a permuta com outras publicações afins e sempre que isso aconteça a revista será expedida com uma indicação expressa: *oferta para permuta*. Há porém casos — bibliotecas públicas, municipais e outras — em que a revista é enviada a título de oferta, sem solicitação de permuta. Os colaboradores têm direito à oferta dum exemplar da publicação em que estão presentes, o que não obsta a que, podendo, contribuam de forma voluntária com um donativo para o seu prosseguimento.



Os donativos podem ser liquidados do seguinte modo:  
envio de cheque, ao cuidado de *antónio cândido franco*  
rua Celestino David n.º 13-C, 7005-389 Évora, Portugal.  
transferência bancária à ordem da conta com o nib/iban:

PT50 0035 0734 0001 4449 4001 3



*Se não puder dançar,  
esta não é a minha revolução.*

EMMA GOLDMAN